

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALÍCIA QUINHONES MEDEIROS

**EDUCAÇÃO, TRABALHO, FAMÍLIA E ASSOCIATIVISMO: EXPERIÊNCIAS  
NEGRAS NO CAMPO EDUCACIONAL EM SANTA MARIA/RS NO PÓS-  
ABOLIÇÃO (1888-1930)**

Porto Alegre, 2023.

**Alicia Quinhones Medeiros**

**EDUCAÇÃO, TRABALHO, FAMÍLIA E ASSOCIATIVISMO: EXPERIÊNCIAS  
NEGRAS NO CAMPO EDUCACIONAL EM SANTA MARIA/RS NO PÓS-  
ABOLIÇÃO (1888-1930)**

Dissertação apresentada ao curso de  
Mestrado em História da  
Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul (UFRGS), como requisito  
parcial para obtenção do título de  
**Mestre em História.**

Orientadora: Profa. Dr<sup>a</sup>. Fernanda Oliveira da Silva

Porto Alegre, 2023.

### CIP - Catalogação na Publicação

Medeiros, Alicia Quinhones

Educação, trabalho, família e associativismo:  
experiências negras no campo educacional em Santa  
Maria/RS no pós-Abolição (1888-1930) / Alicia  
Quinhones Medeiros. -- 2023.

255 f.

Orientador: Fernanda Oliveira da Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2023.

1. Educação. 2. Pós-Abolição. 3. Trajetórias. 4.  
Santa Maria/RS. 5. História. I. Silva, Fernanda  
Oliveira da, orient. II. Título.

**Alicia Quinhones Medeiros**

**EDUCAÇÃO, TRABALHO, FAMÍLIA E ASSOCIATIVISMO: EXPERIÊNCIAS  
NEGRAS NO CAMPO EDUCACIONAL EM SANTA MARIA/RS NO PÓS-  
ABOLIÇÃO (1888-1930)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em História**.

Porto Alegre, 29 de junho de 2023.

Resultado: Aprovado.

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** FERNANDA OLIVEIRA DA SILVA  
Data: 24/08/2023 15:55:22-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Dr<sup>a</sup>. Fernanda Oliveira da Silva (Orientadora)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MARCUS VINICIUS DE FREITAS ROSA  
Data: 04/09/2023 10:24:38-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Dr. Marcus Vinícius de Freitas Rosa  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MELINA KLEINERT PERUSSATTO  
Data: 01/09/2023 10:50:56-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Dr<sup>a</sup>. Melina Kleinert Perussatto  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** NOEMI SANTOS DA SILVA  
Data: 01/09/2023 10:42:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Dr<sup>a</sup>. Noemi Santos da Silva  
Instituto Federal do Paraná - IFPR

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa de mestrado foi desenvolvida entre 2021 e 2023. Portanto, iniciei o curso durante a pandemia de COVID-19. Muitas foram as perdas, angústias e medos que atravessaram nossas vidas até chegarmos no hoje. Construir esse estudo durante esses dois anos, foi um processo permeado com sentimentos diversos, desde a falta, do contato com colegas e professores, até o refúgio, de que a escrita e o estudo tiveram na ocupação da minha mente.

Primeiramente, agradeço à CAPES, instituição federal financiada pelos brasileiros, pela concessão de uma bolsa de pesquisa que me permitiu dar andamento a pesquisa com exclusividade. O tempo nos arquivos, em leituras, fichamentos e viagens a estudo e pesquisa, só foram possíveis pelo investimento na educação.

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fernanda Oliveira, pela escuta, conversas e indicações dos caminhos que esta pesquisa poderia tomar. O afeto com que tu constrói e conduz o trabalho acadêmico é de uma grande sensibilidade, da qual sou grata por ter tido a oportunidade de conhecer. À banca examinadora, Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Melina Perussatto, Prof. Dr. Marcus Vinícius de Freitas Rosa e a Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Noemi Santos da Silva, agradeço pela leitura atenta, aos comentários, sugestões e tempo disponibilizados para discutirmos este trabalho.

Ao GEPA, grupo de estudos do qual faço parto há alguns anos, que para além de toda pesquisa, ensino e extensão que fazemos, existe muita amizade e afeto. Uma coletividade que me inspira diariamente a alcançar o meu melhor, a ter novas ideias e me dá um gás para conseguir realizar aqueles projetos que tanto acho importante para a educação e nossa comunidade. Agradeço a todo o grupo e, em especial, à Taiane, Franciele, Fernando e Guilherme, pelas ajudas em troca de fontes, dicas, conversas e muito companheirismo. A academia com vocês se torna um lugar de emancipação.

A todos trabalhadores e trabalhadoras de arquivos e acervos que me ajudaram nesta pesquisa, pelo ótimo atendimento e atenção que me receberam nestes locais de memória. Aos familiares dos protagonistas deste trabalho, à família Moraes, família Maia, família Paz, e família Cruz, o meu muito obrigada pela disposição ao contato, partilha e conversas sobre pessoas tão importantes para nossa História. A pesquisa não teria sido a mesma sem o apoio e ajuda de vocês.

À minha família. Agradeço, sobretudo, as mulheres que me criaram e tem um pedaço fundamental de mim. À minha mãe, Vânia, minha pessoa favorita no mundo, agradeço pela educação, amor, apoio e amizade. Tua presença nesses anos me deram um gás e sentido que foram fundamentais. À minha dinda, Vera, pelo incentivo desde pequena nos estudos, ao exemplo e carinho. Obrigada por acreditar sempre. À minha avó, Edi (*in memorian*), minha segunda mãe e amor da vida, ao tempo que estive ao teu lado, pelos ensinamentos e principalmente, pelo amor. Tu vive em mim, constantemente. À minha tia, Elma (*in memorian*), uma das pessoas mais autênticas, de espírito livre e alegres com as quais convivi. Teu carinho, conselhos e abraços vão estar sempre comigo. Vocês foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

Ao meu pai, Airton, irmã, Adriana, e madrastra ou tia, Claudete, meu muito obrigada pelo apoio, escuta e incentivo nesta caminhada. À minha prima Aline e Daniel, pelas acolhidas, risos e companhia em Porto Alegre nestes meses. Aos meus amigos e amigas, àquelas amigades que fiz quando criança e as que construí já adulta, meus sinceros agradecimentos. Estar na companhia de vocês me faz lembrar, sempre, do lado bom e grandioso da vida.

Ao meu amor, Guilherme. Parceiro, amigo e confidente que me acompanha desde o início da graduação e que hoje, divide um teto comigo. Sou grata por conviver, diariamente, ao teu lado. A vida, em todos os aspectos, cotidianamente, fica mais leve contigo. Agradeço por ser minha escuta nos momentos difíceis, de sempre me incentivar a alcançar os meus sonhos, claro, pela leitura e formatação deste trabalho. E, principalmente, por me fazer sentir este amor e fazer de todo esse processo de mestrado, um período mais saudável, tranquilo e compartilhado.

## RESUMO

A presente pesquisa buscou investigar as experiências de crianças, jovens, homens e mulheres negros e negras, no campo educacional da cidade de Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul, entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Nosso problema central de pesquisa foi compreender como se deram tais participações, quais foram os tensionamentos, lutas e formas de resistências acionadas por estes sujeitos à nível local, quanto a sua presença, acesso e permanência em diferentes espaços educacionais. Teoricamente, partimos dos pressupostos da História Social da Educação e do campo de estudos sobre o pós-Abolição. Em termos de método, realizamos a pesquisa através, sobretudo, do método onomástico, além de análises quantitativas e qualitativas. Sendo assim, nossas principais fontes foram: jornais da época, registros civis e paroquiais, matrículas escolares, leis e atos legais, fotografias, entrevistas orais e bibliografia. Com isso, identificamos sujeitos negros que lutaram, de diversas maneiras, pela participação em espaços de educação, como na escola formal, em cursos noturnos, em iniciativas associativas, em orfanato e na imprensa negra. Relacionamos suas trajetórias, quando possível, com os espaços de sociabilidades, os mundos do trabalho e aos seus arranjos familiares. Problematizando como estas vivências atravessaram suas atuações na educação, assim como, os marcadores de raça, gênero, classe e faixa etária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Pós-Abolição; Trajetórias; Santa Maria/RS.

**EDUCATION, WORK, FAMILY AND ASSOCIATIVISM: BLACK  
EXPERIENCES IN THE EDUCATIONAL FIELD IN SANTA MARIA/RS IN  
THE POST-ABOLITION (1888-1930)**

**ABSTRACT**

This article aims to investigate the educational experience lived by black children's, teen's, man's and women in the city of Santa Maria, in the countryside of Rio Grande do Sul, between the end of the XIX century and the first decades of the XX century. The main question this article aims to understand is how this educational experience took place, what were the main struggles, conflicts and defiance postures points adopted by this group in the local arena, in order to join and guarantee their participation in different educational environments. From a theoretical perspective, we start using assumptions from the Social Historiography of Education and the overall study of post-abolitionism in Brazil. Method wise, this research was mainly made with the onomastic method, also applying quantitative and qualitative analysis. Therefore, the major sources used in this article were: newspapers written in the discussed period, civic and parochial entries, school admissions, laws and legal acts, photos, oral interviews and biographies. Based on this material, this article was able to identify black individual that fought, in different ways, for their participation in educational environments, such as formal schools, nightly courses, associations, orphanages and in the black press. This article links their trajectories, whenever possible, withing social spaces, working spaces and family spaces. Identifying how this experience pass through the their activities on education, associating whenever possible, with social and racial markers of race, genders, class and age group.

**KEYWORDS:** Education; Post-Abolition; Trajectories; Santa Maria/BRA/RS.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Mapa das Organizações Negras de Santa Maria e localização da Escola Elementar Olavo Bilac (séculos XIX e XX) .....	37
Imagem 2 - Genograma da família de alunos da Escola Elementar Olavo Bilac (Família Paz, década de 1930) .....	41
Imagem 3 - Menção à Biblioteca da Sociedade Treze de Maio (1904) .....	51
Imagem 4 - Possível assinatura de Laurentino Paz (1905).....	57
Imagem 5 - Notícia sobre a criação do jornal O Succo (1921) .....	72
Imagem 6 - Cabeçalho do Jornal O Succo (1925).....	75
Imagem 7 – Recortes fotográficos de meninas nas páginas do jornal O Succo (década de 1920).....	81
Imagem 8 - Banda do Colégio São Luiz (1948).....	83
Imagem 9 – Alunos em frente à Escola Normal Olavo Bilac (década de 1950).....	84
Imagem 10 - As irmãs Raphaela e Mercedes Maia (início do século XX) .....	85
Imagem 11 – O casal Raphaela Maia e Ataliba Farias com sua filha Maria Ieda (década de 1930) .....	85
Imagem 12 - Menção ao casamento de Irineu Paz e Edelcy Correia no jornal O Succo (1932) .....	92
Imagem 13 - Nomes de crianças de Ventre Livre matriculadas em aula pública de Santa Maria (aprox. década de 1880).....	112
Imagem 14 - Título de eleitor de João Gabriel Maia (1922).....	129
Imagem 15 - João Gabriel Maia na Revista da SUCV (1938) .....	131
Imagem 16 - Casarão que funcionou o Colégio São Luiz (1905) .....	141
Imagem 17 - Vista de Santa Maria e do Colégio São Luiz (1905).....	141
Imagem 18 - Colégio São Luiz (1914-1915).....	144
Imagem 19 - Colégio São Luiz (1925) .....	144
Imagem 20 - Uma vista da rua Floriano Peixoto com o Quartel General do Exército e o Colégio dos Maristas (1914).....	147
Imagem 21 - Colégio Marista (1905) .....	148
Imagem 22 - Ginásio Santa Maria (1914) .....	149
Imagem 23 - Orfanato São Vicente de Paulo (1914).....	161

Imagem 24 - Pátio do Orfanato São Vicente de Paulo (1946) .....	165
Imagem 25 - Meninas do Orfanato São Vicente de Paulo, Santa Maria/RS (s/d).....	174
Imagem 26 - Edifício do Patronato Antônio Alves Ramos (1929) .....	175
Imagem 27 - Fotografia das irmãs Julieta e Ignacia Rodrigues Cruz no jornal <i>O Succo</i> .....	190
Imagem 28 - Matrícula de Inácia R. Cruz na Escola Elementar Olavo Bilac (1935) ..	191
Imagem 29 - Matrícula de Inácia R. Cruz na Escola Elementar Olavo Bilac (1936) ..	191
Imagem 30 - Fotografias de Inácia R. Cruz (década de 1930) .....	192
Imagem 31 - Praça Saldanha Marinho (década de 1930).....	193
Imagem 32 - Alunas da Escola Elementar Olavo Bilac na década de 1930.....	194
Imagem 33 - Alunas da Escola Elementar Olavo Bilac (1939).....	195
Imagem 34 - Escola Normal Olavo Bilac (meados do século XX).....	197
Imagem 35 - Professora Inácia R. da Cruz em sua formatura (início da década de 1940) .....	201
Imagem 36 - Registro de nascimento de João Rodolpho da Silva Filho (1897) .....	205
Imagem 37 - Mapa do Areal da Baronesa e dos territórios negros de Porto Alegre (1906) .....	207
Imagem 38 - Avenida no Areal da Baronesa em Porto Alegre (s/d).....	208
Imagem 39 - Genograma parcial da família de Armenio Moraes (séculos XIX-XX) .	212
Imagem 40 - Caderneta Militar de Armenio Moraes (1929).....	215
Imagem 41 - Armenio Moraes nas páginas do jornal <i>A Federação</i> (1931) .....	216
Imagem 42 - Cartão postal da França de Armenio Moraes (1931) .....	216
Imagem 43 - Cartão postal da França de Armenio Moraes (1931). Imagem do Instituto Católico de Artes e Ofícios, sala de estudos em Lille .....	217
Imagem 44 - Cartão postal da França de Armenio Moraes (1931) .....	217
Imagem 45 - Celina Borges de Oliveira e Armenio Moraes (1939) .....	220
Imagem 46 - Osmar Fortes Barcellos (Tesourinha) .....	222
Imagem 47 - Armenio Moraes, esposa e amigos.....	224
Imagem 48 - Armenio Moraes e família (década de 1980).....	226

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de nomes e assinantes citados em cinco edições do jornal O Succo .....	80
Tabela 2 - Perfil dos responsáveis pelos jornais da imprensa negra santa-mariense (início do século XX).....	89
Tabela 3 - Citações à elementos raciais e condição jurídica presente na legislação educacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1837-1889).....	103
Tabela 4 - Matriculados (as) em escolas públicas no início da década de 1890 (Santa Maria/RS) .....	113
Tabela 5 - Quantidade de órfãs e educandas do Orfanato São Vicente de Paulo, Santa Maria/RS (1914-1929).....	173

## **LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS**

AHIEEOB – Acervo Histórico do Instituto de Educao Estadual Olavo Bilac

AHMSM - Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

AMTM – Arquivo do Museu Treze de Maio

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

CMEC – Casa de Memória Edmundo Cardoso

GEPA – Grupo de Estudos sobre o pós-Abolio

HDB – Hemeroteca Digital Brasileira

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

RS – Rio Grande do Sul

## **APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	16
<b>2.0 CAPÍTULO I – AS RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA, ASSOCIATIVISMO NEGRO, TRABALHO E EDUCAÇÃO EM UMA CIDADE DO INTERIOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NO PÓS-ABOLIÇÃO .....</b>	<b>34</b>
2.1 “NOSSA SUBLIME INSTITUIÇÃO” DE SANTA MARIA: TRAJETÓRIAS NEGRAS E SUA ASSOCIAÇÃO NA SOCIEDADE TREZE DE MAIO (DÉCADA DE 1900).....	51
2.2 A LUTA DE TRABALHADORES PELO DIREITO DE FREQUENTAR CURSOS NOTURNOS NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	57
2.2.1 “ <i>Cooperando assim a Sociedade 13 de Maio para a alfabetização da população Santa mariense</i> ”: o clube social negro quer licença para funcionar um curso noturno.....	58
2.2.2 Trabalhadores do comércio local solicitam “ <i>a adoção de uma medida que, sem ferir interesse de ordem proporcionar-nos-á meio de frequentarmos cursos de instrução</i> ”.....	65
2.3 “INTELECTUAIS, COLEGAS, FAVORECEDORES E AMIGOS”: SUJEITOS, TRABALHO E EDUCAÇÃO A PARTIR DOS JORNAIS DA IMPRENSA NEGRA SANTA-MARIENSE .....	71
<b>3.0 CAPÍTULO 2 - DA LETRA DA LEI AO COTIDIANO: EXCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO NEGRA NA CIDADANIA .....</b>	<b>95</b>
3.1 “ <i>PROMOVER A INSTRUÇÃO ENTRE SEUS ASSOCIADOS PELOS MEIOS A SEU ALCANCE</i> ”: CONSIDERAÇÕES INICIAS A PARTIR DO CASO DA IRMANDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO.....	95
3.2 “ <i>OS ESCRAVOS, E PRETOS AINDA QUE SEJAM LIVRES, OU LIBERTOS</i> ” ESTÃO PROIBIDOS DE FREQUENTAR ESCOLAS PÚBLICAS: O CASO DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL SUL-RIO-GRANDENSE NO PERÍODO IMPERIAL.....	98

3.3 NOTAS SOBRE O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA SANTA-MARIENSE NO ALVORECER DA REPÚBLICA .....	117
3.5 A FAMÍLIA MAIA NOS ESTRATOS DO ALUNADO DE CORES <i>MIXTA</i> E <i>PRETA</i> : O VOTAR E O ASSOCIAR-SE NO PÓS-ABOLIÇÃO .....	125
<b>4.0 CAPÍTULO 3 – RETRATOS NEGROS EM INICIATIVAS RELIGIOSAS NA EDUCAÇÃO EM SANTA MARIA/RS .....</b>	<b>136</b>
4.1 MORALIDADE, SUSPEIÇÃO E CARIDADE DIRECIONADAS À INFÂNCIA E JUVENTUDE POBRE EM SANTA MARIA/RS .....	136
4.2 A “ <i>INFÂNCIA DESVALIDA</i> ” FREQUENTA O COLÉGIO SÃO LUIZ.....	140
4.3 “ <i>MENINOS POBRES E DE CÔR</i> ” VÃO À ESCOLA SÃO MIGUEL.....	146
4.4 “ <i>ONDE SEJAM RECOLHIDAS E EDUCADAS AS ÓRFÃS POBRES, DO MUNICÍPIO, SEM DISTINÇÃO DE COR OU RELIGIÃO</i> ”: O ORFANATO SÃO VICENTE DE PAULO.....	160
<b>5.0 CAPÍTULO 4 - VIVÊNCIAS NEGRAS: DO ESTAR NA ESCOLA AO EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO NA CIDADE .....</b>	<b>179</b>
5.1 ALGUNS APONTAMENTOS ACERCA DOS ATRAVESSAMENTOS DE GÊNERO, CLASSE E RAÇA NO AMBIENTE ESCOLAR .....	180
5.2 “A INTELIGENTE SENHORINHA” INÁCIA RODRIGUES CRUZ .....	188
5.3 “LAUREADO ALUNO” ARMENIO MORAES.....	202
<b>5.3.1 A história familiar: os “Moraes” .....</b>	<b>204</b>
<b>5.3.2 Do Areal da Baronesa e de Santa Maria, à França: o estudo e educação como horizonte.....</b>	<b>213</b>
<b>5.3.3 Memórias do professor que ensinou gerações de santa-marienses.....</b>	<b>223</b>
<b>6.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>228</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>231</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>241</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>252</b>

## INTRODUÇÃO

Entre dez, vinte, até sessenta par de mãos pegaram neste documento. Assinaram-no. Homens, possivelmente de diferentes idades, mas que eram trabalhadores da cidade, se organizaram para escrever em papel seu desejo em comum: poder, enfim, acessar uma aula noturna e pedir sua liberação em horário mais cedo de seus trabalhos no comércio santa-mariense, no início do século XX. Este ofício, assim como outros documentos, listas de matrículas, cartas, pedidos e requerimentos, tinha entre os sujeitos que o pensaram e o produziram, indivíduos negros, homens, mulheres, jovens e crianças. A possibilidade de agência histórica, das pessoas comuns conseguirem agir dentro de uma estrutura de dominação, reconhecendo os limites e particularidades de cada processo, serão norteadoras desta pesquisa.

A educação, no seu sentido amplo, desde a alfabetização, à escrita, e ao acesso a espaços de instrução, constituiu um dos pilares da formação da cidadania em processos de emancipação e após a abolição da escravidão no Brasil. Acessar a escola e as aulas públicas era um direito somente de pessoas livres durante um período do Império. Pessoas escravizadas não eram consideradas cidadãs brasileiras pela constituição de 1824<sup>1</sup>, estando proibidas de frequentar a instrução pública. O voto, naquela sociedade que tinha como horizonte abolir a escravidão, visto as leis emancipacionistas que tendiam para uma abolição gradual e indenizatória aos senhores, era uma exclusividade de homens livres, com uma determinada renda mínima e alfabetizados<sup>2</sup>. Logo, o restante da população analfabeta, que era maioria entre os habitantes do Brasil, estava excluído do exercício de cidadania política, da decisão de eleger seus representantes.

Após a abolição e a promulgação de uma República Federativa, baseada nos preceitos da igualdade e da liberdade, não houve qualquer menção em textos legais prevendo reparação aos danos sociais, emocionais, físicos e materiais decorrentes da escravização de pessoas africanas e seus descendentes em solo brasileiro. A República ainda fazia permanecer características de exclusão criadas no Império, e inventava outras novas formas de manter tais desigualdades em razão da raça, gênero e classe. A lei e a constituição não previam responder e indenizar esses indivíduos pelo histórico de exclusão social e racial do passado monárquico, escravista e hierarquizado.

Elementos básicos para alguns e exceção para outros, o direito à moradia, trabalho

---

<sup>1</sup> BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824.

<sup>2</sup> BRASIL. Lei Saraiva (1881), Typ. Nacional, Rio de Janeiro, 1881.

regular, alimentação, saúde e educação, são condições sociais e econômicas que devem ser historicizadas e problematizadas. Em vista disso, reivindicações e projetos foram pensados e arquitetados pela própria população, por diferentes mulheres e homens negros e negras, em diversas regiões do Brasil. A população intervinha a seu modo nas esferas que o Estado negligenciava, em sua falta de desenvolvimento de políticas e meios para o pleno acesso à vida digna.

Assim, o estudo aqui desenvolvido adota como lócus espacial a cidade de Santa Maria, localizada no interior do Rio Grande do Sul. Espaço este que tem sido palco de uma historiografia dedicada a pesquisar as experiências de sujeitos negros no período da escravidão e após a abolição, versando sobre temas complexos como família, associativismo, trabalho e gênero, e que vem construindo uma História que visa ressaltar os protagonismos negros no Rio Grande do Sul, ao longo de diferentes temporalidades. Nossa pesquisa, se constrói na tentativa de contribuir para o campo de estudos sobre o pós-Abolição, uma vez que observamos que não há trabalhos que tenham estudado com profundidade, o processo de instrução e escolarização racializado em Santa Maria em tal contexto. Além de analisar um perfil de estudantes negros e negras, objetivamos pesquisar suas trajetórias individuais, familiares, associativas e suas atuações no campo educacional na cidade, desde a educação formal à projetos próprios.

Portanto, as perguntas norteadoras da presente pesquisa são as seguintes: Como se deu a participação de negros e negras no campo educacional na cidade de Santa Maria/RS, nos anos finais do século XIX e início do século XX? Quem eram estes sujeitos, quais foram suas trajetórias, seus arranjos familiares, espaços de sociabilidades e suas experiências em diferentes espaços educacionais? E o que estas histórias esclarecem sobre a construção da Educação no pós-Abolição a nível regional e nacional? Para alcançar tais respostas de maneira satisfatória, os nossos objetivos específicos são entender os significados de leis educacionais do período imperial para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e sua relação com os moldes de exclusão social e racial da população negra no campo educacional. Assim como, analisar como a população negra de Santa Maria/RS participou da escolarização no período de construção e propagação do sistema escolar. Junto a isso, aprofundar o debate em torno do *movimento negro educador*<sup>3</sup> que as organizações negras de Santa Maria protagonizaram em prol da promoção da educação, no pós-Abolição, onde havia o interesse de amparar seus sócios

---

<sup>3</sup> GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Vozes, Petrópolis – RJ, 2017.

também através da via da instrução. Com isso, pretendemos compreender perfis e identificar quem eram os homens e mulheres negros e negras atuantes no campo educacional em Santa Maria, no período proposto. Por campo educacional, entendemos tanto as iniciativas formais de educação, quanto as informais. Como por exemplo: o desejo de abrir uma escola e um curso noturno por parte de associações negras; um orfanato e colégio de direção religiosa; escolas e aulas subvencionadas pelo Estado e município; participação em jornais, seja na redação quanto no consumo enquanto leitor/a.

Esta pesquisa se insere nesta historiografia recente, e tem afinidade com o campo de estudos sobre o pós-Abolição. Dessa forma, o quadro teórico e metodológico do presente trabalho vai ao encontro dos objetivos da linha de pesquisa *Relações Sociais de Dominação e Resistência*, do PPGH/UFRGS, uma vez que objetivamos compreender as participações e iniciativas dos sujeitos sociais no campo educacional santa-mariense no pós-Abolição. Assim, investigamos as estratégias de dominação e resistência, as experiências destes sujeitos, trabalhadores, ex-escravizados, seus descendentes, homens e mulheres negros e negras, com os processos educacionais.

Articular os processos de escolarização da população negra na historiografia é de certo modo uma problemática recente. Em 2007, Marcus Vinícius Fonseca desenvolveu um artigo em que traçou um panorama sobre a invisibilidade dos negros na historiografia educacional brasileira. O texto teve como objetivo "avaliar a importância de considerar os negros sujeitos nas narrativas que tratam do desenvolvimento histórico dos processos educacionais"<sup>4</sup>. Fonseca evidenciou que os estudos que tomam a presença negra em espaços educativos, são pesquisas que vão "em direção contrária a uma ideia relativamente consolidada na historiografia educacional, que concebe a escola como um espaço privilegiado do grupo racial representado pelos brancos"<sup>5</sup>. O autor reforça que a instituição da escravidão de quase quatro séculos importou massivamente africanos como mão de obra escrava e, "em meio a esse processo, os africanos e seus descendentes penetraram em todas as dimensões da sociedade estabelecendo influências que sempre caracterizaram o Brasil como nação. Desse modo, é praticamente impossível às narrativas históricas, entre elas a da educação, não levar em conta os negros"<sup>6</sup>.

Tal lógica foi estendida para após a abolição da escravidão e alcança os dias atuais,

---

<sup>4</sup> FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 13, jan./abr., 2007. P. 13.

<sup>5</sup> FONSECA, Marcus Vinícius. 2007, Op. Cit., p. 13.

<sup>6</sup> FONSECA, Marcus Vinícius. 2007, Op. Cit., p. 25.

em que debates em torno da relação entre raça e educação, em processos de desigualdades de acesso à diferentes níveis de escolarização, por exemplo, são temáticas movidas e reivindicadas há décadas pelos movimentos negros. E que, por conta desta caminhada em torno do direito ao acesso à educação pela população negra, foram aprovadas políticas públicas de acesso e permanência ao ensino superior<sup>7</sup> e à obrigatoriedade do ensino da História e cultura africana e afro-brasileira na educação básica<sup>8</sup>, por exemplo.

Fonseca afirma que durante os anos 1990, no contexto de expansão dos Programas de Pós-Graduação no Brasil e o “paulatino ingresso de pesquisadores negros na academia teria ampliado o interesse nessa temática”<sup>9</sup>. A História da Educação se reconfigurou, partindo para a “nova historiografia educacional”, impulsionada pela Nova História Cultural, em que as mudanças teórico-metodológicas desta corrente historiográfica, vêm ampliando “o conceito de fontes e tem possibilitado um tratamento inovador dos temas tradicionalmente abordados, entre eles, a escola”<sup>10</sup> e seus sujeitos. Esta ampliação de estudos voltados à presença negra na escola e em outros processos de educação, se desdobrou na produção do primeiro dossiê temático da Revista Brasileira de História da Educação, em 2002, “Negros e Educação”<sup>11</sup>.

Em produção conjunta de 2016, Surya Barros e Marcus Vinícius Fonseca assinam a obra *A história da educação dos negros no Brasil*, que reúne 16 artigos sobre a Educação em relação a diferentes contextos históricos, desde a vigência da escravidão, o processo de abolição e no pós-Abolição. Ao realizar um estado da arte de pesquisas da historiografia da educação com recorte racial<sup>12</sup>, Barros salienta que, mesmo já se falando em “duas décadas de produção, quando comparada a outros objetos consagrados há mais tempo no campo (instituições, ideias pedagógicas, formação docente, legislação, por exemplo), a história da educação da população negra ainda é uma área relativamente

---

<sup>7</sup> Lei 12.711/2. Lei de Cotas Sociorraciais nas Instituições Federais de Ensino Superior.

<sup>8</sup> Lei 10.639/03. Obrigação do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

<sup>9</sup> BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Um balanço sobre a produção da história da educação dos negros no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. EdUFF, Niterói, 2016. P. 56.

<sup>10</sup> FONSECA, Marcus Vinícius. 2007, Op. Cit., p. 30.

<sup>11</sup> Revista Brasileira de História da Educação, dossiê “Negros e Educação”, Campinas, nº4 jul./dez., 2002.

<sup>12</sup> O recorte temporal do levantamento foi de 1989, ano de publicação do artigo de Zeila Demartini intitulado “A escolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX”, considerado pioneiro na temática, e 2012, escolhido pela necessidade de determinar um período final. Foram listadas 397 obras no levantamento organizado pela autora. BARROS, Surya A. P. **O Estado da Arte da Pesquisa em História da Educação da População Negra no Brasil**. 1. ed. Vitória/ES: SBHE/Virtual Livros, 2015. v. 1. 142p.

nova"<sup>13</sup>.

Diversas foram as tentativas de explicação da invisibilidade de indivíduos negros nas pesquisas sobre a História da Educação. Tomando este segmento populacional como sujeitos históricos também em processos de escolarização, a autora apresenta as duas tentativas mais utilizadas: “a interdição legal à matrícula e frequência de escravos (e, por vezes, negros livres) à escola durante a vigência da escravidão - e uma pretensa ausência de fontes disponíveis para a pesquisa histórica sobre o tema”<sup>14</sup>. Proibições legais à frequência de pessoas negras foram, de certa maneira, um recurso narrativo utilizado por pesquisadores que expandiram experiências de contextos locais, para o Brasil inteiro. A citar, a legislação do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro no período imperial<sup>15</sup>. Logo, se a proibição de presenças negras na escola era pautada na lei, não haveria fontes que possibilitassem acessar este universo.

O argumento da ausência de fontes vem sendo superado por pesquisadores e pesquisadoras, dado o tratamento com abrangentes e variados registros históricos. São eles, registros cartoriais e civis, obras de memorialistas, documentos produzidos por espaços formais e informais de educação, fontes de organizações negras, fotografias, jornais, entre outros. Perguntas e problemáticas de pesquisa sobre os processos de presença e atuação da população negra na educação brasileira tem aumentado significativamente, abrangendo diversas regiões do país e temporalidades da História. Como provável efeito deste aumento, Surya Barros aponta que “é provável que, em pouco tempo, seja muito difícil e até mesmo inviável realizar um levantamento como este que aqui apresentamos”<sup>16</sup>.

Essa afirmativa pode ser visualizada como resultado da chamada pública para o Dossiê “História da Educação e Populações Negras”, da Revista Brasileira de História da Educação de 2022. Foram recebidas 35 propostas de artigos para compor a edição da revista, e os 12 textos selecionados “versam sobre temas como mulheres, intelectuais, aulas noturnas, trabalho, ensino de primeiras letras e superior, ensino de artes e ofícios, todos em intersecção com a cor/raça dos sujeitos envolvidos”. Abarca períodos que vão do início do século XIX à metade do século XX, e “abordando a problemática da educação das populações negras em regiões diversas como Bahia, Maranhão, Minas

---

<sup>13</sup> BARROS, Surya. 2016, op. Cit., p. 52.

<sup>14</sup> BARROS, Surya. 2016, op. Cit., p. 55.

<sup>15</sup> A discussão sobre a legislação educacional no período imperial, para o Rio Grande do Sul, será melhor discutida no segundo capítulo desta pesquisa.

<sup>16</sup> BARROS, Surya. 2016, op. Cit., p. 58.

Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo”<sup>17</sup>.

As experiências negras e a Educação no Brasil, também são lidas como uma forma de resistência à estrutura escravista e excludente. O saber ler e escrever entre indivíduos escravizados, homens e mulheres<sup>18</sup>; O desejo e a criação de aulas e cursos noturnos para atender aos seus iguais<sup>19</sup>; as trajetórias de professores e professoras negros e negras em diversas cidades brasileiras<sup>20</sup>; a intelectualidade negra e seus escritos em jornais da imprensa negra<sup>21</sup>, são algumas destas experiências que são tomadas de significados quanto às possibilidades de emancipações e atuações que o acesso à educação carrega.

Em conjunto com a historiografia da História da Educação, temos como base para nossa pesquisa as produções referentes ao campo de investigação das Emancipações e do pós-Abolição no Brasil e ao Pensamento Negro Brasileiro. Na década de 1970, a historiadora Beatriz Nascimento escreveu o texto *Por uma história do homem negro* (1974), que objetivava problematizar a abordagem da História do Negro no Brasil, se referindo às experiências de homens e mulheres negras na dimensão do humano, enquanto sujeitos históricos para além da escravidão. A autora assim escreve: “a História da raça negra ainda está por fazer, dentro de uma História do Brasil ainda a ser feita”. Desta forma, Nascimento adverte que “nossa História é outra como é outra nossa

---

<sup>17</sup> ARANTES, Adlene; GONDRA, José Gonçalves; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Apresentação do dossiê História da Educação e populações negras. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, 2022. P. 1.

<sup>18</sup> SILVA, Alexandra Lima da. O saber que se anuncia: o poder da palavra em tempos de escravidão (Rio de Janeiro, 1830 a 1888). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, 2018. PERES, Eliane. Ler, escrever e contar entre mulheres escravizadas: uma história ainda a ser escrita. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, 2022.

<sup>19</sup> RIBEIRO, Jonatas Roque. **Escritos da liberdade**: trajetórias, sociabilidade e instrução no pós-abolição sul-mineiro (1888-1930). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/SP, 2016. PERUSSATTO, Melina Kleinert. Escola noturna ‘O Exemplo’: educação e emancipação dos trabalhadores na imprensa negra do pós-abolição (Porto Alegre, Rio Grande do Sul). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, 2022.

<sup>20</sup> MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. **A cor da escola**: imagens da Primeira República. Entrelinhas, EdUFMT, Cuiabá, MT, 2008. SILVA, Luara dos Santos. **‘Etimologias Preto’**: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920). 165 f. Dissertação (Mestrado em Relações Etnicorraciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2015. SILVA, Luara dos Santos. **Histórias de professoras negras no Rio de Janeiro**: experiências e tensões de classe, raça e gênero (1870-1920). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2022.

<sup>21</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes laços em linhas rotas**: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. 326 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. SANTOS, José Antônio. **Prisioneiros da história**: Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. SÔNEGO, Aline. **“Correspondemos a uma aspiração de nossa classe”**: o pós-Abolição a partir do jornal O Astro (Cachoeira e Rio Pardo, RS). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

problemática”<sup>22</sup>, se referindo às especificidades raciais e sociais da História da população negra no Brasil.

Ao citar as representações que a literatura e estudos produziram sobre as vivências da população negra brasileira, como por exemplo, a de criada doméstica, ou a concubina do período colonial, a autora faz uma referência aos brancos do período:

o branco brasileiro de um modo geral, e o intelectual em particular, recusam-se a abordar as discussões sobre o negro do ponto de vista da raça. Abominam a realidade racial por comodismo, medo, ou mesmo racismo. Assim perpetuam teorias sem nenhuma ligação com nossa realidade racial. Mais grave ainda, criam novas teorias mistificadoras, distanciadas desta mesma realidade”<sup>23</sup>.

O que a autora se propõe a pensar, é a raça como uma das bases para a compreensão da realidade brasileira. Apresenta ainda, a indissociabilidade entre raça e classe, uma vez que, sobretudo os intelectuais brancos do contexto, “insistem em não ver o preconceito racial como reflexo de uma sociedade como um todo, ou seja, em todos os seus níveis, pois a ideologia, onde repousa o preconceito, não está dissociada do nível econômico, ou do jurídico-político”. E reforça que, “não está nem antes nem depois destes dois, também não está em cima ou embaixo. A ideologia em suas formas faz parte integrante e está acumulada numa determinada sociedade, juntamente com os outros dois níveis estruturais”<sup>24</sup>. Acrescida destes fatores, soma-se o gênero como importante organizador desta sociedade.

Na década de 1980, Lélia Gonzalez também disserta sobre o racismo presente em espaços acadêmicos e os mecanismos que denotavam a aceitação acerca do mito da democracia racial no Brasil. Para explicar quais foram os processos da construção do mito, a autora busca localizar como a mulher negra é situada nesse discurso, no que ela classifica como o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. As imagens da mulher negra naquele contexto, baseadas no racismo e em como “sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”<sup>25</sup>, como os estereótipos da mulata, da doméstica e da mãe preta. Contemporâneas, o pensamento de Lélia Gonzalez acerca

---

<sup>22</sup> NASCIMENTO, Beatriz. Por uma História do homem negro. 1974, p. 97. In: RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial / Instituto Kuanza, 2006.

<sup>23</sup> NASCIMENTO, Beatriz. 1974, Op. Cit., p. 96.

<sup>24</sup> NASCIMENTO, Beatriz. Negro e racismo. 1974, p. 101. In: RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial / Instituto Kuanza, 2006.

<sup>25</sup> GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984, p. 224.

dos campos de opressões sofridos pela população negra conversa em muito com os escritos de Beatriz Nascimento. Gonzalez também critica “a resistência de certas análises que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo. Ou seja, insistem em esquecê-las”<sup>26</sup>. O entendimento dessas categorias relacionadas e como elas organizaram a sociedade do pós-Abolição, é fundamental para compreendermos parte do universo de nossa pesquisa, uma vez que as hierarquias baseadas nas diferenças de raça, classe e gênero, foram a base de uma República excludente no Brasil.

Beatriz Nascimento reivindica uma (re)escrita da História do Brasil a partir das experiências negras brasileiras, indo além da cultura negra sendo considerada como “contribuição à...” algo, e sim, “é tempo de falarmos de nós mesmos não como ‘contribuintes’ nem como vítimas de uma formação histórico-social, mas como participantes desta formação”<sup>27</sup>. A autora denuncia que após a abolição da escravidão, “a maioria dos meus iguais permanece social e economicamente rebaixada, sem acesso às riquezas do país que construiu”<sup>28</sup>.

O protagonismo negro faltante na escrita da História que a historiadora descreve ao longo de seus textos, foi produto de uma escrita de matriz hegemônica branca, na qual, a citar as representações pejorativas e a desumanização, tem-se recursos narrativos e discursivos relegados à construção da história negra por mãos brancas, sobretudo. Em 2022, seguindo os passos de Nascimento, a historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto debate sobre a temática em uma aula promovida pela Casa Sueli Carneiro<sup>29</sup>. Segundo ela, a escrita da História deve atentar para as

expressões de sujeitos históricos negros que são múltiplos, que têm trajetórias de longa duração que não cabem em matrizes narrativas desumanizadoras, que nos pressupõem na chave da inexistência, da eliminação ou, quando muito, numa subalternidade obrigatória. Não se trata de reescrever a história da população

---

<sup>26</sup> GONZALES, Lélia. 1984, Op. Cit., p. 232.

<sup>27</sup> NASCIMENTO, Beatriz. Negro e Racismo. 1974, Op. Cit., p. 101.

<sup>28</sup> NASCIMENTO, Beatriz. Por uma História do homem negro. 1974, Op. Cit., p. 96.

<sup>29</sup> Segundo Bianca Santana e Gabriela Gaia, “A Casa Sueli Carneiro surge para celebrar o legado de Sueli Carneiro fortalecendo o ativismo negro e cuidando da nossa memória. Temos organizado o acervo físico de Sueli: fotografias, jornais, documentos, na casa onde Sueli viveu por 40 anos, na zona oeste de São Paulo, que em breve será reformada para ser aberta ao público. O arquivo e a Casa Sueli Carneiro como um todo têm sido pensados como salvaguarda da memória, arquivo da militância, da trajetória, de coisas que Sueli acumulou ao longo da vida. Temos trabalhado para abrir as portas de uma casa cheia de projetos de futuro, para pensar e movimentar este país”. (SANTANA, Bianca; GAIA, Gabriela. Apresentação. In: **Insumos para ancoragem de memórias negras**. CARNEIRO, Natalia, SANTANA, Bianca, GAIA, Gabriela (Orgs.). São Paulo: Oralituras, Fundação Rosa Luxemburgo, Casa Sueli Carneiro, 1. ed., 2022. P. 13.

negra nos últimos cinco séculos como se ela não fosse afetada por toda a violência colonial, por todo esse choque entre grupos humanos que se deu. Mas de observar a partir de outras ferramentas como isso foi se dando<sup>30</sup>.

Em um texto denso teoricamente, Ana Flávia M. Pinto discute os embates em torno de uma escrita da história da gente negra no Brasil e como questões acerca de memória, metodologia, teoria e escolhas narrativas afetam diretamente na produção historiográfica. Podendo tomar o protagonismo negro como via de regra, “em um país de maioria negra” que desde as últimas décadas do século XIX já apresentava uma população negra livre numerosa; ou a história que invisibiliza, tomando a narrativa branca como mote narrativo. A autora reforça a importância da primeira escolha e prática narrativa da história, onde precisamos entender a ação de sujeitos negros em diferentes temporalidades e espacialidades, como agentes históricos. Uma vez que “esse jogo de enquadramentos racistas das trajetórias de vida da gente negra é algo que precisa ser interrompido”<sup>31</sup>, e um dos recursos possíveis é partir da experiência negra livre, tendo a liberdade como ponto de referência, para além da escravidão.

Junto a isso, devemos reconhecer as individualidades negras e sua relação com a comunidade e com sujeitos coletivos, para além de uma excepcionalidade negra. Os exemplos que a autora traz são as figuras de Machado de Assis, Abdias Nascimento e a própria Sueli Carneiro. Ou seja, esses *sujeitos catalizadores* só “ganham sentido porque são endossados, tensionados, apoiados ou confrontados por sujeitos com interesses comuns, interesses partilhados”<sup>32</sup>. São tempos e espaços compartilhados, em que vivências individuais são articuladas entre si. Esta é a perspectiva e construção de História que pretendemos demonstrar no decorrer deste texto, em que os sujeitos são lidos através das lentes tanto da individualidade como da coletividade, através do conhecimento de suas famílias, comunidade, contexto em que vivem e na construção de organizações negras.

Fazendo referência às emancipações negras, Ana Flávia M. Pinto afirma que

a população negra se fez constante e majoritária a despeito de tantos projetos de genocídio via branqueamento, violência direta e outros expedientes. O pós-

---

<sup>30</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. Temporalidades, História e Memória. IN: CARNEIRO, Natalia, SANTANA, Bianca, GAIA, Gabriela (Orgs.). **Insumos para ancoragem de memórias negras**. São Paulo: Oralituras, Fundação Rosa Luxemburgo, Casa Sueli Carneiro, 1. ed., 2022. P. 20.

<sup>31</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. 2022, Op. Cit., p. 21.

<sup>32</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. 2022, Op. Cit., p. 29.

abolição como cronologia desafia esses apagamentos. Mas até quando vai esse pós-abolição? Até 1930. O imediato pós-abolição, sim. Mas o pós-abolição é algo que aconteceu há um minuto atrás, é um período atualizado neste exato momento. Isso acaba implodindo a possibilidade de nos apagar como sujeitos históricos<sup>33</sup>.

O pós-abolição também aparece como um problema para a historiadora Beatriz Nascimento, que na época dos seus primeiros escritos, na década de 1970, afirmava que “oitenta anos em termos de História Total, são dias”<sup>34</sup>. O fato da abolição da escravidão ter sido há poucas gerações, nos remete a pensar as possíveis rupturas e continuidades que o processo da escravização de pessoas negras acarretou na formação da sociedade brasileira durante o século XX, e nos nossos dias atuais. Temporalidade e campo de investigação, entender o pós-Abolição como um problema histórico vêm sendo pensado e intensificado nas pesquisas em História no decorrer das primeiras décadas do século XXI<sup>35</sup>. Tomando como foco as experiências negras, os estudos demonstram os sentidos da liberdade negra e a realidade de precariedade da mesma durante o período escravista<sup>36</sup>. Pensando também o processo de abolição da escravidão, no que compete o acesso a direitos, a cidadania e a reformulação das hierarquias sociais<sup>37</sup>. Entre essas temáticas, a educação e as realidades de escolarização vivenciadas pela população negra, tanto no Império como no contexto republicano, demonstram a complexidade e heterogeneidade desses processos.

Para compreendê-los, vamos nos atentar à teoria da História Social, ou seja, entender a constituição de atores sociais, enquanto sujeitos históricos atuantes em um determinado tempo e lugar. A *história vista de baixo*, termo cunhado pelo historiador inglês E. P. Thompson<sup>38</sup>, das pessoas comuns, tem “enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos

---

<sup>33</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. 2022, Op. Cit., p. 32.

<sup>34</sup> NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. 1974, Op. Cit., p. 97.

<sup>35</sup> MATTOS, Hebe; RIOS, Ana M. Lugão. O pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

<sup>36</sup> COOPER, Frederick; HOLT, Thomas Cleveland; SCOTT, Rebecca Jarvis. **Além da Escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós- emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **Revista História Social**. São Paulo, n. 19, p. 33-62, 2010.

<sup>37</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>38</sup> THOMPSON, E. P. “History from below”, *The Times Literary Supplement*, 7/4/1966, pp. 278-80. Traduzido para o português, In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.

comportamentos e identidades coletivos — sociais — na explicação histórica”<sup>39</sup>. As obras de Thompson, inseridas em uma tradição marxista britânica, realizam uma história social do trabalho, no sentido de tomar as “noções de experiência e cultura no cerne das análises sobre a ação social”. Seus estudos, junto do entendimento das estruturas de dominação, segundo Hebe Mattos de Castro passaram a “concentrar-se na compreensão da experiência das pessoas comuns, no passado, e de suas reações a esta própria experiência”<sup>40</sup>.

Sobre a obra de Thompson no Brasil, entre as décadas de 1980 e 1990, período que compreende a redemocratização (1985), a nova constituição (1988) e o centenário da abolição da escravidão (1988), foi possível perceber “a recepção cedendo lugar aos usos”<sup>41</sup>. Este contexto foi demarcado por demandas sociais, políticas e de acesso a direitos civis e cidadãos. A pesquisa e a revisitação aos arquivos, àquelas fontes já trabalhadas em estudos anteriores, e novas perguntas e problemas que lançaram luz a outros registros, fizeram parte do trabalho de pesquisadores e pesquisadoras. Entre as temáticas, a historiografia da escravidão se ampliou no sentido de observar as agências de trabalhadores escravizados, livres e libertos, compreendendo as relações de trabalho, laços familiares e sentidos da liberdade, por exemplo.

Lucimar Felisberto dos Santos (2014), ao descrever este período como importante contexto para a historiografia brasileira, no momento em que pesquisadores (as) se voltaram a investigar as estratégias e formas de resistência e de organização de homens e mulheres negros ao longo do período escravista e após a abolição, como um *movimento historiográfico*. Como parte deste movimento, marcado por inquietações e indagações sobre o passado colonial e escravista pela lente de pesquisadores negros e brancos, a autora afirma que:

Alternativamente, diante do que se pode chamar de um “novo paradigma”, as experiências cotidianas das gerações de populações negras que vivenciaram aquele momento histórico foram inquiridas. Para tanto, entre outros posicionamentos teórico-metodológicos, adotaram-se novas pautas de problemas de pesquisas e a exploração de outros tipos de fontes históricas –

---

<sup>39</sup> CASTRO, Hebe Mattos. História Social, p. 89-90. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1997.

<sup>40</sup> CASTRO, Hebe Mattos. 1997, Op. Cit., p. 85.

<sup>41</sup> NEGRO, Antonio Luigi. E. P. Thompson no Brasil: recepções e usos. **Revista Crítica Marxista**, n. 39, 2014. P. 158.

com destaque para a utilização de sofisticadas ferramentas de análise, tais como: raça, classe, luta de classe, gênero etc.<sup>42</sup>.

Este *movimento historiográfico* demonstrou que homens e mulheres negros atuaram em diversos âmbitos da sociedade após a abolição, denunciando o paradigma da ausência destes trabalhadores na historiografia<sup>43</sup>, e pontuando um “novo” paradigma, o da agência destes sujeitos, em diversas temporalidades e locais do Brasil. Flávio Gomes em estudo no início do século XXI, relata a "produção de um silêncio das narrativas (mais historiográficas do que necessariamente históricas) sobre raça e classe nos anos imediatamente pós-abolição"<sup>44</sup>. Desta forma, se inserindo no campo de estudos sobre o pós-Abolição, em construção naquele período, Gomes afirma que "a desigualdade não foi necessariamente inaugurada com a abolição", mas “ganhou contornos, marcas e argumentos econômicos e científicos”<sup>45</sup>. Logo, "as primeiras décadas pós-emancipação foram decisivas para os sentidos de liberdade, cidadania e autonomia"<sup>46</sup>.

Para a região Meridional do Brasil, pesquisadores e pesquisadoras inseridos nesse *movimento* investigaram as relações e as particularidades da escravidão e do pós-Abolição no Rio Grande do Sul. Como a análise da liberdade negra no período escravista<sup>47</sup>, da abolição da escravidão<sup>48</sup>, a construção da raça e do racismo<sup>49</sup>, a

---

<sup>42</sup> SANTOS, Lucimar Felisberto dos Santos. A “retórica” dos números: revisões do cotidiano de trabalho e da estrutura ocupacional pós-abolição. In: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe (Orgs.). **Histórias do pós-abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos** – Volume 2. Editora da UFF, Niterói/RJ, 2014. P. 256.

<sup>43</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 607-626, set.-dez. 2016.

<sup>44</sup> GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888-1937)**. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2005. P. 27.

<sup>45</sup> GOMES, Flávio. 2005, Op. Cit., p. 10.

<sup>46</sup> GOMES, Flávio. 2005, Op. Cit., p. 11.

<sup>47</sup> MOREIRA, Paulo. **Faces da liberdade, máscaras do cativo**: experiências de liberdade e escravidão, percebidas através das cartas de alforria – Porto Alegre (1858/1888). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Como se de ventre livre nasceste**: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS (c.1860-c.1888). 305 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

<sup>48</sup> ZUBARÁN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da Abolição em Porto Alegre. **Fênix** (UFU. Online), v. 6, p. 1-15, 2009.

<sup>49</sup> ROSA, Marcus Freitas da. **Além da Invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre no pós-abolição. Porto Alegre: EST Edições, 2019.

constituição de famílias negras<sup>50</sup>, redes de sociabilidades<sup>51</sup>, entre outras temáticas, como a educação<sup>52</sup>. Assim, objetivamos apresentar durante o texto de dissertação uma história a contrapelo, que não tome a narrativa historiográfica que invisibiliza, mas sim a que demonstra as agências negras em contextos referentes às temporalidades imediatamente após a abolição e as primeiras décadas do século XX em Santa Maria/RS. Por agências negras, nos referimos à agência histórica de pessoas negras, ou seja, enquanto indivíduos históricos, no plural, reforçando a pluralidade de ser de cada sujeito assim como suas individualidades, e aos diferentes contextos que vivenciaram.

O espaço de Santa Maria, é de uma cidade do centro do Estado do Rio Grande do Sul. Nela, desde o século XIX, quando da sua criação enquanto Vila originada de um acampamento militar no século XVIII, e posteriormente, emancipada enquanto cidade em 17 de maio de 1858, havia a presença negra em diferentes situações jurídicas, de escravidão e liberdade. No trabalho de construção e expansão da cidade nas décadas finais do século XIX, havia numerosa mão de obra negra livre e escravizada, em ofícios ligados aos transportes, a ferrovia, e ao trabalho por jornadas, por exemplo. Pode-se perceber suas atuações para além do trabalho e atravessando o período imediato do pós-Abolição, como na formação de laços familiares, nas organizações de sociedades negras, desde ocupar postos de presidência como de participantes das atividades associativas.

Diversas organizações foram criadas por indivíduos negros na cidade, como os

---

<sup>50</sup> WEIMER, Rodrigo. **A gente da Felisberta**. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Dos laços entre José e Innocência**: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

<sup>51</sup> MÜLLER, Liane Susan. **“As contas do meu rosário são balas de artilharia”**: irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999. SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços**: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros**: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960). 279 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. SILVA, Tiago Rosa da. **Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós-abolição**: imprensa, carnaval e Clubes Sociais Negros na fronteira sul do Brasil - 1913-1980. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

<sup>52</sup> PEREIRA, Lucia Regina Brito. **Cultura e afrodescendência**: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002). Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007. PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade**: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c.1892 - c. 1911). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

jornais da imprensa negra<sup>53</sup>, times de futebol<sup>54</sup>, uma sociedade política<sup>55</sup>, uma irmandade religiosa<sup>56</sup>, clubes sociais<sup>57</sup> e carnavalescos<sup>58</sup>. Ao todo, até então foram localizadas trinta destas organizações entre o final do século XIX e o decorrer do século XX. Na atualidade, a maioria não existe mais e muitas novas organizações negras foram erguidas. Com o trabalho coletivo de membros do movimento social negro santa-mariense, há nos dias de hoje, ainda em funcionamento, uma organização que celebra seu centenário: como é a realidade da Sociedade Treze de Maio, criada em 1903. Esta breve incursão sobre os movimentos e trajetórias negras na cidade, que vamos aprofundar no decorrer do texto, pretende demonstrar a (re)afirmação da presença e atuação negra desde a fundação do Acampamento que originou, décadas após, a urbe.

O principal caminho metodológico da pesquisa, se deu na busca por indícios<sup>59</sup> junto ao método onomástico<sup>60</sup>. Em estudo anterior, tabulamos mais de mil matrículas escolares da Escola Elementar de Santa Maria. Nestas matrículas, as informações eram muitas, tais como nome, cor, idade, filiação, entre outras. A partir do reconhecimento destas famílias negras, que estavam matriculando seus filhos e filhas neste espaço educacional durante a década de 1930, seguimos o nome de diferentes grupos familiares. O nome, para além de outras categorias, foi nosso fio condutor durante a investigação. Segundo Carlo Ginzburg e Carlo Poni, “as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos”<sup>61</sup>.

---

<sup>53</sup> Nas notas que seguem, podemos nomear cada organização negra criada neste período através do levantamento organizado pelos historiadores Ênio Grigio, Felipe Farret Brunhauser, Franciele Rocha de Oliveira, Luiz Fernando dos Santos da Silva Rodrigues e Taiane Anhanha Lima. Jornais: O Rebate (1919); O Succo (1921); O Vaqueano (1932); União (1932); A Voz do 13 (1965); O Tigre. In: GRIGIO, Ênio; BRUNHAUSER, Felipe Farret; OLIVEIRA, Franciele Rocha de; RODRIGUES, Luiz Fernando dos Santos da Silva; LIMA, Taiane Anhanha. **Organizações negras de Santa Maria**: primeiras associações dos séculos XIX e XX. [recurso eletrônico]. Santa Maria, RS: GEPA UFSM, 2020.

<sup>54</sup> Club de Foot Ball 7 de Setembro (1916); Sport Club Rio Branco (1920). GRIGIO et al, 2020, op. Cit.

<sup>55</sup> Centro Etiópico Monteiro Lopes (1909). GRIGIO et al, 2020, op. Cit.

<sup>56</sup> Irmandade Nossa Senhora do Rosário (1873). GRIGIO et al, 2020, op. Cit.

<sup>57</sup> União Familiar (1896); Sociedade da Rosa (1897); Sociedade Cravo e Rosa (1898); Sociedade Treze de Maio (1903); Sociedade Rosa Branca (1904); Sociedade União SantaMariense (1910); 28 de Setembro (1913); Grupo dos Artistas (1919); Sociedade Recreativa Floresta Aurora (1920); Sociedade Floresta (1922); Thesouras (1932); Sociedade União Beneficente/Sociedade União Social (1932); Sociedade Elite; Renascença. GRIGIO et al, 2020, op. Cit.

<sup>58</sup> Sociedade Carnavalesca 77777 (1919); Sociedade Esmeralda (1919); Sociedade Carnavalesca Rancho O Succo (1923); Sociedade Recreio da Mocidade (1925); Sociedade Carnavalesca Os Cardeais (1925); Bloco da Juventude (1935). GRIGIO et al, 2020, op. Cit.

<sup>59</sup> GINZBURG, Carlo. *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Companhia das Letras, São Paulo, 1989.

<sup>60</sup> GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O Nome e o Como: troca desigual no mercado historiográfico. In: **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

<sup>61</sup> GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. 1989, Op. Cit., p. 173-174.

Para isso, os autores definem tal procedimento: “o fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome”. A partir do nome “encontramos dados seriais (em geral de período curto, mas nem sempre) com os quais é possível reconstruir o entrelaçado de diversas conjunturas”<sup>62</sup>. Daí, a busca se deu através dos registros civis e cartoriais e no livro *Organizações negras de Santa Maria*, obra que compõe nosso corpus bibliográfico, mas também, é lida como fonte histórica. Em alguns casos, conseguimos realizar entrevistas com os descendentes de tais famílias ou, ainda, dialogar com pesquisadores do Grupo de Estudos sobre o pós-Abolição (GEPA/UFSM) acerca do contato com estes sujeitos e na troca de informações.

Entre as histórias reconstituídas ao perseguir o nome de sujeitos históricos, as trajetórias das populações negras brasileiras recebem destaque, em diversos contextos e locais do Brasil<sup>63</sup>. Percorrendo os rastros deixados pelos próprios indivíduos no passado, e os produzidos por outros, observamos essas agências na geração de sujeitos negros que tiveram em sua família antepassados que vivenciaram o período da escravidão como pessoas escravizadas, livres e libertas, compondo e construindo a educação da cidade.

Noemi Santos da Silva, ao pesquisar sobre o letramento de escravizados, libertos e ingênuos no Paraná provincial, reflete sobre as fontes possíveis para observar essas realidades:

Os arquivos brasileiros estão repletos de indícios que atestam esse fato. Anúncios como os de venda e fuga de escravos, testamentos, assinaturas de cativos e descrição de escravizados em processos crime ou documentos judiciais são alguns exemplos da documentação disponível aos historiadores que vêm tratando o tema, visando assim compreender a vida escrava em sua complexidade<sup>64</sup>.

Contudo, a autora retoma as dificuldades da pesquisa, as quais também encontramos: “a investigação ainda se deparou com a limitação documental referente às aulas regulares, em função dos escassos mapas escolares que mencionassem a condição do alunado”<sup>65</sup>. Assim como a historiadora Eliane Peres, que percebeu o *silêncio das fontes* quanto a cor dos alunos em matrículas de um curso noturno em Pelotas/RS, durante as

---

<sup>62</sup> GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. 1989, Op. Cit., p. 173-174.

<sup>63</sup> DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez. 2009.

<sup>64</sup> SILVA, Noemi Santos da. **O “batismo na Instrução”**: projetos e práticas de instrução formal de escravos libertos e ingênuos no Paraná Provincial. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014. P. 2.

<sup>65</sup> SILVA, Noemi Santos da. 2014, Op. Cit., p. 183.

últimas décadas do século XIX<sup>66</sup>. Além disso, Santos comenta que “o ‘silêncio’ dessa modalidade de documentação também instiga à busca de *outros caminhos empíricos* que indiquem outras formas de contato desses setores sociais com o ensino básico”<sup>67</sup>. Entre estes caminhos, investigamos em fontes escritas cartoriais, eclesiásticas, da imprensa, produzidas pela Intendência Municipal e pelas organizações negras, assim como as fontes orais. Estas fontes históricas foram nossos guias para contribuir na construção de uma historiografia que evidencie os protagonismos negros na educação, em Santa Maria/RS.

Carlos Eduardo Costa em estudo sobre o uso do registro civil para análises referentes às trajetórias coletivas negras no pós-Abolição, ressalta que “torna-se necessário alavancar essa documentação com a força de uma fonte histórica”<sup>68</sup>. Nesse sentido, também buscaremos no registro civil alguns indícios das relações tecidas pelos sujeitos protagonistas em nosso estudo, tanto no século XIX, quanto no decorrer do século XX. Estes registros e outras fontes, como as matrículas escolares, nos permitem conhecer pessoas próximas aos indivíduos que seguem a linha narrativa de nosso estudo, seus familiares.

Conhecendo estas famílias, podemos acompanhar os diferentes estágios de vida de cada pessoa. Assim como, perceber em que medida a trajetória de um indivíduo é atravessada por outras experiências coletivas. Junto da família, estão também sujeitos que viveram em um mesmo contexto e tempo que nossos protagonistas, que foram amigos, vizinhos, colegas, entre outras pessoas conhecidas. Ainda que não abarcaremos a totalidade de suas redes de convivências, vale conhecermos suas existências, na sua pluralidade. Estas redes, além de construírem laços diversos, edificaram espaços de sociabilidades, educativos e de trabalho, seja pela ação literal do verbo, de erguer territórios, como na ação de construir por suas presenças e articulações diversas.

A temporalidade da pesquisa tem como marco a abolição da escravidão, 13 de Maio de 1888, e as décadas subsequentes, que correspondem ao primeiro período republicano brasileiro. Contudo, nossa investigação não está restrita a esse marco temporal – 1888-1930 – bastante convencional e frequente nas pesquisas acerca dos estudos sobre o pós-Abolição no Brasil. Por vezes, retrocedemos à data da abolição, e

---

<sup>66</sup> PERES, Eliane. Sob(re) os silêncios das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.4, p.75-102, 2002.

<sup>67</sup> SILVA, Noemi Santos da. 2014, Op. Cit., p. 183. Grifos nossos.

<sup>68</sup> COSTA, Carlos Eduardo C. da. O registro civil como fonte histórica: contribuições e desafios dos registros civis nos estudos do pós-Abolição, Rio de Janeiro (1889-1940). **Veredas da História**, [online], v. 9, n. 1, 2016. P. 137.

outras, dialogamos com os anos de 1940 a 1950, e também, as problemáticas contemporâneas. Explicamos: os sujeitos de nossa pesquisa, que conduzem nossa narrativa histórica, nasceram, atuaram e circularam por espaços históricos da cidade e região, tanto antes do marco de 1888, quanto após 1930. Assim, as trajetórias destes sujeitos demandam que a pesquisa rompa com uma delimitação temporal que corresponda, tão somente, ao modelo de organização política. O que centra nossa análise é a liberdade e a cidadania negra, vivenciada e reivindicada mesmo antes da abolição, e pelas lutas empreendidas após a abolição, as cotidianas e articuladas com a busca e reinvidicação por melhores condições de vida, moradia, lazer, trabalho e educação. Nas páginas que se seguem, conheceremos alguns dos sujeitos que foram formação e atuação no campo educacional santa-mariense.

No primeiro capítulo, intitulado *As relações entre família, associativismo negro, trabalho e educação em uma cidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul no pós-Abolição*, dissertaremos sobre o contexto histórico da cidade de Santa Maria, entre a escravidão e liberdade, a partir da trajetória da família Paz entre o associativismo e a educação formal. Assim como, vamos percorrer iniciativas de trabalhadores quanto ao acesso em espaços escolares no início do século XX. E também, analisaremos as relações entre a organização de jornais da imprensa negra, seus redatores e leitores, com a educação.

O capítulo 2, *Da letra da lei ao cotidiano: exclusão e participação negra na cidadania*, vamos percorrer a legislação educacional do Rio Grande do Sul durante o período imperial, a fim de compreendermos as exclusões raciais e sociais presentes em tal documentação. Para assim, entender a dimensão das reivindicações por melhores condições de acesso a aulas e escolas, por parte da população pobre da cidade, branca e negra, no alvorecer da República. Além disso, debatemos de maneira breve, os significados do votar nas primeiras décadas do século XX, a partir do título de eleitor de um homem negro, pertencente à família Maia.

Já no capítulo 3, *Retratos negros em iniciativas religiosas na educação em Santa Maria/RS*, investigamos a presença de crianças e jovens negros e negras em iniciativas religiosas no campo da educação na cidade no início do século XX. Tais como a Escola São Miguel, Colégio São Luís e o Orfanato São Vicente de Paulo. A análise de fotografias foi uma das principais metodologias abordadas nesta seção, junto das fontes jornalísticas. A partir disto, percebemos os estigmas e termos pejorativos acionados à juventude negra por parte dessa religiosidade. Assim como, o papel destinado à educação de meninos e

meninas neste período.

O último e quarto capítulo, *Vivências negras: do estar na escola ao exercício do magistério na cidade*, traz em seu cerne duas trajetórias escolares, de Inácia Cruz e Armenio Moraes. Ambos foram estudantes negros nas classes de Santa Maria, que se tornaram professores entre as primeiras décadas do século XX. Assim como, tiveram ancestrais escravizados que conquistaram suas liberdades durante o período escravocrata. Os registros cartoriais e civis, entrevistas com familiares interlocutores e fotografias, foram as principais fontes analisadas nesta seção. A partir de suas vivências, observamos como as relações de classe, gênero e raça se articularam com os espaços escolares.

As trajetórias individuais e familiares pesquisadas, fazem parte de um universo muito maior de histórias e memórias que a cidade de Santa Maria abriga. Portanto, este estudo não pretende esgotar tal temática, mas complexificar questões nacionais através da redução da escala de análise<sup>69</sup> para nível regional. Desta forma, esperamos que o leitor e leitora ao conhecer e dialogar com o texto que segue, compreenda parte do universo da educação brasileira e as experiências negras neste âmbito de nossa sociedade.

---

<sup>69</sup> REVEL, Jacques (Org.). **O jogo de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

## 2.0 CAPÍTULO I – AS RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA, ASSOCIATIVISMO NEGRO, TRABALHO E EDUCAÇÃO EM UMA CIDADE DO INTERIOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NO PÓS-ABOLIÇÃO

Neste capítulo pretendemos debater as experiências de homens e mulheres negras em diferentes âmbitos da sociedade dos anos finais da escravidão, adentrando às primeiras décadas do século XX. Os sujeitos serão nossos fios condutores para observar uma Santa Maria negra desde sua origem, o contexto de criação de organizações negras no pós-Abolição, e buscar compreender os significados de espaços de sociabilidades e as possíveis relações com processos educacionais, formais e informais.

As diferentes trajetórias negras, pessoais e familiares, apresentadas a seguir, versam na interlocução com as temáticas da educação, associativismo e trabalho. Assim, as principais fontes consultadas para este capítulo foram registros cartoriais e civis, censos demográficos, matrículas escolares, requerimentos enviados à Intendência Municipal, documentos produzidos pelas organizações negras, como as atas de reuniões da Sociedade Treze de Maio (fundada em 1903) e jornais da imprensa negra, sobretudo o periódico *O Succo* (criado em 1922), ambas associações negras de Santa Maria. Deste modo, identificamos seus nomes, relações pessoais e familiares, ocupações profissionais e locais de circularidade na cidade, traçando uma relação entre organizações negras, famílias e educação neste período.

\*\*\*

No ano de 1937, entre as muitas matrículas escolares de crianças e jovens na cidade de Santa Maria, interior do estado do Rio Grande do Sul, encontramos Pedro Paz como estudante do curso Elementar da Escola Elementar Olavo Bilac. De cor designada como *preta*<sup>70</sup>, tinha 9 anos de idade quando do registro de sua matrícula, filho de Irineu Paz, militar, e de Julieta Paz, labores domésticos<sup>71</sup>. No ano seguinte, Pedro foi novamente matriculado<sup>72</sup>, junto de seu irmão Valter dos Santos Paz, este designado como de cor

---

<sup>70</sup> As palavras em itálico neste capítulo fazem referência aos termos que constam nas fontes.

<sup>71</sup> Livro de Matrículas da Escola Elementar. Ano de 1937. P. 170. Acervo Histórico do Instituto de Educação Estadual Olavo Bilac.

<sup>72</sup> Livro de Matrículas da Escola Elementar. Ano de 1938. P. 195. AHIEEOB.

*preta* e no campo *Observação* aparece que se retirou posteriormente da escola<sup>73</sup>. Consta nos registros endereços diferentes, Pedro residente na Avenida Paulista, nº 1322, enquanto Valter residia na Rua Silva Jardim, nº 217. O pai, Irineu Paz, aparece exercendo a profissão de alfaiate em ambas matrículas, divergindo do ano anterior. É provável que esta última profissão fosse sua principal ocupação<sup>74</sup>, pois nos autos de seu casamento com Edelcy Correa no ano de 1932, consta que Irineu Paz era de profissão alfaiate e que sabia escrever<sup>75</sup>.

De nacionalidade brasileira e religião católica, esta família negra protagoniza, junto a outras, um dos principais espaços escolares da cidade, criado em 1901 e em funcionamento até os dias atuais. Em pesquisa anterior, desenvolvemos uma estimativa da presença negra nesta escola nos anos de 1937 e 1938, a partir de matrículas escolares, as quais são importantes fontes também para a presente pesquisa. As matrículas daqueles dois anos traziam as seguintes informações: nome, cor, idade, filiação paterna e/ou materna, nacionalidade, endereço, religião, profissão paterna e/ou materna, classe e observações. Através destes registros, identificamos uma não homogeneidade branca, expressa na presença de estudantes designados nas categorias de cor *branca*, *mixta* e *preta*. Os percentuais encontrados para a presença negra neste período na Escola Elementar Olavo Bilac foram de 14% em um universo de 1.379 matrículas<sup>76</sup>, somando as cores *mixta* e *preta*, por considerar a categoria *mixta* semelhante à categoria pardo presente no censo da época, de 1940.

Além da rica informação sobre as cores do alunado, os campos da filiação e das profissões dos responsáveis nos permitiram realizar uma radiografia social acerca daquela comunidade escolar, que junto dos alunos e professores, era formada também por seus familiares. Assim, observamos elementos relacionados à classe, gênero e raça com ênfase à família e às ocupações profissionais de indivíduos negros e brancos na década de 1930

---

<sup>73</sup> Livro de Matrículas da Escola Elementar. Ano de 1938. P. 206. AHIEEOB.

<sup>74</sup> De acordo com o historiador Guilherme Pedroso, em sua pesquisa sobre trabalhadores negros em Alegrete/RS, a profissão de “militar”, sobretudo quando empreendida por homens pobres e negros no pós-Abolição, configurava-se enquanto uma ocupação, em muitos casos, sazonal. Sobre isso, ver mais em: PEDROSO, Guilherme Vargas. **Nas margens da República**: trabalhadoras e trabalhadores negros no Alegrete/RS pós-abolição (1889-1890). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2023.

<sup>75</sup> Registro Civis de Santa Maria. Habilitação de Casamento de Irineu Paz e Edelcy Correa. Santa Maria, 05 de maio de 1932. *Family Search*. Microfilme 102087632.

<sup>76</sup> MEDEIROS, Alcília Quinhones. **“Branços, mixtos e pretos”**: O perfil social e racial do alunado da Escola Elementar Olavo Bilac na década de 1930, em Santa Maria/RS. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2021. P. 87. **Fonte**: Livro de Matrículas da Escola Elementar (1937-1938). Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac.

em Santa Maria/RS. Sobre as profissões ocupadas pelas mulheres responsáveis pelos estudantes, os *labores domésticos* foram os de maior ocorrência (389 em um universo de 543 nomes) entre as 20 profissões contabilizadas. Realizamos os percentuais das ocupações que apareceram mais de uma vez na fonte (8), e observamos que “as mães de estudantes de cor *mixta* e *preta* desempenham mais atividades consideradas fora do lar do que mães de estudantes de cor branca, em dados percentuais”. Por exemplo, a profissão de Lavadeira, “conforme a cor de seus filhos: *branca* (7%), *mixta* (21%) e *preta* (34%). Já os percentuais de Labores domésticos somam, respectivamente: *branca* (77%), *mixta* (52%) e *preta* (45%). Sobre o ofício de Costureira: *branca* (9%), *mixta* (19%), *preta* (19%)”<sup>77</sup>.

Já para as profissões desenvolvidas pelos homens responsáveis, em sua grande maioria os pais, contabilizamos mais de 70 ocupações e para melhor serialização, tabelamos as que apareciam mais de 3 vezes para realizar os dados percentuais. Com isso, constatamos que os pais de estudantes de cor *branca* apresentavam maioria entre os donos de meios de produção e/ou estabelecimentos econômicos, como as profissões de industrialista, estancieiro, comerciante e farmacêutico. Além disso, este grupo foi majoritário em profissões que necessitavam de curso superior, como Direito e Odontologia. Ou seja, as “profissões ligadas à cursos superiores e à donos de meios de produção ou estabelecimentos econômicos são quase exclusividade de pais de estudantes *brancos*”<sup>78</sup>. Uma vez que para os pais de estudantes de cor *mixta* e *preta*, as “profissões ligadas ao trabalho braçal, em trabalhadores que vendem sua força de trabalho, e especializadas também, como as categorias ferroviário, marceneiro, cozinheiro, pedreiro e chauffeur (precisava saber dirigir), estão em maioria”<sup>79</sup>. Assim como as ocupações de militar e de ferroviário, importantes polos econômicos da cidade, conforme veremos adiante, foram profissões que serviram de caminho para ascensão social e econômica de famílias negras no pós-Abolição.

Junto a este cenário que acessamos a partir da construção de um banco de dados com as matrículas, traçando um perfil racial e social do alunado da Escola Elementar Olavo Bilac e de seus responsáveis, outros possíveis indícios sobre as participações

---

<sup>77</sup> MEDEIROS, Alícia Quinhones. 2021, op. Cit., p. 93.

<sup>78</sup> MEDEIROS, Alícia Quinhones. 2021, op. Cit., p. 99.

<sup>79</sup> MEDEIROS, Alícia Quinhones. 2021, op. Cit., p. 99. Sobre as ocorrências das profissões de pais de estudantes “de cor *mixta* e *preta*, respectivamente, em maior quantidade são: militar, 9 e 8; ferroviário, 8 e 4; pedreiro, 5 e 7; comerciante/comércio, 2 e 3; operário, 1 e 4; agricultor, 3 e 1; marceneiro, 2 e 2; soldado, 2 e 2; chauffeur, 1 e 2; cozinheiro, 1 e 2” (Idem, Ibid.).

negras no campo educacional de Santa Maria foram pensados. Como por exemplo, a relação entre famílias negras e organizações negras, com processos de escolarização de jovens e crianças de seus círculos de convívio e socialização. Observa-se na Imagem 1, um mapeamento das organizações negras da cidade entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, com o apontamento da localização da escola (em vermelho) na qual estão inseridos os personagens das matrículas referidas acima.

**Imagem 1** - Mapa das Organizações Negras de Santa Maria e localização da Escola Elementar Olavo Bilac (séculos XIX e XX)



**Fonte:** Mapa desenvolvido por Luciele Oliveira e Felipe Farret Brunhauser, a partir de levantamento sobre a localização das associações negras de Santa Maria. IN: GRIGIO *et al.* 2020, op. Cit. Inserimos a flecha em vermelho na imagem original, para sinalizar a Escola Elementar Olavo Bilac.

A partir da imagem, podemos observar que a escola fundada no ano de 1901 está localizada a poucas quadras da maioria das organizações negras da cidade, que foram erguidas em bairros de maioria negra no início do século XX, chamado Vila Rica<sup>80</sup>, e

<sup>80</sup> Ênio Grigio buscando informações sobre a região que foi erguida a Irmandade Nossa Senhora do Rosário, observou a partir de notícias de jornais do final do século XIX e início do século XX se tratar de um bairro negro. Ver mais no Capítulo 6.1.3 “Vila Rica: um bairro negro” In: GRIGIO, Ênio. 2016, Op. Cit.

próximo à Vila Operária Brasil<sup>81</sup>, espaço de moradia de muitos trabalhadores negros. Em ambos os bairros foram criadas diferentes associações negras, fundadas por homens e mulheres negras moradores desta região, que neste contexto fazia parte dos arrabaldes de Santa Maria. Dito isto, com a localização do nome dos estudantes e de seus responsáveis, buscamos os mesmos indivíduos em outros espaços para além da escola. Entre o alunado negro, reconhecemos seus familiares e ancestrais vivenciando os espaços negros de sociabilidade da cidade, como nas sedes do jornal da imprensa negra e dos clubes carnavalescos e sociais. A historiografia que toma a cidade de Santa Maria/RS como lócus de pesquisa, tem evidenciado as diversas agências e experiências de homens e mulheres negros, entre a escravidão e a liberdade.

As pesquisas de Giane Vargas Escobar<sup>82</sup> evidenciam a memória e atuação de um clube social negro criado após a abolição, a Sociedade Treze de Maio/Clube 13 de Maio, que no início do século XXI, torna-se Museu Comunitário. A historiadora Franciele Rocha de Oliveira<sup>83</sup> e Ênio Grigio<sup>84</sup>, realizaram estudos sobre o associativismo negro através do clube social União Familiar e da Irmandade Nossa Senhora do Rosário. Assim como, os estudos de Gabriela R. dos Santos acerca do universo de mulheres pobres, suas relações entre trabalho, gênero e raça no início do século XX, a partir de registros hospitalares e processos crime<sup>85</sup>. As pesquisas de Luís Fernando Rodrigues sobre as relações de trabalho, conflitos e solidariedades entre trabalhadores negros do transporte

---

<sup>81</sup> Franciele Rocha de Oliveira em pesquisa sobre o clube negro União Familiar, observou em notícias de jornais, nos relatos orais de antigos sócios e em processos criminais, “um espaço de convivência de trabalhadores da cidade”, marcada “por conflitos, rivalidades e tensões, sem deixar de ser também um espaço de lazer, festividade e moradia” (OLIVEIRA, 2016, p. 88). Sobre a Vila Operária Brasil, ver especialmente o subcapítulo 2.2 “A Vila Brasil: moradias operárias, espaços de lazer e conflitos sociais” In: OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Moreno Rei dos astros a brilhar, Querida União Familiar**. trajetória e memórias do clube negro fundado em Santa Maria, no Pós-Abolição. Santa. Santa Maria: Câmara de Vereadores de Santa Maria: 2016.

<sup>82</sup> ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes sociais negros**: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. ESCOBAR, Giane Vargas. **“Para encher os olhos”**: identidades e representações culturais das rainhas e princesas do Clube Treze de Maio de Santa Maria no jornal A Razão (1960-1980). Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

<sup>83</sup> OLIVEIRA, Franciele Rocha de. 2016, Op. Cit. OLIVEIRA, Franciele Rocha de. 2017, Op. Cit.

<sup>84</sup> GRIGIO, Ênio. **“No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse”**: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). São Leopoldo, 2016.

<sup>85</sup> SANTOS, Gabriela Rotilli dos. **Na saúde e na doença**: perfil social das mulheres pobres na Santa Maria/RS do início do século XX (1903-1913). Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017. SANTOS, Gabriela Rotilli dos. **Desabusadas e levadas do diabo**: mulheres pobres no ambiente urbano de Santa Maria no início do século XX (1903-1918). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2021.

urbano na cidade, também no pós-Abolição<sup>86</sup>. Estes estudos evidenciam a cidade de Santa Maria protagonizada por homens e mulheres negras, trabalhadores e trabalhadoras, durante o pós-Abolição. A partir desta historiografia e de novas problemáticas, podemos observar as relações sociais dos sujeitos de nosso estudo com o campo educacional santamariense.

Segundo consta em registros cartoriais, Pedro Paz e Valter Paz são netos de Laurentino Paz, nome conhecido no meio organizativo das associações negras da cidade no início do século XX. Entendemos que estes meninos, que antes de se tornarem alunos de uma escola pública da cidade durante os anos finais da década de 1930, tiveram suas próprias trajetórias e vivências familiares anteriores àquele espaço escolar. Buscar e tentar reconstituir os fragmentos destas trajetórias, tem como objetivo a compreensão da complexidade das experiências destes sujeitos e de suas famílias. Assim, entender a estrutura familiar, as relações de trabalho, condições socioeconômicas, e as possíveis conexões com a educação, no seu sentido amplo, informam sobre as maneiras pelas quais estes sujeitos vivenciaram à sociedade após a abolição da escravidão e em princípios da República.

Laurentino Paz era natural do estado do Rio Grande do Sul, estima-se que tenha nascido por volta de 1861, filho natural de Maria Jacintha. O termo filho natural se refere àquelas crianças nascidas de relações não legitimadas pela Igreja Católica, como foi o caso de Laurentino, uma vez que dos registros cartoriais localizados, somente o nome de sua mãe aparece<sup>87</sup>. O filho de Maria Jacintha nasceu durante o período em que a escravidão vigorava no Brasil. Por conta das poucas informações presentes na documentação, não sabemos ao certo a condição jurídica de sua mãe, se fora escravizada, liberta ou mulher negra livre, ou ainda, a sua nacionalidade, se africana, ou nascida no Brasil, descendente de africanos. Na geração subsequente, dados mais detalhados começam a aparecer, como em documentos de habilitação de casamento, batismos, entre outros. Na geração de Laurentino, podemos saber apenas que seu nascimento foi no estado do Rio Grande do Sul, localidade onde Maria Jacintha residia no momento do seu batismo.

---

<sup>86</sup> RODRIGUES, Luiz Fernando dos Santos da Silva. **Carroceiros, boleiros e chauffeurs: os trabalhadores do setor dos transportes urbanos em Santa Maria durante a Primeira República**. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2021.

<sup>87</sup> Tal prática atravessa a República através dos registros civis. Segundo Carlos Eduardo Costa, “nada superou a diferenciação de peso judicial entre homens e mulheres no código, uma vez que as mulheres caso se apresentassem sem seus respectivos cônjuges não podiam registrar seus filhos como legítimos” (COSTA, 2016, p. 119).

Uma década após a abolição da escravidão, aos cinco dias do mês de março de 1898, na cidade de Santa Maria da Boca do Monte, Laurentino Francisco Paz, já com trinta anos, exercendo a profissão de jornalista, designação que abrange diferentes ocupações profissionais, ou ainda, que define aquele indivíduo que vende sua força de trabalho por jornadas, “atividade remunerada que era realizada por jornal, isto é, por um tempo determinado, geralmente curto e que não carecia de qualquer especialização”<sup>88</sup>. Naquele ano, oficializou o matrimônio com a mãe dos seus futuros filhos. Nos autos do casamento, Vicentina de Moura Falcão afirma que reside em Santa Maria, e que também nasceu neste Estado, com dezessete anos de idade, sem profissão reconhecida no momento do registro e sendo filha natural de Maria Carolina<sup>89</sup>. Os dois tiveram quatro filhos e duas filhas, conforme encontramos em registros civis.

No ano de 1904 nasceu Adão Paz<sup>90</sup>, junto ao nome de seus pais, apenas os nomes das avós, paterna e materna, aparecem no registro. Ambas naturais deste Estado e sendo Maria seu primeiro nome, Maria Jacintha por parte de pai, e de mãe, Maria Carolina. Em 1907, nasceu Valdomiro Francisco Paz<sup>91</sup>, em seu registro de nascimento, sua mãe Vicentina aparece como empregada em serviços domésticos. Irineu Paz nasceu em 1909<sup>92</sup>, e alguns anos após, viria a primeira filha, Eva Paz em 1913. Falecida no mesmo ano com poucos meses de vida, em seu registro era designada como de cor *preta*<sup>93</sup>. Assim como mais dois filhos do casal, que após poucos meses de vida, acabaram falecendo por causas naturais. Alfredo Francisco Paz faleceu aos 4 meses de idade, cor designada como *parda*, e residindo à Rua Ipiranga, no ano de 1915<sup>94</sup>. E um ano após, Maria Francisca Paz

---

<sup>88</sup> CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Entre a solidariedade e a animosidade**: os conflitos e as relações interétnicas populares - Santa Maria 1885-1915. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2005. p. 73-4.

<sup>89</sup> Registros Civis de Santa Maria, Casamentos – 1876-1889. Habilitação de casamento de Laurentino Francisco Paz e Vicentina de Moura Falcão, Santa Maria, 05 de março de 1898. *Family Search*. Micro Filme 004090491. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-89L8-XL89?i=795&cat=387540> >. Acesso em: 24 de abr. de 2023.

<sup>90</sup> Registros Civis de Santa Maria, Nascimentos - 1889-1909. Nascimento de Adão Paz, 08 de julho de 1904. Santa Maria. *Family Search*. Micro Filme 004090319.

<sup>91</sup> Registros Civis de Santa Maria, Nascimentos - 1889-1909. Nascimento de Valdomiro Francisco Paz, 07 de fevereiro de 1907. Santa Maria. *Family Search*. Micro Filme 004090319.

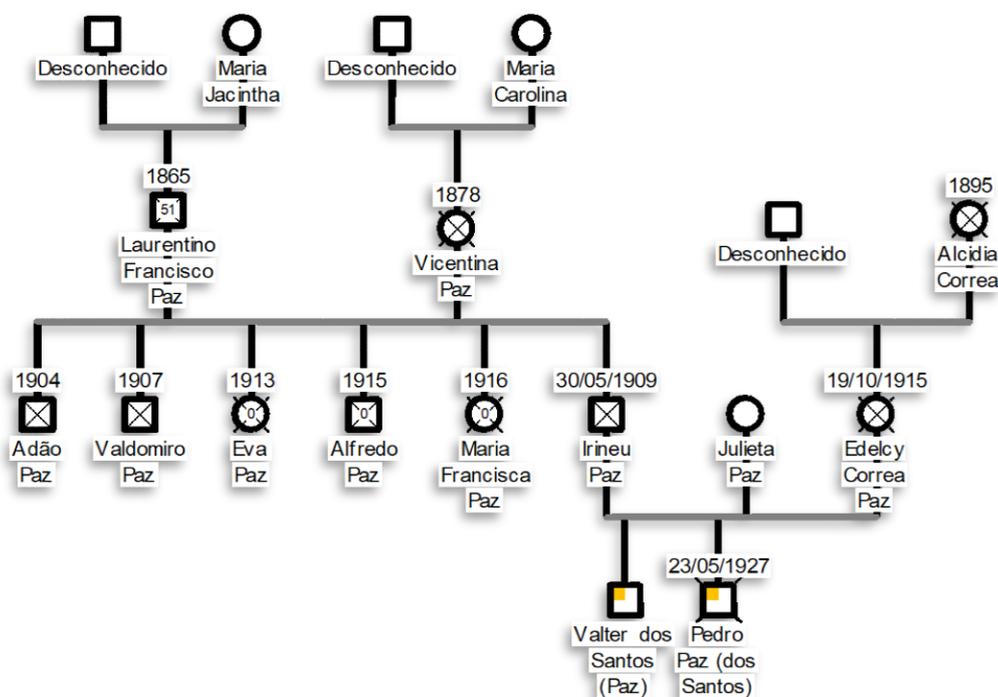
<sup>92</sup> Registros Civis de Santa Maria, Nascimentos - 1889-1909. Nascimento de Irineu Paz, 02 de abril de 1909. *Family Search*. Micro Filme 004090319.

<sup>93</sup> Registro Civis de Santa Maria, Óbito de Eva Paz, 19 de novembro de 1913. Santa Maria. *Family Search*. Microfilme 004090490. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-99L8-XF5J?cc=3741255> >. Acesso em: 24 de abr. de 2023.

<sup>94</sup> Registro Civis de Santa Maria, Óbito de Alfredo Francisco Paz, 30 de junho de 1915. Santa Maria. *Family Search*. Microfilme 004090490. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-99L8-XNKM?cc=3741255> >. Acesso em: 24 de abr. de 2023.

nasceu<sup>95</sup>, designada como de cor *preta*, levando em seu nome possíveis homenagens às avós, por Maria, e ao pai, por meio do Francisca. Quem declarou seu falecimento foi Djalma Paz, possível parente da família<sup>96</sup>, pois um mês antes, Laurentino Francisco Paz faleceu em decorrência de uma tuberculose pulmonar. Deixando uma esposa e filhos menores, em seu registro de óbito consta que ele falecera aos 55 anos de idade, no ano de 1916. Era natural deste Estado, jornaleiro, profissão exercida desde seus 20 anos, e de cor *preta*<sup>97</sup>.

**Imagem 2** - Genograma da família de alunos da Escola Elementar Olavo Bilac (Família Paz, década de 1930)



**Fonte:** Genograma parcial desenvolvido a partir de registros civis e cartoriais localizados no site *Family Search* e no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>95</sup> Registro Civis de Santa Maria, Óbito de Maria Francisca Paz, 07 de dezembro de 1916. Santa Maria. *Family Search*. Microfilme 004090490. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-99L8-XNFL?cc=3741255>>. Acesso em: 24 de abr. de 2023.

<sup>96</sup> Sobre o ato de declarar o nascimento da criança nos registros de nascimento, “o declarante deveria ser, em primeiro lugar, o pai da criança, e, se esse estivesse impossibilitado, era dever da mãe registrar; se ambos não pudessem declarar, algum parente próximo deveria se apresentar ao cartório (Art. 57)” (COSTA, 2016, p. 122). Portanto, Djalma Paz pode ser considerado um parente da família.

<sup>97</sup> Registro Civis de Santa Maria, Óbito de Laurentino Francisco Paz. 25 de novembro de 1916. Santa Maria. *Family Search*. Microfilme 004090490. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-99L8-XXNR?cc=3741255&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A8TLW-J62M>>. Acesso em: 24 de abr. de 2023.

Junto à Vicentina, adentrando nas duas primeiras décadas do novo século, Laurentino Francisco Paz vivenciou e protagonizou espaços do associativismo negro de Santa Maria, junto a tantos outros homens e mulheres negras que arquitetaram, com diferentes motivações e objetivos, trinta organizações negras na cidade<sup>98</sup> até então conhecidas entre final do século XIX e até meados do século XX. Com a intenção de congregar seus semelhantes e criar espaços próprios de cultura, lazer e sociabilidade no período do pós-Abolição, em um território que a pouco mantinha um grande contingente de pessoas escravizadas, libertas e livres durante o século XIX.

Santa Maria da Bocca do Monte, território do interior da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, segundo Ênio Grigio, “nasceu sob o signo da escravidão” e “embora o surgimento da cidade não esteja diretamente relacionado ao regime escravista, sua história está intrinsecamente ligada à utilização de indivíduos escravizados<sup>99</sup>”. Ao mesmo tempo que haviam experiências negras em cativeiro, houveram experiências negras em liberdade, seja de indivíduos negros libertos ou os nascidos livres. Segundo o Censo do ano de 1858, cujos dados foram compilados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), Santa Maria apresentava os seguintes percentuais demográficos: 5.110 habitantes, dos quais 966 eram escravizados e 20 libertos<sup>100</sup>.

Como aponta o historiador Ênio Grigio, “não é um número que deve ser desprezado. Se somarmos os 966 escravos, os 20 libertos e mais alguns livres, teremos uma população negra muito significativa desde a fundação do município”<sup>101</sup>. Nas décadas seguintes, os dados do censo de 1872 nos possibilitam observar na cidade uma população escrava de 1.204, homens e mulheres, *pardos* e *pretos*<sup>102</sup>. Segundo as considerações de Grigio, o autor afirma que “os números demonstram uma configuração multiétnica entre a população [...]. Quase 40%, 4.268 livres, não eram brancos”<sup>103</sup> em um universo de 7.024 habitantes<sup>104</sup> na década de 1870. Os percentuais apresentados contrariam a imagem de

---

<sup>98</sup> GRIGIO et al. 2020. Op. Cit.

<sup>99</sup> GRIGIO, Ênio. 2016, Op. Cit., p. 84.

<sup>100</sup> Mapa Estatístico da População da Província classificada por idades, sexos, estados e condições com o resumo total de livres, libertos e escravos. In: Fundação de Economia e Estatística (FEE). De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981.

<sup>101</sup> GRIGIO, Ênio. 2016, op. Cit., p. 92.

<sup>102</sup> GRIGIO, Ênio. 2016, op. Cit., p. 90.

<sup>103</sup> GRIGIO, Ênio. 2016, op. Cit., p. 93.

<sup>104</sup> **Fonte:** Recenseamento do Brasil em 1872, Rio Grande do Sul, Paróquia de Santa Maria da Boca do Monte. Encontra-se disponível em: <https://archive.org/stream/recenseamento1872rs/ProvínciaDeS.PedroDoRioGrandeDoSul#page/n93/mode/2up> >. Acesso em: 26/08/2022.

uma “bonita aldeia suíça”<sup>105</sup> e de uma cidade hegemonicamente branca no centro do Estado, construída a partir de relatos de viajantes, memória monumental e midiática, pautada, principalmente, no processo imigratório europeu, sobretudo de alemães e italianos para Santa Maria.

Os dados censitários permitem tensionar percepções, que tomam como via de regra a inexistência da presença negra, escravizada, liberta e livre na cidade, desde o século XIX e/ou imaginavam ser uma presença pouco significativa ou não atuante. A pluralidade étnica do território foi marcada desde sua origem pela presença de indígenas, africanos, alemães, italianos, e seus descendentes. Pessoas negras escravizadas, livres e libertas “estavam presentes desde a origem da povoação, no centro da vila, nos seus arredores ou nas estâncias da região, exercendo os mais diversos trabalhos na agricultura, na pecuária ou no espaço urbano”<sup>106</sup>. Foi neste território, formado por uma população negra numerosa, que homens e mulheres negros e negras, como Laurentino Paz, se organizaram de diversas maneiras, seja através da formação de laços, de vivências no trabalho e/ou em redes de sociabilidades.

A cidade que Laurentino e Vicentina viveram, assim como outros locais da região Sul do Brasil, foi um espaço de imigração europeia durante o decorrer do século XIX. Em final do ano de 1877, imigrantes italianos chegaram à Santa Maria, onde havia lotes de terras demarcados para tais indivíduos, que “procuravam estabelecer suas famílias próximas a outras que tinham laços de reciprocidade, visando manter e reforçar na América as relações trazidas da Itália<sup>107</sup>”. Com a chegada dos imigrantes italianos, neste ano foi criado o Quarto Núcleo Imperial de Colonização Italiana. Um ano após, em 1878, “teve seu nome alterado para Colônia Silveira Martins”<sup>108</sup>, hoje elevada à cidade.

Assim como italianos, alemães e seus descendentes também ocuparam o território que hoje compreende Santa Maria, a partir da década de 1830. Principalmente na análise de inventários post-mortem, Fernando Nicoloso observou como se deu a inserção social e política, e a formação de uma elite local de alemães e descendentes analisando um grupo

---

<sup>105</sup> Relato de Robert Avé-Lallemant em sua viagem à Santa Maria da Boca do Monte, em 26 de março de 1858. In: MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio. **Santa Maria: Relatos e impressões de viagem**. Editora da UFSM, Santa Maria, 1997. P. 44.

<sup>106</sup> GRIGIO, Ênio. 2016, Op. Cit., p. 19.

<sup>107</sup> VENDRAME, Maíra Ines. Os imigrantes italianos e o município de Santa Maria (1878-1905). In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (Orgs.). **Nova História de Santa Maria: outras contribuições recentes**. Câmara Municipal de Vereadores. Santa Maria, 2012. P. 144.

<sup>108</sup> Segundo Vendrame: “No ano de 1886, a região colonial foi elevada à categoria de 4º Distrito de Santa Maria, sendo, então, denominada simplesmente Silveira Martins. Logo a seguir, o espaço que abrangia a ex-colônia se dividiu em três partes, passando os nascentes povoados à administração municipal de Santa Maria, Cachoeira do Sul e Vila Rica – futura cidade de Júlio de Castilhos” (VENDRAME, 2012, p. 153).

de 16 famílias de origem alemã, sobretudo do meio urbano da cidade durante o século XIX e princípios de República<sup>109</sup>. Ênio Grigio constatou que nesse período havia uma relação direta entre imigrantes alemães e a escravidão em Santa Maria, uma vez que a mão de obra cativa foi utilizada largamente pelos alemães e seus descendentes, refletindo por consequente em seu crescimento econômico e como "as casas comerciais, as fábricas, as salas de produção artesanal, as lavouras e as casas dos imigrantes alemães estavam servidas por mão de obra cativa"<sup>110</sup>.

Perseguindo o nome dos sujeitos, para além dos inventários, Grigio buscou em processos de compra e venda de escravos nos livros notariais de Santa Maria da Boca do Monte, vestígios de negociações de escravizados feitas por imigrantes e seus descendentes. Segundo o autor, muitos homens no momento de sua morte poderiam não mais ter escravos em sua posse, mas tiveram em algum período de sua vida. Localizou então a presença de escravos em 30 famílias de origem alemã em Santa Maria<sup>111</sup>, assim como estes documentos "revelaram existência de noventa e sete negociações em que o comprador de escravos era de origem alemã, no período de 1858 e 1888"<sup>112</sup>.

Concomitante à sociedade escravocrata, novos ideais de modernização foram incorporados à realidade santa-mariense. Quando nosso personagem Laurentino Paz estava passando da fase da juventude para a vida adulta, chegavam à cidade novas tecnologias de um novo tempo, como a instalação do telégrafo em 1876, da ferrovia em 1884 e da eletricidade na década de 1890. Com o entroncamento ferroviário, o espaço urbano circundante aos trilhos passou por modificações com o objetivo de tornar-se moderno, uma vez que "o fluxo de passageiros que viriam ou partiriam de Santa Maria aumentaria, visto que seria o ponto de confluência dos trilhos dos quatro cantos do Rio Grande. Por esse motivo, a cidade ganharia importância não só regional, mas também

---

<sup>109</sup> NICOLOSO, Fabrício Rigo. **Fazer-se Elite em Santa Maria-RS: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais – 1830/1891**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

<sup>110</sup> GRIGIO, Ênio. 2016, Op. Cit. p. 116. Sobre a relação entre imigrantes alemã e a escravidão em Santa Maria/RS, ver o capítulo 4.2 "Alemães e Senhores de Escravos" da tese de Grigio.

<sup>111</sup> Destas famílias, o autor nomeia: "15 das 16 famílias selecionadas por Nicoloso. São elas: Appel, Höehr, Scherer, Hoffmeister, Fischer, Beck, Niederauer, Weimann, Brickmann, Daudt, Druck, Cassel, Kessler, Krueel, Brenner. A única família que não identificamos a presença de escravos foi a dos Lenz. Além dessas famílias, eles poderiam ser encontrados também entre os Weber, Haag, Müller, Maleseder, Conrado, Hainn, Mergener, Fleck, Schirmer, Schnaider, Maurer, Kroef, Stock, Oestrich, Fryler, Edler e, claro, os Haeffner e os Becker, entre outros". (GRIGIO, Ênio. 2016, Op. Cit., p. 116).

<sup>112</sup> O autor ainda explica que considerou cada escravo comprado ou vendido como uma negociação: "Quando os vendedores eram alemães ou descendentes, as negociações somaram cinquenta e três casos. Desses, em vinte e três casos, as negociações eram entre os próprios imigrantes, ou seja, em que o vendedor era de origem alemã, assim como comprador" (GRIGIO, Ênio. 2016, Op. Cit., p. 137).

nacional"<sup>113</sup>.

Neste contexto, o espaço urbano e o rural de Santa Maria se entrelaçavam, mas segundo o historiador Alexandre Karsburg,

a expectativa em ter esse símbolo da modernidade – o trem – fez com que a elite política e intelectual se empenhasse de forma mais dinâmica na construção de uma nova configuração social, política e econômica para a cidade, interferindo em hábitos e costumes tradicionais<sup>114</sup>.

Entre as modificações do cotidiano trazidas pela corrente da modernidade no Brasil, em fins do século XIX e início do século XX, e colocadas em práticas pelos dirigentes locais, estavam mudanças no funcionamento da urbe, como as questões voltadas à higiene, ao lazer e ao trabalho, como na própria arquitetura da cidade, no erguer de palacetes, no alargamento de ruas e na inauguração de praças.

A notícia da Abolição da escravidão no Brasil, em 13 de maio de 1888, somando cerca de mais de três séculos de exploração escravista, chegou via telégrafo em Santa Maria<sup>115</sup>: “A cidade festeja com um grande desfile a abolição da escravatura, decretada naquele dia. Sinal de que já existia telégrafo em Santa Maria”<sup>116</sup>. Tomando apenas algumas linhas na obra *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto Município de São Martinho, 1787-1930*, do memorialista Romeu Beltrão, a abolição teve também outras interpretações. Ênio Grigio, analisando relatos de Edmundo Cardoso, observa que a festa tomava conta da cidade naqueles dias. Contudo, tomando os escritos que retratavam a versão da elite santa-mariense, o autor observou que

Era preciso fazer política, teatralizar e demonstrar apoio a causa abolicionista, mesmo que se tenha tido benefício com o escravismo ou resistência a libertar seus escravos até o último momento. No relato de Edmundo Cardoso, os negros são apenas espectadores, “se juntam às comemorações” para ouvir os discursos de uma elite política branca. Não há qualquer menção a um indivíduo negro que tenha proferido qualquer tipo de manifestação oral. Nenhum nome é citado. A estratégia de tentar controlar a população negra, por meio do discurso da benevolência dos senhores, deu-se até mesmo depois da assinatura da lei. Alguns proprietários, também de forma teatral, apesar da lei já ter garantido a liberdade, trouxeram seus escravos para abdicar deles publicamente, reforçando a ideia de bondade e generosidade e, com isso,

---

<sup>113</sup> KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **Sobre as ruínas da velha matriz**: religião e política em tempos de ferrovia (Santa Maria – Rio Grande do Sul - 1880/1900). Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. P. 68.

<sup>114</sup> KARSBURG, Alexandre de Oliveira. 2007, Op. Cit., p. 23.

<sup>115</sup> Sobre o processo da abolição da escravidão em Santa Maria, ver especialmente o capítulo 6 “Agora que estão sentados no banquete da formosa liberdade”: O renascimento da Irmandade no Pós-Abolição” In: (GRIGIO, Ênio. 2016, Op. Cit.).

<sup>116</sup> BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto Município de São Martinho, 1787-1930**. 3 ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013. P. 413.

investindo na permanência dos mesmos como trabalhadores livres, porém dependentes<sup>117</sup>.

Após a abolição, a demonstração de apoio à Lei Áurea por parte da elite foi percebida no ato de nomear estabelecimentos culturais e nomes de ruas com a data Treze de Maio, em “uma tentativa de garantir os dividendos políticos e sociais da abolição e manter na memória da população a benevolência senhorial”<sup>118</sup>. A construção dessa memória por parte da elite política na cidade de Santa Maria, se deu, por exemplo, na criação da Rua Treze de Maio<sup>119</sup> e na inauguração do primeiro teatro da cidade em 1889, o Theatro Treze de Maio<sup>120</sup>. Assim como foi registrada esta leitura da abolição para a cidade, percebemos outras lentes acerca do processo de abolição, sobretudo a partir de perspectivas de homens e mulheres negras habitantes de Santa Maria. Por exemplo, com a criação da Sociedade Treze de Maio no ano de 1903, como veremos adiante.

Sobre o contexto do desmonte da escravidão e o imediato pós-Abolição, Wlamyra Albuquerque aponta em seu estudo que o processo emancipacionista foi marcado pela racialização das relações sociais e pelas novas formas de hierarquização social. Segundo a autora, “num país secularmente escravista, a extinção do binômio escravo/senhor trouxe instabilidade para relações fundadas em antigas regras, ameaçou velhas políticas de sujeição e inclusão social, ainda que a abolição não as tenha extinguido”<sup>121</sup>. Uma nova realidade estava emergindo após a abolição e com o advento da República.

Segundo Sandra Pesavento, "a República encarnava o regime político que melhores condições teria para reelaborar as relações de dominação/subordinação e para

---

<sup>117</sup> GRIGIO, Ênio. 2016, Op. Cit., p. 159.

<sup>118</sup> GRIGIO, Ênio. 2016, Op. Cit., p. 162.

<sup>119</sup> Consultando as Atas da Câmara Municipal de Santa Maria, Grigio afirma: “No dia 26 de julho de 1888, a Câmara Municipal discutiu a abertura de uma rua em propriedades de João Daudt Filho, onde o engenheiro do município propôs “a denominação de Treze de Maio, por conter esta data uma época memorável para o Império, visto representar ela a sagração de um direito universal, que se resume na ideia de – liberdade -”. (GRIGIO, 2016, p. 162).

<sup>120</sup> Também com ação de João Daudt Filho, o Theatro Treze de Maio foi construído em cima da antiga Igreja da Matriz de Santa Maria, e com os materiais remanescentes de sua demolição. Em seu estudo sobre o processo de disputa em torno da Igreja da Matriz da cidade, Alexandre Karsburg afirma: “Segundo João Daudt Filho, “era antiga aspiração dos moradores da cidade a construção de um teatro (...)” Uma sociedade dramática comprara um terreno na Praça da Matriz para realizar tal feito, mas nunca conseguira concretizar a sua pretensão. Com o intuito de materializar tal objetivo, Daudt Filho adquiriu o terreno que estava abandonado, arrematou os materiais da velha matriz, conseguiu emprestado, do diretor da Estrada de Ferro, trilhos e vagões para o transporte das pedras da igreja até o local onde se ergueria o futuro teatro. Em 27 de janeiro de 1889, convocou uma reunião dos santa-marienses para auxiliarem na construção: dessa iniciativa foram subscritos 20 contos de réis para as obras” (KARSBURG, 2007, p. 70).

<sup>121</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. P. 97.

instaurar uma ordem jurídico-institucional legitimadora daquelas transformações"<sup>122</sup>. Baseada no positivismo comteano, que tinha como princípios norteadores a ordem e o progresso, a República emergente em 1889 trouxe novos elementos para a nova ordem do trabalho livre, como a disciplinarização do trabalhador e a suspeição à ociosidade, sobretudo à população negra. A coerção, vigilância e novo ordenamento aconteciam através “da polícia, da justiça e dos códigos de posturas municipais”<sup>123</sup>.

Pesavento atenta que ao longo do século XIX, os códigos de posturas municipais “complementavam, ao nível municipal, o que a legislação previa ao nível provincial e nacional: preservar, fiscalizar e reter a mão-de-obra servil que progressivamente ia se libertando da escravidão”<sup>124</sup>. Ao observar o contexto específico de Santa Maria, Silvana Grunewaldt destaca que o primeiro código de posturas da cidade foi criado em 1898, o qual se preocupou em ordenar e proibir ações consideradas imorais e indisciplinadas. A autora salienta que “ao mesmo tempo em que primava pela remodelação e modernização do espaço público, o código também procurou normatizar o uso desse espaço [...]”<sup>125</sup>.

Para o contexto após a década de 1880, que tinha como antecedentes a instalação da viação férrea e do núcleo populacional de imigrantes italianos em Silveira Martins<sup>126</sup>, Daniela Carvalho observou “um acelerado crescimento urbano e incremento populacional, bem como uma diversificação e dinamização das atividades econômicas do setor urbano”<sup>127</sup>. Com o objetivo de traçar um perfil dos populares que compunham a cidade em fins do século XIX e início do XX, a fim de fazer uma radiografia social deste segmento populacional através de processos criminais, a autora define Santa Maria como parte de um *caldeirão* cultural por conta da composição multiétnica da cidade. Espaço composto por imigrantes da Europa, em sua maioria, e da América do Sul, assim como brasileiros, brancos e negros, que ocupavam e formavam este território entre conflitos e animosidades, em um contexto de emergência após a Proclamação da República.

---

<sup>122</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Emergência dos subalternos. Trabalho Livre e ordem burguesa**. Porto Alegre: UFRGS, 1989. P. 14.

<sup>123</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. 1989, Op. Cit., p. 36.

<sup>124</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. 1989, Op. Cit. p. 38.

<sup>125</sup> GRUNEWALDT, Silvana. Santa Maria e a modernização da paisagem urbana no fim do século XIX e início do século XX. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (Orgs.). **Nova história de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: Câmara Municipal dos Vereadores, 2010. P. 343-344.

<sup>126</sup> A Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana de Silveira Martins foi criada em 21 de setembro de 1878, tendo sua emancipação acontecido em 19 de agosto de 1882 pelo Decreto 8644. (CARVALHO, 2005 apud SPONCHIADO, 1996, p. 58 a 60).

<sup>127</sup> CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Entre a solidariedade e a animosidade: os conflitos e as relações interétnicas populares - Santa Maria 1885-1915**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2005. P. 35.

Entre as animosidades citadas por Carvalho, os conflitos ocasionados pelo preconceito de cor faziam parte do contexto social. Como já foi observado para diferentes localidades do Brasil, durante a escravidão e no período após a abolição, homens e mulheres negros buscaram se congregarem em espaços próprios visto que o preconceito de cor por parte da população branca era sentido na proibição de acesso, intimidações e linchamento de pessoas negras em diferentes espaços de sociabilidades, como em clubes de futebol, sociedades políticas, e clubes sociais, por exemplo. Sobre este último tipo de organização, Fernanda Oliveira constata que

Os clubes sociais negros acabaram por se colocarem como a expressão máxima da busca por uma identidade negra positiva, visto primarem por um espaço que, mesmo quando não restrito a negros, exteriorizava uma identidade negra e preocupava-se com a manutenção de espaços em que os negros não passassem por constrangimentos proporcionados pelo preconceito dos não negros<sup>128</sup>.

Na construção de uma *identidade negra positiva* citada pela autora, os espaços de sociabilidades criados e voltados para a população negra foram erguidos por diferentes motivações no pós-Abolição. Aos 13 dias de Maio de 1903, na cidade de Santa Maria foi criado por 47 cidadãos, a Sociedade Treze de Maio<sup>129</sup>, que tinha como “fim a comemoração à gloriosa data treze de maio”<sup>130</sup>, em alusão à data da Abolição. Além desta importante data, a Sociedade também comemorava o 28 de setembro, “que implantou no Brasil a primeira semente da abolição da escravatura”<sup>131</sup>. A solene comemoração se deu

---

<sup>128</sup> SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços**: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. P. 23.

<sup>129</sup> Sobre a nomenclatura desta organização negra, Giane Escobar pontua que: "Inicialmente batizada com o nome “Sociedade Treze de Maio” foi a partir de 1946 que incorporou a palavra “Recreativa” em seu nome, passando a denominar-se “Sociedade Recreativa 13 de Maio”. Neste mesmo ano, após aprovação em Assembléia, recebeu a denominação de “Sociedade Recreativa Ferroviária 13 de Maio”, conforme Ata datada de 17 de novembro de 1946”. In: ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes sociais negros**: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2010. P. 100-101.

<sup>130</sup> Sociedade Treze de Maio. Livro de Atas 01 (1903-1914). AMTM. Em sua pesquisa, Giane Escobar destaca que "só foi possível registrar a fase inicial de construção da Sociedade 13 de Maio, pois uma antiga sócia e ex-presidente do Clube, Nilza Moura, guardou o Livro de Ata nº. 1 em sua residência e assim que soube da idéia de criação de um Museu da Cultura Negra em Santa Maria, o Museu Treze de Maio, ela imediatamente entrou em contato com a equipe do Museu e entregou esta documentação fundamental para o entendimento de parte da história da população negra santa-mariense” (ESCOBAR, 2010, p. 98). Ainda sobre esta rica documentação que retrata as origens de uma das mais antigas associações negras da cidade, a autora faz referência ao trabalho de "Augusto Britto, que no ano de 2009 digitalizou e transcreveu o Livro de Ata nº 1 da Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, de acordo com normas técnicas da Ciência Paleográfica, viabilizando dessa forma dar acesso às informações e o não manuseio do Livro original, que se encontra bastante deteriorado" (Ibid., p. 98). Paleografia a qual tivemos acesso e nos possibilitou a localização de Laurentino Paz e outros sujeitos nesta associação.

<sup>131</sup> Sociedade Treze de Maio. Livro de Atas 01 (1903-1914). Santa Maria, 28 de setembro de 1903. AMTM.

em residência de Sisnando de Oliveira, reunindo um grande número de sócios e sócias, onde se procedeu a leitura da ata da fundação e ofícios. O orador oficial, Ovídio Vicente do Prado, discorreu sobre a data e seus feitos, uma vez que conhecia a realidade da legislação através da vivência de sua esposa, Laura Joaquina, nascida filha de mulher escrava em 1873, portanto, criança do Ventre Livre<sup>132</sup>.

Após a fala de Ovídio, sucederam-se diversos oradores, representantes de sociedades irmãs, sobre a importância desta comemoração. Através das atas de reuniões da Sociedade Treze de Maio, podemos adentrar em parte do cotidiano desta organização negra, observando quais eram as ações dos sócios e sócias no campo cultural, administrativo e social. Assim como, perceber aquele espaço, criado pelas pessoas que se reuniam, como um *horizonte libertador*, uma vez que comunicavam suas percepções sobre as pautas, debatiam e celebravam momentos históricos que levaram à abolição da escravidão, sistema que os próprios sujeitos e seus ancestrais vivenciaram. Era um espaço criado em comum e, de certa forma, seguro para si e para os seus.

A produção destes documentos são vestígios complexos e importantes para entender a construção da história organizativa negra em Santa Maria e no Rio Grande do Sul. Como bem observou Giane Vargas Escobar em pesquisa sobre a construção de uma memória negra a partir do Clube Social Treze de Maio, outra nomenclatura que esta sociedade adotou nos idos do século XX. Por iniciativa de um grupo de acadêmicos e do movimento negro, em início do século XXI com o intuito de salvaguardar o patrimônio da associação, foi realizada uma mobilização para a materialização de um museu comunitário. Assim, o espaço centenário da Sociedade foi transformado no Museu Comunitário Treze de Maio. Segundo Escobar, foi o primeiro Museu Afro-Brasileiro do Estado do Rio Grande do Sul<sup>133</sup>.

Segundo a autora, “na sua origem, os Clubes Sociais Negros faziam aquilo que o Estado brasileiro deixava de fazer”<sup>134</sup>, ou seja, o clube negro também tinha como intuito

---

<sup>132</sup> As informações sobre a trajetória deste casal, entre a escravidão e a liberdade, foram pesquisadas por Franciele Rocha de Oliveira em sua dissertação. Ver especialmente o capítulo 2.4. “Precisamos falar sobre Laura”. In: OLIVEIRA, Franciele. 2017, Op. Cit., p. 183.

<sup>133</sup> No contexto próximo ao centenário da Sociedade, “um grupo do Movimento Negro local aliou-se a alunos do Curso de Especialização em Museologia UNIFRA (2001-2002), respaldados pelos antigos sócios do “Treze” (ESCOBAR, Giane Vargas. 2010, Op. Cit., p. 127), e deram início ao projeto de revitalização do espaço da antiga sociedade. O prédio que abriga o Museu foi tombado como patrimônio cultural municipal em dezembro de 2004 (Lei Nº 4809/04) e em 21 de dezembro, desse mesmo ano, o Governo do Estado sancionou a Lei nº 12.183, que “declarou como bem integrante do patrimônio histórico e cultural do Estado do RS o edifício da antiga Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio” (ESCOBAR, Giane Vargas. 2010, Op. Cit., p. 127).

<sup>134</sup> ESCOBAR, Giane Vargas. 2010, Op. Cit., p. 59.

atender a comunidade associada através de diversas atividades, entre elas: o “congraçamento entre seus membros, arrecadar fundos para funerais de seu quadro de sócios, promovendo festas, bailes de carnaval, bailes de debutantes”. Adentrando a segunda metade do século XX, “organizando grupos de teatro negro, mantendo uma rica biblioteca, um time de futebol e, nos anos de 1980, uma sede campestre, que não existe mais”<sup>135</sup>.

A biblioteca mencionada pela autora, poderia inclusive ser a continuidade do espaço criado em 1904, apenas um ano após a fundação daquela sociedade. O jornal da imprensa negra *O Exemplo*, criado em Porto Alegre/RS e que circulou em diferentes regiões do Estado, menciona que o Club Treze de Maio solicitou uma remessa do jornal de lá, para a biblioteca do clube de Santa Maria<sup>136</sup> (Imagem 3). Em fevereiro de 1897, a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior do Rio Grande do Sul, solicitou à Intendência de Santa Maria um “trabalho estatístico demonstrativo do desenvolvimento intelectual dos habitantes desse município”. Os pontos numerados eram os seguintes: número de escolas particulares, nomes das associações literárias, científicas, dramáticas, musicais, atléticas, bailantes, etc.; número de bibliotecas, com menção dos nomes dos proprietários; título das revistas e jornais do município<sup>137</sup>. Neste documento pode-se notar a importância destes diferentes espaços no *desenvolvimento intelectual* da população santa-mariense. Apenas seis anos depois, homens e mulheres negros e negras fundam uma sociedade negra e, dentro do espaço pensado para ser um lugar de lazer e associação, criam também uma biblioteca.

Percebemos o papel importante que a circulação e leitura de jornais e livros tinham para aqueles que ergueram esta organização, pois entre as primeiras atividades desenvolvidas estava a manutenção de uma biblioteca. A qual permanece à disposição dos sócios ao longo de sua existência no decorrer do século XX, adentrando o século XXI<sup>138</sup>.

---

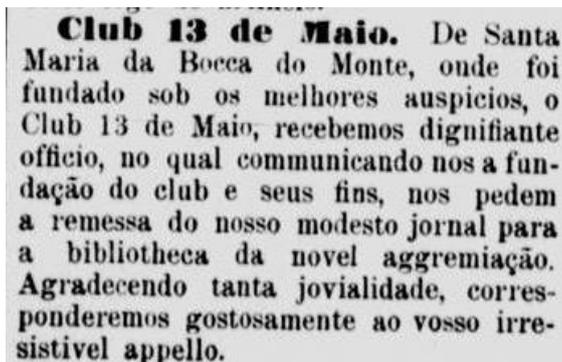
<sup>135</sup> ESCOBAR, Giane Vargas. 2010, Op. Cit., p. 20.

<sup>136</sup> *O Exemplo*, 25 de dezembro de 1904. Ano II, n. 46, p. 3. Porto Alegre. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>137</sup> Fundo da Intendência Municipal, Caixa n° 3, Tomo n° 15. Data 1897. AHMSM.

<sup>138</sup> Em reportagem do jornal *A Razão*, de 1975, Giane V. Escobar encontra informações sobre a nova sede do Clube Treze de Maio: [...] “Conta atualmente com cerca de 700 sócios, aos quais a Sociedade proporciona as mais diversas recreações entre estas: bailes, reuniões-dançantes, jogo de ping-pong mini sacoker e uma **Biblioteca com aproximadamente 400 volumes e as mais variadas revistas e jornais, a fim de proporcionar aos sócios um maior entretenimento** [...]. Fonte: *A Razão*, 1975, ano 41, n° 98 (ESCOBAR, Giane Vargas. 2017, p. 92). (grifos nossos).

### Imagem 3 - Menção à Biblioteca da Sociedade Treze de Maio (1904)



**Club 13 de Maio.** De Santa Maria da Bocca do Monte, onde foi fundado sob os melhores auspícios, o Club 13 de Maio, recebemos dignificante officio, no qual communicando nos a fundação do club e seus fins, nos pedem a remessa do nosso modesto jornal para a bibliotheca da novel aggremação. Agradecendo tanta jovialidade, corresponderemos gostosamente ao vosso irresistivel appello.

Fonte: *O Exemplo*, 25 de dezembro de 1904. Ano II, n. 46, p. 3. Porto Alegre. Hemeroteca Digital Brasileira.

Laurentino Paz era um dos membros da sociedade um ano após sua criação, em 14 de maio de 1904<sup>139</sup>. Em setembro daquele ano, foi eleita a nova diretoria do Treze: com 30 votos, o presidente era o sr. Marcos Ferreira; para vice-presidente, foi eleito com 22 votos Laurentino Paz; como Tesoureiro, Marcirio de Oliveira eleito com 19 votos; 1º secretário, José Alves Teixeira com 20 votos; 2º secretário João Vicente, eleito com 18 votos; e o Fiscal, Accacio Francisco Alves, com 20 votos<sup>140</sup>. Estes homens assumiriam as responsabilidades organizativas daquela sociedade e trabalhariam juntos durante a nova gestão do ano vindouro. Por conta disso, vamos conhecer nas páginas que seguem a trajetória dos sujeitos que atuaram junto de Laurentino Paz nesta associação negra.

#### 2.1 “NOSSA SUBLIME INSTITUIÇÃO” DE SANTA MARIA: TRAJETÓRIAS NEGRAS E SUA ASSOCIAÇÃO NA SOCIEDADE TREZE DE MAIO (DÉCADA DE 1900)

Junto de Laurentino, outros homens e mulheres negros e negras organizaram a Sociedade Treze de Maio em princípios da década de 1900 na cidade de Santa Maria. Nesta sessão vamos conhecer um pouco mais sobre estes sujeitos que conviveram e construíram juntos esta associação negra no centro do Estado.

Em 1905, Laurentino Paz na função de vice-presidente, conduziu uma sessão na Sociedade Treze de Maio que tinha como assunto principal, tratar do ofício de exoneração

<sup>139</sup> Sociedade Treze de Maio. Livro de Atas 01 (1903-1914). Santa Maria, 12 de maio de 1904. AMTM.

<sup>140</sup> Sociedade Treze de Maio. Livro de Atas 01 (1903-1914). Santa Maria, setembro de 1904. AMTM.

do “elevado cargo” de presidente do senhor Marcos Ferreira<sup>141</sup>. Nascido em sete de outubro de 1863 na cidade de Santa Amaro/RS, atual região do município de General Câmara, Marcos Ferreira foi escravizado desde seu nascimento. Era filho natural de Fausta, e ambos eram escravizados da senhora Isabel Francisca da Conceição<sup>142</sup>. Fausta deu à luz a uma menina de nome Eva, que nasceu por volta de 1855, portanto, mais velha que o irmão Marcos. Eva faleceu em agosto de 1881, como consta em seu registro no livro de óbitos das pessoas escravas da Freguesia de Santo Amaro, morreu de “parto” aos vinte e seis anos de idade. No registro consta que Fausta ainda era escravizada de Isabel Francisca da Conceição<sup>143</sup>.

Marcos foi deixado como herança aos 19 de março de 1884, pelo falecimento da escravista Izabel Francisca da Conceição, para Generosa e Felicidade<sup>144</sup>. No mesmo ano ao mês de agosto, foi concedida sua carta de liberdade pela sua então senhora Generosa Núncia da Conceição, que segundo consta a declarante: “a carta concede plena liberdade. O escravo foi recebido de herança de sua tia e madrinha da senhora, Isabel Francisca da Conceição, “na metade do valor”<sup>145</sup>. Liberto poucos anos antes da Lei Áurea, Marcos migrou para o centro do Estado, provavelmente em decorrência do falecimento de sua irmã e da mãe. Não localizamos até o momento qualquer registro do óbito ou carta de liberdade de Fausta.

Morador de Santa Maria, alguns anos após a abolição da escravidão, no ano de 1893, Marcos Antonio Ferreira casou-se com Firmina de Assis e Silva. Naquele momento ele estava com trinta anos de idade, era filho natural de Fausta da Conceição, nascido na Vila de Santo Amaro neste Estado, e ela, com vinte e três anos, natural de Santa Maria, filha de Izabel Francisca de Assis<sup>146</sup>. Nas justificações para habilitar seu matrimônio, os noivos apresentam documentos e testemunhas para comprovar “as suas idades, estado

---

<sup>141</sup> Sociedade Treze de Maio. Livro de Atas 01 (1903-1914). Santa Maria, 25 de junho de 1905. AMTM.

<sup>142</sup> Registros da Igreja Católica, Batismos de escravos 1860-1872 de Santo Amaro/RS. Registro de Batismo de Marcos aos 2 de novembro de 1864, na Igreja Matriz de Santo Amaro. *Family Search*. Foram padrinhos do batizado, José Luiz da Silva e Generosa Maria da Conceição.

<sup>143</sup> Óbitos de pessoas escravas da Freguesia de Santo Amaro (1861 a Jan-1885). Óbito de Eva, filha de Fausta, em agosto de 1881. *Family Search*. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H2VN-N?i=18&wc=M78N-H68%3A371592101%2C371592102%2C371765501&cc=2177295> >. Acesso em: 10/12/2023.

<sup>144</sup> **Fonte:** Documentos da escravidão no Rio Grande do Sul: Testamentos: o Escravo deixado como herança. Coordenação Bruno Stelmach Pessi. – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. P. 326. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>145</sup> Documentos da Escravidão. catálogo seletivo de cartas de liberdade. Volume 2. Porto Alegre, 2006. 063. Fundo Tabelionato do Município de Santo Amaro. Subfundo: 1o Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Registros Diversos. Livro 1 - 1884, p. 913. APERS.

<sup>146</sup> Habilitação de casamento de Marcos Antonio Ferreira e Firmina de Assis e Silva, Santa Maria, 15 de Julho de 1893. APERS.

livre, e a não existência de impedimento algum, e suas residências e a de seus pais”<sup>147</sup>, a fim de consolidar o matrimônio. Esta habilitação de casamento traz o registro de batismo de Marcos, e também, a afirmação de que ele já residia em Santa Maria “há longos anos”. Sobre a noiva Firmina, afirma ter nascido em 26 de Maio de 1871 e ter sido “criada desde o seu nascimento com sua mãe Izabel Francisca de Assis em casa do finado Jorge Heinn a quem pertencerão”. Não podemos afirmar se Firmina e sua mãe também foram ou não escravizadas na região central do Estado.

Voltando para a ata da reunião de junho de 1905, Laurentino ordena que o senhor 1º secretário, José Alves Teixeira proceda com a leitura do que acabava de lhe ser entregue. Após a leitura e escuta daqueles que estavam presentes, o então vice-presidente Laurentino, declarou os motivos do porque não querer e nem poder exercer o lugar que lhe era devido, de presidente, em razão de “as suas labutas sem garantias de horas e dizendo que se via obrigado a fazer tal recusa para bem moral social e que um presidente tinha por justa obrigação”. Em seguida, o sr. 1º secretário apresentou propostas de sua parte para os cargos a serem preenchidos na sociedade, sendo eles o de presidente, fiscal, e 2º secretário. O sr. Marcirio de Oliveira, com 26 anos de idade e exercendo a profissão pintor<sup>148</sup>, foi o nome proposto para a presidência. Depois da maioria dos presentes concordaram “entusiasticamente” com as propostas, estava encerrada a seção<sup>149</sup>.

Dois meses após a assembleia na sociedade, em agosto daquele ano, Laurentino Paz enviou um requerimento para a Intendência Municipal. Solicitou isenção da multa da décima urbana por ser proprietário da casa sito a rua 24 de Maio, nº 51, pelo não pagamento. Na justificativa do pedido, consta que Laurentino “vem agora respeitosamente solicitar de V. S.ª a isenção dessa multa em vista do estado precário e dificuldades de seus negócios e trabalhos de jornaleiro”<sup>150</sup>. Um dia após, seu pedido é deferido. Assim, observamos como os mundos do trabalho atravessava diretamente a sociabilidade de sujeitos negros no pós-Abolição. O trabalho se mostra elementar para manter uma estabilidade para si e seus familiares, assim como, o poder transitar e vivenciar estes espaços associativos. Ainda que Laurentino não tenha podido assumir a

---

<sup>147</sup> Chamamos a atenção para uma das comprovações que os noivos deveriam apresentar ao cartório, que se refere ao termo “estado livre”, mesmo se tratando de um período após a abolição da escravidão, no ano de 1893. **Fonte:** Habilitação de casamento de Marcos Antonio Ferreira e Firmina de Assis e Silva, Santa Maria, 15 de Julho de 1893. APERS.

<sup>148</sup> Habilitação de casamento de Marcilio de Oliveira e Berilda Borges de Mendonça. Santa Maria, 29 de outubro de 1903. APERS. Nos autos de seu casamento em outubro de 1903, consta que ele tem 24 anos de idade e tem profissão de pintor.

<sup>149</sup> Sociedade Treze de Maio. Livro de Atas 01 (1903-1914). Santa Maria, 25 de junho de 1905. AMTM.

<sup>150</sup> Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa nº 8. Tomos nº 41. Data 1905. AHMSM.

presidência naquele contexto, sua presença era constante na Sociedade Treze de Maio como sócio durante aquele ano.

Um ano após, Laurentino Paz continua presidindo seções da Sociedade Treze de Maio, mas agora como presidente da mesma<sup>151</sup>. Neste mesmo ano Laurentino abriu, entre outras, a seção comemorativa ao terceiro aniversário “da nossa sublime instituição”. A reunião aconteceu aos treze dias do mês de maio, em residência do senhor Sisnando Antonio de Oliveira, ex-escravizado, moradia que “era um ponto de referência para os negros de Santa Maria que estavam criando seus locais de manifestação da religiosidade, seus clubes e suas sociedades”<sup>152</sup>. Depois da leitura de ofícios e da última ata pelo secretário, foi dada a palavra ao orador oficial, que proferiu frases em apologia ao dia comemorativo, o 13 de maio, e em seguida diversos oradores também proferiram seus atentos em “brilhantes frases”. Encerrada a reunião, foi mandado servir abundantes doces e licores, continuando o baile que se prolongou até adiantada hora da madrugada<sup>153</sup>.

Ao assumir cargos de direção e administração desta organização, podemos refletir sobre os possíveis significados que esta experiência social teve na vida de Laurentino e de outros homens negros associados na Sociedade Treze de Maio. Sobre as organizações negras para o Paraná Provincial, a pesquisadora Noemi Santos da Silva pontua o seguinte:

É interessante destacar que boa parte dessas associações realizavam eleições para a composição de suas mesas diretoras, discutiam os assuntos de interesse dos seus associados em assembleias gerais, constituíam comissões para cuidar dos recursos financeiros da instituição e lavravam atas dessas atividades, o que as convertia, portanto, em espaços de aprendizado dos ritos formais da vida política, propiciando experiências de participação em sufrágios e deliberações coletivas a indivíduos que estavam excluídos do exercício pleno da cidadania<sup>154</sup>.

---

<sup>151</sup> Sociedade Treze de Maio. Livro de Atas 01 (1903-1914). Santa Maria, 15 de janeiro de 1906. AMTM.

<sup>152</sup> GRIGIO, Ênio. 2016, Op. Cit., p. 200. O historiador Ênio Grigio encontra diferentes registros citando a moradia de Sisnando Antônio de Oliveira em reuniões de organizações negras da cidade. Em sua pesquisa, Grigio dedica um subcapítulo de sua tese para a trajetória deste indivíduo, nascido por volta de 1860 na província do Rio Grande e, sobre os vestígios de que tenha vivenciado o cativeiro, o pesquisador localiza em seu assento de casamento a menção de que Sisnando e sua noiva, Leopoldina Maria de Oliveira, eram ex-escravizados, uma vez que o vigário responsável pelo casório reforça que ambos eram “hoje livre”, no ano de 1890. Ver em: Capítulo 7.1 “Sisnando Antônio de Oliveira” In: GRIGIO, 2016. A nota de seu falecimento, em agosto de 1916, foi publicada em edição do jornal *O Exemplo*. Nela consta que Sizenando Antonio de Oliveira foi tesoureiro da Sociedade 13 de Maio durante 13 anos, “isto é, desde a fundação da sociedade”, sendo seu trabalho junto à associação mencionado. **Fonte:** *O Exemplo*, 17 de setembro de 1916, p. 3. Porto Alegre/RS. HDB. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/843717/247> >. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

<sup>153</sup> Sociedade Treze de Maio. Livro de Atas 01 (1903-1914). Santa Maria, 13 de maio de 1906. AMTM.

<sup>154</sup> SILVA, Noemi Santos da. Entre letras e lutas: educação e associativismo no Paraná da Abolição e do pós-Abolição. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; TEIXEIRA, Luana; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti (Orgs.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil:** associativismo e trajetórias negras. Salvador, Editora Saggá, 2020. P. 223.

Portanto, as diversas ações inerentes ao funcionamento e a organização da Sociedade Treze de Maio, podem também ser consideradas como *espaços de aprendizado* destes ritos da vida política. Ao participar de diversas reuniões, como associado, vice-presidente e presidente, Laurentino passou a articular códigos sociais do meio associativo e político com maior frequência, provavelmente, do que quando ainda não havia participado daquela sociedade. A congregação destes indivíduos em um objetivo comum, que enquanto não tinham sede própria, reuniam-se na residência de um dos associados, contabilizando conforme as atas da sociedade cerca de 22 reuniões na casa do senhor Sisnando Oliveira<sup>155</sup>, até a criação de um espaço próprio. Foi na presidência de Laurentino Paz que a Sociedade Treze de Maio adquiriu um terreno para os seus no dia 4 do mês de abril de 1906.

No turno da noite, às 20h em residência de Sisnando, tratou-se da compra de um terreno de propriedade do senhor Paulino Hinaehffus situado na rua 24 de Maio<sup>156</sup>. Após o acordo entre a grande maioria dos sócios acerca da compra “de um lugar próprio” e da “construção de nosso edifício”<sup>157</sup>, a iniciativa teve andamento. Podemos ver que na ata de início de setembro de 1906, as reuniões já aconteciam em sede própria, no “salão do Club Treze de Maio”<sup>158</sup>. Ter um espaço próprio para reunir-se e dar andamento às atividades desta associação negra, revela a importância da organização destes sujeitos para que isto enfim se realizasse. A estabilidade social e até mesmo a segurança que um espaço de sociabilidade próprio trazia naquele contexto, possuía, provavelmente, significados muitos para estes sujeitos. Pode-se considerar como um direito cidadão assegurado e conquistado por mãos negras, o direito de associar-se junto aos seus e o direito à própria cidade. Os conflitos também penetravam os momentos de lazer, como aponta a historiadora Franciele da Rocha Oliveira, na Santa Maria do pós-Abolição:

[...] as festas e os momentos de confraternização e solidariedades não estavam imunes aos conflitos, inclusive raciais. Como haveriam de estar? Em uma cidade onde negros e negras não podiam frequentar clubes sociais brancos, os mesmos, fundaram organizações próprias, autogestionadas, promoviam festas que agitavam a cidade, com toda a estética, projetos, comportamentos e regras próprios nelas envolvidos<sup>159</sup>.

---

<sup>155</sup> GRIGIO, Ênio. 2016, op. Cit., p. 206.

<sup>156</sup> Atual rua Silva Jardim.

<sup>157</sup> Sociedade Treze de Maio. Livro de Atas 01 (1903-1914). Santa Maria, 04 de abril de 1906. AMTM.

<sup>158</sup> Sociedade Treze de Maio. Livro de Atas 01 (1903-1914). Santa Maria, 3 de setembro de 1906. AMTM.

<sup>159</sup> OLIVEIRA, Franciele da Rocha. 2017, Op. Cit., p. 323.

Em consonância com isto, a historiadora Fernanda Oliveira da Silva, apresenta as particularidades da criação de clubes sociais negros nos dois lados da fronteira Brasil – Uruguai. A autora observa que a

[...] criação de clubes, em uma região de maioria branca, enuncia sobre o entendimento desses como espaços de lutas políticas que informam sobre cidadania, tendo por base, por um lado, uma ideia de raça e, por outro, valores sociais compartilhados que condicionaram a formação de uma identidade negra positiva<sup>160</sup>.

Não sabemos ao certo o grau de escolaridade dos sócios da sociedade e de nosso protagonista. Provavelmente, Laurentino Francisco Paz fazia parte do universo de analfabetos no Brasil, a maioria da população naquele contexto. A partir da análise dos censos demográficos, a historiadora Melina Perussatto observou o percentual de pessoas que sabiam ler e escrever no Rio Grande do Sul, em relação a sua população total, no final do século XIX. Assim, em 1872 haviam 21,9% de população alfabetizada; em 1890, 25,3%; já em 1900, 34,7%<sup>161</sup>. Observa-se um crescimento não muito expressivo, entre os anos finais da escravidão, a abolição e a consolidação da República.

Laurentino não assinou os registros civis de nascimento e de óbito de seus filhos, tendo sua assinatura a rogo. Pode ser que no documento enviado à Intendência, solicitando a isenção das décimas urbanas, seu nome tenha sido assinado a próprio punho. Conforme observamos no manuseio desta documentação, a maneira de enviar documentos para a Intendência poderia variar. Havia aqueles enviados de outras cidades por correios, com o conteúdo todo datilografado, ou somente o cabeçalho, misturado com escrita à mão. Ou ainda, todo o texto escrito a próprio punho. Já os enviados por moradores e autoridades da própria cidade, não podemos afirmar ao certo como era a operação, se enviavam por correios, iam até a Intendência pessoalmente e verbalizavam suas demandas, escrita por funcionários do município ou pelo próprio requerente. Por conta disso, não sabemos se o documento foi redigido e/ou assinado pelo próprio Laurentino. Mesmo assim, reproduzimos abaixo sua possível letra, ao final deste ofício.

---

<sup>160</sup> SILVA, Fernanda Oliveira da. 2017, Op. Cit., p. 21.

<sup>161</sup> PERUSSATTO, Melina K. 2018, Op. Cit., p. 83.

#### Imagem 4 - Possível assinatura de Laurentino Paz (1905)



**Fonte:** Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa n° 8. Tomos n° 41. Data 1905. AHMSM.

A nota de seu falecimento, ocorrido em 24 de novembro de 1916 em Santa Maria, foi publicada em edição do jornal da imprensa negra, de Porto Alegre/RS, *O Exemplo*, a qual o menciona como “cidadão que ali gozava de grande conceito”<sup>162</sup>. Gerações depois, seus netos acessaram a educação formal na cidade através do ingresso na Escola Elementar Olavo Bilac, no ano de 1937. Não sabemos se sua viúva Vicentina Paz possa ter vivenciado este momento, dado que os documentos localizados após este período, foram acerca de seu novo casamento, com o também viúvo snr. Manoel Candido da Rosa em 1919. Ele com 55 anos de idade, de profissão cozinheiro e ela com 37 anos, de serviços domésticos, ambos residentes na cidade de Santa Maria<sup>163</sup>. Contemporâneas de Pedro e Valter Paz, netos do casal Paz, conheceremos no terceiro capítulo as meninas da família Maia que também foram alunas da mesma escola na década de 1930.

Portanto, conhecer os sujeitos que ergueram a Sociedade Treze de Maio no início do século XX em Santa Maria, pode guiar nossos entendimentos e hipóteses sobre os motivos que levaram anos mais tarde, a mesma sociedade, vir solicitar junto a Intendência Municipal um pedido para abrigar um curso noturno em suas dependências.

## 2.2 A LUTA DE TRABALHADORES PELO DIREITO DE FREQUENTAR CURSOS NOTURNOS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

A seguir, apresentamos duas iniciativas mobilizadas por trabalhadores para acessar espaços educacionais, ambas enviadas ao poder público municipal, à época,

<sup>162</sup> *O Exemplo*, 03 de dezembro de 1916. Porto Alegre. HDB. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/843717/291> >. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

<sup>163</sup> Habilitação de casamento de Manoel Candido da Rosa e Vicentina Paz. Santa Maria, 08 de abril de 1919. *Family Search*.

representado pela Intendência Municipal de Santa Maria. A primeira se refere à um pedido da Sociedade Treze de Maio em 1926 solicitando licença para abrir um curso noturno em suas dependências, à época, um clube social negro. Já a segunda, se trata de um grupo de dezenas de trabalhadores do comércio local, que, juntos, assinam um ofício pedindo que as casas comerciais fechassem antes, para que assim, pudessem frequentar uma aula pública da cidade. Os pedidos destacam um público jovem e adulto, trabalhador e masculino, com a atuação de sujeitos brancos e negros, em busca de meios possíveis de acessar espaços educacionais.

### **2.2.1 “Cooperando assim a Sociedade 13 de Maio para a alfabetização da população Santa mariense”<sup>164</sup>: o clube social negro quer licença para funcionar um curso noturno**

Dez anos após o falecimento de Laurentino Paz, no mês de Maio de 1926, Julio Nebel, o então 1º Secretário da Sociedade Treze de Maio, enviou um requerimento à Intendência Municipal de Santa Maria solicitando licença para fornecer um curso noturno aos associados do Treze, o qual reproduzimos a seguir:

Julio Nebel; 1º Secretário da “Sociedade Treze de Maio”, com sede a rua Silva Jardim nº 127, vem solicitar a V.S. que digne conceder lhe licença para fazer funcionar na sede da mesma Sociedade um curso noturno de leitura, escrita e as quatro operações de contas, para alunos masculinos maiores de 14 anos até 21, ele ministrado, mediante pequena remuneração dos alunos sócios da “Sociedade 13 de Maio”, e mesmo de outros que queiram inscrever em dito curso noturno, cujo horário será da 20 às 22 horas nos dias uteis, menos nos sábados. Cooperando assim a Sociedade 13 de Maio para a alfabetização da população Santa mariense, cedendo seu prédio mediante indenização da luz que consumir para o funcionamento deste curso noturno<sup>165</sup>.

A proposta de um curso noturno era voltada para o público masculino da associação, e tinha como planejamento o ensino da leitura, escrita e contas. Mediante a remuneração advinda dos alunos sócios e demais interessados, assim como o auxílio da Intendência para o custeio da luz consumida pelo curso, as aulas teriam horário de funcionamento durante toda semana e seriam regidas pelo então 1º Secretário da sociedade. O desejo de erguer um espaço voltado para a educação da comunidade negra,

---

<sup>164</sup> Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa nº 77. Tomo nº 460. Data: 1926. AHMSM.

<sup>165</sup> Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa nº 77. Tomo nº 460. Data: 1926. AHMSM. Grifos nossos.

como veremos, não foi uma exclusividade desta organização.

Não podemos afirmar se este requerimento apresentado ao Intendente de Santa Maria foi atendido. Contudo, a partir do conhecimento deste documento, podemos inquirir sobre as possíveis motivações para a criação de uma alternativa de escolarização. A demanda por um curso de primeiras letras e quatro operações de contas, denota uma provável lacuna nas experiências de escolarização semelhantes à proposta pela Sociedade Treze de Maio. A qual aconteceria no turno da noite, sinalizando que o público alvo, homens entre 14 a 21 anos de idade, seriam, sobretudo, trabalhadores que tinham no turno diurno dedicação quase que exclusiva aos seus labores profissionais.

Destacamos o seguinte trecho do requerimento: “Cooperando assim a Sociedade 13 de Maio para a alfabetização da população Santa mariense”. A partir da interpretação deste pedido, percebe-se o entendimento do analfabetismo como uma questão social naquele contexto. A historiadora Eliane Peres, para a realidade de um curso noturno de Pelotas/RS no final do século XIX, analisou a perspectiva social do analfabetismo entre os sujeitos partícipes das aulas da Biblioteca Pública Pelotense (BPP). Assim, a autora notou que:

[...] o fenômeno do analfabetismo como uma realidade das classes populares pelotenses. Este fenômeno deve ser compreendido no seu aspecto social. Analfabeto não é apenas aquele que não saber ler e escrever, mas também aquele que foi privado, pelas circunstâncias sociais e históricas, de frequentar a escola. Aqui, neste caso, as condições de classe - e também étnicas - produziram esta realidade. Embora os "homens da Biblioteca" tentassem associar o analfabetismo ao vício, às trevas, ao crime, ele era, na verdade, "a expressão da realidade social" (Paulo Freire, 1985), que reservava às classes populares, precocemente, o mundo do trabalho<sup>166</sup>.

Com isso, são diversos os fatores que atravessam à presença, acesso e permanência de diferentes sujeitos históricos em iniciativas educacionais, em razão da classe econômica, raça e gênero. Portanto, a hipótese de que a iniciativa da Sociedade Treze de Maio em Santa Maria, quanto à criação por meios próprios e viáveis de possibilitar o acesso à educação ao seu público em razão das impossibilidades impostas pelo contexto de desigualdades sociais e raciais, é uma perspectiva válida.

O historiador Jonatas Ribeiro em estudo acerca do percurso de uma associação negra, o Clube 28 de Setembro, fundado em 1904 na cidade de Pouso Alegre, ao sul de

---

<sup>166</sup> PERES, Eliane. "**Templo de luz**": os cursos noturnos masculinos de instrução primária da biblioteca pública pelotense (1875 - 1915). Pelotas: Seiva Publicações, 2002. P. 105-6.

Minas Gerais, observou que a questão da educação se fez presente entre as atividades e projetos desenvolvidos pelos sujeitos nesta associação. Assim, a atuação dos associados do Clube 28 de Setembro passou à organização de um "tipo de ação educativo-cultural em sua dependência, como apresentações musicais, encenações teatrais, saraus, sessões de recitais de poesias, palestras, criação de uma biblioteca e de uma escola noturna"<sup>167</sup>. A partir do funcionamento destas atividades, o autor afirma que, para a comunidade associada, "a educação era a porta de entrada para a ascensão econômica e social, além de ser um meio de combate ao preconceito de cor e uma forma de "garantia" ao exercício da cidadania plena"<sup>168</sup>.

Desta forma, Ribeiro completa: "em uma sociedade onde a maioria da população era analfabeta, ter instrução e educação - mesmo que apenas o domínio exíguo da leitura e da escrita [...], poderia significar distinção social"<sup>169</sup>. A partir disso, mesmo que para lugares diferentes, mas se tratando de um mesmo contexto nacional, podemos fazer as possíveis relações com a organização de um curso noturno na Sociedade Treze de Maio, em Santa Maria/RS. Associação negra que também criou uma biblioteca e um curso noturno voltados para atender à sua própria comunidade, e almejava o ensino das primeiras letras e contas aos seus sócios. É possível refletir que o primeiro acesso de alguns jovens e homens negros santa-marienses à espaços de instrução e escolarização, foi a partir da própria associação Treze de Maio.

Ao investigar as relações entre educação e organizações negras em Porto Alegre/RS, entre os anos de 1872 à 2002, Lucia Regina Pereira sinaliza que "a preocupação com a educação sempre esteve presente nas ações das organizações negras, independentemente da sua configuração, sejam elas de ajuda mútua, bailantes, carnavalescas, esportivas ou organizações não-governamentais"<sup>170</sup>. Esta preocupação com a esfera educacional da comunidade podia ser vista na criação de espaços educativos em suas sedes, na promoção de atividades culturais, e na valorização da educação entre seus membros e pelo seio familiar, uma vez que o "entendimento das sociedades negras como uma extensão da família"<sup>171</sup> foi reforçado pelas pessoas ligadas às associações

---

<sup>167</sup> RIBEIRO, Jonatas Roque. **Escritos da liberdade**: trajetórias, sociabilidade e instrução no pós-abolição sul-mineiro (1888-1930). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/SP, 2016. P. 102.

<sup>168</sup> RIBEIRO, Jonatas Roque. Op. Cit., 2016, p. 94.

<sup>169</sup> RIBEIRO, Jonatas Roque. Op. Cit., 2016. P. 99.

<sup>170</sup> PEREIRA, Lucia Regina Brito. **Cultura e afrodescendência**: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002). Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. P. 288.

<sup>171</sup> PEREIRA, Lucia Regina Brito. 2007, Op. Cit., p. 162.

negras de Porto Alegre, entrevistadas na pesquisa de Lucia Regina Pereira.

A autora observou que para as organizações negras da capital, existiram “ações pedagógicas comuns de estratégias e inserção social e as identificamos como forma de preservação de processos identitários da Cultura Negra no Rio Grande do Sul”<sup>172</sup>. O planejamento e possível execução deste curso noturno em uma associação negra de Santa Maria, nos idos da década de 1920, também teria sido um modelo de estratégia e inserção social negra através do ensino e da alfabetização? Consideramos que sim, visto que tal iniciativa parte de dentro de uma organização negra, a Sociedade Treze de Maio, para atender a seus sócios, que naquele contexto tinha a maioria negra em seu quadro associativo.

Também tomando como lócus a capital do Estado do Rio Grande do Sul, Melina Perussatto analisa como se deu a proposta da Escola Noturna O Exemplo, defendida pelo jornal da imprensa negra porto-alegrense *O Exemplo*, entre 1902 e 1904. Perussatto articula as relações entre classe e raça para compreender os sentidos deste projeto a partir dos escritos negros nos impressos d’*O Exemplo*, associação que tinha como objetivos centrais a “luta por educação e o combate ao racismo”<sup>173</sup>. A autora afirma que “a proposta de escolarização noturna, dessa forma, torna-se uma expressão da indissociabilidade histórica e analítica dos marcadores de classe e raça na produção de desigualdades e conflitos, bem como de lutas e solidariedades no pós-abolição”<sup>174</sup>. A denúncia por parte dos redatores do jornal quanto à falta de aulas noturnas na capital<sup>175</sup>, corrobora com a análise da autora, ou seja, no momento em que não há provimento e fomento pelo Estado, as organizações negras tiveram o papel de elaborar projetos de escolarização que atendessem às necessidades de sua comunidade.

Atrelado à organização da comunidade d’*O Exemplo*, Perussatto observou que a partir de iniciativas próprias, organizações da classe trabalhadora também planejaram e colocaram em prática a oferta de cursos noturnos para os seus. Com estas experiências que não se excluía, pelo contrário, a autora afirma que “para trabalhadores negros e não

---

<sup>172</sup> PEREIRA, Lucia Regina Brito. 2007, Op. Cit., p. 288-289.

<sup>173</sup> “na visão de O Exemplo, era necessário ao negro erguer-se moral e intelectualmente diante dos estereótipos e das imagens negativas produzidas sobre ele, que o desqualificavam como trabalhador, cidadão e humano”. In: PERUSSATTO, Melina K. Escola noturna ‘O Exemplo’: educação e emancipação dos trabalhadores na imprensa negra do pós-abolição (Porto Alegre, Rio Grande do Sul). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, 2022. P. 17.

<sup>174</sup> PERUSSATTO, Melina K. 2022, Op. Cit., p. 6.

<sup>175</sup> [...] no ano de 1902, quando “reforçaram que, em detrimento da “[...] instrução das classes proletárias [...]”, nenhuma das setecentas escolas mantidas pelo estado oferecia a modalidade noturna (Ateneu popular, 1902, *O Exemplo*, p. 1)” (PERUSSATTO, 2022, p. 7).

negros, a instrução era uma forma de qualificação para o exercício da cidadania e para a inserção no mundo do trabalho"<sup>176</sup>. Ainda que a Escola Noturna O Exemplo não tenha sido um projeto concretizado, por diferentes razões - como “a baixa aderência da audiência e a escassez de recursos e investimentos para a sua materialização” -, fatores que “informam tanto a precariedade das condições de vida da população negra quanto a posição do estado diante das demandas populares”<sup>177</sup>. Esta proposta reflete as carências que o Estado não supriu no pós-Abolição, sobretudo no campo da Educação, e como a escolarização podia ser um *horizonte de emancipação* para esta comunidade<sup>178</sup>. Há fatores em comum entre esta iniciativa da capital do Rio Grande do Sul, e à que acontece duas décadas depois no interior do Estado.

Com a análise relacionada das categorias de raça e gênero, podemos demonstrar que o acesso desigual à educação vai além das desigualdades de condições econômicas somente. Neste ofício assinado pelo secretário da Sociedade Treze de Maio, é sinalizado o acesso às aulas somente ao público masculino, ainda que o convite se estenda à “população santa-mariense”, mas se restringe ao universo dos homens. Conforme consta no documento, o próprio 1º secretário, Julio Nebel, seria o professor deste curso. Sobre o debate que antecedeu a redação e formalização deste pedido enviado à Intendência, provavelmente debates, reuniões e opiniões foram construídas dentro da associação. Diferente do período anterior, para a década de 1920 não tivemos acesso ao livro ou à transcrição das Atas. Sabemos, porém, que em maio de 1927, um ano após este pedido, o secretário da Sociedade Treze de Maio chamado de “sr. J. Aude”, enviou um ofício que fora publicado pelo *Correio da Serra*, divulgando a nova diretoria da Sociedade 13 de Maio, que tinha como presidente o sr. Olegario Cruz<sup>179</sup>. Nome conhecido em outras associações negras, como no jornal *O Succo*, como veremos no subcapítulo 1.4 do presente trabalho.

Já as informações sobre o 1º secretário de 1926, Julio Nebel, foram obtidas através de registros civis e cartoriais. Ele nasceu em Pelotas por volta de 1883 e casou-se em

---

<sup>176</sup> PERUSSATTO, Melina K. 2022, op. Cit., p. 9.

<sup>177</sup> PERUSSATTO, Melina K. 2022, op. Cit., p. 2.

<sup>178</sup> PERUSSATTO, Melina K. 2022, op. cit. Sobre questões ligas à educação e o jornal *O Exemplo*, ver também outras produções da autora: PERUSSATTO, Melina Kleinert. O futuro da nação: instrução, educação e racialização da infância (Porto Alegre, RS, c. 1871-1910). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 13, 2021. PERUSSATTO, Melina K. Esperidião Calisto e o preconceito escolar com base na cor: educação, cidadania e racialização no século XIX (Porto Alegre, Rio Grande do Sul). **TEMPO (NITERÓI. ONLINE)**, v. 27, 2021.

<sup>179</sup> *Correio da Serra*, 25 de maio de 1927. Santa Maria. AHMSM.

1906, aos 23 anos de idade com Martimiana dos Santos<sup>180</sup>. Provavelmente na década de 1920 veio para a cidade de Santa Maria, quando se empregou na Viação Férrea em 3 de janeiro de 1921. Não temos informações sobre a cor de Julio Nebel, se era um homem branco ou negro. Constatamos que seu sobrenome é de origem alemã, e nos autos da habilitação de seu casamento, consta que duas das quatro testemunhas eram nascidas na Alemanha, mostrando suas relações próximas com imigrantes europeus, podendo ser ele mesmo descendente de alemães<sup>181</sup>.

O local de trabalho da ferrovia pode ter sido o primeiro contato que teve com os associados do Clube Treze de Maio, que neste contexto, segundo Giane Escobar, a organização passava por um período de transição nas décadas de 1920-1940, e de “estruturação e afirmação como Clube essencialmente negro”<sup>182</sup>. E entre os sócios havia grande presença de trabalhadores da ferrovia, sendo que no ano de 1946 o clube passa a se chamar “Sociedade Recreativa Ferroviária 13 de Maio”, após aprovação lavrada em Ata<sup>183</sup>. Documentação que também evidencia as experiências deste sócio, é um processo crime e um processo de reclamação trabalhista movido entre os anos de 1929 e 1932. Se o projeto de um curso noturno seguiu os anos vindouros, ele não poderia ter sido ministrado mais pelo sr. Nebel. Pois o mesmo se encontrava preso desde 20 de março de 1927, um ano após o envio do requerimento à Intendência, devido a um conflito com um colega de trabalho que ocasionou a morte deste último, e levou ao seu afastamento da Viação Férrea.

O conflito envolvendo o então secretário da organização saiu nas páginas do jornal *A Federação*, periódico de Porto Alegre que Julio Nebel já conhecia. Criado em 1º de

---

<sup>180</sup> Nos autos de sua habilitação de casamento, sabemos que Julio Nebel assina seu próprio nome, e provavelmente, já sabia ler e escrever nos idos de 1906. Julio Nebel era filho legítimo de Francisco Henrique Nebel, já falecido e de sua mulher Dona Maria Georgina Donothéa Nebel, residente em Pelotas. Ele tinha cerca de 23 anos de idade quando contraiu matrimônio com Martimiana dos Santos, que tinha 20 anos, não sabia escrever no momento, filha legítima de Manoel Ignacio dos Santos e de sua mulher Dona Maria Gonçalves dos Santos, ambos residentes em Pelotas. Duas das quatro testemunhas do casamento eram nascidas na Alemanha. **Fonte:** Habilitação de casamento. Julio Francisco Nebel e Martimiana dos Santos. Pelotas, 14 de novembro de 1906. APERS.

<sup>181</sup> Um indício sobre os ancestrais de Julio Nebel, do seu pai Francisco Henrique Nebel, se encontra em uma pesquisa sobre a história da colonização alemã em São Lourenço, antiga colônia de Pelotas. Segundo a autora, esta era a maior colônia alemã do extremo sul brasileiro, em que o batismo da criança de nome “Francisco Henrique”, em 13/11/1859, filho de J. H. H. e Ana Margarida Nebel, pode se tratar do mesmo indivíduo ou parente próximo à Francisco H. Nebel. In: BOSENBECKER, Patrícia. **Uma colônia cercada de estâncias:** a inserção de imigrantes alemães na colônia São Lourenço/RS (1857- 1877). [recurso eletrônico]. Ed. UFPel, Pelotas 2020. P. 69.

<sup>182</sup> ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes sociais negros:** lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2010. P. 98.

<sup>183</sup> ESCOBAR, Giane Vargas. 2010, Op. Cit., p. 100-101.

janeiro de 1884, tinha como cunho político o republicanismo e apoiava o Partido Republicano Riograndense, sobretudo através da divulgação dos ideários republicanos e do combate à monarquia. Visão política que Nebel adotava e manifestava, com mensagens enviadas ao jornal reforçando seu apoio ao PRR: “o exemplo de civismo e abnegação pelo bem do povo e progresso do Estado que destes não só ao Brasil mas ao mundo inteiro, ficará eternizado em granito com letras de ouro”<sup>184</sup>. Assim como, enviou cumprimentos em razão do ano novo em seu nome<sup>185</sup>, e também no nome do jornal “O Ferroviário” de Santa Maria, junto de Fernando Mirando e Luiz Alves de Castro<sup>186</sup>.

“Cena de sangue” era a manchete que levava a notícia do crime ocorrido na manhã de domingo do dia 20 de março de 1927, nos subúrbios da cidade de Santa Maria, em terreno do réu. A vítima era um empregado das oficinas da Viação Férrea, Balthazar do Carmo Coronel e o autor do crime, Julio Nebel, também empregado das mesmas oficinas, este apresentado como solteiro e com 44 anos de idade. As duas versões do caso foram apresentadas. A do réu, que teria encontrado três homens derrubando uma árvore no seu terreno e ao perguntar sobre tal ação, teria sido agredido pelos sujeitos. Dizendo que um estava armado de facão e outro de machado, optou por fazer uso do revólver que trazia à cinta, disparando quatro tiros, alvejando a vítima, que era quem mais insistia na agressão. Lamentou-se do ocorrido, que levou a fatalidade da vítima de 26 anos de idade. Pelas declarações da testemunha Alcides Carmo Coronel, irmão da vítima, o acontecido teria sido outro. Uma vez que Nebel apresentava-se “exasperado” e insultando a vítima até o momento da tragédia. Pelo dr. Francisco Ricardo, juiz distrital, foi decretada a prisão preventiva de Julio Nebel, que se apresentou a prisão, depois da ocorrência<sup>187</sup>.

Entre as correspondências e autos compilados durante o processo, o ex-funcionário da ferrovia escreveu um memorial dirigido ao *Egregio Conselho Nacional do Trabalho* no Rio de Janeiro, na tentativa de se ver livre. Em um dos escritos, Julio Nebel cita sobre seu grau de instrução e relata que aprendeu a escrever sem mestre-escola:

Somente por dedicação e energia de realizar o objetivo, me foi possível alcançar o pouquíssimo intelecto, que tem me causado, em certas ocasiões, prejuízos, pelas invejas de alguns chefes hierárquicos, que, talvez mal

---

<sup>184</sup> *A Federação*. 26 de Dezembro de 1923. Ano X, n. 298. Página 2. HDB. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=52484> >. Acesso em: 31/08/22.

<sup>185</sup> *A Federação*. 5 de Janeiro de 1925. Ano XLII, n. 4. Página 5. HDB. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=55137> >. Acesso em: 31/08/22.

<sup>186</sup> *A Federação*. 2 de Janeiro de 1926. Ano XLIII, n. 2. Página 5. HDB. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=57753> >. Acesso em: 31/08/22.

<sup>187</sup> *A Federação*, 28 de Março de 1927. Ano XLIII, n. 2. Página 5. HDB. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=60920> >. Acesso em: 31/08/22.

compreendendo minhas iniciativas, todas voltadas ao bem-estar da nobre classe dos ferroviários, olhavam-me de soslaio<sup>188</sup>.

Provavelmente, Nebel teria sido o designado para a tarefa de comunicar a Intendência e ser o professor do curso pois seria uma pessoa qualificada para o ensino dos conteúdos propostos. Estes foram alguns dos indícios da proposta de criar um curso noturno, organizada dentro de um clube social negro de Santa Maria/RS na década de 1920.

### **2.2.2 Trabalhadores do comércio local solicitam “a adoção de uma medida que, sem ferir interesse de ordem proporcionar-nos-á meio de frequentarmos cursos de instrução”<sup>189</sup>**

Cerca de duas décadas antes do encaminhamento do ofício da Sociedade Treze de Maio, no ano de 1904 um grupo de trabalhadores enviou um abaixo-assinado à Intendência Municipal de Santa Maria com objetivos semelhantes. Os trabalhadores do comércio exigiam seu direito ao acesso à educação, como podemos ver a seguir a partir da transcrição de Franciele Rocha de Oliveira deste documento (ANEXO 1)<sup>190</sup>:

Abaixo assignados, todos empregados do commercio da cidade de Santa Maria da Boca do Monte, por este meio, respeitosamente, solicitar a adoção de uma medida que, sem ferir interesse de ordem proporcionar-nos-á meio de frequentarmos cursos de instrução. Pedimos ao fechamento, das casas commerciaes, às nove da noite em ponto e, nesse sentido, ousamos esperada aquiescencia dos senhores commerciantes, em geral ? commercio fechar às nove horas, como é intuitivo ? prejuizo haverá. Certos de que fallamos por uma causa justa, pedimos antecipadamente, a consideração em que ?ado o appelo que tem, por objeto, o presente<sup>191</sup>.

Os referidos trabalhadores do comércio santa-mariense, solicitavam o fechamento das casas comerciais em horário antecipado, às nove horas da noite em ponto, que naquele

---

<sup>188</sup> Memorial dirigido ao Egregio Conselho Nacional do Trabalho no Rio de Janeiro, por Julio F. Nebel Ferroviário da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e Delegado do 2º Congresso Internacional de Mutualidade e Previdência Social. Santa Maria, de 29-1-1929. Página 2. O processo está disponível em: < <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-2172-1929-2> >. Acesso em 11/08/2022.

<sup>189</sup> Fundo da Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa 07, Tomo 38. Livro de Atos (1904-1910). AHMSM.

<sup>190</sup> OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Dos laços entre José e Innocência**: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017. P. 321.

<sup>191</sup> Fundo da Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa 07, Tomo 38. Livro de Atos (1904-1910). AHMSM. Fonte localizada pelo pesquisador Ênio Grigio.

contexto fechavam às dez horas da noite<sup>192</sup>, para que então pudessem frequentar os cursos de instrução da cidade. Falando “por uma causa justa”, 54 indivíduos assinam de próprio punho o documento enviado ao intendente em 1904<sup>193</sup>. Os objetivos para movimentar esse elevado número de pessoas em torno da motivação de acessar à instrução podiam ser diversos. Desde a experiência da escolarização, o aprimoramento de suas habilidades em diferentes áreas do conhecimento (leitura, escrita, conta), qualificação nos ofícios relacionados ao comércio, certa mobilidade social, entre outros. Fator importante também é a questão do tempo disponível destes empregados, pois em que momento, senão este solicitado, os trabalhadores teriam para instruir-se? Percebemos neste ponto a educação não tanto como um direito cidadão que se expande à vida adulta de trabalhadores, por exemplo, mas como uma distinção social, em que alguns tiveram o acesso e outros não.

É provável que o curso que estes trabalhadores almejavam frequentar, se tratasse de uma iniciativa dos Irmãos Maristas, que também no ano de 1904 inauguraram o Ginásio Santa Maria na cidade. Segundo a *Revista Comemorativa do Centenário de Santa Maria* de 1914, que tinha como objetivo retratar a história do município desde sua fundação, trouxe em suas páginas, diversas seções sobre seus habitantes e sua administração, entre elas, uma divisão dedicada à “Instrução Pública”. Apresentando as iniciativas, como a Escola São Miguel e o Colégio São Luiz<sup>194</sup>, o autor Ernesto Barros, responsável por esta temática, cita que o Ginásio Santa Maria também criou “uma aula noturna para empregados do comércio, onde são ensinadas línguas, comércio e mais disciplinas, tendo dado bons resultados”<sup>195</sup>. Não especificando a data de criação do curso, podendo ser de 1904 até ao ano de produção da revista, 1913, este espaço de instrução atendeu à classe de trabalhadores do comércio, possivelmente, se tratando do mesmo curso referido pelos mais de cinquenta signatários do documento que acabamos de ler.

Eliane Peres em estudo sobre a criação de cursos noturnos na Biblioteca Pública

---

<sup>192</sup> Segundo o Código de Posturas do período, consta no Art. 94 o seguinte: “Sem licença da Intendência nenhuma casa de negócio poderá se conservar aberta além das 10 horas da noite, na estação de verão e 9 horas na do inverno, sob pena de multa de 20\$000”. **Fonte:** Coletânea da Legislação Municipal de Santa Maria. Volume I, Anos de 1892 a 1901. AHMSM.

<sup>193</sup> Localizamos um desses trabalhadores, Joaquin Junqueira Rocha que em 1912 afirma ter 25 anos, ser comerciante, nos autos de seu casamento com Esther Coimbra Marques, de 19 anos e profissão labores domésticos. Ambos assinam o próprio nome. **Fonte:** Habilitação de casamento de Joaquin Junqueira Rocha e Esther Coimbra Marques em 30 de novembro de 1912. APERS.

<sup>194</sup> Estas aulas eram frequentadas, em sua maioria, por “meninos de côr” e crianças pobres da cidade. Analisamos estas iniciativas no Capítulo 3 desta dissertação.

<sup>195</sup> Revista Comemorativa do Primeiro Centenário de Fundação da Cidade de Santa Maria. 1914. Santa Maria. [não paginado].

Pelotense (BPP), entre os anos de 1875 a 1915, constatou que haviam questões acerca da educação próprias daquele contexto. A autora afirma que:

Assim, a educação no Brasil do final do século XIX e início do século XX apresentou algumas particularidades que devem ser consideradas. É o discurso da civilidade, da moralidade, da liberdade, do progresso, da modernidade, da formação da nacionalidade brasileira, da positividade do trabalho. É neste contexto, e para atender estes objetivos, que os cursos noturnos para jovens e adultos foram projetados e se expandiram em todo o país. A gênese das escolas noturnas de instrução primária está, portanto, intimamente relacionada com as transformações que se processaram na realidade brasileira do século passado<sup>196</sup>.

A criação de cursos noturnos perpassava desde às elites até as classes populares, como Peres observa:

Os cursos noturnos não foram somente iniciativa das elites econômicas, políticas e intelectuais com o intuito de inculcação ideológica. Há que considerar a pressão das massas populares por educação, as iniciativas de organização escolar dos próprios trabalhadores e os cursos noturnos como espaços contraditórios de formação e de oportunidades de organização<sup>197</sup>.

Portanto, os objetivos e o público a ser alcançado por iniciativas de cursos noturnos poderiam ser diferentes, ainda que o principal grupo alvo sejam homens e trabalhadores. Um exemplo disto à nível local, se trata de um pedido enviado em janeiro do ano de 1891 à Intendência Municipal. O professor interino Frederico Joaquim Lemos Schneider solicitava apoio financeiro para a manutenção de um curso noturno de ensino elementar para adultos, aberto na colônia de imigração italiana Silveira Martins, então 6º distrito do município de Santa Maria. Segundo o professor, o curso com a denominação de “Propagadora da Instrução”, já contava a frequência de 15 indivíduos. Em suas palavras, declara o seguinte:

Aproveito a ocasião para *em-petrar*? vossa coadjuvação em prol destes moços que pobres de meios pecuniários, vêm, depois das *fadigas* diurnas, frequentar a escola, não poupando para isso esforços, nem medindo a distância de suas habitações à *aula*.

Se como espero não me for negado o vosso benéfico apoio para a manutenção deste curso noturno que de dia a dia aumenta a frequência, em pouco teremos o prazer de testemunhardes, nesse centro de estrangeiros de mais idade e

---

<sup>196</sup> PERES, Eliane. "**Templo de luz**": os cursos noturnos masculinos de instrução primária da biblioteca pública pelotense (1875 - 1915). Pelotas: Seiva Publicações, 2002. P. 84.

<sup>197</sup> PERES, Eliane. 2002, Op. Cit., p. 94.

analfabetos o satisfatório efeito do vosso auxílio o pleno desenvolvimento da língua Pátria, para a qual como vós serei incansável e solicito em bem servi-la.

Aos Ilustrados Cidadãos Presidente e membros da Intendência Municipal de Santa Maria.

O professor interino Frederico Joaquim Lemos Schneider<sup>198</sup>.

Este é um exemplo sobre como cada empreendimento, mesmo englobado em uma categoria maior de “curso noturno”, tem seus próprios objetivos e especificidades. O público atendido são trabalhadores pobres, imigrantes italianos, “estrangeiros” brancos, que tinham na língua portuguesa sua maior dificuldade. A “língua Pátria”, como já foi debatido na historiografia da educação e imigração, foi um dos dispositivos utilizado a fim de nacionalizar todos aqueles que vinham de outros países, portanto, formar uma nacionalidade brasileira.

Junto a esta conjuntura, a presença apenas de trabalhadores homens em cursos noturnos da cidade, reflete também os códigos sociais da época e o que era esperado do papel da mulher, como o cuidado do lar e a maternidade. Havia aquelas que além do universo privado, circulavam no espaço público, sobretudo as mulheres pobres, brancas e negras, que exerciam ocupações profissionais, como o ofício de serviço doméstico, de lavadeira, costureira e cozinheira, em casas de terceiros<sup>199</sup>. Ainda que estas mulheres circulassem no ambiente urbano, para além do universo privado do lar, não as localizamos como público-alvo na pretensão de abrir cursos noturnos na cidade. Jucimar Cerqueira dos Santos e Mayara P. de J. dos Santos, a partir de documentação da Bahia, observaram os possíveis processos de escolarização para mulheres negras no Brasil, entre o final do século XIX e início do XX, a partir da documentação analisada, os autores constataram a existência de três iniciativas de ensino noturno para mulheres ingênuas, nascidas de mulheres escravizadas após a Lei do Ventre Livre, e de libertas, mulheres que vivenciaram o período escravocrata como cativas e conquistaram sua liberdade. Sobre esses processos, os pesquisadores afirmam que:

---

<sup>198</sup> Fundo Intendência Municipal. Caixa n° 2. Tomos n° 4A. Data 1890 a 1933. Documento datado de 13 de janeiro de 1891. AHMSM. As palavras que tivemos dúvidas quanto à grafia, portanto, seu significado, transcrevemos e destacamos em itálico.

<sup>199</sup> Essas profissões são encontradas em diferentes fontes que retratavam o cotidiano da população santamariense no início do século XX, como por exemplo, habilitações de casamento, processos-crime e registros hospitalares de entrada de enfermos no Hospital de Caridade da cidade. Ver mais em: SANTOS, Gabriela Rotilli. **Desabusadas e levadas do diabo**: mulheres pobres no ambiente urbano de Santa Maria no início do século XX (1903-1918). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

podem significar um aumento de escolarização para mulheres negras, ainda que não tenha sido em grande quantidade, pois nas últimas décadas do século XIX não eram comuns os pedidos de abertura de escolas noturnas feitos por professoras, muito menos para alunas ingênuas e libertas. Se foram raros os casos de pedido de escola noturna para mulheres, a condição de serem voltadas para ingênuas e libertas se apresenta como algo ainda mais inédito [...] <sup>200</sup>.

No pós-Abolição, em início do século XX, Melina Perussatto constatou que entre os escritos de homens no jornal negro *O Exemplo*, de Porto Alegre, havia também a autoria feminina de Carmem d'Aguiar, em um texto reivindicando o andamento do projeto de abertura da escola noturna “O Exemplo”, datado de 1904. Segundo Perussatto, “Carmem d'Aguiar não apenas retomou a ideia de instrução popular que havia caído no esquecimento, mas também manifestou a agência e o alinhamento feminino na consecução do projeto de emancipação traduzido pela escola noturna”. Além de mostrar seu apoio à iniciativa desta escola noturna, a colaboradora Carmem “assumiria a dianteira como professora, conciliando habilmente a docência com as demais tarefas domésticas”<sup>201</sup>. Em períodos próximos, observamos as semelhanças e distanciamentos entre as experiências de mulheres frente as iniciativas escolares noturnas, e os papéis relegados a elas.

De volta aos nomes assinados no abaixo-assinado, em prol da dispensa de horário para frequentar as aulas da cidade, estava o de Oscar Francisco do Nascimento. Em pesquisa sobre famílias negras entre a escravidão e liberdade na cidade de Santa Maria/RS, Franciele Rocha de Oliveira remonta às trajetórias e à genealogia da família de Innocência Maria Joaquina, nascida de Ventre Livre e José Francisco do Nascimento, ex-escravizado, membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, sendo Oscar um dos filhos do casal. Segundo pesquisas sobre esta família, é possível constatar que o interesse pela educação não veio somente na vida adulta deste trabalhador negro do comércio santa-mariense.

Ênio Grigio localizou o nome de Oscar Francisco do Nascimento e de seus irmãos Waldemar Francisco do Nascimento e Arlindo Francisco do Nascimento entre outros

---

<sup>200</sup> SANTOS, Jucimar Cerqueira dos; SANTOS, Mayara Priscilla de Jesus dos. Da educação primária ao ensino superior: o desafio das mulheres de cor e trabalhadoras para alcançar a educação escolar no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas**, v. 11, n. 2, out./dez. 2019. P. 60.

<sup>201</sup> PERUSSATTO, Melina K. Escola noturna ‘O Exemplo’: educação e emancipação dos trabalhadores na imprensa negra do pós-abolição (Porto Alegre, Rio Grande do Sul). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, 2022. P. 16.

sujeitos que contribuíram no ano de 1895 para ajudar “duas meninas desvalidas” da cidade, e entre as informações da notícia do jornal *O Combatente*, consta que eles eram alunos da “2º aula pública” da cidade<sup>202</sup>. Segundo a análise do periódico, o autor identificou que o pai: “José Francisco do Nascimento colaborou com 1 mil réis e dividiu outros 1 mil réis entre seus filhos para que eles também contribuíssem na coleta realizada na escola que frequentavam. Cada um deles contribuiu com 333 réis”. Considerando a grande quantia investida<sup>203</sup>, Grigio afirma que “ser reconhecido por aquela ação filantrópica era importante para aquela família que viveu a experiência da escravidão e que estava num ambiente de muita suspeição e desconfiança sobre a conduta da população negra”<sup>204</sup>.

A escolarização se expandia a outros membros desta família negra. Segundo Franciele Oliveira, “dos 13 integrantes da família (pai, mãe e onze filhos), podemos inferir que 9 deles foram alfabetizados”<sup>205</sup>, uma vez que “a maioria de seus membros declararam, em documentos oficiais, saberem ler e escrever, além de encontrarmos registros de suas participações em aulas públicas”<sup>206</sup>. Possivelmente a primeira presença em espaço de escolarização tenha sido da matriarca, Inocencia Maria Joaquina que foi reconhecida como uma das alunas de uma aula pública em finais do século XIX<sup>207</sup>, como veremos adiante no Capítulo 2 deste trabalho.

Esses vestígios indicam as possibilidades de mobilidade social que este dispositivo, a escolarização, pôde inferir em parte das dinâmicas sociais e culturais de famílias negras em princípios do século XX. Franciele Oliveira, relacionando a trajetória da família Nascimento com a educação, afirma que

a instrução parece ter sido ferramenta fundamental na prática promovida dentro de suas organizações negras, - que não foram poucas. Foi possível vê-los ocupando cargos dentro delas que, por exemplo, necessitam mínima formação, tais como secretário, tesoureiro e orador<sup>208</sup>.

---

<sup>202</sup> GRIGIO, Ênio. 2016, Op. Cit., p. 217. A fonte consultada pelo autor foi a seguinte: *O Combatente*. Santa Maria, 11 de agosto de 1895, Ano IX, n. 32. ACMEC.

<sup>203</sup> Segundo Franciele Oliveira: “em princípio, trata-se de uma baixa quantia, mas que no quadro geral apresentado pelo jornal, os colocava entre três das cinco crianças que doaram os maiores valores. Sem desconsiderarmos o fato de que a família, no total, desembolsara quase 2 mil réis na campanha (o que seria o valor suficiente para pagar uma décima urbana na época)” (OLIVEIRA, 2017, p. 320).

<sup>204</sup> GRIGIO, Ênio. 2016, Op. Cit., p. 217.

<sup>205</sup> OLIVEIRA, Franciele. 2017, Op. Cit., p. 320.

<sup>206</sup> OLIVEIRA, Franciele. 2017, Op. Cit., p. 345.

<sup>207</sup> Grigio localizou o nome de Inocencia Maria Joaquina em uma aula pública da cidade. **Fonte:** Fundo Intendência Municipal. Caixa nº 1. Tomos nº 7. Data 1892 a 1897. AHMSM.

<sup>208</sup> OLIVEIRA, Franciele. 2017, Op. Cit., p. 345.

A autora fez um mapeamento das organizações negras que esta família participou, sobretudo em cargos diretivos, as quais citamos a seguir:

Além da presença dos membros da família na Irmandade do Rosário, no Clube União Familiar, na Sociedade 77777, no Sport Club Rio Branco e na imprensa negra, representada pelo *O Succo*, encontramos registros em outras duas organizações: uma, também, vinculada ao associativismo negro e outra ligada à organização de classe. Trata-se da Recreio da Mocidade e do Centro Recreativo Ferroviário, respectivamente<sup>209</sup>.

Entre as sete organizações negras mencionadas, está o periódico *O Succo*, que junto de outros jornais da imprensa negra, adentrou as casas e estabelecimentos de moradores e moradoras da cidade de Santa Maria nas primeiras décadas do século XX. Com o objetivo de conhecermos mais sobre os sujeitos, particularidades destes periódicos e demais temas relacionados à imprensa negra santa-mariense do início do século XX, tomaremos as últimas páginas deste capítulo.

### 2.3 “INTELECTUAIS, COLEGAS, FAVORECEDORES E AMIGOS”: SUJEITOS, TRABALHO E EDUCAÇÃO A PARTIR DOS JORNAIS DA IMPRENSA NEGRA SANTA-MARIENSE

Neste subcapítulo, nosso objetivo é compreender os significados, objetivos, particularidades e sujeitos que compunham os jornais da imprensa negra santa-mariense, criados no início do século XX, e suas possíveis relações com o campo da educação. Até o momento, a historiografia localizou os seguintes periódicos para este período: *O Rebate*, *União*, *O Succo* e *O Vaqueano*<sup>210</sup>. Segundo o historiador Flávio Gomes, "a chamada 'imprensa negra' é a parte mais conhecida e citada da mobilização negra nas primeiras décadas republicanas"<sup>211</sup>. O autor afirma que:

Os periódicos de tal imprensa negra constituíram-se em instrumentos de comunicação de inúmeros intelectuais, grupos, associações e entidades negras, tanto com seu público específico - o chamado "meio negro" - como com outros setores sociais. Priorizando os diálogos com o "meio negro", procuravam estimular, através dos editoriais e da publicação de determinados artigos, temas que abordassem a autovalorização da população negra, sua visão de mundo e suas formas políticas, culturais e religiosas de organização e participação. Os

---

<sup>209</sup> OLIVEIRA, Franciele. 2017, Op. Cit., p. 321.

<sup>210</sup> GRIGIO *et al*, 2020, Op. Cit.

<sup>211</sup> GOMES, Flávio. 2005, Op. Cit., p. 27.

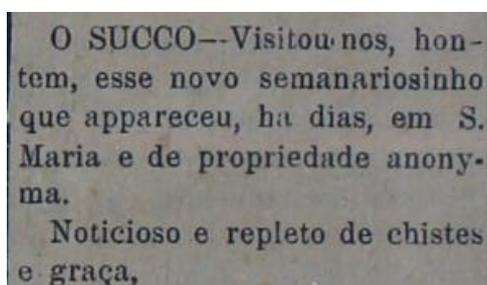
jornais se propunham, por meio de seus editores, a serem instrumentos de educação e formação"<sup>212</sup>.

Ainda sobre a conceituação de imprensa negra, o historiador José Antônio dos Santos em sua tese, investigou as trajetórias de intelectuais da imprensa negra meridional, analisando diversos jornais do Rio Grande do Sul, atentando para suas relações e particularidades. A partir disso, o autor elencou cinco características comuns a maioria destes periódicos, os quais reproduzimos a seguir:

Primeiro, os periódicos eram fundados, escritos e mantidos por pessoas que se auto-identificavam como negras ou que se colocavam como muito próximas deste meio; segundo, tinham como leitores e alvos prioritários das publicações, embora muitas vezes não fossem os únicos, a população negra; terceiro, os jornais divulgavam assuntos de interesses dos negros e eram reconhecidos pelos leitores como defensores das suas questões; quarto, alguns redatores dos jornais mantinham contatos próximos entre si, trocavam exemplares e autorreferenciavam-se como “co-irmãos” que “colima[vam] o mesmo ideal pelo qual nos batemos”; quinto, todos esses aspectos eram, de forma recorrente, divulgados pelos jornais de maior circulação"<sup>213</sup>.

Assim, estes jornais eram escritos e gerenciados por indivíduos negros, e nas suas páginas, o cotidiano da comunidade negra que o formava se fazia presente. O periódico que revela maiores informações acerca da imprensa negra na cidade, até o momento localizado, se trata do jornal *O Succo*. Criado no ano de 1921 em Santa Maria/RS, circulou por mais de 14 anos na cidade e região. Sua primeira menção em fontes primárias foi encontrada em edição de 1921 no jornal da imprensa negra, da capital do Estado, *O Exemplo*, em notícia sobre sua fundação:

**Imagem 5** - Notícia sobre a criação do jornal O Succo (1921)



**Fonte:** *O Exemplo*, 20 de novembro de 1921, p. 2. Porto Alegre. Hemeroteca Digital do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

<sup>212</sup> GOMES, Flávio. 2005, Op. Cit., p. 31-2.

<sup>213</sup> SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da História**. Trajetórias intelectuais na Imprensa Negra Meridional. Tese (Doutorado em História), Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2011. P. 108.

Com tiragem quinzenal, disposto em 4 páginas e em cada folha, três colunas que traziam diversos assuntos sobre o cotidiano, com tiragem, em sua maioria, aos domingos. Os temas revelavam as vivências nas organizações negras, as comemorações de laços matrimoniais, os nascimentos e falecimentos de pessoas queridas àquela comunidade, por exemplo. De redação diversa, contribuía para a escrita daquele periódico diferentes indivíduos que mantinham a organização sobre o que escrever e relatar. Até o momento, foram localizados apenas 5 exemplares de *O Succo*, datados de 1924, 1925, dois em 1932 e 1934<sup>214</sup>. Dois exemplares estão em salvaguarda do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, a partir do projeto de Renata Andreoni que objetivava reunir a Imprensa Negra do Rio Grande do Sul e disponibilizar as cópias dos jornais digitalmente<sup>215</sup>. O restante dos exemplares foi localizado por pesquisadores em acervos particulares de descendentes de pessoas que assinavam *O Succo*, e compartilhados com o Grupo de Estudos sobre o pós-Abolição, do qual fazemos parte.

Apesar da localização de apenas 5 exemplares, através da indicação do ano de cada edição presente no cabeçalho do periódico, podemos afirmar a sua longa existência, ultrapassando uma década de funcionamento na cidade. A riqueza material, patrimonial e simbólica deste jornal, assim como de outros da imprensa negra, podem ter se perdido no tempo. Imagine o leitor ou leitora, se cada ano tem em média mais de 50 dias de domingo, sabendo da informação que o jornal tinha tiragem quinzenalmente ao longo de 14 anos, pode se tratar, em números estimativos de mais de 350 exemplares de *O Succo* que circularam na cidade entre os anos de funcionamento deste periódico. Os arquivos de Santa Maria não guardaram nenhum exemplar destes registros históricos, que retratam importantes aspectos sobre a sua própria sociedade. Já jornais de grande circulação, que a elite econômica criou e financiou via seus próprios interesses, estão conservados e em salvaguarda nestes locais de memória.

A historiadora Maria Angélica Zubarán ao relacionar o acesso à arquivos e fontes históricas, instiga o leitor e leitora a pensar sobre os lugares de preservação de memórias de uma maneira histórica:

[...] guardar determinados documentos em detrimento de outros, relaciona-se ao empenho das sociedades em impor ao futuro certa imagem de si, selecionando determinados acervos e relegando outros ao esquecimento. Neste

---

<sup>214</sup> GRIGIO, Ênio; BRUNHAUSER, Felipe Farret; OLIVEIRA, Franciele Rocha de; RODRIGUES, Luiz Fernando dos Santos da Silva; LIMA, Taiane Anhanha. **Organizações Negras de Santa Maria**: primeiras associações negras dos séculos XIX e XX. Santa Maria, 2020. P. 41.

<sup>215</sup> O site do projeto Imprensa Negra no Rio Grande do Sul pode ser acessado no seguinte link: < <http://afro.culturadigital.br/colecao/imprensa-negra-no-rio-grande-do-sul/> >. Acesso em 27/03/2023.

sentido, uma pergunta é fundamental: Que critérios, que valores, determinam a seleção, inclusão ou exclusão de acervos nas bibliotecas e arquivos? Por que certos documentos são “esquecidos” e outros “consagrados” nas instituições de memória?<sup>216</sup>

Em Santa Maria, esta preocupação e atenção com os jornais da imprensa negra existiu por parte daqueles que assinavam seus exemplares. No lançamento da “Campanha de Preservação dos Jornais da Imprensa Negra de Santa Maria”<sup>217</sup> em 14 de novembro de 2018, criada pelo Grupo de Estudos sobre o pós-Abolição (UFSM), foram homenageados os chamados “descendentes da imprensa negra”, homens e mulheres que guardaram em suas casas exemplares que, até o momento da presente pesquisa, somente eles o possuíam. Sobre este título e seus sujeitos, os membros do GEPA, Franciele Oliveira, Taiane Lima e Guilherme Pedroso, explicam:

Compreendem-se como descendentes da Imprensa Negra, todos aqueles e aquelas que são familiares diretos de membros da Imprensa Negra, sejam eles gerentes, diretores, redatores, financiadores, assinantes, etc. Como é o caso da Sr.<sup>a</sup> Alcione Flores do Amaral, neta do Sr. Pedro Flôres do Amaral, assinante do jornal O Succo; dos irmãos Rossy do Nascimento, Romilda do Nascimento (in memoriam) e Romeu do Nascimento, sobrinhos do Sr. José Francisco do Nascimento Filho, gestor do jornal O Succo e do Sr. Marcos Aurélio Marques, filho do Sr. Francisco Assis de Elias Marques, gestor do jornal O Succo, que estiveram presentes durante o lançamento da Campanha, agraciados com presentes e este simbólico título oferecido pelo GEPA<sup>218</sup>.

Portanto, a possibilidade de conhecer e compreender a complexidade de criar um jornal *por e para* a população negra no interior do Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX, se deve, sobretudo, aos descendentes da imprensa negra e aos projetos desenvolvidos por pesquisadores e pesquisadoras que reconhecem a importância social e histórica destes registros. Assim, nas páginas que seguem, conheceremos mais sobre os sujeitos e temáticas desta imprensa a partir de análise de pesquisas já

---

<sup>216</sup> ZUBARÁN, Maria Angélica. O acervo do jornal O Exemplo (1892-1930): patrimônio cultural afro-brasileiro. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.5, n.12, Jan./Jun, 2015. P. 2.

<sup>217</sup> A Campanha empreendida pelo GEPA tem como principais objetivos: “A campanha, de caráter permanente, tem como intuito localizar os jornais negros que eram realizados na cidade e, através destes, identificar seus sujeitos criadores, descendentes e guardiões da Imprensa Negra local, construindo uma rede de apoio para preservarmos estas fontes, que ajudam a contar a história dos protagonismos negros santamarienses. [...] Além da coleta das fontes primárias da Imprensa Negra, o projeto prevê a coleta das fontes orais sobre esta imprensa, através da realização de entrevistas com descendentes da Imprensa Negra e alguns doadores e guardiões das fontes originais” In: OLIVEIRA, Franciele Rocha de; PEDROSO, Guilherme; LIMA, Taiane Anhanha. Combatendo “estultos preconceitos de raça”: mapeamento da imprensa negra do Rio Grande do Sul e o caso de Santa Maria/RS. **RIHGRGS**, Porto Alegre, n. 162, p. 45-72, julho de 2022. P. 58.

<sup>218</sup> OLIVEIRA; LIMA; PEDROSO. 2022, Op. Cit., p. 58.

desenvolvidas e da leitura dos cinco exemplares de *O Succo*, buscando relacionar os universos de trabalho, mundo letrado, e marcadores de gênero e raça.

Entre os personagens atuantes neste periódico, estava o irmão de Oscar Francisco, nome conhecido anteriormente por assinar junto de outros trabalhadores um pedido enviado à Intendência Municipal para frequentar aula pública. José Francisco do Nascimento Filho ocupava em 1928 a posição de diretor do jornal e em 1932 como gerente<sup>219</sup>, se mantendo no jornal até o ano de 1934<sup>220</sup>. A pesquisadora Franciele Oliveira constata que “José Filho esteve envolvido com aquele jornal da imprensa negra local, no tempo de, pelo menos, 6 anos”<sup>221</sup>.

Além deste periódico, os autores mapearam que Santa Maria foi berço de outras quatro iniciativas semelhantes neste período, como o jornal *O Rebate*, *O Vaqueano* e *União*<sup>222</sup>. Pelo fato de apenas exemplares do jornal *O Succo* terem sido localizados, “Órgão crítico, humorístico e noticioso”, falaremos mais sobre esta iniciativa neste subcapítulo. Descrito como “distinto órgão dos cidadãos de côr de nossa terra”<sup>223</sup>, em suas páginas foram diversos os assuntos que ocuparam a atenção de leitoras e leitores de Santa Maria e região.

### Imagem 6 - Cabeçalho do Jornal O Succo (1925)



**Fonte:** *O Succo*. 5 de julho de 1925. Anno IV, nº 80. Santa Maria, Rio Grande do Sul. Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa.

<sup>219</sup> OLIVEIRA, Franciele. 2017, Op. Cit. p. 303. **Fonte:** *O Succo*, 15 de março de 1932. Santa Maria, Rio Grande do Sul. Anno XI, nº 171, p. 1. Acervo particular de Alcione Flores do Amaral. *O Succo*, 15 de maio de 1932. Santa Maria, Rio Grande do Sul. Anno XI, nº 173, p. 1. Acervo particular de Alcione Flores do Amaral.

<sup>220</sup> OLIVEIRA, Franciele. 2017, Op. Cit., p. 303.

<sup>221</sup> Ibid., Idem.

<sup>222</sup> Sobre estes jornais, ver mais em: OLIVEIRA, Franciele Rocha de; PEDROSO, Guilherme; LIMA, Taiane Anhanha. Combatendo “estultos preconceitos de raça”: mapeamento da imprensa negra do Rio Grande do Sul e o caso de Santa Maria/RS. *RIHGRGS*, Porto Alegre, n. 162, p. 45-72, julho de 2022.

<sup>223</sup> *O Castilhistas*, 05 de novembro de 1927. Santa Maria. AHMSM. Fonte localizada por Taiane A. Lima.

A seguir apresentamos um breve levantamento acerca das principais temáticas citadas em cada edição. O meio social tinha lugar de destaque nos exemplares até então localizados. Franciele Oliveira analisou o jornal *O Succo* e, em consonância com o que José Antonio dos Santos observou para outros jornais da imprensa negra meridional<sup>224</sup>, a autora constatou que nas páginas d'*O Succo* haviam “anúncios de suas festas, atividades, comemorações”, como notas de aniversário, nascimento, falecimento e adoecimento de seus assinantes e amigos da redação<sup>225</sup>. São escritos que retratavam o cotidiano e interesses desta comunidade, que pretendia se ver representada nos assuntos do periódico.

As manchetes variavam, em sua maioria, a cada edição. Havia aquelas que apareceram em mais de um exemplar, como por exemplo: “Expediente D'O Succo”, que informava os assinantes sobre atraso e pedido para efetuar os pagamentos junto a folha; “Correspondências”, mensagens enviadas de outras agremiações e pessoas para à folha; “Pelo Sport”, partidas de futebol entre clubes do Estado; “Vida Social”, menção à aniversário, falecimento, batizado, bailes e outras atividades do meio social; “Questionário”, artigo que consistia em perguntas a serem respondidas por leitores sobre questões da vida e sobre *O Succo*. Além destas manchetes, “A Lavadeira e a Patrôa” também se repete, espaço destino à trocadilhos e boatos sobre a sociedade santa-mariense através de uma conversa, ficcional ou não, entre uma lavadeira negra e a patroa, um destes artigos foi analisado por José Antonio dos Santos em sua tese<sup>226</sup>.

Os sujeitos que elaboraram as redações e publicavam as mensagens enviadas pelo público, estavam localizados no contexto histórico do início do século XX, tempo/lugar que as questões acerca da moralidade social da época também abrangiam estes indivíduos. Eram recorrentes nas páginas de *O Succo*, trechos sobre como se portar em festas, locais públicos e outros espaços, em tons irônicos e de vigilância, sobretudo dirigidos às mulheres. As colunas tinham o caráter humorístico, trazido no próprio cabeçalho de cada edição. Sobre estas publicações, que eram regadas de um humor por vezes ácido, a partir da imprensa negra meridional José Antônio dos Santos afirma que:

As cenas eram cotidianas e davam-se nos espaços públicos mais diversos, como as ruas, os campos de futebol, os bailes e as festas, e eram reproduzidas de maneira a se tornarem cômicas, mas carregavam um forte tom moralizador

---

<sup>224</sup> SANTOS, José Antonio dos. 2011, Op. Cit.

<sup>225</sup> OLIVEIRA, Franciele. 2016, Op. Cit., p. 127.

<sup>226</sup> Ver mais em: SANTOS, José Antonio dos. 2011, Op. Cit., p. 129.

e de censura aos comportamentos vistos como desviantes ao que a sociedade indicava<sup>227</sup>.

Em uma das edições de fevereiro de 1932, na primeira página é exibido um “Questionário”, elaborado por 15 perguntas respondidas por senhorinhas da sociedade, que nesta edição o fez “a bela Senhorinha Francisca Rodrigues”. Questões sobre os pensamentos das mulheres sobre a vida em geral, em temas como a vida, amor e sentido da morte, por exemplo, foram respondidas entre duas a mais linhas para cada pergunta. Cabe ressaltarmos a sua última resposta, que indica o alcance dos boatos e assertivas moralizantes às mulheres: “15 – Qual a inconveniência do nosso jornalzinho? Dar beliscões injustos em certas senhoritas”<sup>228</sup>.

Das pessoas envolvidas com a imprensa negra da cidade, ou seja, quem escrevia e gerenciava os periódicos, nota-se que eram em sua totalidade homens. Ainda que não encontramos informações sobre a participação direta de mulheres na redação e outros cargos do jornal, para além destes questionários, elas se faziam presentes também em ações em benefício ao periódico d’*O Succo*. Em edição de julho de 1924, o público feminino aparece de outra maneira: “KERMESSE – Continua em andamento a festa que as senhoritas vão fazer em benefício desta folha. Esta festa será constituída de uma kermesse, à tarde, e sarau dançante, que se prolongará até à noite”<sup>229</sup>. Um ano após, em julho de 1925, uma comissão vinda Júlio de Castilhos, convidada pela Diretoria do Rancho O Succo, chegou pelos trens da estação férrea para uma festividade organizada em Santa Maria. Em nota de agradecimento, a Comissão Castilhense enviou o seguinte recado para a edição daquele dia:

[...] vêm, por este meio, patentear a sua gratidão pela maneira fidalga com que foram os seus membros tratados. Aproveita o ensejo para agradecer muito particular, **à distinta comissão de senhorinhas, o lindo chá que ofereceu-lhe** [...] J. de Castilhos, 2/7/1925. *A Comissão*<sup>230</sup>.

Em outubro do mesmo ano, o jornal *Correio da Serra* trouxe uma coluna destinada às comemorações do aniversário d’*O Succo*, que iniciaram no sábado à noite, nos salões do Club União Familiar e se prolongaram ao longo do domingo daquela semana. Uma série de festejos foi organizado, sob “interessante programa” sob a direção “inteligente da

---

<sup>227</sup> SANTOS, José Antonio dos. 2011, Op. Cit., p. 110.

<sup>228</sup> *O Succo*, 25 de fevereiro de 1934, p. 1. Acervo particular de Máucio Rodrigues.

<sup>229</sup> *O Succo*, 13 de julho de 1924, p. 4. Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa.

<sup>230</sup> *O Succo*, 05 de julho de 1925, p. 4. Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa. Grifos nossos.

senhorinha Cecília Martins". Segundo a notícia, "a kermesse teve grande movimento, rendendo avultadas somas; as danças tiveram sempre extraordinária animação e duraram até a madrugada de ontem; todos os serviços relativos à festa, foram caprichosamente cuidados"<sup>231</sup>. Portanto, notamos a atuação de mulheres na organização, planejamento e execução de diferentes espaços, em razão das associações negras. Universo também observado nas páginas de outros periódicos, para o mesmo período.

A historiadora Aline Sônego em sua pesquisa de doutorado, investigou quem eram os homens e mulheres negros e negras que formaram, o que a autora conceituou como a “*comunidade leitora*”, do jornal da imprensa negra *O Astro*. Este periódico circulou nas cidades de Rio Pardo/RS e Cachoeira do Sul/RS, nos anos de 1927 e 1928. Sônego analisou a atuação e representação das mulheres neste periódico sul-rio-grandense, constatando que:

As mulheres, quando citadas no jornal, na maioria das vezes, tinham os seus nomes vinculados a uma figura masculina como pai, esposo ou irmão. Isso não significa que as mulheres não eram leitoras ativas e participantes na publicação, visto que participavam do concurso de beleza feminina promovido pelo jornal e como musas inspiradoras de poemas e cartas ou como reprimidas nas seções de sátiras, mas sua presença destacava-se principalmente como atuantes na comunidade, compondo a direção de entidades associativas e como defensoras de suas filhas nos momentos em que a cultura machista do período ousava atingir a honra feminina<sup>232</sup>.

O público leitor e assinante protagonizava um papel importante na existência deste periódico, por diferentes razões. Seja na manutenção econômica através das assinaturas e colaborações, na participação enquanto leitores e correspondentes, atividades que atuam diretamente no êxito e longevidade do jornal. A historiadora Aline Sônego, a partir da comunidade leitora” do jornal *O Astro*, identificou as relações sociais, familiares e profissionais destes sujeitos, protagonistas das páginas deste periódico da imprensa negra. Alinhada à perspectiva da História Cultural, a autora explica os significados dos termos “leitores/receptores” desta imprensa:

Enquanto ao binômio leitora/receptora, para caracterizar a comunidade alvo, leva-se em conta que o ato de ler o artefato, ouvir sua leitura, ou mesmo tomar

---

<sup>231</sup> *Correio da Serra*, 20 de outubro de 1925. AHMSM. Fonte localizada pela pesquisadora Taiane Lima e compartilhada com o GEPA.

<sup>232</sup> SÔNEGO, Aline. “**Correspondemos a uma aspiração de nossa classe**”: o pós-Abolição a partir do jornal *O Astro* (Cachoeira e Rio Pardo, RS). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. P. 201.

conhecimento de seu conteúdo através da oralidade caracterizam-na como todos pertencentes ao público-alvo do periódico<sup>233</sup>.

A partir da leitura e análise de 21 edições do jornal *O Astro*, com base nos métodos biográfico e prosopográfico<sup>234</sup>, Aline Sônego identificou um universo complexo de sujeitos citados nas páginas deste jornal como assinantes, favorecedores e/ou colaboradores. Assim, Sônego pôde visualizar os integrantes leitores/receptores de um periódico negro do Rio Grande do Sul, analisando suas profissões, parentesco, relações sociais e familiares, graus de alfabetização e envolvimento com associações negras de Rio Pardo e Cachoeira do Sul. A autora salienta que:

É fundamental ressaltar que o número absoluto de assinantes não deve ser critério exclusivo para verificar o sucesso ou fracasso do alcance da publicação, visto que um assinante representava, no mínimo, mais um alcance entre seus familiares. Além dos seus, era comum a prática de difusão da leitura entre vizinhos ou mesmo dentro de entidades associativas, de forma que não apenas um grupo restrito dos nomeados assinantes tinha acesso ao impresso. Neste sentido, justifica-se também, além do uso da designação leitores, assim como a utilização da palavra receptores, que acessavam o jornal seja pela leitura individual, em grupos e/ou pela oralidade<sup>235</sup>.

Inspirado no exercício empreendido por Sônego, realizamos, em sentido complementar à obra *Organizações negras de Santa Maria/RS*, organizada pelo GEPA/UFSM, a análise do jornal *O Succo* como um observatório social de sua época. Assim, com o objetivo de observarmos a presença de possíveis leitores e leitoras nas edições do jornal da imprensa negra santa-mariense, realizamos a leitura dos 5 exemplares disponíveis e contabilizamos em planilha *Excel* todos os nomes de homens e mulheres citados no periódico, excluindo as repetições. Com estes dados, notamos um expressivo universo social, de adultos, jovens e crianças, atingido pelo periódico, em termos numéricos. Assim como, contabilizou-se separadamente, àqueles sujeitos citados como assinantes:

---

<sup>233</sup> SÔNEGO, Aline. 2022, Op. Cit., p. 190.

<sup>234</sup> Sobre os métodos que inspiraram a pesquisa, a autora explica que: “tanto no método biográfico, no sentido de recuperar as trajetórias individuais das pessoas que compunham a comunidade leitora e receptora d’*O Astro*, como também no método prosopográfico para analisar, no conjunto dessas biografias, uma percepção mais massiva daquele grupo social na verificação de padrões ou não daquela coletividade” (SÔNEGO, Aline. 2022, Op. Cit., p. 196).

<sup>235</sup> SÔNEGO, Aline. 2022, Op. Cit., p. 198.

**Tabela 1** - Quantidade de nomes e assinantes citados em cinco edições do jornal *O Succo*

<b>Gênero</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
Nº de nomes citados	127	111	238
Nº de assinantes	16	3	19

**Fonte:** *O Succo*, 13 de julho de 1924. *O Succo*, 5 de julho de 1925. Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa. *O Succo*, 15 de março de 1932. *O Succo*, 15 de maio de 1932. Acervo particular de Alcione Flores do Amaral. *O Succo*, 25 de fevereiro de 1934. Acervo particular de Máucio Rodrigues.

Na Tabela 1, observamos que dos 238 nomes citados em diferentes momentos nas páginas de cinco exemplares de *O Succo*, 127 eram nomes masculinos e 111 femininos. Foram destacados em diferentes situações, próximas daquelas observadas por Sônego, como as datas de aniversário, cerimônias de casamento e batizado, na seção de trocadilhos e boatos, entre outros. Já o número de assinantes, contabilizamos através das pessoas citadas antecedidas dos termos “favorecedor/a” e “colaborador”, e em alguns casos, somava-se o termo “nosso amigo”.

Foram 19 indivíduos localizados, sendo 16 homens e 3 mulheres. Aqui percebe-se uma diferença considerável quanto ao gênero do público assinante. Dado também observado por Sônego, ainda que analisando um número maior de exemplares (21), constatou que o gênero majoritário era o masculino, somando 95% do total de assinantes. A autora afirma que “esse fato reflete a cultura patriarcal do período, em que aos homens, sejam pais ou maridos, representavam, pelo menos socialmente, a responsabilidade de obter e gerenciar os principais recursos financeiros das famílias”<sup>236</sup>.

As pessoas que assinavam, compravam, liam e conversavam sobre as edições do jornal, se viam representadas, para além de seus nomes, pela sua imagem. Foram identificadas duas reportagens em outros jornais da cidade, sobre o aniversário de publicação d’*O Succo*, comemorado entre outubro e novembro de todo ano. Como uma forma de promoção de seu empreendimento, a direção e redatores d’*O Succo* enviaram a outros jornais de Santa Maria e região, exemplares da edição comemorativa, a fim de que estes mesmos periódicos o divulgassem em suas páginas. Segundo o *Correio da Serra*, no aniversário de 1922, “o número comemorativo, apareceu em forma de revista, muito

<sup>236</sup> SÔNEGO, Aline. 2022, Op. Cit., p. 201.

bem feito, contendo abundante matéria”<sup>237</sup>.

O formato de revista em edições comemorativas se repetiu em vários anos. Em 1925, *O Castilhist*a informa que: “<O Succo> - Entrou para o seu 4º ano de publicidade este nosso coleguinha local. Em comemoração a essa data <O Succo: circulou em edição especial, estampando muitos cliques de pessoas da sua redação e de amigos e *ledores*”<sup>238</sup>. Nesta edição, fotografias de redatores, leitores e amigos ganharam destaque em suas páginas. Dos cinco exemplares até então localizados, não há nenhuma fotografia em suas edições. Mas, a partir do contato do GEPA, sobretudo da pesquisadora Franciele da Rocha Oliveira, com familiares que descendem de pessoas envolvidas em diversas associações negras do início do século XX em Santa Maria, foram localizadas fotografias que, pelo aspecto, são recortes de jornais e, possivelmente, teriam estampado as páginas d’*O Succo*.

**Imagem 7** – Recortes fotográficos de meninas nas páginas do jornal *O Succo* (década de 1920)



**Fonte:** A fotografia da esquerda pertence ao acervo particular de Jayme Maia Pereira, e da direita, ao acervo particular de Ewerton Jorge Rodrigues Cruz.

A “senhorinha Cedinha Maia”, se chamava Mercedes Maia e seu nome estava ligado à diversas associações negras da cidade desde jovem. Mercedes nasceu em 22 de julho de 1901, na cidade vizinha de São Sepé. Provavelmente, após o falecimento de seu pai, Pedro Maia, veio a morar em Santa Maria junto de sua mãe, Felippa [Raphaela] Maia. Em junho 1919, aos 18 anos de idade, foi localizada como “inteligente oradora do grupo

<sup>237</sup> *Correio da Serra*, 10 de novembro de 1922. Santa Maria/RS. AHMSM.

<sup>238</sup> *O Castilhist*a, 23 de novembro de 1925. Santa Maria/RS. AHMSM. O termo em itálico está em sua grafia original. Ambas notícias foram localizadas por Taiane Lima e compartilhadas com o GEPA.

feminino da sociedade” carnavalesca 77777 e representante das sociedades Esmeralda e 13 de Maio<sup>239</sup>.

Aos 23, residia à rua Silva Jardim, que antes tinha como nomenclatura rua “24 de Mayo”, espaço conhecido pelas associações negras erguidas no início do século XX, como a Sociedade Treze de Maio (citada no subcapítulo anterior) e a Irmandade Nossa Senhora do Rosário. Em 1924, ela de profissão “labores domésticos”, casou-se com José Pereira, “proprietário” e à época com 27 anos<sup>240</sup>, ambos assinaram seus nomes nos autos da habilitação de casamento. José também era envolvido em associações, assim como sua futura esposa. Ele atuou como presidente do Clube União Familiar e participante do Sport Club Rio Branco<sup>241</sup>. A família mantinha uma venda de Secos e Molhados à rua Tuiuti n° 1154, esquina com a rua Conde de Porto Alegre, onde ambos trabalhavam. Este comércio foi citado no “Guia Ilustrado, Comercial, Industrial e Profissional de Santa Maria” de 1938, entre outros empreendimentos locais<sup>242</sup>.

O casal Mercedes e José teve 4 filhos: Mozar, Mogar, José e Jayme. Nascidos entre final da década de 1920 e início de 1930, sabemos que três destes foram alunos da Escola Elementar Olavo Bilac. Aos vinte dias do mês de novembro de 1935, final de ano letivo, era realizado os exames finais da escola. Em alguma das salas do prédio escolar, Mozar passou pela prova oral, que avaliou a leitura e conhecimentos de gramática; realizou exercícios de matemática (adição, subtração e multiplicação) no quadro; e respondeu perguntas sobre História, Geografia e Ciências Sociais. A turma do “segundo ano D”, contava com 27 alunos matriculados, 22 compareceram ao exame. Entre os “aprovados plenamente”, constava o nome de Mozart Maia Pereira<sup>243</sup>. No mesmo dia, só que em outra sala, seu irmão Mogar Pereira passava pelo exame do “segundo ano C”, que iniciaram naquele dia e foram até 22 do mesmo mês. Os exercícios se assemelham com os que seu irmão resolveu, sendo Mogar “aprovado simplesmente” nas respectivas

---

<sup>239</sup> OLIVEIRA, Franciele da Rocha. 2017, Op. Cit. p. 300-301. A fonte consultada pela autora foi: *O Exemplo*, 1 de junho de 1919. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Anno IV, n° 22, p. 2. HDB.

<sup>240</sup> Habilitação de casamento de José Pereira e Mercedes Maia, Santa Maria, 23 de setembro de 1924. APERS. Fonte localizada pela pesquisadora Franciele Oliveira.

<sup>241</sup> OLIVEIRA, Franciele da Rocha. 2017, Op. Cit., p. 304 e 317. Sobre a atuação de José Pereira em clubes de futebol negros, ver mais em: LIMA, Taiane Anhanha. **Clubes negros de futebol em Santa Maria no pós-Abolição (1916-1934)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023. Trabalho em fase de publicação.

<sup>242</sup> Guia Ilustrado, Comercial, Industrial e Profissional de Santa Maria. Editora Guias Ilustrados Municipais, 1938. CMEC. **Fonte:** PEREIRA, Jayme Maia. Entrevista concedida à Franciele Oliveira, Taiane Lima e Alcía Quinhones, na residência do entrevistado em 31 de maio de 2022, Santa Maria/RS.

<sup>243</sup> Livro n° 1 de Notas de Exames Finais, 1913 a 1942. Ata n° 27, 20 de novembro de 1935, Santa Maria. AHIEEOB.

matérias<sup>244</sup>.

Em 1938, José Pereira, de profissão “negociante”, matriculou no 1º ano da mesma escola, o filho José Pedro Maia Pereira, que à época tinha 8 anos de idade, e era designado de cor *mixta*<sup>245</sup>. Já Jayme Maia Pereira, o mais novo dos quatro irmãos, iniciou sua vida escolar nos anos de 1940 pela Escola Normal Olavo Bilac, a mesma de seus irmãos, mas com outra nomenclatura. Concluiu o Curso Primário e passou a frequentar a quinta série no Colégio São Luiz<sup>246</sup>, iniciativa educacional dos Irmãos Maristas, a qual dedicamos o terceiro capítulo deste trabalho. A seguir, duas fotografias de Jayme nestes espaços escolares, entre 1948 e início da década de 1950:

**Imagem 8 - Banda do Colégio São Luiz (1948)**



**Fonte:** Acervo particular de Jayme Maia Pereira. No verso da fotografia, o escrito “Lembrança da Banda do ‘São Luiz’, 7/9/1948”.

---

<sup>244</sup> Livro nº 1 de Notas de Exames Finais, 1913 a 1942. Ata nº 28, 20 a 23 de novembro de 1935, Santa Maria. AHIEEOB.

<sup>245</sup> *Livro de Matrículas...*, 1938, p. 212. AHIEEOB.

<sup>246</sup> LOPES SOBRINHO, Hermito. **Personagens de nossa história**. Santa Maria: Boca do Monte, 2º Vol., 1995. P. 229. Acervo particular de Jayme Maia Pereira.

**Imagem 9** – Alunos em frente à Escola Normal Olavo Bilac (década de 1950)



**Fonte:** Jayme Maia é o 4º aluno disposto em pé, da esquerda para a direita. Acervo particular de Jayme Maia Pereira.

A fotografia publicada em jornal (Imagem 7), anteriormente mencionada, era um registro que Cidinha havia tirado junto de sua irmã mais nova, Raphaela Maia, em estúdio fotográfico, possivelmente do fotógrafo Venancio Schleinniger, localizado à rua Silva Jardim n.37 no ano de 1914<sup>247</sup>. Podemos visualizá-la em maior resolução na Imagem 10, registro guardado pelo filho Jayme Pereira Maia.

---

<sup>247</sup> Revista Comemorativa do Primeiro Centenário da Fundação da Cidade de Santa Maria, 1914. [Não paginado]. Venancio Schleinniger fotografou diversas paisagens, prédios e pessoas da cidade de Santa Maria, no início do século XX. Suas fotos estampam diversos livros, fontes primárias e acervos particulares, das quais, algumas se farão presentes ao longo deste trabalho.

**Imagem 10** - As irmãs Raphaela e Mercedes Maia (início do século XX)



**Fonte:** Acervo particular de Jayme Maia Pereira.

Raphaela Maia, sentada na fotografia acima, à esquerda, também nasceu em São Sepé/RS, em 26 de maio de 1903. Aos 22 anos de idade, casou-se com Ataliba Farias, 31 anos, pedreiro, nascido em Caçapava do Sul/RS no ano de 1894<sup>248</sup>. No natal de 1929, nasceu a filha do casal, Maria Ieda Maia Farias.

**Imagem 11** – O casal Raphaela Maia e Ataliba Farias com sua filha Maria Ieda (década de 1930)



**Fonte:** Acervo particular de Jayme Maia Pereira.

---

<sup>248</sup> Habilitação de casamento de Ataliba Farias e Raphaela Maia. Santa Maria, 17 de agosto de 1925. APERS. Documento localizado por Franciele Oliveira.

Em 1938, os pais a matricularam no 2º ano, Turma 4, da Escola Elementar Olavo Bilac. Na lista de matrícula, Maria Ieda tinha 9 anos de idade, cor designada como *mixta*, de religião católica, eram moradores da rua Conde de Porto Alegre (próxima à escola) e que sua mãe exercia a profissão de porteira servente<sup>249</sup>. Raphaela Maia foi funcionária do mesmo espaço escolar, “porteira-servente designada para servir no Colégio Elementar de Santa Maria”, em portaria de 20 de maio de 1938, entrando em exercício no dia 24 de maio do mesmo ano. Trabalhou como funcionária pública por pelo menos três décadas na instituição, o que a garantiu acesso a direitos trabalhistas, como as licenças prêmio concedidas pelo governo estadual pelo seu cargo de “Servente primária”, assim como, aumento salarial e gratificações, informadas em livro ponto da escola<sup>250</sup>. Na década seguinte, consta em registro que:

O Secretário de Educação e Cultura arbitra em um terço do respectivo vencimento, na forma do art. 121 do Decreto-lei nº 311, de 31 de dezembro de 1942, a gratificação devida à porteira-servente, padrão I, Rafaela Maia Silva, da Escola Normal “Olavo Bilac”, de Santa Maria, por **serviço extraordinário que houver prestado, no Curso Supletivo Noturno do mesmo estabelecimento** do período compreendido entre 27 de maio e 31 de dezembro de 1946<sup>251</sup>.

Pela informação, extraída do livro de funcionários do acervo da escola, Raphaela havia “prestado” serviço extraordinário, trabalhando à noite, no Curso Supletivo Noturno como porteira-servente. Raphaela e Mercedes tiveram outros irmãos, e sobre as relações familiares e associativas que um deles veio formar na cidade, João Gabriel Maia, dedicaremos uma análise no próximo capítulo. Ele também matriculou suas duas filhas no mesmo estabelecimento de ensino e seu nome consta em uma das edições d’*O Succo*<sup>252</sup>.

Já Julieta e Ignacia, retratadas na segunda fotografia da Imagem 7, são filhas de Maria José Farias e Justiniano Cruz, ambas nasceram na década de 1910 em Santa Maria. Justiniano, citado como “amigo e favorecedor” na fotografia, era assinante do jornal *O Succo*, e foi figura importante na imprensa local, atuando em diferentes jornais da

---

<sup>249</sup> *Livro de Matrículas...*, 1938, p. 212. AHIEEOB.

<sup>250</sup> Livro do registro histórico dos profs. do Curso Primário – 1947 a 1966. Livro nº 19, p. 21 e 29. AHIEEOB.

<sup>251</sup> Livro de Posses de Professores, 1910 a 1950. Livro nº 2. [não paginado]. AHIEEOB. Grifos nossos.

<sup>252</sup> *O Succo*, 25 de fevereiro de 1934. Acervo particular de Máucio Rodrigues.

cidade<sup>253</sup>. Ignacia Rodrigues Cruz, a mais jovem dos retratos, após anos de estudo durante os anos de 1930, tornou-se professora normalista no início da década de 1940, pela Escola Normal Olavo Bilac. Sobre sua trajetória educacional, dedicamos o quarto capítulo desta pesquisa.

A partir destes vestígios, recortados com cuidado e guardados pelas respectivas famílias, observamos o papel importante de valorização e reconhecimento que *O Succo* desempenhava entre a comunidade que o lia e o assinava. Enviar uma foto sua, de um familiar, ver seu nome estampado nas páginas do jornal, possuíam muitos significados, os quais ainda perduram através da preservação deste material, mesmo após um século de sua publicação.

Além disso, nota-se que os próprios leitores e leitoras podiam enviar à redação do jornal, em formato de correspondência, artigos e/ou trechos, escritos à próprio punho e publicados após aprovação. Atividade que demonstra a participação direta do público leitor na própria organização do periódico, ainda que em diferente nível daquele desempenhado pelos integrantes (redatores e diretores) d'*O Succo*. Neste momento, junto da leitura, a escrita e a redação eram arranjos possíveis acionados pelos sujeitos assinantes. Em uma edição de 1932, a coluna “Expediente – D’O Succo” explica as normas para que a publicação de um texto fosse aceita. Neste trecho, podemos observar os elementos exigidos ao leitor, que neste momento torna-se também, escritor:

Será franca a colaboração para as colunas d’*O Succo* reservando-nos o direito de publicarmos somente o que estiver de acordo com os fins de que nos propomos, ficam isento de restituição, os originais, quer publicados ou não. Não se publica os originais que venham escritos a lápis, e sem a assinatura do autor no verso original. [...] *O Succo* será obediente a críticas leves, sem ofensas aos sãos princípios da moral<sup>254</sup>.

Após conhecer algumas das pessoas participantes desta imprensa enquanto assinantes, colaboradores e leitoras, vamos percorrer, brevemente, os caminhos trilhados daqueles que criaram, escreviam e dirigiam os jornais da imprensa negra da cidade. Ao mesmo tempo que homens negros realizavam as atividades de direção, gerência, redação e distribuição destes jornais em Santa Maria e região, eles eram também trabalhadores no meio urbano da cidade. As pesquisas de Franciele Oliveira demonstraram que as

---

<sup>253</sup> Em pesquisa anterior, adentramos na trajetória desta família, ver sobretudo o capítulo 4: MEDEIROS, Alcía Q. 2021, Op. Cit. Em sua tese em construção, a pesquisadora Franciele Oliveira se concentra nesta trajetória familiar, entre a escravidão e a liberdade durante o século XIX.

<sup>254</sup> *O Succo*. 15 de março de 1932, p. 2. Acervo particular de Alcione Flores do Amaral.

profissões destes sujeitos eram variadas, iam desde músico do exército, militar, jornalista, à carroceiro<sup>255</sup>. Assim, é possível demonstrar que as organizações de jornais da imprensa negra na cidade, não eram um bloco único e homogêneo, mas sim, que trabalhadores estavam também disputando narrativas junto a uma imprensa considerada de maior circulação, ao criar meios de comunicação próprios, para falar por si e para os seus.

Acerca do funcionamento e relações do Rancho Succo, bloco carnavalesco que tinha ligação direta com o jornal *O Succo*, e com o clube social União Familiar, Oliveira analisou uma das entrevistas que realizou com antigos moradores dos bairros que tinham a sede de tais associações negras. A partir disso, a autora observou o seguinte:

Nelly Silva, assim como todos os outros entrevistados, não sabe o motivo do curioso nome do Rancho, mas ela garante o funcionamento do mesmo dentro das dependências do clube União e arrisca nas possibilidades sobre as suas particularidades. Segundo ela, **o bloco poderia ter surgido por um determinado grupo, letrado, composto por membros do Exército ou da Brigada Militar, que já atuavam no clube**<sup>256</sup>.

Este grupo de letrados, composto por militares citados pela entrevistada Nelly Silva, é o perfil majoritário dos responsáveis pela imprensa negra de Santa Maria, sobretudo, o jornal *O Succo*, como vemos a seguir na Tabela 2. Os nomes dos responsáveis pelos jornais, em sua maioria, apareceram no cabeçalho de edições do periódico. E em outros momentos, no corpo do texto desta imprensa negra e de outros jornais da cidade. Buscamos observar, quando foi possível através dos jornais e registros civis, os seguintes tópicos: profissão, cargo ocupado, idade quando o indivíduo exercia o cargo no jornal e local de nascimento.

---

<sup>255</sup> OLIVEIRA, Franciele. 2017, Op. Cit. OLIVEIRA; PEDROSO; LIMA. 2022, Op. Cit.

<sup>256</sup> OLIVEIRA, Franciele. 2016, Op. Cit., p. 111. Grifos nossos.

**Tabela 2** - Perfil dos responsáveis pelos jornais da imprensa negra santa-mariense (início do século XX)

Nome	Profissão	Cargo ocupado	Idade quando exercia o cargo	Naturalidade	Edição do jornal
Francisco Assis Elias Marques	Músico do Exército/Militar	Gerente	23 anos	Jaguarão/RS	O Succo (1924;1925; 1928)
Vivaldino Ambrozio	Sargento	Redator	-	-	O Succo (1924)
Manoel Maria dos Santos	-	Representante em Rosário	-	-	O Succo (1924)
Alcindo Gonçalves Xavier	Padeiro	Redator	28 anos	São Sepé/RS	O Succo (1925)
Aristides Boeno	-	Redator	-	-	O Succo (1925)
Adão Ribas	-	Redator	-	-	O Succo (1925)
Alvaro Lima	-	Gerente	-	-	O Succo (1927)
Manoel Domingos	-	Diretor	-	-	O Succo (1927)
Jesuino Medeiros	-	Diretor	-	-	O Succo (1932)
Bento Fonseca	Militar	Redator	23 anos	São Gabriel/RS	O Succo (1932)
José Nascimento Filho	Comércio/ carroceiro	Gerente	35 anos	Santa Maria/RS	O Succo (1928; 1932; 1934)
Antão Rodrigues dos Santos	Militar	Gerente	22 anos	Santa Maria/RS	O Succo (1934)
João Baptista Ferreira	Músico	Idealizador S. União Beneficente	30 anos	Jaguarão/RS	União (maio de 1932)
Luiz Almeida	Jornaleiro	Diretor	25 anos	Uruguaiana/RS	O Rebate (abril de 1919)
Honório José do Prado	Jornaleiro	Diretor	25 anos	Santa Maria/RS	O Rebate (abril de 1919)
Arlindo Andrade	-	Diretor	-	-	O Rebate (abril de 1919)
Olegario Cruz	Sargento	Diretor	-	-	O Vaqueano (maio de 1932)

**Fonte:** Tabela elaborada a partir de pesquisas historiográficas e fontes primárias. (OLIVEIRA, 2016, p. 123-138); (OLIVEIRA, 2017); (OLIVEIRA; ANHANHA; PEDROSO, 2022); (GRIGIO *et al*, 2020, p. 40-43). Habilitação de casamento de **João Baptista Ferreira** e Irias Bastos Freitas. Santa Maria, 21 de junho de 1925. APERS. Habilitação de casamento de **Antão Rodrigues dos Santos** e Eva Moraes dos Santos. Santa Maria, 30 de abril de 1935. APERS. Habilitação de casamento de **Bento Trindade da Fonseca** e Iracema Alves de Bittencourt. Santa Maria, 14 de junho de 1929. APERS. Habilitação de casamento de **Alcindo Gonçalves Xavier** e Elvira Paim de Araujo, 02 de setembro de 1920, Santa Maria. *Family Search*. Jornais: *Correio da Serra*, 1 de novembro de 1927. Santa Maria. AHMSM. *A Federação*, 26 de setembro de 1922, p. 2. Porto Alegre. HDB. *O Succo*, 13 de julho de 1924. *O Succo*, 5 de julho de 1925. Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa. *O Succo*, 15 de março de 1932. *O Succo*, 15 de maio de 1932. Acervo particular de Alcione Flores do Amaral. *O Succo*, 25 de fevereiro de 1934. Acervo particular de Máucio Rodrigues.

Nascidos em Santa Maria e em outras cidades do Rio Grande do Sul, como Jaguarão, Uruguaiana e São Gabriel, estes homens negros letrados, dividiam seu tempo entre o trabalho, a família, a imprensa, e outras associações. A partir da primeira menção de cada nome em cargos de responsabilidade dos jornais da imprensa negra da cidade, calculamos qual seria a faixa etária de cada sujeito naquele momento. Assim, observamos que em sua maioria, eram jovens entre 22 a 25 anos de idade quando assumiram cargos de direção, gerência e redação nos respectivos periódicos, seguidos da faixa etária de 30 e 35 anos. Nasceram, sobretudo, nos anos finais do século XIX, após a abolição da escravidão, e no início do século XX. A participação destes sujeitos poderia ser anterior às datas apresentadas na Tabela, uma vez que se tem a localização de apenas 5 exemplares do jornal *O Succo*, e nenhuma edição dos outros periódicos.

Acerca da escolaridade, não localizamos informações precisas sobre graus de formação na educação formal. Mas, a partir da análise das habilitações de casamentos localizadas, percebe-se que todos os noivos assinavam seus próprios nomes. Aline Sônego ao analisar a questão da alfabetização de assinantes do jornal *O Astro*, observou este elemento a partir da assinatura destes indivíduos em registros civis. Sobre o uso da assinatura como indicação de nível de escolarização, Sônego destaca que:

[...] através da assinatura das pessoas, não é possível aferir o grau de instrução que a pessoa tinha, sendo que, possivelmente, para alguns casos, a assinatura do próprio nome constituía a única forma de letramento do indivíduo. Como, neste caso, seria uma tarefa impossível ter a percepção desse grau de letramento, levou-se em consideração que o fato de instrumentalizar a sua assinatura a um documento público, a pessoa tivesse algum grau de proximidade da cultura letrada que a diferenciaria de uma pessoa sem nenhum acesso a alfabetização<sup>257</sup>.

Em edição de 05 de julho de 1925 no jornal *O Succo*, a notícia de que em 18 de junho naquele ano o 7º Regimento de Infantaria havia regressado do campo de luta, mobilizou diversas pessoas da cidade e região. Os militares foram recebidos com festividades, organizadas por diferentes organizações negras, que tinham um “grande número de consócios com que contam naquela unidade do Exército”. Entre as associações estavam o Rancho O Succo, Rio Branco F. B. C. e a Sociedade União Familiar. Esta última, cedeu sua sede para um grande baile que ocorreu no dia 27 de junho. Na ocasião desta reunião, membros do jornal discursaram para o “grande número de convidados”.

---

<sup>257</sup> SÔNEGO, Aline. 2022, Op. Cit., p. 220.

[...] usou da palavra o sr. **Vivaldino Ambrozio**, presidente do R. O Succo, que, com um eloquente discurso, saudou os bravos consócios recém-chegados, tecendo um grande elogio à conduta do 7º Regimento no *cumprimento* dos seus sagrados deveres militares. Antes de terminar o seu discurso, que foi muito aplaudido, o orador deu a palavra ao sr. **Jesuino**, que num improviso repassado de sentimentalidade e carinho saudou aqueles heróis defensores da autoridade constituída. Suas palavras foram um hino de louvor sacrossanto aos filhos ali presentes da nossa estremeçada e idolatrada Pátria, foram abafadas com uma prolongada salva de palmas”<sup>258</sup>.

As palavras proferidas em discursos por ambos, redator e diretor de *O Succo* em diferentes momentos, se destacam nesta passagem, apontando algumas das características destes homens negros letrados e como o público da festa em questão os viam, sendo os mesmos “muito aplaudido” e sendo referenciado com “uma prolongada salva de palmas”. Percebe-se também, a visão que a redação do jornal gostaria de apresentar acerca dos dois, ambos membros daquela folha.

Já um colega da imprensa negra da cidade, é citado da seguinte maneira: “Constamos que, reaparecerá dentro em breve o nosso brilhante coleguinha “O Vaqueano” dirigido pelo nosso **intelectual colega** Snr. Olegario Cruz e um **pugilio de beletristas**, que vão ingressar na imprensa”<sup>259</sup>. Os elogios fazem referência à intelectualidade de seu diretor e a aproximação com a leitura e literatura do pequeno grupo de indivíduos que compunham a redação de *O Vaqueano*, que junto do jornal *O Succo*, formavam a imprensa negra santa-mariense no início do século XX.

\*\*\*

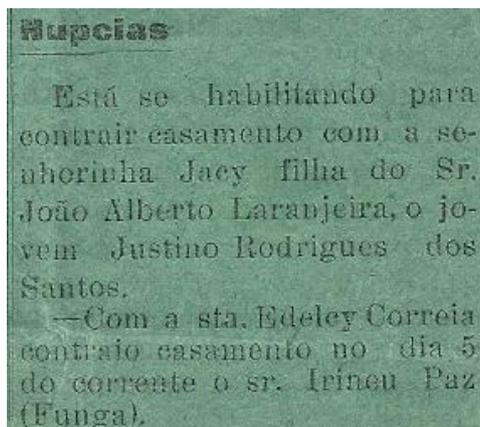
O leitor ou leitora lembra-se dos sujeitos históricos do início deste capítulo, pertencentes à família Paz? Como Irineu Paz, pai de dois alunos da Escola Elementar Olavo Bilac entre os anos de 1937 e 1938, filho de Laurentino Paz, um dos presidentes da Sociedade Treze de Maio? Junto à outras tantas pessoas, Irineu, possivelmente, era assinante do jornal *O Succo*, pois em 1932 a notícia de seu casamento com Edelcy Correa figura uma das colunas da edição de 15 de maio daquele ano.

---

<sup>258</sup> *O Succo*, 5 de julho de 1925, p. 1. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. A palavra em itálico está em sua escrita original, que achamos se tratar de um erro de digitação da palavra “cumprimento”.

<sup>259</sup> *O Succo*. 15 de maio de 1932, p. 3. Acervo particular de Alcione Flores do Amaral. Grifos nossos. Ver também: (GRIGIO *et al*, 2020, p. 42).

**Imagem 12** - Menção ao casamento de Irineu Paz e Edelcy Correia no jornal *O Succo* (1932)



**Fonte:** *O Succo*. 15 de maio de 1932. Acervo particular de Alcione Flores do Amaral.

Mencionar os casórios e “nupcias” entre o público leitor, era uma maneira de divulgar e afirmar o matrimônio junto à comunidade que acessava o periódico. Segundo Aline Sônego, observando os anúncios de consórcios nas páginas d’*O Astro*, constata que “casar-se era também um ato social e o reconhecimento perante a sua comunidade, ademais, era um critério importante de valorização e posituação da imagem não apenas dos nubentes, mas dos seus familiares naquele contexto do pós- abolição”<sup>260</sup>.

O nome do irmão de Irineu, Waldomiro Paz, também apareceu em dois exemplares da década de 1930. Na edição de 15 de março de 1932, na seção “Pelos Sociedades”, Waldomiro e sua esposa, Noemia Paz<sup>261</sup>, compõem a diretoria da Sociedade Carnavalesca Os Cardeais, ele no conselho fiscal e ela como vice-presidenta da diretoria feminina<sup>262</sup>. E no exemplar de 25 de fevereiro de 1934, na seção “Vida Social - Aniversários”, *O Succo* parabeniza os aniversariantes daquela comunidade, que no 2º dia daquele mês, esteve de aniversário “o nosso favorecedor sr. Waldomiro Paz”<sup>263</sup>,

<sup>260</sup> SÔNEGO, Aline. 2022, Op. Cit., p. 219-220.

<sup>261</sup> Noemia Silveira Paz é natural de Alegrete/RS, nasceu em 08 de agosto de 1908, filha de Rosena Silveira, esta, natural do mesmo Estado. O casal teve quatro filhos, de nomes Jesus, João Nilson, José Gilson e Carlos Alberto, nascidos a partir da década de 1940. Estima-se que durante este período, esta família mudou-se para Porto Alegre, pois ambos faleceram na capital. Waldomiro Paz faleceu aos 58 anos, registrado como funcionário público federal. Neste documento, consta que o casório aconteceu no cartório da cidade de Santa Maria, e que a dona Noemia Paz era funcionária pública estadual. Ela faleceu em 1995, aos 87 anos de idade, de profissão do lar. Ambos foram registrados como de “cor preta” nos registros de óbitos. **Fontes:** Registro de óbito de Noemia Silveira Paz, 08 de abril de 1995, Porto Alegre. *Family Search*. Disponível em: < <https://encurtador.com.br/gwAIU> >. Acesso em: 24 de abr. de 2023. Registro de óbito de Waldomiro Paz, 31 de outubro de 1965, Porto Alegre. *Family Search*. Disponível em: < <https://encurtador.com.br/xQ246> >. Acesso em: 24 de abr. de 2023.

<sup>262</sup> *O Succo*. 15 de março de 1932, p. 1. Acervo particular de Alcione Flores do Amaral.

<sup>263</sup> *O Succo*. 25 de fevereiro de 1934, p. 4. Acervo particular de Máucio Rodrigues.

completando 27 anos, conforme consta em seus registros civis<sup>264</sup>. Portanto, contactou-se que pelo menos um dos membros da família Paz assinava o periódico *O Succo*, pois antecedia o nome de Waldomiro a alcunha de *favorecedor*.

Assim, os exemplares d'*O Succo*, e possivelmente de outros jornais, circulavam pela casa dos meninos Pedro e Valter. A partir das relações que vimos até o momento, podemos refletir sobre a importância do papel que o histórico do associativismo e das relações familiares tiveram na formação pessoal, social e educacional destes jovens. Como por exemplo, o que estes meninos, que à época deste exemplar, tinham entre 4 a 5 anos de idade, tinham a consciência do que *O Succo* representava? Ou viriam a ter nos anos subsequentes, quando ingressantes do ensino elementar? Saberiam da importância que seu avô, Laurentino Paz, desempenhou em prol do associativismo negro da cidade e, conseqüentemente, do Estado? Ainda, como o contexto em que viviam, no meio familiar e associativo, influenciou em seu ingresso em um espaço de educação formal?

Estas são questões que nos instigam a perceber a circulação e envolvimento social destes indivíduos ao longo do crescimento urbano santa-mariense, que no pós-Abolição viu o surgimento e consolidação de diversas iniciativas negras, principalmente no âmbito do associativismo. Assim, podemos refletir neste capítulo, sobre como este contexto forjado pela comunidade negra, também influenciou, de diferentes maneiras, a participação de jovens, mulheres e homens negros, na formação educacional de Santa Maria. No momento em que estes indivíduos criaram e mantinham uma biblioteca nas dependências de um clube social negro, reivindicaram a possibilidade de frequentar cursos noturnos, criaram jornais e frequentavam o ensino formal, são experiências que formaram o âmbito da educação informal e formal, vivenciadas nas primeiras três décadas do século XX, no interior do Rio Grande do Sul.

Também, a partir do cruzamento de diferentes fontes, observamos que o espaço da Escola Elementar Olavo Bilac se destaca entre os ambientes sociais frequentados por famílias negras, neste contexto. Estabelecido em uma região periférica da cidade, entre as ruas Coronel Niederauer e Conde de Porto Alegre, no ano de 1901. Esta escola pública, se tornou um espaço educacional atrativo para famílias negras que moravam em áreas próximas, inclusive, em ruas que entrecruzavam com o prédio escolar. Junto desta espacialidade, destaca-se as redes de solidariedade e de sociabilidade que se formaram nas organizações negras, que funcionavam próximas à escola, entre a Vila Rica e a Vila

---

<sup>264</sup> Registro de óbito de Waldomiro Paz, 31 de outubro de 1965, Porto Alegre. *Family Search*.

Operária Brasil. Além disso, o papel que as famílias desempenhavam no possível incentivo e colaboração para a permanência destas crianças e jovens neste espaço escolar. Algumas destas famílias, como vimos, eram parentes. Ou seja, um grupo de alunos e alunas designados como de cor *mixta* e *preta*, tinha entre seus colegas, também, familiares. Portanto, acusamos/suspeitamos que os significados de morar, viver a cidade, associar-se, e as relações familiares, informam também acerca das vivências negras em espaços de escolarização.

### 3.0 CAPÍTULO 2 - DA LETRA DA LEI AO COTIDIANO: EXCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO NEGRA NA CIDADANIA

Este capítulo, tem como objetivo compreender a construção da exclusão social e racial de pessoas negras em processos de escolarização em espaços de instrução pública, a partir da legislação do Império brasileiro, nacional e regionalmente, entendendo o acesso à educação como um direito cidadão, tanto no período imperial como na República. Pensando em nosso locus de pesquisa, buscamos entender como se deu esse processo na cidade de Santa Maria/RS. Além disso, objetivamos observar se há uma relação deste histórico com uma possível construção do *não-lugar* de pessoas negras em espaços educacionais nas primeiras décadas do pós-Abolição.

Desta forma, realizamos uma revisão bibliográfica acerca dos estudos que tomam a legislação provincial como uma das fontes de pesquisa para entender as restrições e proibições de frequência de indivíduos “escravos”, “pretos”, e “libertos”, à instrução pública no Rio Grande do Sul. Observou-se também, as permanências de uma instrução pública deficitária após o advento da República, sobretudo, a partir de demandas e reclamações enviadas por parte da população local, à Intendência Municipal de Santa Maria nos primeiros anos republicanos. Bem como, nos atentamos, ainda que brevemente, para os debates acerca da Lei do Ventre Livre e a Lei Saraiva, e suas relações com a educação, durante a escravidão e após sua abolição, tomando como foco vivências negras na cidade em questão.

#### 3.1 “*PROMOVER A INSTRUÇÃO ENTRE SEUS ASSOCIADOS PELOS MEIOS A SEU ALCANCE*”<sup>265</sup>: CONSIDERAÇÕES INICIAS A PARTIR DO CASO DA IRMANDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Criada e fundada ainda no século XIX por homens e mulheres negros e negras, ex-escravizados, libertos e livres, e localizada próxima à Sociedade Treze de Maio, a Irmandade Nossa Senhora do Rosário teve sua própria sede à Rua 24 de Maio no pós-Abolição. Fundada em 1874, porém dissolvida logo após sendo “uma das vítimas da estratégia de completa subordinação das associações leigas aos vigários paroquiais”<sup>266</sup>.

---

<sup>265</sup> *O Estado*. Santa Maria, 16 de maio de 1900, Ano III, n. 41. CMEC.

<sup>266</sup> GRIGIO, Ênio. “**No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse**”: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2016. P. 151.

Segundo o historiador Ênio Grigio, a irmandade foi reestruturada após a abolição, uma vez que “o fim da escravidão pode ter sido a motivação para o início da organização de instituições negras em Santa Maria, e a Irmandade do Rosário foi a primeira delas”<sup>267</sup>. Com a mobilização dos irmãos do Rosário, foi possível a conquista de posse de um terreno, um antigo cemitério e, para a construção da capela, contaram com as doações em dinheiro através dos peditórios, e do próprio trabalho manual voluntário para erguer a irmandade<sup>268</sup>. Seu primeiro estatuto é datado em 1891, contudo, anos após e com o objetivo de obter “autonomia perante os poderes religiosos, para isso, solicitaram e obtiveram o registro de sua sociedade e de seu estatuto no Cartório de Registro Geral”<sup>269</sup>. Junto a isso, veio a mudança de nome para Sociedade Beneficente Nossa Senhora do Rosário, que já trazia o caráter do amparo mútuo em sua identidade. Localizada em uma região periférica da cidade, a Irmandade foi inaugurada em 06 de outubro de 1901<sup>270</sup>. Entre as primeiras ações desenvolvidas pelos irmãos do Rosário no ressurgimento da organização, seu estatuto, localizado por Ênio Grigio, apresentava seus principais objetivos:

Art. 2º – A sociedade tem por fim:

§ 1 – Proteger, socorrer e defender seus sócios necessitados ou injustamente perseguidos;

§ 2 – Ter médico e farmácia contratados para qualquer sócio que em caso de doença a eles recorrer;

§ 3 – **Promover a instrução entre seus associados pelos meios a seu alcance;**

§ 4 – Proporcionar a seus associados às festas de culto religioso que estiverem ao alcance dos fundos da sociedade.

Art. 3º – A Sociedade Beneficente e Religiosa Irmandade do Rosário levantará logo que seja possível, em terreno de sua propriedade, anexo ao edifício que possui à rua 24 de maio, nesta cidade, um prédio com os requisitos para um hospital e **escola**.

Art 4º - A sociedade preparará também no prédio de sua propriedade a rua 24 de maio desta cidade e que se acha em construção um templo em que se celebrará o culto Divino e consagrará a Senhora do Rosário, padroeira da Sociedade<sup>271</sup>.

O destino dos recursos levantados pela própria sociedade tinha relevantes pretensões. A fim de *proteger, socorrer e defender* seus associados, a instrução e a saúde eram campos basilares àqueles indivíduos. Uma vez que tinham como horizonte a

---

<sup>267</sup> GRIGIO, Ênio. 2016, Op. Cit., p. 166.

<sup>268</sup> GRIGIO, Ênio. 2016, Op. Cit.

<sup>269</sup> GRIGIO, Ênio. 2016, Op. Cit., p. 184

<sup>270</sup> GRIGIO, Ênio. 2016, Op. Cit., p. 178.

<sup>271</sup> GRIGIO, Ênio. 2016, Op. Cit., p. 185. Fonte consultada pelo autor: *O Estado*. Santa Maria, 16 de maio de 1900, Ano III, n. 41. CMEC. Grifos nossos.

promoção da instrução pelos meios ao alcance da sociedade beneficente, a partir da construção de um prédio que abrigasse tanto um hospital, quanto uma escola. Segundo Ênio Grigio, “vários integrantes da mesa administrativa da Irmandade que estavam propondo estes estatutos, viveram a experiência do cativo”, e que naquele período em princípios do século XX, “vivendo a experiência da liberdade, queriam ser protagonistas de seu futuro, construindo um futuro melhor para seus companheiros, para suas famílias e para sua comunidade”<sup>272</sup>.

Porque medir esforços coletivos entre a comunidade, majoritariamente negra, para erguer um prédio que funcionasse um hospital e uma escola? Esta iniciativa, ainda que não tenha saído do plano estatutário, demonstra os horizontes da mesa diretiva e dos associados de uma irmandade negra nos anos posteriores à Abolição. Relacionado a isto, nos questionamos sobre como se deu o processo educacional durante a monarquia e princípios da República para que uma comunidade negra associada e organizada na Sociedade Beneficente Nossa Senhora do Rosário tivesse como uma de suas primeiras prioridades, promover a instrução entre os seus? Essa necessidade, idealização e interesse, traz significados múltiplos. Entre eles, elencamos nas páginas seguintes que a ausência é uma das principais razões. Seja a falta de subvenção de escolas, da interdição à matrícula sobretudo de pessoas “escravas”, como as relações de acesso e permanência de crianças e jovens negros e negras permeadas pelas violências do racismo, que adentravam também, os espaços escolares.

Criar um espaço escolar próprio, poderia significar também, uma atenção para as próprias demandas e intenções da comunidade. Ou seja, se as aulas funcionariam de dia ou à noite, quem seria o professor regente, qual seria o público de alunos e/ou alunas atendidos, e onde este espaço seria erguido. Assim, as questões estruturais acerca da instrução pública, também estavam sendo disputadas pelas associações negras. Para falarmos em educação no período republicano como um direito cidadão, vamos recuar no tempo e observar como se deu o processo de participação e exclusão da população negra na educação através da legislação educacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

---

<sup>272</sup> GRIGIO, Ênio. 2016, Op. Cit., p. 186.

### 3.2 “OS ESCRAVOS, E PRETOS AINDA QUE SEJAM LIVRES, OU LIBERTOS”<sup>273</sup> ESTÃO PROIBIDOS DE FREQUENTAR ESCOLAS PÚBLICAS: O CASO DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL SUL-RIO-GRANDENSE NO PERÍODO IMPERIAL

Neste capítulo, pretendemos debater a partir de uma revisão bibliográfica e da leitura de fontes, como a condição jurídica e racial apareceu na legislação educacional durante o período imperial no Rio Grande do Sul. Ligado a isso, busca-se compreender como a legislação influenciou no que tange à presença ou não da população negra em aulas e escolas públicas, e quais foram as particularidades em caráter regional, nos moldes de exclusão social e racial no campo educacional. Para falarmos em educação no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, retrocedemos para os sentidos da instrução no contexto do período imperial. Segundo André Castanha,

Cabia à instrução formar as crianças e os jovens (futuros cidadãos e trabalhadores), disciplinando-os e preparando-os para desempenhar um certo papel social, bem como ocupar os espaços gerados a partir das novas relações de trabalho que estavam se concretizando. Portanto, uma instrução mínima devia ser difundida de maneira adequada para todos os pontos possíveis do Império. O papel esperado da escola e do professor seria o de levar o povo até a civilização fazendo com que estes pudessem, aos poucos, assimilar os preceitos de uma sociedade ordenada. Reservava-se à instrução pública elementar uma tarefa muito importante naquele projeto de construção de uma ordem e difusão da civilização<sup>274</sup>.

Resultado também desse reordenamento, foi a promulgação da primeira constituição brasileira, outorgada em 1824 pelo imperador da nova monarquia constitucional, como resultado do processo de Independência do Brasil. Com base em um texto liberal, a constituição previa quem eram os cidadãos e quais eram seus direitos. O cidadão brasileiro, segundo o Artigo 6º, eram: “I. Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação”<sup>275</sup>. Tratar de cidadania e direitos de liberdade em uma sociedade que tinha como base de produção, econômica e social, a escravidão, uma das maiores em escala das Américas<sup>276</sup>, é falar de exploração humana e de desigualdades

---

<sup>273</sup> Lei de Instrução Primária da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1837.

<sup>274</sup> CASTANHA, André Paulo. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, n° 11 jan./jun. 2006. P. 189-190.

<sup>275</sup> Ibid., idem. BRASIL, Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824.

<sup>276</sup> COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. **Além da Escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

múltiplas. Entre os direitos dos brasileiros cidadãos, assegurados pela Constituição, constavam o acesso gratuito à instrução primária<sup>277</sup>. Logo, os escravos, os africanos livres e os libertos que eram estrangeiros, ou seja, àqueles que não eram considerados cidadãos no texto legal, estavam excluídos dos processos de escolarização.

O Ato Adicional de 1834 também teve papel importante no tocante às legislações educacionais no período. No contexto da regência imperial, a emenda constitucional foi aprovada com a finalidade de "minimizar os conflitos políticos gerados pela vacância do monarca, pela própria instituição das regências e de interesses regionais"<sup>278</sup>. Esta emenda, descentralizou a decisão legislativa e deu poder às províncias para legislar e organizar setores administrativos, como o da instrução<sup>279</sup>. Segundo André Castanha, sob o viés da História da Educação, "o Ato Adicional é representado como um marco fundamental e determinante na organização da educação brasileira"<sup>280</sup>, sendo ele constante objeto de estudo na historiografia da educação.

Ao realizar um estudo comparativo sobre os projetos de instrução pública em diferentes províncias do Brasil, como Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro e da Corte, Castanha analisou diferentes documentos, como os regulamentos de instrução pública, relatórios de inspetores e autores do século XIX que versaram sobre a instrução. Junto a isso, o autor teve como objetivo suscitar o debate recorrente na historiografia educacional brasileira referente ao papel do Ato Adicional de 1834, e suas interpretações na construção da instrução elementar no Império. Ao analisar estas fontes e a historiografia, observou que o período em que os autores estavam inseridos e seus posicionamentos sobre a história, podem ter influenciado nas suas interpretações sobre uma possível descentralização e desorganização total da instrução<sup>281</sup>. Com isso, o autor apresenta os limites do Ato Adicional, uma vez que ao comparar esses regulamentos produzidos pelas províncias e os criados pela Corte (localizada na província do Rio de Janeiro), foi "possível perceber que havia uma grande semelhança. Não há dúvidas de que o núcleo

---

<sup>277</sup> BRASIL. Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824. Artigo 179°. XXXII. A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos. Grafia original.

<sup>278</sup> CASTANHA, André P. 2006, Op. Cit., p. 174.

<sup>279</sup> "Art. 10. Compete às mesmas Assembleias legislar: § 2º Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Jurídicos, Academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral". BRASIL, Lei nº 16 de 12 de Agosto de 1834.

<sup>280</sup> CASTANHA, André P. 2006, Op. Cit., p. 174.

<sup>281</sup> "A falta de um projeto nacional para a instrução pública elementar é vista, por esses estudiosos como consequência direta do processo de descentralização das decisões ocorrido a partir do Ato Adicional" (CASTANHA, 2006, p. 180). Entre os autores, estão Fernando de Azevedo (1996), José Antônio Tobias (1986), Maria Elizabete Xavier (1985), entre outros.

conservador localizado no Rio de Janeiro tenha sido a força irradiadora de um projeto de Estado e sociedade, também via instrução pública"<sup>282</sup>.

José Gondra e Alessandra Schueler em estudo sobre a relação entre educação e presença negra no Império brasileiro, afirmam que "a política educacional oficial adotada nas províncias do Império, após a autonomia legislativa determinada pelo Ato Adicional de 1834, em matéria de instrução primária e secundária, como regra, excluiu expressamente os escravos do direito de frequentar as escolas públicas"<sup>283</sup>. Além dos escravos, nos anos subseqüentes a distinção quanto ao acesso à instrução foi ampliada. Na Lei n. 1 de 1837 na Corte brasileira, em seu Artigo 3º, colocava-se expressamente quem estava proibido de frequentar as escolas públicas: "1º Todas as pessoas que padecerem moléstias contagiosas. 2º Os escravos, e os pretos Africanos, ainda que sejam livres ou libertos"<sup>284</sup>. Ou seja, uma lei que reforçava aquilo que a constituição já prescrevia, a não cidadania aos escravos e estrangeiros.

Também no ano de 1837, meses após a legislação aprovada na Corte, em 22 de dezembro, tem-se a primeira Lei Provincial que organiza a instrução primária no Rio Grande do Sul. Disposta em 29 artigos, em seu 3º, explicitava acerca das pessoas que não poderiam frequentar as escolas. Sejam elas: "1º Todas as pessoas que padecerem de moléstias contagiosas. 2º Os escravos, e pretos ainda que sejam livres, ou libertos"<sup>285</sup>. Gondra & Schueler dissertam sobre a relação entre esta legislação e a da Corte, que como vimos, proibiu a matrícula de "pretos africanos ainda que livres e libertos", com o contexto em que foram criadas. Conforme evidenciou-se na historiografia, as revoltas regenciais da década de 1830 tiveram expressiva participação da população negra, entre ela, de escravizados, pessoas livres, libertas, brasileiras e africanas. A Revolta dos Malês<sup>286</sup>, ocorrida em 1835 com a participação de escravos africanos, trouxe tensões e o

---

<sup>282</sup> CASTANHA, André P. 2006, Op. Cit., p. 187.

<sup>283</sup> GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. Rio de Janeiro: Cortez, 2008. P. 234.

<sup>284</sup> Lei n. 1, de 1837 sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

<sup>285</sup> Collecção das leis provinciaes de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Segunda Legislatura. Porto Alegre. Reimpresso na Typ. Do Comércio. Rua da Praia, n. 24, 1845 (p. 28-31).

<sup>286</sup> Segundo o historiador João José Reis, a Revolta dos Malês teve como marco a "madrugada de 25 de janeiro de 1835, um domingo, aconteceu em Salvador uma revolta de escravos africanos. O movimento de 1835 é conhecido como Revolta dos Malês, por serem assim chamados os negros muçulmanos que o organizaram. A expressão malê vem de imalê, que na língua iorubá significa muçulmano. Portanto os malês eram especificamente os muçulmanos de língua iorubá, conhecidos como nagôs na Bahia. Outros grupos, até mais islamizados como os haussás, também participaram, porém contribuindo com muito menor número de rebeldes". Texto resumido disponível em: < <http://smec.salvador.ba.gov.br/documentos/a-revolta-dos-males.pdf> >. Acesso em 11 de mai., 2023. Sobre a Revolta dos Malês, ver mais em: REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

chamado *medo africano* no território da Bahia, se estendendo à outras províncias do Império. A partir disso, os autores refletem sobre quem seriam os “pretos africanos” da Corte e os “pretos” citados na Província do Rio Grande do Sul. Entre suas considerações, apresentam a seguinte:

É possível, então, pensarmos na hipótese de que a proibição das matrículas aos chamados “pretos africanos livres e libertos” tenha sido motivada pelo medo das elites senhoriais em relação aos perigos da propagação das letras entre os africanos livres, o que poderia acalentar os sonhos de liberdade não apenas nestes indivíduos submetidos ao regime da lei de 1831, mas também despertar inconvenientes inquietações entre os escravos crioulos nascidos no Brasil<sup>287</sup>.

A partir deste breve percurso pelos atos legais, notamos a importância de não homogeneizar a legislação educacional, atentando para suas particularidades temporais e regionais. É o que apresenta a historiadora Surya A. P. de Barros, que em debate de maneira panorâmica e comparativa, buscou analisar como a população negra aparecia na legislação educacional da instrução pública, em diferentes províncias do Brasil durante o período imperial. Para isso, a autora buscou em textos legais referências a termos raciais e condições jurídicas daqueles que, eram permitidos ou não, de frequentar e matricular-se no ensino público. Barros salienta que os termos encontrados em coleções legais das nove províncias analisadas, foram os seguintes: “escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos e ingênuos”<sup>288</sup>. A partir das fontes primárias, a autora observou que “é possível verificar uma multiplicidade de textos, tipos de proibições, ausências, e também permissões ao longo do período no que se refere às diversas possibilidades de ser negro no Império brasileiro”<sup>289</sup>.

Buscando compreender essas particularidades para o Rio Grande do Sul, procuramos observar, apoiado no que vem demonstrando a historiografia, estes elementos à nível regional. Com base na leitura das leis reunidas na obra *Leis, atos e regulamentos sobre educação no período imperial na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, organizada por Eduardo Arraiada e Elomar Tambara<sup>290</sup>, e *A Instrução Pública no Rio*

---

<sup>287</sup> GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. 2008, Op. Cit., p. 242.

<sup>288</sup> BARROS, Surya A. P. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 3, 2016. P. 593.

<sup>289</sup> BARROS, Surya. 2016, Op. Cit., p. 603.

<sup>290</sup> ARRAIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar (Orgs.). **Leis, atos e regulamentos sobre educação no período imperial na província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Coleção Documentos da Educação Brasileira, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/187045> >. Acesso em 23/08/2022.

*Grande do Sul (1770-1889)*<sup>291</sup> de Regina Portella Schneider, observamos como questões referentes à moralidade e ao controle estavam presentes na legislação sul-rio-grandense. Assim, foi possível perceber seu reflexo no ordenamento que os sujeitos escolares - alunos, professores, diretores e inspetores, entre outros - tinham de seguir para o funcionamento pleno de espaços de instrução, previstos na lei. Entre os assuntos presentes na legislação, estavam a organização de aulas e escolas, os conteúdos escolares estabelecidos por grau de instrução, os regimentos e deveres dos professores, diretores e inspetores escolares. Assim como, as restrições e ordenamentos que recaíam sobre os alunos, como a vestimenta e o comportamento social. Desta forma, Surya Barros pondera que:

Também em relação aos alunos, os legisladores determinavam quem podia (ou não) se matricular e/ou frequentar a escola pública, a partir de critérios de gênero, idade, condição de saúde (ser portador de ou sofrer de moléstia contagiosa) e condição jurídica ou racial (livre, liberto, escravo, ingênuo, preto, filho de africano livre). A análise dessa construção ajuda na compreensão da institucionalização da educação e ilumina possibilidades de experiências negras<sup>292</sup>.

Em consonância com o estudo realizado por Surya Barros, as pesquisas de Melina Perussatto e, Natália Gil e Cláudia Antunes demonstraram que a legislação educacional do Rio Grande do Sul, durante o período imperial, não apresentou uma linearidade, nem uma permanência, da lei que proibia escravos do acesso à instrução pública durante todo o século XIX. Desta forma, as autoras destacaram as particularidades de cada mudança legal<sup>293</sup>. A partir desta historiografia e das leis reunidas nas obras referidas anteriormente, agrupamos no Quadro 1 (abaixo) todas as menções quanto à condição jurídica e racial citadas na legislação educacional no período imperial do Rio Grande do Sul. Desta forma, objetivamos problematizar a afirmativa, ainda realizada em estudos, de que pessoas negras não acessaram quaisquer espaços de instrução no período escravista e imperial, pois eram proibidas de frequentá-los.

---

<sup>291</sup> SCHNEIDER, Regina Portella. **A Instrução Pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)**. Ed. Universidade UFRGS EST Edições, Porto Alegre, 1993.

<sup>292</sup> BARROS, Surya. 2016, Op. Cit., p. 594.

<sup>293</sup> PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade: Educação, trabalho e cidadania no pós-abolição** a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 - c. 1911). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. GIL, Natália. Lacerda; ANTUNES, Cláudia Pereira. Formas de exclusão e de presença da população negra na história da escola sul-rio-grandense. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, 2021.

**Tabela 3** - Citações à elementos raciais e condição jurídica presente na legislação educacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1837-1889)

Data	Lei	Descrição
1837	Lei 12 - Criando um Colégio de Artes Mecânicas	Artigo 1°. Haverá na Capital da Província um Colégio de Artes Mecânicas para ensino de Órfãos pobres expostos, e filhos de pais indigentes que tiverem chegado à idade de dez anos, sem seguirem alguma ocupação util. Aos Juízes de Órfãos incumbe fazer remeter para o Colégio os primeiros, e aos juízes de Paz os outros. O número total dos alunos não excederá de cem. <b>Art. 2° Serão igualmente admitidos nas oficinas do Colégio quaisquer moços, exceptuados os escravos</b> , que pretenderem aprender os ofícios que n'elas se ensinarem, obrigando-se seus pais, ou benfeitores a pagar as despesas que fizerem com a sua subsistência, e ensino. [...]
1837	Lei 14 - Lei de Instrução Primária	Da Instrução Primária. Capítulo I. Das Escolas de Instrução Primária. [...] Art. 3°. São proibidos de frequentar as Escolas Públicas. 1° Todas as pessoas que padecerem de moléstias contagiosas. <b>2° Os escravos, e pretos ainda que sejam livres, ou libertos.</b> [...]
1842	Regulamento para as Escolas Públicas de Instrução Primária	Capítulo I. Dos alunos, e suas entradas. Artigo 1° - Nas Escolas Públicas de Instrução Primária de toda a Província serão recebidos todos os Alunos, que forem apresentados aos Professores, ou Professoras com as formalidades estabelecidas no presente regulamento, <b>a exceção daqueles a quem é expressamente proibido frequentar as Escolas Públicas.</b> Artigo 2° - Não serão admitidos como Alunos nas Escolas Públicas, <b>além dos proibidos por lei:</b> §1° os menores de 5 anos: §2° os que não forem pessoalmente apresentados por seus Pais, Tutores, ou Encarregados. [...]
1857	Regulamento para a Instrução Primária e Secundária da Província de Pedro do Rio Grande do Sul	Título I. Da Instrução Pública Primária. Capítulo I. [...] Art. 21. - Não serão admitidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas: § 1°. Os meninos que padecerem moléstias contagiosas. § 2°. Os que não tiverem sido vacinados. <b>§ 3°. Os escravos.</b> [...].

1859	Regulamento Relativo aos Educandos Menores do Arsenal de Guerra da Classe Provincial	Art. 5º - Não poderão ser admitidos à matrícula: 1º. Os menores que padecerem moléstia contagiosa, os idiotas, os epiléticos, os que não forem robustos, ou que não gozarem de boa saúde. 2º. <b>Os escravos</b> . 3º. Os menores maus costumes. 4º. Os que tiverem de idade menos de 6, ou mais de 8 anos.
1876	Regulamento da Instrução Pública Primária	Art. 3º - O ensino público primário do 1º grau é obrigatório para <b>todos os indivíduos livres</b> maiores de 7 anos e menores de 15, residentes dentro do círculo traçado pelo raio de um quilômetro, medido da sede da escola pública, não tendo impedimento físico ou moral que efetivamente o iniba de frequentar a escola.
21 de Agosto de 1876	Ato dando Regulamento para a Escola Noturna Provincial	Artigo 1º A escola noturna provincial se destina especialmente ao ensino das classes menos abastadas privadas de frequentar durante o dia os estabelecimentos de instrução. Artigo 2º Em suas aulas serão admitidos os adultos, <b>ingênuos ou libertos</b> , sem outra condição além do procedimento e meio de vida honesto devidamente comprovado. Artigo 3º Também poderão ser admitidos os menores, que, além dos requisitos exigidos pelo artigo precedente, apresentarem consentimento por escrito de seus pais, tutores ou pessoas sob cuja direção viverem.
27 de Maio de 1881	Regulamento da Instrução Pública	Artigo 20 - A instrução primária é obrigatória, nas cidades, vilas e povoações da Província para os indivíduos que tiverem de 7 a 15 anos de idade, sendo do sexo masculino, e 7 a 13 sendo do sexo feminino, dentro do perímetro marcado pela Câmara Municipal. § 1º Não são obrigados a frequência nas escolas: 1º Os que tiverem impedimento permanente, físico ou moral. 2º Os que se mostrarem habilitados nas matérias do 1º grau. 3º Os indigentes que não possam apresentar-se nas escolas. 4º Os que forem única companhia de pais inválidos ou enfermos.

**Fonte:** ARRAIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar (Orgs.). Leis, atos e regulamentos sobre educação no período imperial na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Coleção Documentos da Educação Brasileira, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/187045> >. Acesso em 23/08/2022. Grifos nossos. BARROS, Surya P. de. 2016, Op. Cit. PERUSSATTO, Melina K. 2018, Op. Cit. GIL, Natália de Lacerda; ANTUNES, Cláudia Pereira. 2021, Op. Cit. Grafia atualizada para a norma culta vigente.

O período da legislação exibida no Quadro 1, entre os anos de 1837 à 1881, se refere ao contexto imperial. Portanto, quando perdurava a escravidão enquanto estrutura social e econômica legal. Assim, observa-se os seguintes termos, a fim de destacar àqueles que seriam proibidos de frequentar a instrução pública, como os “escravos” e

“pretos ainda que livres ou libertos”. Também, os termos “ingênuos ou libertos” em referência aos adultos que seriam admitidos na Escola Noturna Provincial (1876); e, “todos os indivíduos livres”, que eram obrigados, entre outros requisitos, como faixa etária, a frequentar o ensino público primário pelo Regulamento da Instrução Pública Primária da Província (1876).

Acerca dos motivos de tais proibições e restrições, a historiografia formulou diferentes hipóteses que problematizam e buscam responder esta questão. Surya Barros apontou diversos caminhos, entre eles, se haveria a procura de escravos, ou de seus proprietários, pela escola. Ou ainda, tomando os casos de Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde a menção à proibição de escravos alcança também o ensino de nível secundário, se, neste caso, “haveria riscos de escravizados tentarem se matricular no nível secundário”<sup>294</sup> de ensino público? Acerca dos questionamentos que estas proibições suscitam, a autora buscou sumarizar da seguinte maneira:

A explicitação da palavra *escravo* em províncias que já haviam proibido não livres, e a inclusão dessa categoria pela primeira vez em outras províncias durante os anos 1850 e 1860 revelam um aspecto da disputa sobre o lugar do negro na sociedade brasileira. Disputa porque a insistência na proibição também pode ser interpretada como tentativa dos poderes estabelecidos de instaurar um costume: a procura de pessoas negras (mesmo escravas) pela escola incomodaria e, portanto, precisava ser regradada?<sup>295</sup>

Surya Barros adverte que “[...] não é possível afirmar que negros eram proibidos nas escolas do século XIX. Mesmo a interdição a escravos, presente em grande parte das leis e regulamentos sobre a instrução, deve ser historicizada”<sup>296</sup>. A autora analisou as interdições legais quanto à frequência na instrução pública nos anos de 1830 e 1840, e observou o seguinte em relação à legislação sul-rio-grandense:

No Rio Grande do Sul, a proibição à frequência de escravos e pretos ainda que livres ou libertos também é incomum. A inclusão de pretos definiu uma vertente da historiografia da educação, que a tomou como referência para as demais províncias (FONSECA, 2007), mas que, na análise das determinações legais posteriores da mesma província, ou no mesmo período, de outras regiões, podemos perceber que não foi a única possibilidade na relação da população negra com a escolarização no século XIX<sup>297</sup>.

---

<sup>294</sup> BARROS, Surya. 2016, Op. Cit., p. 598

<sup>295</sup> BARROS, Surya. 2016, Op. Cit., p. 600. Grifo da autora.

<sup>296</sup> BARROS, Surya. 2016, Op. Cit., p. 603.

<sup>297</sup> BARROS, Surya. 2016, Op. Cit., p. 596.

Por sua vez, a historiadora Melina Perussatto ao realizar um percurso sobre a legislação provincial acerca da instrução pública no Rio Grande do Sul, destacou o processo de racialização nestes atos legais. Sobre as leis restritivas das décadas de 1830 e 1840, a autora constata que, “se a proibição de pessoas portadoras de doenças contagiosas pode ser considerada uma medida profilática, a proibição seguinte indica quais eram – e quais não eram – alvo da escolarização pelo Estado provincial, ainda em estruturação”<sup>298</sup>. Perussatto, em conformação com a reflexão indicada por Barros, formula a seguinte hipótese sobre os motivos de tais proibições:

Portanto, a proibição textual dos “escravos” e a extensão do veto aos “pretos” na legislação sul-rio-grandense configura-se como um caso único no Brasil, levando-nos a interrogar sobre os sentidos dessa particularidade e o que ela informa sobre o lugar ocupado pela racialização no processo de construção da identidade e da sociedade sul-rio-grandense. Conjecturamos que a necessidade do veto explícito indica que sujeitos indesejáveis buscavam a escolarização formal, ou mesmo frequentavam as incipientes aulas públicas provinciais, e que isso era incompatível com a hierarquização social desejada pelos detentores do poder<sup>299</sup>.

Desta forma, o caso desta legislação, segundo a autora, “mais do que repercutir uma peculiaridade do Rio Grande do Sul, jogou luz sobre um processo ampliado de políticas que visavam barrar a ampliação da cidadania de pessoas negras fora da escravidão”<sup>300</sup>. Tal proibição ainda indica, segundo a autora, uma ação por parte de legisladores e classes dominantes, de impedir “a expansão de pessoas negras alfabetizadas, cortando na raiz tal possibilidade – ao menos no que dizia respeito à instrução adquirida nas aulas públicas”<sup>301</sup>. Uma vez que:

Para as classes dominantes, pessoas negras alfabetizadas, na condição escravizada, poderiam ser sobrevalorizadas, por ampliarem seu escopo de atuação, além de uma ameaça à ordem escravista, porque a alfabetização se inseria no repertório de ações de resistência (Chalhoub, 1990; Wissembach, 1998)<sup>302</sup>.

As pesquisadoras Natália Gil e Cláudia Antunes buscaram compreender a partir de uma análise histórica, atrelado ao que Surya Barros e Melina Perussatto já haviam

---

<sup>298</sup> PERUSSATTO, Melina. Esperidião Calisto e o preconceito escolar com base na cor: educação, cidadania e racialização no século XIX (Porto Alegre, Rio Grande do Sul). *Tempo*, Niterói-RJ, Vol. 27 n. 2 Maio/Ago., 2021. P. 433.

<sup>299</sup> PERUSSATTO, Melina. 2021, Op. Cit., p. 433.

<sup>300</sup> PERUSSATTO, Melina. 2021, Op. Cit., p. 434.

<sup>301</sup> PERUSSATTO, Melina. 2021, Op. Cit., p. 438.

<sup>302</sup> PERUSSATTO, Melina. 2021, Op. Cit., p. 438.

identificado, as formas de exclusão e resistência da população negra quanto ao acesso à educação no Rio Grande do Sul durante o período imperial e primeiras décadas da República. Para isso, as autoras analisaram a legislação provincial acerca da educação pública e, para os anos finais da escravidão e primeiras décadas republicanas, a análise se deu em jornais e relatórios oficiais do Estado. Assim, Gil e Antunes constataram, a partir das leis que proibiam extratos da população negra (como escravos e libertos) de frequentar à instrução pública, que “o povo para quem se pensava uma educação escolar capaz de criar um sentimento de pertencimento à nova nação referia-se à população livre”<sup>303</sup>. As autoras ressaltam que “a proibição tratava das escolas públicas, ou seja, aquelas criadas e mantidas pelo Estado”. Desta forma, tal legislação restritiva não abarcava outras formas de escolarização. Tais como: “a ação dos particulares, seja na educação doméstica, em escolas organizadas por grupos comunitários ou, ainda, por congregações religiosas, era mais expressiva no período do que a iniciativa pública em educação”<sup>304</sup>.

Apesar da crescente produção acerca das relações entre a população negra e processos de educação e escolarização na História do Brasil, ainda há estudos que priorizam interpretações acerca da pouca ou inexpressiva participação negra e pobre nestes espaços sociais, ou seja, das aulas e escolas. Em pesquisa acerca da História e memória da instrução pública de Santa Maria/RS, entre os anos de 1838 a 1889, Elisabeth W. Medeiros, após citar as leis que excluía o segmento populacional escravo da educação pública, observa o seguinte:

Conforme afirma Ribeiro (1981), o Império pouco investiu na Instrução Primária que não atendia a maior parte da população em idade escolar. A maioria da população era formada por trabalhadores livres, escravos e semiescravos que não permaneciam na escola ou nem chegavam a frequentá-la. Sem mencionar, que uma parte da demanda era proibida de realizar a matrícula, a exemplo dos escravos. A exclusão, portanto, era um fator que já ocorria antes da escolarização. A camada média da população, constituída por comerciantes, funcionários públicos, militares e pequenos proprietários de terras, eram os que realmente faziam reivindicações por um número maior de escolas, pois percebiam que a escolarização representava maiores oportunidades de ascensão social<sup>305</sup>.

---

<sup>303</sup> GIL, Natália. Lacerda; ANTUNES, Cláudia Pereira. Formas de exclusão e de presença da população negra na história da escola sul-rio-grandense. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, 2021, p. 6.

<sup>304</sup> GIL, Natália. Lacerda; ANTUNES, Cláudia Pereira. 2021, Op. Cit., p. 8.

<sup>305</sup> MEDEIROS, Elisabeth Weber. **A Instrução Pública em Santa Maria da Boca do Monte no século XIX: História e Memória, 1838-1889**. Câmara de Vereadores, Santa Maria, 2017. P. 75-76.

Observa-se neste parágrafo, a pouca problematização sobre o conjunto de atos e leis acerca da instrução pública no Rio Grande do Sul, e suas implicações práticas no cotidiano da população negra. Ainda que não fosse o objetivo da autora, não há uma problemática sobre o pertencimento e a questão racial destes trabalhadores livres, escravos e “semiescravos”. Além disso, a ação de reivindicar por espaços de instrução foi relegado somente à classe média da população santa-mariense, uma vez que percebiam as consequências da escolarização, como oportunidades de ascensão social, excluindo-se assim, a participação popular neste âmbito social e político. Em outro excerto, tratando-se da escola particular, Medeiros reforça esse entendimento, afirmando que:

Acredita-se que a escola particular, talvez, nesses momentos, tenha preenchido a lacuna da escola pública, atendendo uma parcela da demanda. Os demais, que não tinham acesso à escola particular, nada reivindicavam pois a educação escolar não era considerada importante para a maioria das famílias de baixa renda<sup>306</sup>.

As experiências negras e populares, no campo educacional de Santa Maria, parecem ser tomadas, à priori, como não lugares. Uma vez que se parte da letra das leis, com suas restrições e exclusões, e do princípio da não expressiva participação e resistência destes indivíduos na história da cidade. Surya Barros reforça para que “não tomamos a legislação como totalidade das relações. Se institui práticas, a lei também é resultado de processos, de disputas e conflitos. É burlada, alterada e descumprida – seja quando permite, seja quando proíbe”<sup>307</sup>. A partir do entendimento de que a legislação também precisa ser historicizada, é que levamos em conta as particularidades temporais e espaciais destas leis. Assim, podemos incorrer que “a legislação restritiva passou a ser interpretada como indício da presença negra no universo escolar: não fosse a procura, não teria havido necessidade de reafirmar a proibição”<sup>308</sup>. Barros verifica, “ainda que de forma desigual quando comparada a outros segmentos, a população negra não esteve ausente do processo de institucionalização da educação ao longo do século XIX”, pois foi “graças a iniciativas particulares como irmandades ou associações, à frequência a aulas ministradas por mestres particulares – pagas pelas próprias famílias negras ou por pessoas

---

<sup>306</sup> MEDEIROS, Elisabeth W. 2017, Op. Cit., p. 83.

<sup>307</sup> BARROS, Surya A. P. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 3, 2016. P. 603.

<sup>308</sup> BARROS, Surya A. P. História da educação da população negra: entre silenciamento e resistência. **Pensar a Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 3-29, 2018. P. 8.

brancas –, ou à presença como alunos de escolas públicas ou particulares”<sup>309</sup>. Iniciativas que foram idealizadas, criadas e organizadas durante o pós-Abolição. Como por exemplo, a mobilização que abre este capítulo, do desejo de erguer uma escola pelos irmãos da Irmandade Nossa Senhora do Rosário para sua comunidade, associação negra da cidade de Santa Maria.

Além da Lei de Instrução Primária de 1837, citamos no Quadro 1 o texto legal que organizou a Escola Noturna Provincial (1876), criada em Porto Alegre. O contexto da década de 1870, foi tomado por transformações sociais e econômicas no Brasil. Segundo Surya Barros, alguns dos principais marcos deste período foi o Manifesto Republicano de 1870, que reanimou “o debate sobre a importância da instrução para a construção da nação”<sup>310</sup> e, a Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Conhecida como Lei do Ventre Livre, pois dispunha em seu primeiro artigo, o seguinte decreto: “Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre”<sup>311</sup>. O primeiro inciso deste artigo, complementa que:

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de **criá-los** e **tratá-los** até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos<sup>312</sup>.

Os termos grifados no trecho acima, fazem referência aos cuidados de criação e educação que estas crianças, nascidas após a Lei do Ventre Livre e que passaram a ser chamadas de “ingênuas”, deveriam receber dos senhores escravistas<sup>313</sup>. Foi neste contexto, “em que se introduziu o ensino noturno no país”<sup>314</sup>. Portanto, isso explica a organização legal acerca da Escola Noturna Provincial do Rio Grande do Sul. Segundo Gil & Antunes, neste espaço escolar, o público que assistiam às aulas durante a noite eram “conjuntamente crianças e adultos ligados por uma mesma condição, serem oriundos das classes sociais baixas e, por isso, necessariamente, serem trabalhadores”<sup>315</sup>. Entre as

---

<sup>309</sup> BARROS, Surya. 2016, Op. Cit., p. 593.

<sup>310</sup> BARROS, Surya. 2016, Op. Cit., p. 600.

<sup>311</sup> BRASIL, Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm) >. Acesso em: 02 de mai., 2023.

<sup>312</sup> Idem, ibid. Grafia atualizada.

<sup>313</sup> Sobre as experiências e expectativas de escravos, libertos e ingênuos com a instrução formal, durante as últimas décadas do século XIX, ver mais em: SILVA, Noemi Santos da. **O “batismo na Instrução”**: projetos e práticas de instrução formal de escravos libertos e ingênuos no Paraná provincial. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

<sup>314</sup> BARROS, Surya. 2016, Op. Cit., p. 600.

<sup>315</sup> GIL, Natália L.; ANTUNES, Cláudia P. 2021, Op. Cit, p. 10.

obrigações do diretor desta escola, que funcionava no período das “6 às 9 da noite durante o inverno e das 7 às 10 durante o verão”<sup>316</sup>, estava a seguinte tarefa:

§ 5º Apresentar ao presidente da província um mapa dos alunos matriculados, com declaração do dia em que a escola principiou a funcionar e qual a frequência de cada aula. § 6º Escriturar ou fazer escriturar regularmente o livro da matrícula, no qual, a respeito de cada aluno, se deve declarar: 1º Nome; 2º Idade; 3º Naturalidade; 4º Filiação; 5º **Estado**; 6º Religião; 7º Grau de instrução; 8º Profissão; 9º Dia da apresentação<sup>317</sup>.

A quinta característica que deveria conter no livro de matrículas dos alunos, era o “estado”. Poderiam ter dois significados. Ou se refere ao estado civil do indivíduo, se solteiro ou casado. Ou então, como esta escola se destinava aos adultos *ingênuos* (filho/a de mulheres escravizadas após a Lei do Ventre Livre) e *libertos*, poderia tratar-se de qual condição jurídica o público da aula fazia parte<sup>318</sup>. Esta documentação mostraria um vestígio das presenças negras em espaços de escolarização no Rio Grande do Sul, ainda no período que vigorava a escravidão. Porém, não sabemos se este livro ainda existe e se está preservado para fins de pesquisa.

Cabe ainda salientar que, a partir do censo de 1872, observa-se que “73,75% da população negra do país era livre”<sup>319</sup>, ou seja, havia nascido livre ou conquistara sua alforria. Portanto, esse grande contingente de homens e mulheres negros e negras livres no país, tinham suas próprias expectativas e interesses quanto o acesso e permanência à instrução. Os estudos sobre a escravidão e o pós-Abolição em Santa Maria vêm evidenciando estas experiências. Por volta do início dos anos de 1880, foi localizada uma aula na cidade que tinha entre suas alunas, crianças nascidas após a Lei do Ventre, ou seja, filhas de mulheres escravizadas<sup>320</sup>. No referido documento, não consta o ano da aula, nem traz o elemento cor do alunado, como vimos nas listas da Escola Elementar Olavo Bilac da cidade para a década de 1930. Contudo, apresenta o nome das alunas, suas idades e filiação. Este último campo encontra-se parcialmente deteriorado, dificultando a leitura

<sup>316</sup> ARRAIADA; TAMBARA. 2004, Op. Cit., p. 235.

<sup>317</sup> ARRAIADA; TAMBARA. 2004, Op. Cit., p. 232. Grifos nossos. O diretor devia também: “§ 7º Apresentar trimestralmente um mapa da frequência dos alunos, acompanhado dos mapas parciais dos professores das diversas classes onde conste a frequência e aproveitamento de cada aluno” (Ibid., p. 233).

<sup>318</sup> Isso se confirma no momento que no Regulamento da Instrução Pública, também de 1876, que só permitia a matrícula de pessoas livres, constava o seguinte: “Art. 16 - São atribuições e deveres dos professores: [...] § 3º Matricular no livro próprio o aluno que lhe for apresentado, declarando o nome, idade, naturalidade, filiação, religião, grau de instrução e dia da apresentação” (ARRAIADA; TAMBARA, 2004, p. 244).

<sup>319</sup> CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, n. 19, 2º sem. de 2010. P 36.

<sup>320</sup> Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa nº 1. Tomos nº 7. Data 1892 a 1897. AHMSM.

do nome completo dos responsáveis pelas alunas.

Se trata de uma folha rasgada e incompleta, ou seja, não temos todas as informações referentes àquela aula. Há somente nomes femininos, onde o registro de cada nome é antecedido por um número, que provavelmente numera quantas alunas matriculadas haviam naquela aula pública. A última matriculada, era de nº 73, porém, suspeitamos que a lista continuava. Contudo, não há outros registros no arquivo que confirmem tal hipótese, uma vez que esta folha se encontra cortada até a numeração 73. Inocencia Maria Joaquina aparece como número 59, seguia a média etária daquela turma feminina, que variava entre 7 a 11 anos de idade, sendo que ela tinha 8 anos à época. Segundo pesquisas da historiadora Franciele da Rocha Oliveira, Inocencia nasceu após a Lei do Ventre Livre, no ano de 1873, portanto, era uma criança *ingênua*, filha de mulher escravizada de nome Zeferina Maria Teixeira<sup>321</sup>. Anos depois, ela constituiu uma família numerosa com José, ex-escravizado nascido na região de São Leopoldo. Entre os filhos do casal, estão os nomes conhecidos no capítulo anterior, de Oscar Francisco e José Francisco do Nascimento<sup>322</sup>.

Junto de Inocência, a jovem Luminata Maria Jozé aparece compondo esta aula pública da cidade nos seus 7 anos de idade. Também era filha de uma mulher escravizada, de nome Romana. Luminata tinha um irmão gêmeo de nome Saturnino, ambos designados como de cor *preta* no momento de seu batismo, nascidos em 29 de novembro de 1873<sup>323</sup>.

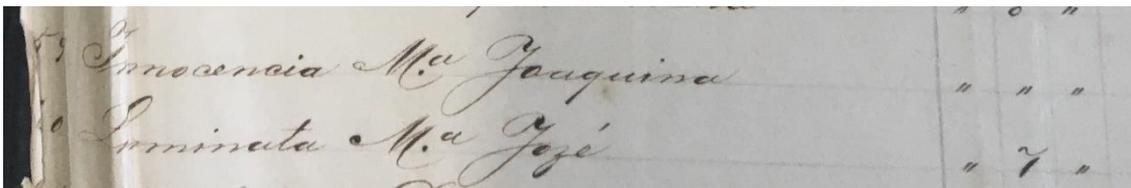
---

<sup>321</sup> OLIVEIRA, Franciele da Rocha. 2017, op. Cit., p. 267.

<sup>322</sup> Sobre a família de Inocência e José, suas vivências entre a escravidão e a liberdade, relações com as organizações negras, e demais espaços de sociabilidades, ver: OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Dos laços de José e Inocência**: trajetórias de uma família negra entra a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

<sup>323</sup> Franciele Rocha de Oliveira está pesquisando sobre a trajetória familiar dos irmãos gêmeos, nascidos de ventre livre, Luminata e Saturnino, a nível de doutorado, construindo a genealogia desta família durante a escravidão e após a abolição. Sua tese tem como título provisório “Negros laços: histórias das famílias dos nascidos de ventre livre no pós-Abolição (Santa Maria/RS 1871-1930)”. A autora compartilhou conosco seu banco de dados construído a partir do Livro de Batismo - Filhos de Mulher Escrava (1871-1887), da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Santa Maria. ACDSM. Fotografado por Ênio Grigio. A partir dele, podemos localizar os nomes de Luminata e Inocencia.

**Imagem 13** - Nomes de crianças de Ventre Livre matriculadas em aula pública de Santa Maria (aprox. década de 1880)



**Fonte:** Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa n° 1. Tomos n° 7. Data 1892 a 1897. AHMSM.

Na mesma lista de matrícula, na coluna destinada ao nome da aluna, observamos que a maioria dos registros está escrito com o primeiro nome e seguido do sobrenome da menina. Como por exemplo, os seguintes nomes: Lydia Appel, Sylvia Pavão de Moraes<sup>324</sup>, e Guiomar Pereira da Silva<sup>325</sup>. Localizamos a partir de registros civis, que algumas destas alunas eram descendentes de alemães, a citar, por exemplo, o nome de Lydia<sup>326</sup>. Contudo, essa não era a regra para registrar as alunas, pois haviam àquelas sem o sobrenome.

As já conhecidas, Inocencia Maria Joaquina, 8 anos e Luminata Maria Jozé, 7 anos; e também, as alunas de nome Maria do Rozario, 10 anos, Maria Vicencia, 10 anos e Anna Faustina, 7 anos. Procuramos seus nomes no *Livro de Batismo dos Filhos de Mulher Escrava (1871-1887)*, mas não os localizamos, assim como nos demais registros civis e cartoriais, até o momento da presente pesquisa. O segundo nome, Maria Vicencia, pode indicar uma referência às suas ancestrais, em uma maneira de homenageá-las ou fazer memória à essas relações *horizontais*<sup>327</sup>. Ou mesmo, a devoção religiosa de sua mãe

<sup>324</sup> Em outubro de 1905, na cidade de Santa Maria, Sylvia era empregada em serviços domésticos e casada com um criador de nome Joaquim Pavão, ambos naturais do Estado, quando perdeu sua filha durante o parto. **Fonte:** Registro de Nascimento de feto feminino, 02 de outubro de 1905, Santa Maria/RS. *Family Search*. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-L9L8-6W49?cc=3741255> >. Acesso em: 04 de mai., 2023.

<sup>325</sup> Guiomar também era natural deste Estado, e em outubro de 1898 na cidade de Santa Maria, deu à luz à filha que teve com Vidal Rodrigues Marafiga, de nome Florisbella. **Fonte:** Registro de Nascimento de Florisbella, 11 de outubro de 1898, Santa Maria/RS. *Family Search*. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-L9L8-6CCQ?cc=3741255> >. Acesso em: 04 de mai., 2023.

<sup>326</sup> Em fevereiro de 1898, nasceu a filha Odete do casal Lydia Appel Lenz e João Lenz, ambos naturais do Estado. Consta no registro, que a mãe de Lydia, Carlota Appel, era natural do Estado, já seu pai, Antonio Appel, era natural da Alemanha. **Fonte:** Registro de Nascimento de Odete, 28 de fevereiro de 1898, Santa Maria/RS. *Family Search*. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-L9L8-6HKK?cc=3741255> >. Acesso em: 04 de mai., 2023.

<sup>327</sup> Sobre práticas nominativas entre famílias negras, entre a escravidão e a liberdade, ver mais em: WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade:** Experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007. WEIMER, Rodrigo de Azevedo. A família dos 'Inácios': práticas de nomeação e memória da escravidão (litoral do Rio Grande do Sul, séculos XIX e XX). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 45, p. 819-841, set./dez. 2020.

e/ou pai, e a sua própria, como é o caso da aluna Maria do Rozario, em devoção à Nossa Senhora do Rosário, por exemplo<sup>328</sup>. A ausência do sobrenome destas alunas pode indicar uma possível proximidade com a escravidão, uma vez a maioria das mulheres escravizadas eram batizadas, sobretudo com nomes católicos, apenas com o prenome. Assim como, a ausência paterna ou a sub-representação da sua presença em documentos civis, cartoriais ou até mesmo esta lista de matrícula, são fatores que podem indicar o porquê dessa *falta* do sobrenome.

O universo de alunos e alunas matriculados em espaços escolares naquele contexto, em que Inocencia e Luminata faziam parte, estava dividido entre escolas e aulas públicas de instrução primária e secundária, assim como, escolas particulares de instrução primária e secundária, todas divididas entre escolas do “sexo masculino”, “feminino” ou “mixtas”, esta última, abarcava tanto a presença feminina quanto a masculina. Abaixo, apresentamos uma tabela representativa do alunado matriculado em escolas públicas de instrução primária, com distinção entre os sexos, sem menção à cor, no início da década de 1890.

**Tabela 4 - Matriculados (as) em escolas públicas no início da década de 1890 (Santa Maria/RS)**

Idades	Escolas		
	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Mixta
Menor de 7 anos	27	25	-
7	39	41	-
8	49	52	-
9	53	50	-
10	74	76	-
11	57	53	-
12	53	55	-
13	45	40	-
14	40	47	-
Mais de 14 anos	20	22	-
Total	457	461	

<sup>328</sup> Segundo Liane Muller, em estudo sobre a Igreja do Rosário em Porto Alegre, e a partir da análise de casamentos religiosos nos anos finais da escravidão e após a abolição, a autora observou que: “A propósito, esta questão dos nomes devocionais mostrou-se muito interessante. Uma grande maioria de mulheres negras fez, durante este período, o uso de sobrenomes que remetiam a uma determinada devoção, tais como: Maria da Conceição; Maria de Jesus; Maria do Espírito Santo; Maria do Rosário, e outras tantas variações que incluíam prenomes diferenciados. Era extremamente comum para uma menina negra ou não, nascida fora do casamento e sem o reconhecimento do pai, adquirir um sobrenome que lembrasse a devoção da mãe. Entre os homens, os sobrenomes mais comuns eram “dos Santos”; “de Jesus” e “do Nascimento”. (MÜLLER, 2013, p. 180-181 *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 265).

**Fonte:** Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa nº 1. Tomos nº 3. Data 1890 a 1891. AHMSM.

A escolarização atendia a primeira idade e estava distribuída quanto ao gênero. A presença ou ausência negra, ou a condição jurídica das alunas e alunos, não consta nestas matrículas. Mas, a partir do cruzamento de fontes com a bibliografia consultada, é possível saber da atuação de crianças negras, nascidas após a Lei do Ventre Livre, nestes espaços escolares. Assim, podemos constatar que a aula pública data em torno do ano de 1881, ou seja, durante o período da escravidão. Tensionamos, pois, que a construção da noção de que esta parcela da população não teria tido acesso à instrução local precisa ser analisada e problematizada em sua complexidade. O cenário educacional dos anos finais do século XIX e início do século XX, que tanto Inocência, Luminata, quanto outras meninas e meninos negros faziam parte, traz suas particularidades a nível regional.

Vale mencionar que cerca de três décadas após, durante o período após a abolição, homens negros se organizaram e fundaram em 21 de agosto de 1913 uma organização chamada “Sociedade 28 de Setembro”, cujo fim era “comemorar a obra generosa do imortal Rio Branco”<sup>329</sup>. Os integrantes da diretoria, além de celebrar a importância da data referente à Lei do Ventre Livre, em uma perspectiva da liberdade de seus antepassados e contemporâneos, poderiam eles próprios serem filhos de mulheres escravizadas. Uma vez que dois deles, Manoel Pereira Moura<sup>330</sup>, presidente e Manoel Ignacio Rodrigues<sup>331</sup>, tesoureiro, nasceram após a lei, por volta de 1874 e 1883, pois ambos afirmam terem 36 e 27 anos de idade, respectivamente, no dia de seus casamentos.

---

<sup>329</sup> GRIGIO *et al.* 2020, op. Cit., p. 24. **Fonte:** Fundo Intendência Municipal. Caixa 20, Tomo 104. AHMSM.

<sup>330</sup> Ele afirma ter 36 anos de idade, de profissão cozinheiro, filho legítimo de Amaro Pereira da Luz, residente em Itaqui e Anna Pereira da Luz, falecida na mesma cidade. Ela tem 24 anos, profissão doméstica, filha natural de Timothea dos Santos, moradora em Santa Maria. Ambos assinam seus nomes. **Fonte:** Habilitação de casamento de Manoel Pereira de Moura e Leopoldina Maria Guedes, 14 de outubro de 1910, Santa Maria. APERS.

<sup>331</sup> Ele afirma ter 27 anos, ser filho de Domingos Ignacio Rodrigues, já falecido e de Maria Domingues Rodrigues. Reinalda de Oliveira Camargo afirma ter 23 anos, de profissão costureira, filha de Serafim Camargo e Anna de Oliveira Camargo, já falecidos. Ambos assinam seu próprio nome. **Fonte:** Habilitação de casamento de Manoel Ignacio Rodrigues e Reinalda de Oliveira Camargo, 13 de junho de 1910, Santa Maria. APERS. Sabemos a partir de pesquisas anteriores que Manoel Ignacio Rodrigues exercia a profissão de chauffeur em 1924, inclusive constando uma fotografia sua no Livro de Matrículas dos trabalhadores do transporte de Santa Maria da década de 1920. In: RODRIGUES, Luiz Fernando dos Santos da Silva. **Carroceiros, boleiros e chauffeurs:** os trabalhadores do setor dos transportes urbanos em Santa Maria durante a Primeira República. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021. P. 57.

Apesar da permissão da matrícula e acesso de Inocencia e Luminata, nascidas do *Ventre Livre*, a esse espaço escolar, o mesmo não foi isento de possíveis conflitos e preconceitos que estas crianças negras poderiam ter vivenciado ao frequentar esta aula. Um lugar partilhado, como vimos a partir da busca nominal, com meninas brancas. Foram diversos os relatos de racismo e “preconceito de cor” sofridos em ambientes escolares, estampado em relatório ou denunciados na imprensa negra durante a escravidão e após a abolição. Citamos como exemplo, os episódios recorrentes, evidenciados por Melina Perussatto quanto às restrições impostas no interior das próprias instituições educacionais da capital do Rio Grande do Sul, sobretudo a partir do racismo vivenciado por crianças e jovens negros nestes espaços. A autora evidenciou uma das experiências escolares vivida por um dos idealizadores do jornal *O Exemplo*, Espiridião Calisto. Em frequência à aula primária do 1º distrito de Porto Alegre, na aula dirigida pelo professor Rafael Antônio de Oliveira, Calisto relatou nas páginas *d'O Exemplo*, em edição de 1893, que em um período de sua vida escolar, este funcionário público: “separava-nos para um quarto escuro contíguo à sala, onde estavam os brancos; e lá recebíamos a instrução correspondentes à obumbrada luz diurna que exiguamente nos iluminava. Eis aí estabelecido o preconceito escolar, tendo por base a cor, no afugentando das aulas públicas!”<sup>332</sup>.

Segundo Perussatto, “a rememoração de uma experiência pessoal e coletiva, pois compartilhada com colegas negros, somava-se à condenação da persistência do tempo da escravidão no tempo da liberdade por meio dos costumes”<sup>333</sup>. Esta experiência de violência, foi vivida também por outros sujeitos negros. No ano de 1887, a partir da análise do relatório do Diretor Geral da Inspeção de Ensino do Rio Grande do Sul, a historiadora localizou o seguinte dado: “diversos professores recusam-se a matricular em suas escolas crianças de cor preta, recebendo reclamações contra este procedimento. Para sanar todas estas irregularidades tomei as providências necessárias”<sup>334</sup>. Sobre tais

---

<sup>332</sup> PERUSSATTO, Melina K. 2018, p. 166. A fonte que a autora extraiu o referido excerto, se refere à: Esperidião Calisto, “Pelo dever”, *O Exemplo*, 23 jul. 1893, p. 1. Perussatto constatou que este professor, Rafael Antônio de Oliveira, em 1882 era docente da 1ª cadeira do sexo masculino do 1º Distrito (N. S. Madre de Deus) em 1882, sendo demitido quatro anos depois, em 1886, por razões desconhecidas (PERUSSATTO, 2018, p. 170). Para outra referência quanto ao racismo sofrido na escola durante o pós-abolição, a partir do jornal *O Exemplo*, ver: GIL, Natália L.; ANTUNES, Cláudia P. 2021, Op. Cit.

<sup>333</sup> PERUSSATTO, Melina. 2021, Op. Cit., p. 431.

<sup>334</sup> PERUSSATTO, Melina K. 2018, Op. Cit., p. 170. As fontes consultadas pela a autora, se tratam de: Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, S. Ex. o Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, 2º Vice-Presidente, apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Jacinto de Mendonça, 3º Vice Presidente, ao passar-lhe a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 27 de outubro de 1887. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'O Conservador, 1887. Relatório do Presidente da Província

providências e sujeitos envolvidos, não se sabe maiores informações. Contudo, este indício, atrelado às denúncias contra os preconceitos vividos na escola, expressos na imprensa negra a partir do jornal *O Exemplo*, Perussatto constatou que: “embora a proibição à matrícula escolar de pessoas ‘de cor preta’ não figurasse mais na legislação da instrução pública”, estes casos escancaravam “o ‘preconceito de cor’ que se entranhava nos costumes daquela sociedade [...]”. Adentrando, também, no espaço e cultura escolar, “seja por meio da recusa à matrícula, do tratamento discriminatório ou da segregação racial daquelas que conseguiam frequentar escolas”. A autora conclui que, “não menos importante, sinaliza o protagonismo do professorado no processo de exclusão escolar, que não acabou com a Abolição”<sup>335</sup>.

Os jornais da imprensa negra, junto das denúncias, também incentivavam e buscavam indicar a instrução como um direito cidadão, um dos meios para conquistar melhores condições de vida<sup>336</sup>, sobretudo, para o período após a abolição, momento que as associações em torno da imprensa, tiveram protagonismo entre as organizações negras. A historiadora Fernanda Oliveira da Silva, tomando como lócus de pesquisa a cidade de Pelotas/RS, observou a importância conferida à instrução por parte dos redatores do jornal negro *A Alvorada*, assim como, as lutas em favor da educação empreendida pela Frente Negra Pelotense<sup>337</sup>, sobretudo durante a década de 1930<sup>338</sup>. O historiador Tiago Rosa da Silva, em análise dos jornais da imprensa negra de Bagé/RS durante a década de 1920, como os periódicos *A Revolta* e *A Defeza*, constatou que estes ressaltaram a importância da alfabetização e do acesso à instrução primária para a população negra. Segundo o autor, “o saber ler e escrever poderia possibilitar ascensão social a homens e mulheres negras, tirando-os, em muitos casos, da situação de pobreza que acometia grande parcela

---

do Rio Grande do Sul Excelentíssimo Senhor Doutor Rodrigo de Azambuja Villanova com que passou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul a Sua Excelência o Senhor Barão de Santa Thecla, 1º Vice- Presidente, no dia 9 de agosto de 1888. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d’O Conservador, 1889.

<sup>335</sup> PERUSSATTO, Melina. 2021, Op. Cit., p. 435-436.

<sup>336</sup> SANTOS, José Antônio dos. 2011, Op. Cit. PERUSSATTO, Melina. 2021, Op. Cit.

<sup>337</sup> A Frente Negra Brasileira surgiu em outubro de 1931, na cidade de São Paulo, organizado por ativistas negros e negras, que tinham como objetivo tornar-se uma referência a nível nacional. Segundo o historiador Flávio Gomes, “o surgimento e a proposta da Frente Negra Brasileira (FNB) não representaram necessariamente excepcionalidade em termos de organização negra. Em seus quadros havia muitos ativistas, frequentadores de bailes e de encontros promovidos por associações e agremiações e colaboradores de vários jornais. Muitos eram de Campinas, Franca e Itu, cidades - principalmente a primeira - onde havia florescido grande número de jornais e associações nas décadas de 1910 e 20”. In: GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888-1937)**. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2005, p. 47. Esta organização instalou filiais em diversos locais do país, entre as cidades, estava Pelotas/RS.

<sup>338</sup> SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)**. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. P. 146-151.

desse grupo”<sup>339</sup>. Desta forma, “a escola, o letramento, o trabalho, clube sociais e jornais se tornaram ferramentas de luta de sujeitos negros no enfrentamento ao racismo e as desigualdades”<sup>340</sup>.

Natália Gil e Cláudia Antunes observaram que os impedimentos de matrículas na legislação provincial sul-rio-grandense não aparecem mais após o Regulamento da Instrução Pública de 27 de maio de 1881. Segundo as autoras:

Encerrava-se, assim, o período de restrições legais à matrícula e frequência da população negra à escola, mas tinha início, com o advento da República, a circulação e/ou aprofundamento de outras formas de exclusão que se mostraram muito efetivas no estabelecimento de um fosso quanto às possibilidades de acesso, permanência e êxito na escola entre a população branca e a população negra<sup>341</sup>.

Desta forma, observa-se que “outras formas de exclusão” permaneceram e foram reinventadas após a abolição e durante o período republicano. Entre elas, estão o racismo sofrido por crianças e jovens negros e negras, sendo muitas vezes, os próprios professores os causadores. Soma-se a isso, “o fato de que a maior parte da população negra, inclusive crianças, tivesse que trabalhar para garantir o sustento imediato, associado à escassez de escolas, representou impedimento real para a ampliação de sua escolarização”<sup>342</sup>. Acerca da precariedade da educação no início da República, tomando como lócus a realidade da cidade de Santa Maria, dedicaremos o próximo subcapítulo.

### 3.3 NOTAS SOBRE O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA SANTA-MARIENSE NO ALVORECER DA REPÚBLICA

Em pesquisa às fontes históricas em salvaguarda no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, analisamos, sobretudo, pedidos, requerimentos e outros tipos de documentos enviados à Intendência Municipal durante as primeiras décadas do século XX. São abaixo-assinados de familiares solicitando ao poder municipal por abertura de escolas, pedidos da sociedade civil e religiosa por criação de aulas públicas em zonas

---

<sup>339</sup> SILVA, Tiago Rosa da. **Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós-abolição: imprensa, carnaval e Clubes Sociais Negros na fronteira sul do Brasil - 1913-1980**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. P. 73.

<sup>340</sup> SILVA, Tiago Rosa da. 2018, Op. Cit., p. 76.

<sup>341</sup> GIL, Natália L.; ANTUNES, Cláudia P. 2021, Op. Cit., p. 11-12.

<sup>342</sup> GIL, Natália L.; ANTUNES, Cláudia P. 2021, Op. Cit., p. 5.

afastadas do centro urbano, e também, o mais recorrente, reivindicação de professores(as) por melhores condições de trabalho, tanto pelo espaço físico das aulas quanto por pagamento salarial. Além disso, assuntos como a posse de novos professores e a realocação dos mesmos, requerimentos solicitando utensílios para suas aulas e descrições/relatórios sobre o andamento destes espaços pelos inspetores escolares<sup>343</sup>, também fazem parte do acervo. Se trata, portanto, de documentos diversos, uma vez que a escrita de cada ofício/carta trazia uma particularidade. Analisados em sequência, observamos que traziam motivações que os conectam. Percebemos um fator estrutural que acometia os trabalhadores do ensino público nesta região: a precariedade do trabalho e exercício do magistério em espaços escolares.

Escritas de próprio punho, os pedidos e requerimentos enviados pelos professores e professoras ao Intendente de Santa Maria, datados desde o período imperial até as primeiras décadas da República, trazem as angústias, reivindicações e pensamentos de muitos trabalhadores e trabalhadoras do campo educacional de Santa Maria, no interior do Estado. Acerca do período imperial, a historiadora Elizabeth W. Medeiros realizou pesquisa que teve como investigação a reconstituição da história e memória da Instrução Pública no município de Santa Maria, entre os anos de 1838 a 1889<sup>344</sup>. Com ênfase para o processo de implantação e manutenção das aulas públicas, a autora observou as diversas dificuldades enfrentadas pela Província e municipalidade, que reverberaram nas condições de trabalho de professores no período.

O estudo de Medeiros constatou que “a situação do ensino na primeira fase republicana vai apresentar os mesmos problemas existentes no período do Segundo Império”<sup>345</sup>. Ou seja, à uma continuidade da precariedade da instrução pública após a

---

<sup>343</sup> Segundo Elizabeth Medeiros, acerca dos inspetores de Ensino no Município de Santa Maria, entre os anos de 1885-1889: “Antes da nomeação de Inspetores de Ensino a Diretoria Geral de Instrução Pública delegava à Câmara de Vereadores muitas das ações de inspeção escolar. Posteriormente, foram nomeados Delegados da Inspeção das Aulas, nas localidades, que se manifestavam nos Mapas de Frequência dos alunos, sobre a assiduidade e zelo dos professores, auxiliando assim, a Câmara, na tarefa de fiscalização do ensino. Em 1873, pela Lei 869 foi estabelecido um novo sistema de inspeção de ensino na Província e foram criados inspetores de Comarca, nomeados pelo Presidente da Província. Nas referidas nomeações teriam preferência os Promotores Públicos com grau de bacharéis. Poderiam ser nomeados juizes de Direito ou juizes municipais, na falta de bacharéis formados. Suas principais competências seriam inspecionar as aulas públicas que estivessem na sua jurisdição, realizando uma visita de seis em seis meses e apresentar um relatório semestral da inspeção realizada. Os inspetores também tinham a incumbência de aplicar a penalidade de suspensão e multa aos professores” (MEDEIROS, 2017, p. 213).

<sup>344</sup> MEDEIROS, Elisabeth Weber. **A Instrução Pública em Santa Maria da Boca do Monte no século XIX: História e Memória, 1838-1889.** Câmara de Vereadores, Santa Maria, 2017.

<sup>345</sup> MEDEIROS, Elisabeth Weber. A educação e o ensino de História em Santa Maria: algumas considerações. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (Orgs.). **Nova história de Santa Maria: outras contribuições recentes.** Câmara Municipal de Vereadores, 2012. P. 382-3.

proclamação da República, à nível regional. Portanto, neste subcapítulo buscamos compreender o contexto educacional em que os sujeitos de nossa pesquisa acessaram, por motivações diversas, e quais as possíveis razões para alguns buscarem criar suas próprias iniciativas.

Ainda sobre a documentação enviada à Intendência, localizamos um conjunto documental de mapas de matrículas, organizados por data/ano. Constatamos que as matrículas traziam o que seria o processo final da escolarização, em termos de registros. Pois, a partir do envio das listas daqueles indivíduos que frequentaram a aludida aula, o professor receberia seu vencimento. Em muitos casos, após o envio de cada mapa de matrícula, há logo em seguida o recibo assinado por cada professor e professora público responsável por aquele espaço escolar.

Assim, esta documentação era redigida da maneira mais completa, exigida pelos órgãos de poder, e traziam importantes informações sobre o público que frequentava as aulas públicas da cidade. Portanto, os dados variaram conforme a aula e professor, mas traziam, basicamente, os seguintes campos: nome do professor, local da aula/escola, data, nome do aluno/a, idade, filiação, notas. A cor não aparece como uma informação a ser assinalada nesta documentação. Os estudos sobre o pós-Abolição vêm demonstrando que existem outras maneiras e métodos possíveis para identificar as presenças de sujeitos negros e negras ao longo da História do Brasil, sobretudo após a abolição da escravidão.

A busca pelo nome do mesmo indivíduo em diferentes documentos e registros, se mostrou como um dos principais métodos utilizados para identificar a origem racial de segmentos populacionais. Complexificando, assim, suas relações afetivo-familiares, os movimentos e ações individuais e coletivas durante o período escravista quanto após a abolição<sup>346</sup>. Em razão do tempo destinado para a pesquisa de dissertação, focamos nossas buscas e análises nos objetivos centrais do projeto de pesquisa. Portanto, localizar estes sujeitos, seguindo o fio condutor do nome<sup>347</sup>, e se tratando de uma expressiva quantidade de listas de matrículas e de um longo período de tempo, se mostrou um exercício bastante extenso para os fins da presente pesquisa.

O contexto histórico do final do século XIX e primeiras décadas do século XX,

---

<sup>346</sup> DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez. 2009. SÔNEGO, Aline. **“Correspondemos a uma aspiração de nossa classe”**: o pós-Abolição a partir do jornal O Astro (Cachoeira e Rio Pardo, RS). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Maria, 2022.

<sup>347</sup> GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O Nome e o Como: troca desigual no mercado historiográfico. *In: A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.

foi um período de mudanças e de reordenamentos aos moldes da modernidade e do republicanismo, construindo o que Berenice Corsetti chamou de “duplo movimento: o da rejeição da velha ordem e da proposta de construção de outra”<sup>348</sup>. Entre os valores que informavam aquela sociedade, da liberdade, igualdade e progresso, elementos como a educação e a expansão da escolarização foram temáticas constituintes neste processo. Uma vez que a nova realidade tendia a se distanciar do passado escravista e monarquista, e previa “novas formas de dominação que dessem conta da problemática colocada pelos novos tempos, ou seja, a de como dominar homens livres e formalmente iguais”<sup>349</sup>.

Alessandra Schueler e Ana M. Magaldi, ao analisar a disseminação da escolarização elementar durante a Primeira República (1889-1930), problematizaram questões de memória e possíveis perspectivas de pesquisa acerca da temática. Sobre a relação entre educação e o contexto do novo regime republicano, as autoras ressaltam que:

a educação era então alçada à situação de problema central da sociedade, sendo, ao mesmo tempo, sua solução compreendida como caminho mais importante para a superação dos males do país e como passaporte essencial para o progresso almejado pelos ideais republicanos<sup>350</sup>.

Contudo, Schueler e Magaldi reforçam: "ainda que a preocupação com a escolarização e com sua extensão a camadas mais ampliadas da população se tornasse crescente, a democratização efetiva do ensino ainda se mostrava como uma realidade bastante limitada, nas primeiras décadas do século XX"<sup>351</sup>. Esta é uma realidade percebida quando analisamos a documentação do período para a cidade no interior do Rio Grande do Sul. Desta forma, o estudo de iniciativas escolares e reivindicações sociais quanto a educação, à nível municipal, "[...] apontam para a coexistência de práticas educativas plurais em nível local"<sup>352</sup>, e é considerado como parte de uma agenda de pesquisa emergente na historiografia da educação.

O cotidiano de professoras e professores de escolas públicas santa-marienses, nas

---

<sup>348</sup> CORSETTI, Berenice. 2008, Op. Cit., p. 58.

<sup>349</sup> CORSETTI, Berenice. 2008, op. Cit., p. 58. A autora afirma que “o controle dos trabalhadores requeria a utilização sistemática da educação moral e, por outro lado, da prática do trabalho regular. O esforço educacional era, assim, indispensável à nova ordem. Nesse contexto, a ciência, a educação e a moral se transformaram em poderosos instrumentos de controle social e de veiculação ideológica, de tal forma que fosse garantida a reorientação da sociedade, neutralizando os conflitos e mantendo a estabilidade social, tudo isso em nome do “bem comum” (Ibid., p. 61).

<sup>350</sup> SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Revista Tempo**, 2009. P. 47.

<sup>351</sup> SCHUELER, Alessandra F. M. de; MAGALDI, Ana M. B. de M. 2009, Op. Cit., p. 46.

<sup>352</sup> SCHUELER, Alessandra F. M. de; MAGALDI, Ana M. B. de M. 2009, Op. Cit., p. 54.

primeiras décadas da República foi, de certa forma, conturbado. O déficit material e social dos espaços escolares, foi atravessado por movimentos de organização e mobilização por melhorias das condições estruturais destes locais por parte destes agentes sociais. Foram solicitados para a Intendência Municipal, com considerável frequência, materiais e objetos que se encontravam em falta. Ofícios estes, que tinham como principal objetivo promover o pleno andamento e desenvolvimento do trabalho docente em aulas públicas, de diferentes distritos da cidade. A seguir, citamos o exemplo da “3ª Aula Pública do sexo masculino”, em 14 de Fevereiro de 1890:

Tendo crescido o número dos alunos que frequentam a aula a meu cargo, e não tendo referida aula móveis suficientes, pois os que [...] tem, são emprestados pela professora da 2º aula do sexo feminino, venho por meio deste, pedir v[...] digneis emprestar-me alguns móveis da aula do Pinhal, hoje vaga. Os móveis de há mais precisão são: 3 bancos, 1 carteira, 1 pedra grande para cálculo e uma talha com copo.

Saúde e Fraternidade os cidadãos Intendentes Municipais.  
O professor José Barboza Granja<sup>353</sup>.

Dias depois, o professor José Barboza Granja recebeu seu pedido da professora Maria Aldina Pinto, da turma do sexo feminino do Pinhal. Em março daquele ano, Abrilina Granja Walmart, esposa de José B. Granja e professora da 2º Aula pública do sexo feminino da cidade, enviou pela segunda vez um pedido de materiais escolares ao Intendente. Segundo ela, “por isso, e em vista da necessidade que há, peço-vos digneis dar-lhe pronta [...] e conveniente destino”<sup>354</sup>. No mesmo mês, o mesmo professor, José B. Granja, remeteu uma relação dos objetos necessários a aula de seu cargo, “cuja falta torna-se bastante sensível”<sup>355</sup>. No mês de abril de 1890, ele iniciou um novo requerimento afirmando:

crescendo diariamente o número de alunos na aula a meu cargo, e os móveis que existem emprestados, sendo insuficientes para acomodar os ditos alunos, venho, por meio deste, pedir-vos [...] digneis emprestar-me 3 bancos, um mapa parietal do Brasil e um globo terráqueo, objetos estes pertencentes à 1º aula do sexo masculino do 2º grau, atualmente vaga<sup>356</sup>.

---

<sup>353</sup> Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa nº 1. Tomos nº 6. Data 1890 a 1891. AHMSM. Os caracteres “[...]” indicam as palavras em que não foi possível realizar a leitura do documento, por se tratar, muitas vezes, de folhas danificadas e/ou caligrafia de difícil entendimento.

<sup>354</sup> Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa nº 1. Tomos nº 6. Data 1890 a 1891. P. 17. AHMSM.

<sup>355</sup> Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa nº 1. Tomos nº 6. Data 1890 a 1891. P. 21. AHMSM.

<sup>356</sup> Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa nº 1. Tomos nº 6. Data 1890 a 1891. P. 23. AHMSM.

Cinco dias após, o professor recebeu o material solicitado<sup>357</sup>. No mês de março de 1891, José B. Granja remeteu uma nova relação de móveis necessários à sua aula, a “3º Aula pública do sexo masculino”. Pedindo na “menor brevidade possível”, o professor justificava a urgência visto que o número de alunos matriculados naquele ano já atingia a setenta e nove, e esclareceu que: “A esta aula nunca foi fornecido móvel algum; os que existem são emprestados pela professora da 2º cadeira do sexo feminino que também já sente necessidade deles”<sup>358</sup>. Requerimentos como estes, do professor e professora Granja, já eram solicitados pelos mesmos, desde o momento das suas nomeações em 1888. Neste ano, eram regentes das aulas do sexo feminino e masculino do rincão de São Pedro<sup>359</sup>, que logo após o início de suas atividades, “comunicaram que necessitavam urgentemente de móveis e objetos indispensáveis para o funcionamento das aulas”<sup>360</sup>.

Percebe-se nestas ações de professores públicos, como o ato de solicitar, pedir e insistir por melhores condições de estrutura física e material destes espaços escolares, as reivindicações para tornar visível e latente a precariedade estrutural destas aulas. As dificuldades vivenciadas por professores (as) e alunos (as), para o pleno funcionamento da educação, não era uma novidade do período republicano, mas sim uma das permanências do período imperial, que recebeu novos contornos e especificidades na República. Para a realidade de Santa Maria durante o Império, a historiadora Elisabeth Medeiros evidenciou as dificuldades enfrentadas pela província na implementação e manutenção das aulas públicas, as condições de trabalho dos professores e qual era o papel da instrução naquela sociedade. A partir de densa análise de documentos da instrução pública santa-mariense durante o período imperial, a autora constatou que:

Os professores em exercício nas escolas ainda enfrentavam os mesmos problemas: baixos salários, o atraso no pagamento dos vencimentos e condições de trabalho precárias que não oferecia estímulo ao exercício da profissão. Os professores muitas vezes acabavam assumindo as funções da própria Província no que se refere ao pagamento do aluguel do prédio escolar e provimento de móveis e materiais necessários ao funcionamento da escola. As solicitações dos professores muitas vezes eram ignoradas, perdendo-se na falta de organização da Instrução Pública Provincial<sup>361</sup>.

---

<sup>357</sup> Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa nº 1. Tomos nº 6. Data 1890 a 1891. P. 27. AHMSM.

<sup>358</sup> Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa nº 2. Tomos nº 4A. Data 1890 a 1933. Enviado em 09 de março de 1891. AHMSM.

<sup>359</sup> MEDEIROS, Elisabeth Weber. **A Instrução Pública em Santa Maria da Boca do Monte no século XIX: História e Memória, 1838-1889.** Câmara de Vereadores, Santa Maria, 2017. P. 180.

<sup>360</sup> MEDEIROS, Elisabeth Weber. 2017, op. Cit., p. 180.

<sup>361</sup> MEDEIROS, Elisabeth W. 2017, Op. Cit., p. 114.

Os professores e professoras particulares também se tornaram uma referência de instrução para a população. Uma vez que foram encontrados diversos pedidos de subvenção à municipalidade para que os alunos pobres frequentassem estas aulas particulares. Tornando-se uma alternativa para que moradores de áreas mais afastadas do centro urbano, pudessem frequentar algum espaço escolar. As historiadoras Alessandra Schueler e Irma Rizzini analisaram, a partir da cidade do Rio de Janeiro, entre 1870 a 1906, como a municipalidade subvenciou escolas particulares nos subúrbios da cidade, e nas áreas centrais, predominavam as escolas públicas. Em consulta às fontes, parecidas com as que citamos nesta pesquisa, ou seja, requerimentos destinados à Diretoria Geral de Instrução Pública e à imprensa, as autoras localizaram diversos ofícios e abaixo-assinados pedindo pela abertura de escolas públicas e por subvenções a escolas particulares no Rio de Janeiro. Acerca da relação público e privado no campo da educação, para este período, Schueler e Rizzini assim o caracterizam:

Para concretizar os projetos de escolarização, o governo imperial, e posteriormente, o regime republicano, preconizava aliar a sua ação à da iniciativa da sociedade civil, subvencionando instituições particulares, incentivando as associações de instrução e conclamando os professores e a população para prestar serviços gratuitos e donativos em nome da instrução popular. O Estado procurava dirigir e controlar o ensino público, ao mesmo tempo em que concedia a liberdade para os proprietários de colégios ou filantropos a agirem em prol da instrução. O público e o privado, longe de constituírem instâncias separadas e antagônicas, mesclavam-se e confundiam-se, ora promovendo projetos comuns e alianças, ora disputando por monopólios e interesses distintos, num processo dinâmico, onde estavam em jogo tanto bens materiais quanto valores simbólicos e culturais (PASCHE, 2014)<sup>362</sup>.

Desta forma, as autoras constataram que a expansão da cidade e as iniciativas de sujeitos sociais diversos convergem para a criação de escolas nas regiões mais afastadas do centro da cidade. Sendo estes sujeitos, “professores, pais de família e moradores das áreas suburbanas e freguesias rurais” da cidade do Rio de Janeiro, “sujeitos ativos no processo de escolarização nas suas regiões”<sup>363</sup>. Relação esta, que notamos para o município de Santa Maria. Ou seja, os próprios sujeitos demandavam por escolas e, melhores condições físicas e materiais de funcionamento daquelas que já existiam.

A prática de subvenção por parte da municipalidade a escolas particulares, “era

---

<sup>362</sup> SCHUELER, Alessandra Frota M. de; RIZZINI, Irma. Entre becos, morros e trilhos: expansão da escola primária na cidade do Rio de Janeiro (1870-1906). **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 1, jan./abr., 2019. P. 164.

<sup>363</sup> SCHUELER, Alessandra F. M. de; RIZZINI, Irma. 2019, Op. Cit., p. 164.

comum no século XIX e se manteve no século seguinte (PASCHE, 2014)"<sup>364</sup>. A subvenção analisada por Schueler e Rizzini, ia desde o recebimento de “auxílio para o aluguel das casas, mobiliário, material escolar e subsídio durante o período escolar”<sup>365</sup>. Mesmo que em lugares diferentes, observamos a mesma demanda por parte de professores e professoras da região de Santa Maria. Tanto pelo envio de pedidos à Intendência, quanto pelos recibos mensais assinados pelos docentes.

Assim, notamos as diversas evidências da precariedade estrutural, financeira e de pessoal que o ensino público se delineava em princípios do sistema republicano, que previa a tão aclamada igualdade e progresso da nação. Ainda que os impedimentos legais após a abolição não existissem mais, havia junto da precariedade estrutural da instrução pública, a questão central do trabalho na vida e cotidiano de crianças e jovens negros e pobres. Segundo Natália Gil e Cláudia Antunes,

Às crianças trabalhadoras foi negada, ainda por longo período, a condição de aluno, ou seja, tardou sua identificação como infância à qual se destinava a escola. A centralidade do trabalho para a população negra, como exigência incontornável à sobrevivência, determinou para esses grupos a necessidade do trabalho desde a infância, fosse o trabalho remunerado, fosse o trabalho doméstico não remunerado. Desse modo, uma das formas de exclusão educacional da população negra, determinada pelo racismo que estrutura a sociedade brasileira, foi a negação do acesso à escola, senão pela legislação como no século XIX, pelo pertencimento às classes subalternas e a urgência do trabalho em qualquer dos períodos<sup>366</sup>.

Promulgada a República Federativa do Brasil, um ano após a abolição da escravidão, vimos que na constituição de 1889 não há menção alguma aos direitos reservados àquelas pessoas que tiveram violados o direito da liberdade e da cidadania até 1888. Tivessem sido elas próprias homens e mulheres negras escravizadas, assim como seus descendentes, ou livres e libertos que tenham sido afetados diretamente pela construção de uma sociedade racista e excludente. Política de reparação alguma foi arquitetada no imediato pós-Abolição, em termos de prover condições dignas de moradia, trabalho, lazer e educação, por exemplo. Esta última, teve seus contornos específicos no delinear da expansão educacional no decorrer do Império. Como vimos, foram diversas

---

<sup>364</sup> SCHUELER, Alessandra F. M. de; RIZZINI, Irma. 2019, Op. Cit., p. 169. Ver também: PASCHE, Aline de Moraes Limeira. **Entre o trono e o altar**: sujeitos, saberes e instituições escolares na capital do Império (1860-1880) Rio de Janeiro: UERJ, 372f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

<sup>365</sup> SCHUELER, Alessandra Frota M. de; RIZZINI, Irma. 2019, Op. Cit., p. 169.

<sup>366</sup> GIL, Natália L.; ANTUNES, Cláudia P. 2021, Op. Cit., p. 13.

as modificações que a legislação educacional provincial promoveu durante o decorrer das décadas. Contudo, uma continuidade presente nesta documentação, foram as exclusões a parcelas da população negra quanto ao acesso pleno à instrução pública brasileira.

No contexto de proibição a partir das leis do império brasileiro e dos impeditivos, seja por razões econômicas e/ou sociais, como o preconceito racial/ racismo, a população negra também sonhou em construir espaços de instrução para os seus. Há a possibilidade de que o processo de construção da escola no decorrer do século XIX, em sentidos de restrições, falta de subvenções à algumas cidades, baixa remuneração do professorado, entre outros fatores que formaram a escola brasileira e a sul-rio-grandense, expliquem o desejo próprio de erguer uma escola pelos irmãos da Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Santa Maria. Ainda que esse objetivo não tenha sido concretizado, percebemos na própria iniciativa de planejar este empreendimento com fins educacionais, um indício da relevância e distinção social que a educação tinha para àquela comunidade que elaborou o estatuto fundador.

Em razão dos muitos requerimentos e solicitações que visam a abertura e manutenção de aulas públicas, assim como, reivindicam melhores condições de acesso e permanência a estes espaços, se faz necessário um estudo específico para a análise acurada destas fontes. O estudo a partir deste corpus documental, dotado de experiências e vozes populares em torno da demanda por espaços de instrução nos mais diferentes locais do município, podem explicar como e por que a cidade de Santa Maria se tornou, sobretudo a partir da década de 1930, a “metrópole escolar”<sup>367</sup> da região central do Rio Grande do Sul. Atuação educacional que, ainda hoje, perdura na cidade.

### 3.5 A FAMÍLIA MAIA NOS ESTRATOS DO ALUNADO DE CORES *MIXTA* E *PRETA*: O VOTAR E O ASSOCIAR-SE NO PÓS-ABOLIÇÃO

Eva Maia aos 13 anos de idade<sup>368</sup>, de cor *preta* e Maria Magdalena aos 10 anos de idade na sua segunda matrícula, também de cor *preta*<sup>369</sup>, estudaram na Escola Elementar

---

<sup>367</sup> *A Razão*. Terça-feira, 9 de outubro de 1934. Página 4. AHMSM. Segundo Elisabeth Medeiros, os Intendentes do início do século XX, aumentaram os recursos destinados à educação primária. Por conta disso, “na década de 1910 a rede municipal já contava com 15 aulas e em alguns casos contava com a subvenção da província para a manutenção de algumas escolas. Na década de 1920 já existiam 33 aulas municipais, entre as mantidas pelo município e as subvencionadas pela província. Na década de 1930 esse total chega a 60 aulas” (MEDEIROS, Elisabeth Weber. 2012, Op. Cit., p. 383).

<sup>368</sup> Livro de matrículas da Escola Elementar Olavo Bilac, 1937, p. 159. AHIEEOB.

<sup>369</sup> Livro de matrículas da Escola Elementar Olavo Bilac, 1937, p. 166. Ibid., 1938, p. 188. AHIEEOB.

Olavo Bilac nos anos de 1937 e 1938. São filhas de João Gabriel Maia, de profissão comerciante e Alzira Setembrina Domingues, labores domésticos. Estes, se casaram uma década antes, em 1922. Ambos nasceram em Santa Maria e assinavam seus próprios nomes<sup>370</sup>. João G. Maia nasceu em 1898, filho de Pedro Maia, já falecido à época na cidade de São Sepé e de Fellipa Maia, que contava com 58 anos idade, ainda residente em Santa Maria<sup>371</sup>. Nos autos do seu casamento, constava que Gabriel exercia a profissão de “empregado de escritório”, e no seu título de eleitor, anexado ao documento, era designado como “empregado na União dos Viajantes”, especificando ainda mais sua função na Sociedade União dos Caixeiros Viajantes do Rio Grande do Sul, fundada em 1913 em Santa Maria.

O título de eleitor infere que João Gabriel Maia possivelmente sabia ler, escrever e/ou assinar o próprio nome, uma vez que estas qualificações, junto a de ser homem e cidadão brasileiro, maior de 21 anos e comprovar determinada renda, era uma das exigências aos eleitores previstas pela Lei de nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881<sup>372</sup>. Conhecida como Lei Saraiva, leva o nome de José Antônio Saraiva, político liberal, ministro e que, na sua passagem como presidente do Conselho de Ministros, aprovou em seu gabinete o projeto de lei sobre a introdução do voto direto e os requisitos para ser eleitor, na última década da monarquia brasileira. Aprovada em 1881, a exigência da alfabetização só foi modificada mais de um século depois, somente em 1988 com a nova constituição brasileira.

Michele de Leão, a partir do estudo e análise dos Anais da Câmara de Deputados e do Senado, referente aos anos que antecederam a Lei Saraiva, identificou os argumentos e discursos elaborados pelos liberais quanto à exclusão dos analfabetos do direito de voto. A autora percebe que “nas falas dos políticos, o analfabetismo passa a ser reconhecido

---

<sup>370</sup> Habilitação de casamento de João Gabriel Maia e Alzira Setembrina Domingues. Santa Maria, 25 de janeiro de 1922. APERS. As fontes civis desta família foram localizadas pela pesquisadora Franciele Rocha de Oliveira e gentilmente compartilhadas conosco.

<sup>371</sup> João Gabriel Maia era irmão de Mercedes e Raphaela Maia, que conhecemos no subcapítulo 2.3 desta pesquisa.

<sup>372</sup> “Do alistamento eleitoral. Art. 8º No primeiro dia útil do mês de Setembro de 1882, e de então em diante todos os anos em igual dia, se procederá á revisão do alistamento geral dos eleitores, em todo o Império, somente para os seguintes fins: I. De serem eliminados os eleitores que tiverem falecido ou mudado de domicílio para fora da comarca, os falidos não reabilitados, os que estiverem interditos da administração de seus bens, e os que, nos termos dos arts. 7º e 8º da Constituição, houverem perdido os direitos de cidadão brasileiro ou não estiverem no gozo de seus direitos políticos. II. De serem incluídos no dito alistamento os cidadãos que requererem e provar em ter adquirido as qualidades de eleitor da conformidade com esta lei, e **souberem ler e escrever**”. BRASIL. Lei Saraiva (1881), Typ. Nacional, Rio de Janeiro, 1881, p. 26-27. Disponível em < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227300> >. Acesso em 05/09/2022. Grafia atualizada. Grifos nossos.

como a condição de ignorância, de cegueira, de pauperismo, de falta de inteligência e de discernimento intelectual e, por isso tudo, de incapacidade política”<sup>373</sup>. Entre as falas, a autora cita a do Ministro da Justiça Lafayette Rodrigues Pereira, a qual reproduzimos a seguir por considerarmos elucidativa acerca dos debates ocorridos até a aprovação do projeto, em lei.

Mas, admita-se, senhores, que oito décimos da população do Império se compõe de analfabetos, eu pergunto-vos? – a ignorância, a cegueira, porque se torna vasta e numerosa, porque se generaliza, adquire o direito de governar? (Apoiados)”. O ministro prossegue: “Se há no Império oito décimos de analfabetos, eu vos direi, esses oito décimos devem ser governados pelos dois décimos que sabem ler e escrever”<sup>374</sup>.

A exclusão do direito de participação política era um projeto explícito das elites dirigentes, sobretudo à parcela de populares, egressos do cativo e seus descendentes no pós-Abolição, que por diferentes razões, seja materiais, ou ainda pela legislação proibitiva, não puderam acessar a instrução pública oferecida pelo Império, dada as especificidades de cada contexto do território brasileiro. A autora Michele de Leão observa que, em uma sociedade que apenas 2% de seus habitantes eram alfabetizados, o número de eleitores caiu à 1/8 em comparação ao ano de 1872<sup>375</sup>. Ou seja, a participação na decisão de seus representantes, como um exercício da cidadania, foi uma exceção entre a população no geral. Em pesquisa sobre a relação entre trabalho e instrução prevista pela Lei do Ventre Livre, aos filhos de mulheres escravas, Melina Perussatto identifica a relação entre esta legislação com a Lei Saraiva em um contexto de gradual emancipação da população escravizada pelas leis emancipacionistas, uma vez que:

por ter surgido em um contexto de crescimento do número de libertos devido à Lei de 1871, pode ser compreendida como uma forma dissimulada de reduzir as chances de ingresso dessa população na vida política, mas também como forma de restringir futuramente tal direito aos nascidos de ventre livre<sup>376</sup>.

Com isso, uma das facetas do exercício da cidadania, através do direito ao voto e os processos de escolarização, delineavam uma nova realidade relacional. Instruir-se em

---

<sup>373</sup> LEÃO, Michele de. Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema. **Revista Aedos**, n. 11, vol. 4 - Set, 2012. P. 608.

<sup>374</sup> CÂMARA, ANAIS, 1879, p. 460 *apud* LEÃO, Michele. 2012, Op. Cit. p. 608.

<sup>375</sup> LEÃO, Michele de. 2012, Op. Cit. p. 614.

<sup>376</sup> PERUSSATTO, Melina Kleinert. Filhos livre das escravas: trabalho e instrução no processo emancipacionista – Rio Pardo/RS. **Oficina do Historiador**, EDIPUCRS, I EPHIS/PUCRS, 27 a 29/05/2014, Porto Alegre, 2014. P. 1309.

espaços formais e informais de educação, aprender a ler e a escrever, pode ser considerada como uma questão cidadã naquele contexto. Um exemplo desta consciência e uso político da alfabetização à nível local, se refere ao seguinte requerimento enviado ao Snr. Intendente do Município de Santa Maria, em 1918:

Os abaixo assinados, moradores na circunvizinhança do Passo dos Ferreiros, 7º distrito deste município tendo em vista os relevantes serviços que há tempos (muitos anos) vem prestando a infância D<sup>a</sup> Graciana da Rosa ensinando-lhes as primeiras letras, **sendo que há muitos moços e moças que dela receberam a pouca instrução de que despõem e que tem servido até para se qualificarem eleitores alguns dos seus discípulos**, achando-se ela viúva, privada do arrimo que lhe dava o seu marido e tendo de retirar-se em busca de meios de prover a sua subsistência caso não intercedamos em seu auxílio, vindo pedindo marcar por conta da Intendência, uma mensalidade fixa ou por aluno que ela tenha matriculado com frequência constante, verificada por pessoa dessa Intendência. [...] Santa Maria, 11 de Março de 1918<sup>377</sup>.

Este documento refere-se à um abaixo assinado de moradores, solicitando à Intendência ajuda e auxílio à professora Graciana da Rosa e sua aula, em funcionamento há anos no 7º Distrito do município. Percebe-se que o fato dela ter ensinado a instrução, ler, escrever e contar, aos jovens daquela região, foi decisivo e “serviu” para os qualificarem como eleitores. Ao final do documento, foram registrados 17 nomes, possivelmente, os responsáveis pelos citados 43 alunos da professora. Um público que pode ter sido maior, uma vez que sua experiência no magistério antecedia em anos este requerimento. Meses depois, em novembro daquele mesmo ano, a Subintendência do 7º Distrito de Santa Maria da Bocca do Monte reforça o pedido, que parece não ter sido atendido na primeira solicitação:

[...] Junto uma relação dos alunos e alunas da escola particular da Snr<sup>a</sup> Graciana da Rosa, que está com a sua escola estabelecida na 5ª seção no lugar denominado passo do Ferreira e em terras de propriedade do sr. João Antonio Feldmann. Conforme já tive ocasião de vos falar com referência à esta snr<sup>a</sup>. ela é viúva e muito pobre e, como ela tem se esforçado pela educação dos seus alunos demonstrando aptidão resolvi pedir-vos um auxílio mensal pelo cofre da intendência, a ela professora. Espero ser atendido no meu pedido. Saudo-vos. Adolpho Hausenz, Sub-intendente<sup>378</sup>.

Dias após, o Intendente Municipal atendeu a proposta e, com base na Lei Orgânica, “resolve conceder a professora da Aula Particular localizada no Passo da

---

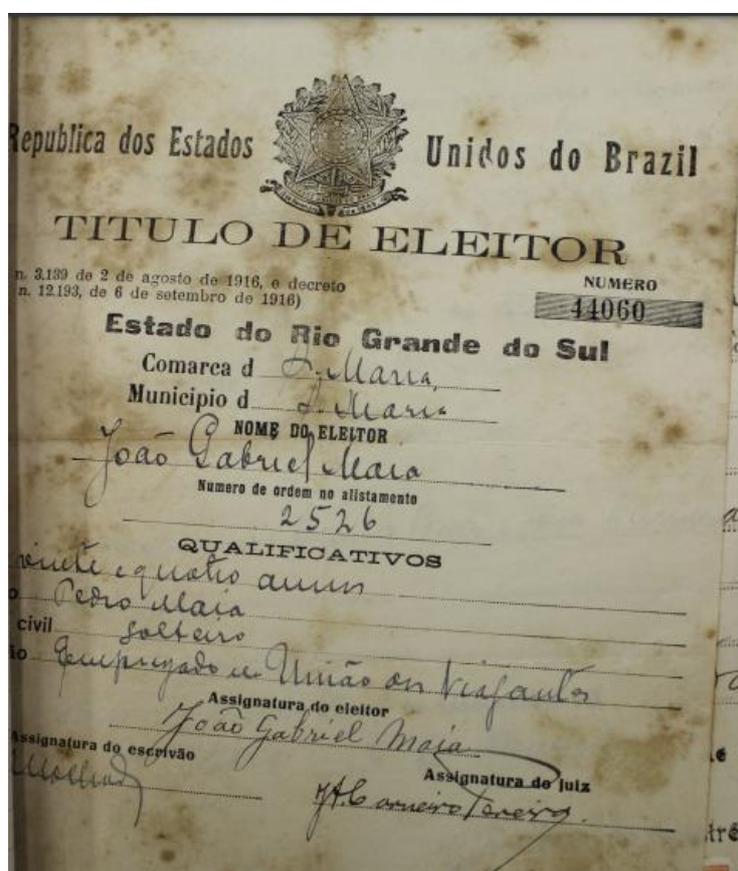
<sup>377</sup> Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa n° 38. Tomo n° 224. 11 de março de 1918. AHMSM. Grifos nossos.

<sup>378</sup> Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa n° 42. Tomo n° 251. 05 de novembro de 1919. AHMSM.

Ferreira, a contar de 1º do corrente, com a condição, porém, de ministrar ensino gratuito, pelo menos, a 5 crianças pobres”<sup>379</sup>.

Abaixo, reproduzimos o título de eleitor de João Gabriel Maia, que corresponde às informações obrigatórias previstas em lei: “Do alistamento eleitoral. Art. 6º, § 14. Estes títulos conterão, além da indicação da província, comarca, município, paróquia, distrito de paz e quarteirão”, também, “o nome, idade, filiação, estado, profissão, domicílio e renda do eleitor, salvas as exceções do art. 4º, a circunstância de saber ou não ler e escrever, e o número e data do alistamento”<sup>380</sup>. Informações que observamos a seguir:

**Imagem 14** - Título de eleitor de João Gabriel Maia (1922)



**Fonte:** Habilitação de casamento de João Gabriel Maia e Alzira Setembrina Domingues. Santa Maria, 25 de janeiro de 1922. APERS.

<sup>379</sup> Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa nº 42. Tomo nº 247. 11 de novembro de 1919. AHMSM.

<sup>380</sup> BRASIL. Lei Saraiva (1881), Typ. Nacional, Rio de Janeiro, 1881, p. 22-23. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227300>>. Acesso em 05/09/2022.

Já Alzira Setembrina, nasceu em 1902, tinha a mesma profissão que continuaria a exercer uma década depois, a de “serviços domésticos”. Era filha legítima de Ignacio José Domingues e de Antonia Braz Domingues, já falecida no ano de 1919. Ignacio precisou declarar e assinar de próprio punho o consentimento para que a filha se casasse com o noivo, pois era menor de idade à época<sup>381</sup>. É provável que os avós, tanto por parte paterna quanto materna das alunas Eva Maia e Maria Magdalena, tenham vivido a experiência do cativo, seja diretamente, sendo eles escravizados, libertos, nascidos de mulheres escravas ou vivenciando como homens e mulheres negras livres no cotidiano de uma sociedade estruturada na escravidão. Ainda que não tenhamos maiores informações sobre os ancestrais das alunas durante o período imperial, no pós-Abolição a família participou de diferentes associações negras. Sendo o avô materno, o sr. Ignacio José Domingues um dos fundadores da Sociedade Treze de Maio<sup>382</sup>. Assim como a geração subsequente, de João Gabriel Maia. Este participou do clube social União Familiar<sup>383</sup> e da Sociedade Carnavalesca 77777<sup>384</sup>. Assim como, esteve presente desde a fundação da Sociedade “União Beneficente” em 29 de setembro de 1929, ocupando o cargo de secretário<sup>385</sup>.

A imagem a seguir foi localizada na Revista da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes do Rio Grande do Sul, edição de 1938, em número comemorativo em razão do 25º aniversário da fundação. Citado como “o mais antigo funcionário da Sociedade”, João G. Maia tem seu retrato em espaço de destaque naquele número. Anos antes, em 1936, também foi homenageado, tomando uma página inteira da edição, junto a outros retratos de funcionários. No número de setembro de 1936, ele é mencionado por sua longa jornada na Sociedade, que contava, até aquele momento, com “18 anos de serviço”<sup>386</sup>.

---

<sup>381</sup> Habilitação de casamento de João Gabriel Maia e Alzira Setembrina Domingues. Santa Maria, 25 de janeiro de 1922. APERS.

<sup>382</sup> Sociedade Treze de Maio. Livro de Atas 01 (1903-1914). Santa Maria, 19 de outubro de 1903. AMTM.

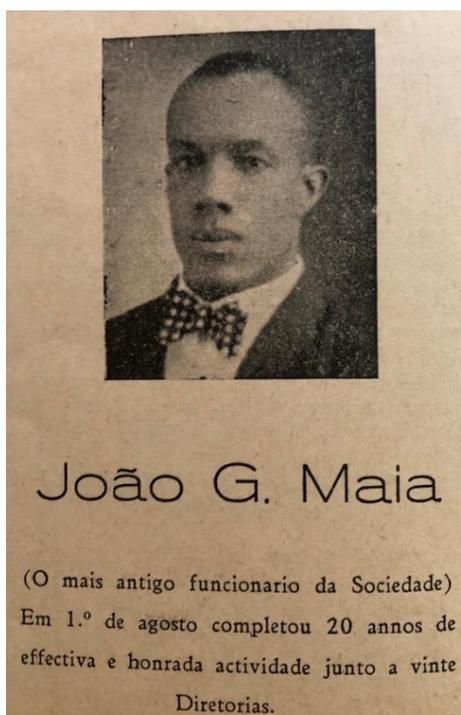
<sup>383</sup> OLIVEIRA, Franciele da Rocha. 2016, Op. Cit.

<sup>384</sup> OLIVEIRA, Franciele da Rocha. 2017, Op. Cit., p. 301.

<sup>385</sup> *Correio da Serra*, 24 de outubro de 1929. Santa Maria. AHMSM.

<sup>386</sup> Revista da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes do Rio Grande do Sul. Santa Maria, 20 de setembro de 1936. CMEC.

**Imagem 15 - João Gabriel Maia na Revista da SUCV (1938)**



**Fonte:** Revista da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes do Rio Grande do Sul. Santa Maria, 20 de setembro de 1938. P. 42. CMEC.

A participação em organizações negras e a vida social ativa em comunidade pode ter contribuído para uma construção positiva desta família negra, e entre os elementos deste processo, a educação como um dos horizontes no pós-Abolição. Como já foi observado na historiografia pertinente à História da Educação e às pesquisas do campo de estudos sobre o pós-Abolição, várias foram as associações negras que pensaram a educação, dispondo do auxílio e incentivo aos seus associados para acessar meios de escolarização. A coexistência destas associações formou gerações de famílias negras envolvidas em meios de sociabilidades diversos. Estes espaços foram meios sonhados e concretos de viabilizar, sobremaneira por meios próprios, de construir direitos em termos de cidadania de mulheres e homens negros, e de suas respectivas famílias.

A historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto, tomando a localidade de São Paulo como lócus de pesquisa, observou as particularidades e ambiguidades da “Lei Saraiva”. A partir de um percurso pelos seus artigos, decretos e adendos, notou que a exclusão de analfabetos não se dava de modo total. Uma vez que “acerca da exigência de ‘saber ler e escrever’, os textos foram mais brandos, embora tenha sido uma das questões mais recorrentes nas discussões que precederam a promulgação da lei”. A autora ressalta que “tal exigência nem mesmo aparece registrada nos capítulos ‘Dos eleitores’ e ‘Do

alistamento eleitoral’ de ambos os decretos de 1881”<sup>387</sup>. A autora analisou o registro de eleitores da Freguesia da Sé, a mais populosa da cidade de São Paulo nas décadas de 1880 e 1890. Com isso, constatou o seguinte:

Ocorre, entretanto, que tentar restringir não é o mesmo que conseguir impedir. É o que parecem dizer os casos dos membros dos jornais negros e de outros trabalhadores de baixo prestígio social que não deixaram de se registrar como eleitores em 1890, muito em decorrência de sua participação em outros espaços políticos da sociedade de que se sentiam e se queriam participantes<sup>388</sup>.

Em diálogo com a obra do historiador José Murilo de Carvalho, *Os bestilizados: O Rio de Janeiro e a República que não foi* (1987), Ana Flávia M. Pinto considera que as conclusões do autor sobre a *não* participação política de populares naquele contexto, deve ser problematizada. Dois argumentos principais são apresentados pela autora, os quais comentaremos brevemente. Primeiro, adverte que “ao enquadrar determinados sujeitos e ações no âmbito da ‘cidadania inativa’, corre-se o risco de simplesmente reduzir as experiências históricas aos limites das categorizações explicativas [...]”<sup>389</sup>. Em segundo, a autora explica:

diante da exclusão de grandes parcelas da população do direito político ao voto e dos desvios de regra promovidos por outros sujeitos, Carvalho vale-se disso para atestar sua tese da “República que não foi”. Em sua ideia de que a “arraia-miúda” não se considerava membro da República ou da Nação em sentido amplo, algo que estaria demonstrado nas manifestações anômicas do “Zé-Povinho” no cotidiano da cidade das últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, defende a existência de várias repúblicas paralelas, reforça a imagem de uma Nação que nunca se formou e nos mantém no velho esquema explicativo do “Brasil inacabado”<sup>390</sup>.

A historiadora identifica o reconhecimento da análise de Carvalho quanto ao processo de exclusão social em eleições, mas adverte que, “da forma como o faz, acaba por silenciar o empenho e a participação de outros personagens que também fizeram parte dessa história [...]”<sup>391</sup>. Exemplo destes sujeitos, a autora dispõe da trajetória de “um indivíduo emblemático e uma mobilização negra em torno dele que poderiam ser facilmente localizados na documentação”<sup>392</sup>: Manoel da Motta Monteiro Lopes. Segundo

---

<sup>387</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos da liberdade**: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Editora da Unicamp, Campinas/SP, 2018. P. 287. Sobre as ambiguidades da Lei Saraiva e a questão da proibição a quem era analfabeto, ver sobretudo o capítulo 7 - “O Importante é participar: perdas e ganhos da cidadania negra em São Paulo”.

<sup>388</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. 2018, Op. Cit., p. 292.

<sup>389</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. 2018, Op. Cit., p. 299.

<sup>390</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. 2018, Op. Cit., p. 299.

<sup>391</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. 2018, Op. Cit., p. 300.

<sup>392</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. 2018, Op. Cit., p. 300.

a historiadora Carolina Vianna Dantas, Monteiro Lopes nasceu livre em 1867, em Recife – Pernambuco, formou-se doutor pela Faculdade de Direito do Recife em 1889, foi abolicionista e republicano. Foi eleito Intendente Municipal de Recife em 1903, e em 1905, candidatou-se novamente e ganhou expressiva votação, mas não foi empossado. No mesmo ano, se candidatou a uma cadeira de deputado federal, no Distrito Federal (Rio de Janeiro). Novamente, foi eleito, mas não empossado. Entre os entraves enfrentados pelo político negro, o “preconceito de cor” era o principal deles<sup>393</sup>. A partir daí, a mobilização negra se mostrou evidente em fontes históricas do período, como os periódicos e revistas. Segundo Dantas, “a ocasião das eleições de 1909, os jornais já o identificavam como ‘advogado de irmandades’, ‘defensor dos operários’, ‘líder dos pretos’”<sup>394</sup>. Neste contexto, nas palavras de Ana Flávia M. Pinto:

A campanha ganhou as ruas e reuniões particulares, aglutinando muitos “homens de cor” e brancos simpáticos à defesa da posse de deputado negro, bem como aborrecendo outros tantos brancos que se incomodavam com aquela rede de solidariedade fundada na identificação racial negra de seus membros<sup>395</sup>.

Várias foram as cidades que declararam apoio à Monteiro Lopes, formando organizações a favor de sua candidatura e posse, e Santa Maria estava entre as cidades ao Sul do país nesta mobilização.

A mobilização se espalhou entre os negros da região: o Diário do Rio Grande do Sul publicou um telegrama do seu correspondente no Rio, afirmando que a bancada gaúcha e grande parte da Câmara, pressionados pelas entidades e lideranças negras, já estariam a favor do reconhecimento de Monteiro Lopes. Na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, foi fundado outro Centro Etiópico Monteiro Lopes, com a presença de 350 indivíduos negros<sup>396</sup>.

Percebe-se que a cidade de Santa Maria também foi atuante e protagonista neste processo a nível nacional. Tal mobilização foi possível, pensamos, pelo histórico de expressiva presença negra na cidade, assim como, da criação de diversas organizações negras no pós-Abolição, que foram basilares para a manutenção e funcionamento de tantos espaços sociais, políticos e culturais no interior do Rio Grande do Sul.

---

<sup>393</sup> DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes (1867-1910), um "líder da raça negra" na capital da República. *Afro-Ásia*. Salvador, Bahia, n.41, p. 167-209, 2010.

<sup>394</sup> DANTAS, Carolina Vianna. 2010, Op. Cit., p. 172.

<sup>395</sup> PINTO, Ana Flávia M. P. 2018, Op. Cit., p. 301.

<sup>396</sup> DANTAS, Carolina Vianna. 2010, Op. Cit., p. 188.

\*\*\*

Para fins de conclusões deste capítulo, buscamos nas linhas a seguir, relacionar as temáticas que informam sobre a educação e os anseios dos próprios indivíduos negros e negras. A partir da análise dos jornais da imprensa negra paulista, do começo do século XX, Luiz Gonçalves e Petronilha Gonçalves e Silva analisaram nas páginas dos periódicos, manifestações de incentivo e divulgação do acesso a aulas, sejam elas de alfabetização, como de profissionalização. Assim, os autores afirmam que para aqueles sujeitos, "o saber ler e escrever é visto como condição para ascensão social, ou seja, para encontrar uma situação econômica estável, e, ainda, para ler e interpretar leis e assim poder fazer valer seus direitos"<sup>397</sup>. Ainda analisando os jornais da imprensa negra, os autores afirmam que:

Até o momento, podemos dizer que a leitura desses registros nos levam a sustentar a hipótese de que o abandono a que foi relegada a população negra motivou os movimentos negros, do início do século, a chamar para si a tarefa de educar e escolarizar as suas crianças, os seus jovens e, de um modo geral, os adultos<sup>398</sup>.

Tais iniciativas de movimentos negros ligadas à educação, remontam ainda para as últimas décadas do século XIX. Os autores citam a Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora, fundada em 1872 em Porto Alegre/RS. Uma organização negra que em suas primeiras ações, com a contribuição financeira de seus associados, que "retiravam de seus salários para que fosse ensinado a ler e escrever aos que não tiveram acesso à escola"<sup>399</sup>. Junto a essa associação, a questão educacional também aparecia em outras organizações negras do território sul-rio-grandense. Eliane Peres (2002) observou que o jornal *A Alvorada*, fundado em 1907, em Pelotas/RS, periódico criado por dois ex-alunos negros do curso noturno da Biblioteca Pública Pelotense, atuava "na defesa da instrução, da unidade racial e do progresso e interesses da terra pelotense"<sup>400</sup>. A ação destes sujeitos, se relaciona diretamente ao que Nilma Lino Gomes teorizou como emancipação e movimento negro educador:

---

<sup>397</sup> GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 15, set.-dez., São Paulo, 2000. P. 140.

<sup>398</sup> GONÇALVES, Luiz A. O.; SILVA, Petronilha B. G. e. 2000, Op. Cit., p. 142-143.

<sup>399</sup> GONÇALVES, Luiz A. O.; SILVA, Petronilha B. G. e. 2000, Op. Cit., p. 152.

<sup>400</sup> PERES, Eliane. 1995, p. 147-148 *Apud* GONÇALVES, Luiz A. O.; SILVA, Petronilha B. G. e. 2000, Op. Cit., p. 145.

A emancipação entendida como transformação social e cultural, como libertação do ser humano, esteve presente nas ações da comunidade negra organizada, com todas as tensões e contradições próprias desse processo, tanto no período da escravidão quanto no pós-abolição e a partir do advento da República. O fato de essas ações serem projetos e propostas construídos por um povo que tem o seu passado, a sua história e a sua cultura desenvolvidos nos contextos de opressão e dominação - tais como: a colonização, a escravidão, o racismo e a desigualdade social e racial - e que, mesmo assim, segue persistindo e colocando questões para a sociedade, para a educação e para o Estado brasileiro, pode ser visto como o potencial emancipatório das lutas e da organização política dos negros no Brasil e na diáspora. Esse potencial também é visto na capacidade de mudança social, educacional, cultural e política que a comunidade negra "em movimento", com suas contradições, tensões, desafios e lutas, consegue imprimir nos vários países da diáspora africana<sup>401</sup>.

Este processo é notado nos mais diversos espaços do território brasileiro, sendo o Rio Grande do Sul um destes lócus de experiências negras em torno da educação. A cidade de Santa Maria, como até o momento demonstramos, foi um espaço de construção coletiva e de mobilizações individuais e familiares em torno de melhores condições de vida à homens e mulheres negras, sendo a educação, um importante direito reivindicado, disputado e criado por estes indivíduos.

---

<sup>401</sup> GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 2017. P. 49.

#### **4.0 CAPÍTULO 3 – RETRATOS NEGROS EM INICIATIVAS RELIGIOSAS NA EDUCAÇÃO EM SANTA MARIA/RS**

Neste capítulo pretendemos abordar a temática da presença e frequência de crianças e jovens negros e negras, pobres e trabalhadores, em iniciativas educacionais na cidade de Santa Maria, e como as congregações religiosas e a sociedade em geral via a presença destes corpos em espaços de educação e instrução, relacionando esses discursos com as noções de controle e moralidade do alvorecer da República. As fontes históricas consultadas foram variadas, entre as principais estão obras de memorialistas, almanaques municipais, jornais (1902-1929) e fotografias.

#### **4.1 MORALIDADE, SUSPEIÇÃO E CARIDADE DIRECIONADAS À INFÂNCIA E JUVENTUDE POBRE EM SANTA MARIA/RS**

Para conhecermos as obras de assistência, ensino e asilo para crianças e jovens de camadas empobrecidas no início do século XX em Santa Maria, precisamos contextualizar qual era o entendimento sobre assistência à infância neste período. Sobretudo por parte das congregações religiosas e da sociedade com maior influência social, econômica e política do contexto, pois foram estes agentes que desenvolveram, seja na criação, como no investimento, as obras educacionais citadas a seguir.

Segundo a historiadora Irma Rizzini, o período do final do século XIX até a década de 1920, "é um período de grande efervescência em prol da 'causa do menor'<sup>402</sup>, assim, "a infância pobre torna-se alvo não só de atenção e de cuidados, mas também de receios"<sup>403</sup>. Os entendimentos sobre a infância e sua proteção no início do século XX divergem dos atuais, pois assim como outros temas, a infância também tem sua historicidade, ou seja, seus significados e problemáticas mudam conforme o contexto. A autora explica que:

O Estado passa a intervir no espaço social através do policiamento de tudo que for causador da desordem física e moral e pela ordenação desta sob uma nova ordem. Para tal, serão importadas novas teorias e criadas novas técnicas, as quais servirão de subsídio para a criação de projetos, leis e instituições, que

---

<sup>402</sup> RIZZINI, Irma. **A assistência à infância na passagem para o século XX: da repressão à reeducação.** Fórum Educacional, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 77–94, 1990. P. 77.

<sup>403</sup> RIZZINI, Irma. 1990, Op. Cit., p. 78.

integrarão um projeto de assistência social, ainda não organizado em termos de uma política social a ser seguida a nível nacional<sup>404</sup>.

Desta forma, a polícia e o poder municipal operavam na vigilância do corpo social da sociedade, enquanto a caridade e a filantropia assumiam papéis de assistência à segmentos da população. A vigilância era direcionada àqueles corpos que seriam causadores de desordens, tumultos e violência. O Código de Posturas do município de Santa Maria, dos anos de 1892 a 1901, trazem essas ações em formatos de atos e decretos:

Capítulo 7º - Diversos meios de manter a segurança, tranquilidade e comodidade dos habitantes.

Art. 81 – É proibido em logradouros e lugares públicos, como teatros, reuniões públicas, hipódromos e outros;

1º - Apresentar-se indecentemente vestido;

2º - Proferir em voz alta palavras obscenas, fazer gestos indecorosos, tomar atitudes da mesma natureza, exhibir quadros ou figuras que ofendam a moral;

3º - Fazer alaridos, dar apitos, gritos, a não ser para haver socorro;

4º - Disparar tiro de arma de fogo e traze-la em público ou outra qualquer arma das proibidas por lei sem licença da autoridade.

5º - Fazer ajuntamento para tocatas, danças e cantatas sem licença da Intendência;

A cada um dos infratores pena de 10\$000 de multa<sup>405</sup>.”

Pela ordem social, estas ações eram consideradas infrações no período, sendo seus atores responsabilizados. Contudo, os marcadores sociais de classe, raça e gênero operavam sobre o poder de repressão, diferenciando, desta forma, os níveis de advertência e punição à corpos brancos, negros, masculinos e femininos, pobres ou de maior poder econômico. A seguir, apresentamos dois casos extraídos das páginas do jornal *O Diário do Interior*, do ano de 1913 e 1914, com intervalo de alguns meses, para tentarmos visualizar estas diferenças a nível municipal:

O **menor** Pedro Alcantara, um **pretinho muito traquinas**, encontrou-se, ontem, pela manhã, na Avenida Rio Branco, com um **pequeno vendedor de jornais de nome Miguel de tal** e aplicou-lhe diversas bofetadas, seguidas de palavras insultuosas. Uma questão de só menos importância deu causa a isso. Pedro Alcantara foi preso e mandado fazer faxina no pátio da Intendência Municipal<sup>406</sup>.

---

<sup>404</sup> RIZZINI, Irma. 1990, Op. Cit., p. 79.

<sup>405</sup> Códigos de Posturas do Município de Santa Maria. Coletânea da Legislação Municipal de Santa Maria. Volume I, Anos de 1892 a 1901. Administração dos Intendentes coronel Francisco de Abreu Vale Machado e capitão Henrique Pedro Scherer. p. 103-104. AHMSM. Fonte compartilhada pelo pesquisador Luís Fernando dos Santos da Silva Rodrigues, o qual agradecemos.

<sup>406</sup> *Diário do Interior*, Santa Maria, 25 de dezembro de 1913, n° 304. Grifos nossos. AHMSM.

**Alguns rapazes, cujos nomes, em consideração às suas famílias, deixamos de publicar**, andaram na noite de anteontem cometendo desordens nas ruas André Marques e dr. Pantaleão, tendo até, um deles, desfechado um tiro de revólver e jogado a arma para dentro do quintal da casa do sr. Ovidio Almeida, ao ver a polícia que os prendeu e conduziu à sub intendência, onde, depois das devidas explicações e admoestações necessárias, **foram postos em liberdade**. Havendo uma praça da Brigada Militar, dado uma pranchada em um dos presos, o sr. Octavio Lemos, delegado de polícia, oficiou ao comandante do destacamento daquela milícia, pedindo que seja corrigido o soldado autor da violência. Os promotores das desordens eram em número de seis. – A vítima do incidente foi submetida, ontem, a corpo de delito<sup>407</sup>.

No primeiro trecho há referência à menoridade de ambos os sujeitos do acontecimento que virou notícia, com os qualificativos de *menor* e *pequeno*, como também, seus nomes são explicitados. Além disso, há a menção à cor *preta* do primeiro menino, e profissão de *vendedor de jornais* do segundo. Portanto, raça e classe foram atravessamentos acionados na notícia e, possivelmente, na vigilância da briga ocorrida entre os dois sujeitos. Já na segunda notícia, nas primeiras linhas o redator já explica a contração dos nomes dos envolvidos, "em consideração às suas famílias". Ainda que dos seis sujeitos envolvidos, um tenha disparado um tiro de arma de fogo, todos foram postos em liberdade, mesmo sendo uma infração grave segundo o código de posturas, anteriormente mencionado. Diferente da primeira notícia, esta não traz menção à cor ou profissão dos sujeitos, mas podemos inquerir que, possivelmente, se tratava de jovens brancos e com influência social e econômica.

Portanto, educar e instruir a infância negra e pobre se mostrava mais complexo do que apenas um princípio de bondade ou caridade. Irma Rizzini reflete que:

O investimento na educação da infância desviante passa a ser, antes de tudo, uma questão de cunho político e econômico. Concebida como elemento de "desordem", ela representa uma ameaça ao futuro da nação. No entanto, pode transformar-se em elemento de "utilidade", capaz de contribuir, com seu potencial de produtividade, para o progresso do país<sup>408</sup>.

À vista disso, as iniciativas educacionais de cunho religioso que apresentaremos a seguir, versam de maneira complexa, em diferentes graus, sobre moralidade, instrução, trabalho, cuidado e vigilância. As obras do Colégio São Luiz (1904), Escola São Miguel (1913) e Orfanato São Vicente de Paulo (1914), estão diretamente ligadas à trajetória do

---

<sup>407</sup> *Diário do Interior*, Santa Maria, 13 de junho de 1914, n° 137. Grifos nossos. AHMSM.

<sup>408</sup> RIZZINI, Irma. 1990, Op. Cit., p. 77-78.

padre Caetano Pagliuca na cidade, sendo ele o fundador e apoiador destes estabelecimentos de ensino. Vindo da Itália, onde desde cedo teve contato com a obra Palotina, o padre chegou à Santa Maria em 1900<sup>409</sup>. Vigário da cidade, foi responsável pela vinda dos Irmãos Maristas em 1904. O historiador Ênio Grigio afirma que:

O padre foi ocupando espaços fundamentais no desenvolvimento da cidade. Com participação direta ou indireta foi fundando escolas, criando hospitais, construindo igrejas, realizando obras assistenciais, obtendo aliados e fazendo uma intensa propaganda católica. Foi transformando-se em “benemérito”, “estimado” e virtuoso<sup>410</sup>.

Em 1905, os Irmãos Maristas fundaram o Ginásio Santa Maria, estabelecimento de ensino que atendia à jovens da sociedade, de famílias mais ricas da região<sup>411</sup>, para formar-se e ingressar em escolas superiores do país e exterior. Entre este espaço educacional, os Irmãos Maristas fundaram mais três empreendimentos em Santa Maria, no início do século XX: o Colégio São Luiz<sup>412</sup> (1904), a Escola São Miguel (1914), e um Curso para trabalhadores do comércio. Quem frequentava estes últimos espaços não tinha o mesmo perfil social e econômico daqueles que estudavam no Ginásio. Os alunos eram crianças, jovens e homens adultos trabalhadores, pobres, brancos e negros.

---

<sup>409</sup> Segundo Ênio Grigio (2016, p. 240): “O padre Caetano Pagliuca nasceu na Província de Avelino, em Montefalcione, Itália, no dia 28 de março de 1874. Filho dos pequenos agricultores Pascual e Sophia Pagliuca, Caetano desde cedo teve contato com a Pia Sociedade das Missões, fundada por Vicente Palloti, pois a paróquia de seus pais era atendida pelos padres e irmãos palotinos. No dia 02 de fevereiro de 1892, emitiu a sua primeira profissão religiosa, partindo em seguida com sete confrades para Porto Alegre. Caetano Pagliuca recebeu das mãos de Dom Claudio Ponce de Leão a ordem de presbítero, no dia 30 de novembro de 1897. Permaneceu no Bairro Tristeza, em Porto Alegre, até dezembro de 1900, quando foi nomeado para a Paróquia de Santa Maria chegando à cidade no dia 10 de dezembro de 1900. Assumiu efetivamente a paróquia em janeiro de 1901 com 26 anos de idade. Foi nomeado pároco de Santa Maria em dezembro de 1900 e assumiu a paróquia em janeiro de 1901”.

<sup>410</sup> GRIGIO, Ênio. 2016, Op. Cit., p. 249. Sua influência foi acionada no conflito judicial com os Irmãos do Rosário pelo direito de permanecerem com acesso à Capela do Rosário. Grigio descreve o conflito no capítulo 8 de sua tese, ação judicial que levou a perda dos irmãos do acesso e poder à capela, ficando a cargo da Igreja Católica. Ver mais em: GRIGIO, 2016.

<sup>411</sup> Segundo Ernesto Barros: “É indiscutível que o Ginásio Santa Maria tem concorrido para o progresso deste Município, pois muitos fazendeiros e capitalistas da região serrana e da fronteira tem transferido para esta cidade as suas residências, tornando-se aqui proprietários, para mais facilmente, educar seus filhos neste estabelecimento que faz honra a Santa Maria”. **Fonte:** Revista Comemorativa do Primeiro Centenário da Fundação da Cidade de Santa Maria. 1914. Santa Maria. [não paginado].

<sup>412</sup> Chamado também de “Escola Paroquial de Santa Maria”, consta no livro escrito pelo Ir. Rinaldo Rizzi, o seguinte: “A 21 de julho de 1903, o vigário Pe. Caetano Pagliuca procurou em Porto Alegre o irmão Weibert, superior dos maristas, pedindo-lhe que abrisse um colégio. A 5 de janeiro de 1904, chegavam a Santa Maria os primeiros maristas: Landry, José Berthaire, Félix Teodósio, Eduardo João e José Donato. A direção da escola era dos palotinos, na pessoa do Pe. Pagliuca. In: AZZI, Riolando. **História da Educação Católica no Brasil:** a expansão da obra de Champagnat no Brasil. Contribuição dos Irmãos Maristas. São Paulo: Secretariado Interprovincial Marista, v. 3, 1999. P. 299-300.

Desta forma, conheceremos a seguir estas iniciativas religiosas na educação santamariense e como a questão racial esteve presente em cada uma delas.

#### 4.2 A “*INFÂNCIA DESVALIDA*” FREQUENTA O COLÉGIO SÃO LUIZ

Considerado o “decano dos colégios da cidade”<sup>413</sup>, o Colégio São Luiz foi fundado em 03 de fevereiro de 1904, funcionando à Rua do Acampamento n° 23, sob a direção do Irmão Landry, natural da França<sup>414</sup>. Seu primeiro edifício teria servido de moradia para o Pe. Caetano Pagliuca, e antes, ao Pe. José Marcelino de Souza Bittencourt<sup>415</sup>, e fora adaptado para comportar as aulas (Imagem 16). A escolha do casarão se deu, provavelmente, por conta de sua localização ser em uma das principais ruas da cidade no período (Imagem 17). Segundo o relato de um ex-aluno do colégio, registrado da Revista em comemoração ao aniversário de 70 anos da chegada dos Irmãos Maristas em Santa Maria, Amaury A. Lenz comenta que nos primórdios do São Luiz, o seu edifício “era um velho casarão de um único piso, dispondo de alpendre e enorme pátio nos fundos, para onde se entrava por grande portão à mesma rua”<sup>416</sup>.

---

<sup>413</sup> *O Santamariense*, 28 de dezembro de 1922, p. 2. Santa Maria. CMEC.

<sup>414</sup> Revista Comemorativa do 70° aniversário do Colégio Santa Maria, “A grande chegada (1904-1974)”. Santa Maria, 1974. P. 8. Arquivo Provincial da Rede Marista. Consta na introdução da Revista, que o ex-aluno do colégio, Sr. Antonio Isaia coordenou o projeto desta revista a partir do acervo histórico do Ginásio Santa Maria, constituído em “atas, anais e fotografias”, assim como depoimentos de antigos alunos e de professores.

<sup>415</sup> Revista Comemorativa do 70° aniversário do Colégio Santa Maria, “A grande chegada (1904-1974)”. Santa Maria, 1974. Arquivo Provincial da Rede Marista. P. 68.

<sup>416</sup> Revista Comemorativa do 70° aniversário do Colégio Santa Maria, “A grande chegada (1904-1974)”. Santa Maria, 1974. Arquivo Provincial da Rede Marista. P. 68.

**Imagem 16 - Casarão que funcionou o Colégio São Luiz (1905)**



**Fonte:** “Prédio nº 23 da rua do Acampamento, em que, a 3 de fevereiro de 1904, se instalou do Collegio São Luiz” In: Echos do Gymnasio Municipal Santa Maria, nº 21, 1930. AHMSM.

**Imagem 17 - Vista de Santa Maria e do Colégio São Luiz (1905)**



**Fonte:** A legenda que consta é a seguinte - “Magnífica visão da pequenina Santa Maria do Monte, em 1905. A foto foi apanhada da torre do relógio da Igreja Mariz em construção. A seta indica o telhado do “Collegio São Luiz”, à Rua do Acampamento”. In: Revista Comemorativa do 70º aniversário do Colégio Santa Maria, “A grande chegada (1904-1974)”. Santa Maria, 1974. Arquivo Provincial da Rede Marista.

Na Revista do Centenário da Cidade, datada de 1914, consta na seção sobre Instrução, que “o colégio São Luiz, criado também pelos Irmãos Maristas, presta grandes serviços à **infância desvalida** pois tem uma frequência de 173 meninos e funciona durante o dia, tendo aulas noturnas”<sup>417</sup>. O autor do livro *Respinga Marista: Educação e ação social no Rio Grande do Sul*, Albino Trevisan considera que o Colégio São Luiz fez parte das escolas populares fundadas pelos Irmãos Maristas no Rio Grande do Sul, reconhecendo sua atuação dirigida à classe popular e empobrecida<sup>418</sup>. Aspecto reforçado no seguinte trecho, retirado de outro livro que buscava retratar a história dos maristas no Estado:

Em toda a existência quase de meio século foi ela paroquial, destinada especialmente aos **meninos pobres**, uma escola bem do desejo do nosso Ven. Fundador. [...] É assim que a escola paroquial São Luís, nobre gérmen de toda a gigantesca obra dos maristas em Santa Maria, concorreu para o bem cultural, moral e espiritual da numerosa **classe dos humildes**<sup>419</sup>.

No final do ano letivo de 1913, a atividade de encerramento daquele ano, assim como a celebração do natal daquele espaço foi divulgada no *Diário do Interior*:

[...] na sala do Colégio S. Luiz, efetuou-se a distribuição de prêmios aos alunos das diversas aulas de catecismo, desta cidade. A sala do colégio conservou-se repleta de crianças, sendo o número destas calculado em mais de 400. A todos foram distribuídos prêmios que constavam, como dissemos, de brinquedos, doces e roupas<sup>420</sup>.

Em maio de 1904, foi criada a “Congregação dos Irmãos Maristas das aulas”, que posteriormente teve como sede o Ginásio Santa Maria em Santa Maria/RS. Entre os vinte objetivos da associação, estavam os seguintes: “1º Proporcionar à mocidade uma sólida instrução literária e científica, educação religiosa e moral. [...] 8º O Conselho ocupa-se da fundação de colégios novos e da supressão de colégios já existentes, pertencente ao

---

<sup>417</sup> Revista Comemorativa do Primeiro Centenário da Fundação da Cidade de Santa Maria, 1914. [Não paginado]. Grifos nossos.

<sup>418</sup> TREVISAN, Albino. **Respinga Marista: Educação e ação social no Rio Grande do Sul**. EDIPUCRS, 2009. P. 32. Arquivo Provincial da Rede Marista.

<sup>419</sup> Histórico da Província do Brasil Meridional. Porto Alegre, Tip. Champagnat, 1950, p. 204-206. *Apud* AZZI, Riolando. **História da Educação Católica no Brasil: a expansão da obra de Champagnat no Brasil**. Contribuição dos Irmãos Maristas. São Paulo: Secretariado Interprovincial Marista, v. 3, 1999. p. 300. Grifos nossos.

<sup>420</sup> *Diário do Interior*, 26 de dezembro de 1913, nº 305. Manchete “Natal das crianças”. Santa Maria. AHMSM.

distrito”<sup>421</sup>. A partir da leitura das atas, percebemos que os membros do conselho se referem às iniciativas maristas como “centros intelectuais e morais” de ensino. Entendimento que refletiu na organização deste Colégio e como veremos, da Escola São Miguel.

Registros sistemáticos sobre os alunos que frequentaram este estabelecimento de ensino, nas suas duas primeiras décadas de existência, como lista de matrícula, não foram localizados. Contudo, encontramos fotografias que podem ser uma espécie de *janela* para entender melhor o cotidiano deste espaço educacional e características sobre esta infância considerada *desvalida*, ou seja, pobre e/ou trabalhadora. Para além de somente uma ilustração, entendemos as fotografias utilizadas neste estudo como fontes históricas. Para isso, a observação e questionamentos são interpelações necessárias na análise destes registros. Desta forma, tomamos a metodologia apresentada pela historiadora Ana Maria Maud, que afirma:

Nesse sentido, as fotografias guardam, na sua superfície sensível, a marca indefectível do passado que as produziu e consumiu. Um dia já foram memória presente, próxima àqueles que as possuíam, as guardavam e colecionavam como relíquias, lembranças ou testemunhos. No processo de constante vir a ser recuperam o seu caráter de presença, num novo lugar, num outro contexto e com uma função diferente. Da mesma forma que seus antigos donos, o historiador entra em contato com este presente/passado e o investe de sentido, um sentido diverso daquele dado pelos contemporâneos da imagem, mas próprio à problemática ser estudada<sup>422</sup>.

---

<sup>421</sup> Livro de Atas n° 1. Arquivo Provincial da Rede Marista.

<sup>422</sup> MAUD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e História interfaces. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n °. 2, 1996. P. 10.

**Imagem 18 - Colégio São Luiz (1914-1915)**



**Fonte:** Colégio São Luiz, Santa Maria/RS, 1914-1915. Arquivo Provincial da Rede Marista.

**Imagem 19 - Colégio São Luiz (1925)**



**Fonte:** Colégio São Luiz, Santa Maria/RS, 1925. Legenda: “Sentado, no centro, Pe Caetano Pagliuca”.  
Acervo Pallotti.

Ambas imagens retratam alunos do Colégio São Luiz, com cerca de dez anos de distância entre a primeira e a segunda. Foram tiradas em um ambiente externo, uma vez que podemos ver as janelas do lado exterior do edifício, durante o dia, e provavelmente no pátio do colégio, por um profissional. Rosa Fátima de Souza, ao investigar a história institucional dos primeiros Grupos Escolares instalados na cidade de Campinas/SP, entre os anos de 1897 a 1950, analisou cerca de 55 fotografias escolares. A partir disso, observou que nas turmas de classe os alunos geralmente se posicionavam em fileiras, sentados ou de pé. A autora afirma que é possível que essa característica “tenha sido uma solução técnica para o enquadramento de um grande número de crianças. O grupo é quase sempre acompanhado da professora ou do professor que se posiciona ao lado ou no meio da turma”<sup>423</sup>. Junto do grande número de alunos nestas fotografias, há a presença do Padre Caetano Pagliuca e dois a três irmãos maristas, que provavelmente eram os professores da classe.

Segundo Rosa F. de Souza, este tipo de fotografia surge décadas depois da invenção da fotografia (1830).

As fotografias escolares constituem um gênero de fotografias muito difundido a partir do início do século XX, combinado com outros gêneros como os retratos de família, as fotografias de paisagens urbanas, de arquiteturas e os cartões-postais. Entre os diversos tipos de conteúdo temático retratados, o mais popular é a foto de classe. Produzidas com uma finalidade comercial, essas fotografias compreendem um objeto-mercadoria para a recordação<sup>424</sup>.

Na Imagem 19, nota-se que há uma placa de pedra ou madeira ao centro da imagem, segurada por um menino, com a escrita “Collegio São Luiz 1925”, com a provável intenção de eternizar na fotografia o local e data do registro. Ainda que tenhamos localizados somente esta cópia, provavelmente não foi uma fotografia de tiragem única, pois além de registrar uma instituição escolar, tal fotografia poderia ser remetida às famílias dos alunos, à órgãos competentes, assim como fazer parte do registro escolar da instituição. Portanto, para além da escrita atrás da fotografia com a intenção de registrar a origem da mesma, a técnica de escrever em um objeto e posicioná-lo com destaque frente à câmara, denota que a fotografia pode ter circulado por outros lugares além do institucional.

Com objetivo de trazer ordem e uniformidade à paisagem escolar, observamos

---

<sup>423</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. **Revista Educar**, Curitiba, n.18, p. 75-101. 2001. P. 88.

<sup>424</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. 2001, Op. Cit., p. 79.

que os meninos estão vestidos com trajes semelhantes (casacos e sapatos), assim como, se portam de braços cruzados ou estendidos, com os rostos sérios. Souza também observou estas características nas fotografias analisadas para a cidade de Campinas/SP, uma vez que o contexto e ideais difundidos fazem parte do mesmo período. A autora constata “nas imagens, o ar de respeito, de seriedade, de gravidade. Poucas crianças emitem um sorriso furtivo. Pernas juntas, os braços cruzados ou estendidos”. Assim, a pose para a fotografia de classe escolar se distinguia de outras, como as de estúdio e familiares. Uma vez que “a escola é o espaço da ordem, da obediência, do silêncio e da disciplina, cuja representação é confirmada nesse tipo de imagem”<sup>425</sup>.

Na Imagem 18, observamos que a grande maioria dos alunos são brancos. Já na Imagem 19, notamos maior presença de meninos negros na classe, ainda que estejam em minoria. Rosa F. Souza destaca a relevância desta documentação para a História da Educação, e aqui também destacamos, sua relevância para o campo de estudos sobre o pós-Abolição. Uma vez que, na falta de registros escritos sobre o pertencimento racial dos alunos, percebemos através da fotografia a presença, ainda que diminuta, da infância negra santa-mariense neste estabelecimento educacional do início do século XX.

Considerado um colégio peregrino, por ter mudado de localização diversas vezes, no primeiro ano do século XXI foram encerradas as atividades do Colégio São Luiz<sup>426</sup>, mantidas até aquele momento com caráter social.

#### 4.3 “MENINOS POBRES E DE CÔR” VÃO À ESCOLA SÃO MIGUEL

Em 5 de Maio de 1913, os Irmãos Maristas abriram outro estabelecimento de ensino, “no intuito de ministrar instrução e educação aos desamparados da fortuna, abrem-se aulas gratuitas noturnas. É a Escola São Miguel”<sup>427</sup>. Na Revista Comemorativa do Centenário de Santa Maria, de 1914, consta o relato sobre a frequência e as características do alunado desta escola:

---

<sup>425</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. 2001, Op. Cit., p. 89-90.

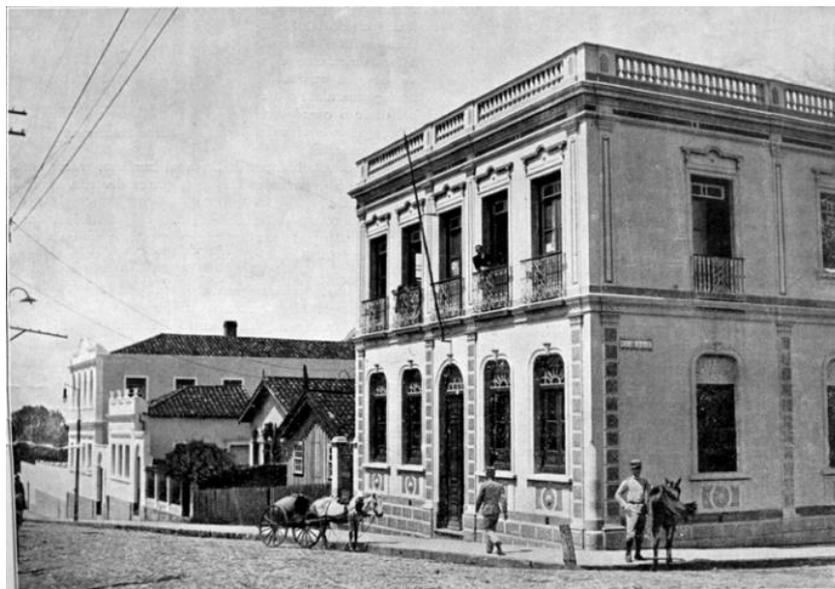
<sup>426</sup> Segundo o Ir. Alberto Irineu Seidl, o Colégio São Luiz ficou na rua do Acampamento por 6 anos, e depois dali, tido outras oito localizações, terminando sua obra na Vila Renascença. In: Revista Comemorativa do 70º aniversário do Colégio Santa Maria, “A grande chegada (1904-1974)”. Santa Maria, 1974, p. 78. Arquivo Provincial da Rede Marista.

<sup>427</sup> Revista Comemorativa do 70º aniversário do Colégio Santa Maria, “A grande chegada (1904-1974). Santa Maria, 1974. P. 17. Arquivo Provincial da Rede Marista.

O Ginásio criou uma aula denominada São Miguel, para **crianças pobres** e que funciona das 5 às 7 p.m., frequentada principalmente por **meninos de côr**, sendo a matrícula de 1913 de 113 crianças. Esta aula presta relevantes serviços às crianças pobres que não podem, durante o dia, frequentar a única aula pública existente do sexo masculino, n'esta cidade<sup>428</sup>.

Portanto, se trata de um público de jovens e crianças trabalhadoras, que durante o dia exercem diferentes ofícios, o que os impede de acessar as aulas públicas que no período, só existem no turno diurno. O encerramento do período letivo geralmente tomava algumas colunas do principal jornal da cidade, naquele período. Em 05 de dezembro de 1913, a Escola São Miguel aparece citada na coluna dedica ao Ginásio Santa Maria. Junto aos exames finais do Ginásio, um sarau literário fez parte da programação, “durante o qual será feita uma coleta em benefício da escola S. Miguel, estabelecida para os **meninos indigentes**”<sup>429</sup>.

**Imagem 20** - Uma vista da rua Floriano Peixoto com o Quartel General do Exército e o Colégio dos Maristas (1914)



**Fonte:** “Uma vista da rua Floriano Peixoto com o Quartel General do Exército e o Colégio dos Maristas”. Revista Comemorativa do Primeiro Centenário da Fundação da Cidade de Santa Maria. 1914. Santa Maria. [não paginado].

<sup>428</sup> **Fonte:** Revista Comemorativa do Primeiro Centenário da Fundação da Cidade de Santa Maria. 1914. Santa Maria. [não paginado]. Grifos nossos. A mesma informação foi repetida em livro do memorialista local, Romeu Beltrão, o qual complementa na nota de rodapé de número 178, que “o Ginásio Santa Maria abriu, possivelmente em 5.5.1912, em suas próprias instalações a ‘Aula São Miguel’, assim chamada porque foi criada sob inspiração de D. Miguel de Lima Valverde, Destinava-se a meninos carentes que não podiam frequentar a única aula pública existente. Matriculavam-se principalmente meninos de cor”. In: BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto Município de São Martinho, 1787-1930**. 3º ed., Editora da UFSM, Santa Maria, 2013. P. 564.

<sup>429</sup> *Diário do Interior*, Santa Maria, 05 de dezembro de 1913, n° 287. AHMSM. Grifos nossos.

O Colégio dos Maristas, ou Ginásio Santa Maria, se localiza à esquerda na fotografia acima (Imagem 20), formado por duas portas e com pintura em branco. Era neste espaço que as aulas noturnas da Escola São Miguel funcionavam<sup>430</sup>.

**Imagem 21 - Colégio Marista (1905)**



**Fonte:** Colégio Marista, 1905. Arquivo Provincial Rede Marista.

Na Imagem 21, podemos ver o prédio com maiores detalhes. Na fachada do edifício haviam duas portas, onze janelas, sendo uma das construções de dois andares. Neste registro, observamos também cerca de oito indivíduos que olham para o fotógrafo. Aparentemente, são cinco meninos, vestidos de calça e casaco, um deles, parece estar carregando um objeto. Há também três adultos, um não sabemos dizer se é um homem ou mulher, está ao lado de dois homens, junto à porta. Estes aparentam estar vestidos com amito e batina, traje religioso, por conta da cor branca que se destaca no peito de cada um, sendo possivelmente, os irmãos maristas responsáveis pelo colégio.

---

<sup>430</sup> “As aulas eram ministradas dentro do próprio colégio Santa Maria” In: Bulletin, v. VIII, 1914. *Apud* AZZI, Riolando. **História da Educação Católica no Brasil: a expansão da obra de Champagnat no Brasil.** Contribuição dos Irmãos Maristas. São Paulo: Secretariado Interprovincial Marista, v. 3, 1999. p. 301.

## Imagem 22 - Ginásio Santa Maria (1914)



**Fonte:** “Gymnasio Santa Maria dos Irmãos Maristas”. Revista Comemorativa do Primeiro Centenário da Fundação da Cidade de Santa Maria. 1914. Santa Maria. [não paginado].

Esta imagem, representando a mesma edificação da fotografia anterior, consta novas características. Observamos que acima da porta localizada à esquerda na imagem, é inserido os dizeres “Entrada dos Alumnos”, enquanto na porta à direita, “Entrada do público”. Portanto, ainda que, quase uma década separam o registro da Imagem 21 da fotografia da Imagem 22, acreditamos se referir aos mesmos costumes, ou seja, se tratar do mesmo local de entrada dos alunos. Assim, os meninos fotografados na Imagem 21 podem se referir aos primeiros alunos daquele estabelecimento. Espaço que em 1913, é ocupado também por meninos e jovens negros de bairros periféricos da cidade, pois era no Ginásio que eles assistiam às aulas noturnas do São Miguel.

O primeiro ano letivo da Escola São Miguel também é publicado no jornal *Diário do Interior*, o qual transcrevemos a seguir:

Escola S. Miguel – Amanhã, às 10 horas do dia, serão encerradas as aulas do Colégio S. Miguel, mantido, gratuitamente, pelos maristas em benefício dos meninos pobres, empregados como engraxates, vendedores de jornais, etc.<sup>431</sup>.

Assim, eram meninos que desempenhavam trabalhos informais no espaço público urbano. Esses ofícios exigiam um maior trânsito pelas ruas da cidade, assim como, o

---

<sup>431</sup> *Diário do Interior*, Santa Maria, 13 de dezembro de 1913, n° 294. AHMSM.

conhecimento de pontos estratégicos para a venda de sua mão de obra, como os lugares das praças e da ferrovia. Deveriam trabalhar desde tenra idade, a fim de complementar a renda da família, que por diversas condições não poderiam dispensar este auxílio. Seja pela baixa remuneração dos postos de trabalho subalternos que os pais exerceriam, como o falecimento ou abandono de algum familiar.

Da mesma forma que o Colégio São Luiz, não localizamos quaisquer listas de matrículas ou fotografias que pudessem informar quem eram estes indivíduos. Contudo, ao pesquisar em livros escritos e editorados por Irmãos Maristas no Rio Grande do Sul, alguns relatos referentes à Escola São Miguel foram encontrados. Os próprios escritores reconhecem que há um apagamento na memória coletiva marista acerca deste estabelecimento, que possivelmente, tenha tido trajetória efêmera. Os livros trazem citações extraídas de diferentes documentos datados de 1913 e 1914, como o Boletim da Congregação, Anais do Ginásio Santa Maria e do Jornal Diário de Notícias. Uma vez que esta documentação primária não foi localizada, transcrevemos na íntegra os trechos extraídos da bibliografia consultada, ao longo das páginas que seguem. Logo abaixo, os relatos que constaram nos anais do Ginásio Santa Maria, e versam a moralidade católica dos irmãos sobre o perfil dos alunos atendidos pela Escola São Miguel:

Cidade de operários, com bairros pobres, Santa Maria conhecia bem naqueles anos o que são **magotes de petizes, mulatos** (...), a vaguear ao léu em busca do pão ou de aventuras. **Engraxates, jornaleiros, mensageiros, carregadores, recadeiros, abandonados e livres**, passavam o dia inteiro a espreitar o ensejo de colher um dinheirinho, sempre expostos à corrupção de que muitos ficaram vítimas. Viviam na mais crassa das ignorâncias<sup>432</sup>.

É uma data que mereceria ser gravada aqui com letras de ouro; os **pobreziños** seriam os primeiros a aplaudir tal distinção. O fato é que neste dia abriu suas portas o Colégio São Miguel, fundado no intuito de ministrar aos **desamparados da fortuna** a instrução e educação necessárias para minorar lhes um pouco as asperezas duma existência, que sempre se antolha recheada de amargores e desesperos<sup>433</sup>.

As principais questões presentes no texto acima, fazem referência ao trabalho, moradia, instrução e moralidade destinada à essa parcela da população, de meninos pobres e negros. Santa Maria é destacada como uma cidade de operários e com bairros

---

<sup>432</sup> Anais do Gymnasio Santa Maria, 1913. *Apud* OST, Pedro. **Caminhos de Transformação**: Trajetória Social Marista. CMC, Porto Alegre, 2014. P. 25. **Fonte**: Arquivo Provincial Rede Marista. Grifos nossos.

<sup>433</sup> Anais do Gymnasio Santa Maria, 1913. *Apud* OST, Pedro. **Caminhos de Transformação**: Trajetória Social Marista. CMC, Porto Alegre, 2014. P. 25. **Fonte**: Arquivo Provincial Rede Marista. Grifos nossos.

pobres, lugares onde estes trabalhadores “magotes de petizes”<sup>434</sup> e “mulatos” moravam. Como já mostramos anteriormente, mas vale lembrar, Santa Maria no início do século XX tinha dois principais bairros que ocupavam a periferia da cidade: Vila Rica e a Vila Operária Brasil.

Ênio Grigio destaca em seu estudo as características da Vila Rica, espaço que foi palco da criação de associações negras no início do século XX, como a Irmandade do Rosário e o Clube Treze de Maio, já retratados neste trabalho. Assim, era um local de moradia de homens e mulheres negros e negras que ergueram, frequentaram e vivenciavam estes espaços. Segundo Grigio,

o bairro de Vila Rica fazia parte dos “arrabaldes” de Santa Maria, como se referiam os jornais do período, e seus habitantes eram tratados com desprezo e, muitas vezes, com ironia pela elite que vivia na área central. As páginas dos jornais espelhavam essa visão elitista sobre a periferia da cidade, especialmente de um bairro onde muitos de seus integrantes tinham sido escravizados<sup>435</sup>.

A historiadora Franciele Rocha de Oliveira evidenciou uma Vila Operária Brasil vivenciada por trabalhadores e trabalhadoras negros e negras no início do século XX. A partir de pesquisa bibliográfica e da História Oral<sup>436</sup>, em entrevistas com antigos moradores daquela região e frequentadores do clube social negro União Familiar, fundado no final do século XIX naquela região. As notícias encontradas pela autora afirmam a localização e os aspectos de moradia e cotidiano da vila. As 50 construções projetadas para moradia de trabalhadores, sobretudo ligados ao setor industrial, militar e à ferrovia<sup>437</sup>, eram chalés de madeira<sup>438</sup>, e são mencionadas como “grupo de casas, de características populares, era famoso reduto de excelentes cozinheiras e doceiras, entretanto, sua maior tradição era a carnavalesca”<sup>439</sup>. Oliveira encontrou também notícias

---

<sup>434</sup> Termo que se refere à junção de meninos/garotos de maneira pejorativa.

<sup>435</sup> GRIGIO, Ênio. 2016, Op. Cit., p. 181.

<sup>436</sup> Franciele Oliveira entrevistou em 2014 Marcos Aurélio Marques, com 71, morador da antiga Vila Brasil. Citamos a seguir seus relatos que nos mostram parte do universo daquele bairro de Santa Maria: “Tinha de tudo. Tinha negro, tinha branco, era tudo misturado, mas a raça sempre predominou. Sempre predominou”. [...] Eu fiquei sabendo por causa da História, falou-se na História da Vila Operária, deu no jornal, eu li... E aí eu fui entender, porque eu vivi na Vila Operária sem saber que era Vila Operária. Por que eu nasci no meio, aqui desse meio... [...] Naquele tempo tinha muitos ferroviários, tinha muito militar aqui, a Vila Brasil tinha muito militar, porque era da banda do 7º, dos quartéis aqui próximo... A maioria [das mulheres] era de casa. É. Naquele tempo mulher pouco trabalhava fora. Eram raríssimas. (MARCOS AURÉLIO MARQUES em entrevista concedida à Franciele Rocha de Oliveira, na residência do entrevistado, em 09/01/2014) In: OLIVEIRA, 2016, Op. Cit., p. 79.

<sup>437</sup> FLÔRES, João Rodolpho, 2007, p. 186 *apud* OLIVEIRA, Franciele. 2016, p. 76.

<sup>438</sup> MACHIORI; NOAL FILHO, 1997, p. 161 *apud* OLIVEIRA, Franciele. 2016, p. 72.

<sup>439</sup> MACHIORI; NOAL FILHO, 1997, p. 147 *apud* OLIVEIRA, Franciele. 2016, p. 74.

do jornal *A Federação*, das primeiras décadas do século XX, sobre episódios de violência, como “crimes, delitos e ações de violência”, apreensões, furtos, brigas, tentativas de assassinatos, “além de uma ação higienista na Vila e das políticas de fiscalização (quatro casos)”<sup>440</sup>.

Assim, a infância retratada pelos Anais do Ginásio poderia ser moradora ou frequentadora destes espaços de moradia e sociabilidade. Foram também mencionadas as profissões desempenhadas pelos meninos e jovens, de mensageiros, carregadores, recadeiros, e as já citadas de engraxate e jornaleiro. Os quais “passavam o dia inteiro a espreitar o ensejo de colher um dinheirinho”, ou seja, trabalhavam durante o dia, possivelmente tanto no centro da cidade como em bairros. A educação e instrução aparecem aqui como uma saída do contexto do qual estes indivíduos viviam, mencionadas como “necessárias para minorar lhes um pouco as asperezas duma existência, que sempre se antolha recheada de amargores e desesperos”<sup>441</sup>.

A noção de infância no contexto do final do século XIX e o início do século XX foi perpassada pelo contexto histórico daquele período. A abolição da escravidão (1888), a proclamação da República (1889) e a sua consolidação, são momentos históricos que perpassaram nas vivências das camadas sociais em diversas regiões do Brasil, tanto das elites quanto dos populares, de diferentes formas. Nesse sentido, segundo Raquel Francisco, o novo regime “fazendo jus ao lema positivista da bandeira republicana, ‘ordem e progresso’, deram início a várias empreitadas com o objetivo de conduzir o Brasil ao que concebiam como ‘moderno’ e ‘civilizado’, tendo a Europa como modelo”<sup>442</sup>. Políticas higienistas, urbanização e modernização das cidades, assim como a vigilância e controle desempenhado pela polícia e intendências municipais, reforçadas no pós-Abolição, são algumas destas empreitadas. O modo como cada um destes setores interferiu na vida das pessoas foi diverso, sendo beneficiário para alguns, e prejudicial para outros, sobretudo para homens e mulheres negros e pobres. A infância também foi atravessada por estes ideais e suas consecutivas ações.

As pesquisas que buscaram analisar as temáticas da infância, trabalho e criminalidade para este período em Santa Maria/RS, são os estudos de Felipe F.

---

<sup>440</sup> OLIVEIRA, Franciele. 2016, Op. Cit., p. 84.

<sup>441</sup> Anais do Gymnasio Santa Maria, 1913. *Apud* OST, Pedro. Caminhos de Transformação: Trajetória Social Marista. CMC, Porto Alegre, 2014. P. 25. **Fonte:** Arquivo Provincial Rede Marista.

<sup>442</sup> FRANCISCO, Raquel Pereira. **PEQUENOS DESVALIDOS:** a infância pobre, abandonada e operária de Juiz de Fora (1888-1930). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2015. P. 39.

Brunhauser e Lisiane Cruz. O primeiro, investigou o contexto regional em que crianças e jovens pobres eram trabalhadores, relacionando com os processos de modernização e urbanização no contexto nacional do início do século XX, ao qual Santa Maria estava inserida. As principais fontes analisadas pelo autor foram registros hospitalares do Hospital de Caridade, durante a Primeira República (entre os anos de 1917 e 1921), o primeiro da cidade e voltado para as camadas empobrecidas da região. Esta documentação registrou diversas informações sobre os enfermos, como nome, cor, idade, profissão, e ao todo foram cerca de 818 baixas hospitalares analisadas, tomando como recorte a faixa etária até os 21 anos de idade de cada indivíduo. A partir disso, Brunhauser observou que “os primeiros registros de profissão ocorrem em pacientes com 12 anos de idade. Aos 13 anos, metade dos pacientes já declaravam alguma profissão”<sup>443</sup>. Acerca da profissão masculina, o autor constatou que:

Entre os 12 anos (quando surgem os primeiros pacientes com profissão) e 15 anos de idade, encontramos 13 profissões diferentes. É interessante ressaltar que nos primeiros anos de contato com o mundo do trabalho, as principais profissões encontradas são de serviços braçais, com pouca necessidade de especialização (por exemplo: jornaleiro, agricultor, lavrador e servente)<sup>444</sup>.

Já em relação às profissões designadas para o público feminino, infantil e jovem do hospital naquele contexto: “[...] a inserção de meninas no mundo do trabalho se dava por meio de serviços de cuidado de crianças e limpezas, tanto em sua moradia como para terceiros”<sup>445</sup>. Relação que também observamos nas fontes analisadas, entre o público atendido pelas iniciativas religiosas, em que há uma diferenciação nos labores exercidos a partir dos marcadores de classe e gênero.

Por sua vez, a historiadora Lisiane Cruz analisou a questão do “menor” infrator através de processos-crime e da legislação durante a Primeira República, para a Comarca de Santa Maria. A autora observou que a maioria dos réus analisados (60), que tinham entre 14 a 21 anos de idade, apresentaram ter pelo menos uma profissão, com exceção de um caso. Assim, Cruz contabilizou mais de 20 designações profissionais citadas nos casos, entre meninas e meninos<sup>446</sup>. Também, seu estudo revelou que deste universo de

---

<sup>443</sup> BRUNHAUSER, Felipe Farret. **Menores populares na Primeira República (Santa Maria, 1917-1921)**. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. P. 53.

<sup>444</sup> BRUNHAUSER, Felipe Farret. 2018, Op. Cit., p. 60.

<sup>445</sup> BRUNHAUSER, Felipe Farret. 2018, Op. Cit., p. 64.

<sup>446</sup> CRUZ, Lisiane Ribas. **“A infância abandonada é a sementeira do crime” – o julgamento de menores pela Comarca de Santa Maria (1910-1927)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS. 2017. P. 128.

réus, a metade não sabia assinar seu próprio nome, "o que nos permite inferir que o trabalho estava presente no cotidiano desses menores, diferentemente do ensino, que possivelmente não era frequentado"<sup>447</sup>.

Raquel Francisco em estudo sobre a infância pobre, trabalhadora e abandonada, em análise para este mesmo período, em Juiz de Fora/RJ, baseada na historiografia sobre a infância na História do Brasil, afirma que:

a criança na transição do século XIX para o XX passou a ser vista sob dois ângulos: como o “futuro da nação” e como um “problema para a nação”. A partir do binômio futuro-problema para a nação, estabeleceu-se uma diferenciação entre as infâncias: uma necessitava de proteção e de cuidados e a outra deveria ser vigiada, punida e preparada para o mundo trabalho<sup>448</sup>.

A autora utiliza a palavra “infâncias”, no plural, justamente para demarcar que haviam construções diferentes quanto a noção de infância, para diferentes indivíduos, uma vez que "foi dado um tratamento diferenciado às crianças que tinham uma estrutura familiar burguesa e às que não possuíam tal estrutura"<sup>449</sup>. Logo, também se almejavam diferentes modelos de educação e futuro para às crianças vindas de famílias trabalhadoras, negras e brancas, e periféricas, daquelas famílias com maior poder econômico, social e prestígio característico das famílias da elite, sobretudo de indivíduos brancos. À criança considerada “problema para a nação”, pobre, negra, trabalhadora, tinha na educação, para além de um sentido pedagógico e social, o controle e o trabalho como horizontes. Neste contexto,

Começa a ganhar força na sociedade brasileira uma preocupação entre uma parcela dos médicos, juristas, parlamentares entre outros, sobre a necessidade de se “proteger”, “educar” e “amparar” as crianças das camadas populares. A educação era concebida como uma estratégia para disciplinar e preparar esses “menores” para o futuro, como trabalhadores disciplinados e ordeiros. A proposta de ensino para essa camada desvalida da sociedade era o básico (ler e escrever) acompanhado do aprendizado de um ofício manual como: pedreiro, carpinteiro, sapateiro, ferreiro etc. Essa modalidade de ensino tinha como pretensão, entre outros fatores, reorganizar as relações de trabalho e as de controle social, sob o regime de trabalho livre. A fórmula “educar e instruir”, os “menores” pobres, era considerada por setores da classe dominante brasileira como um antídoto para a vadiagem, a criminalidade e o ócio<sup>450</sup>.

---

<sup>447</sup> CRUZ, Lisiane Ribas. 2017, Op. Cit., p. 122.

<sup>448</sup> FRANCISCO, Raquel Pereira, 2015, Op. Cit., p. 29.

<sup>449</sup> FRANCISCO, Raquel Pereira, 2015, Op. Cit., p. 29.

<sup>450</sup> FRANCISCO, Raquel Pereira, 2015, Op. Cit., p. 29.

Segundo o livro *História da Educação Católica no Brasil: a expansão da obra de Champagnat no Brasil* (1999), o trabalho “em prol da infância carente” da Escola São Miguel, em Santa Maria, foi estimulado pelo D. Miguel de Lima Valverde, primeiro bispo da cidade, em 1912, o qual teria convocado os irmãos maristas para atuarem nesse sentido. Seus relatos são transcritos pelo autor Riolando Azzi, extraídos do Boletim da Congregação do ano de 1914. Transcrevemos abaixo, na íntegra, aquilo que foi mencionado acerca do perfil dos alunos do São Miguel.

Por inspiração e sob a proteção daquele *antístite*, iniciaram os irmãos uma escola serôdia gratuita, para a instrução e educação das **crianças mais ou menos abandonadas**. A obra lutou com dificuldades; mais de uma vez teve a paciência dos professores que suportar rudes provas, pois aqueles **pequenos vagabundos das ruas** quase que não cuidavam em aproveitar dos favores tão magnanimamente postos à sua disposição. [...] Foram alguns irmãos, com a licença do irmão provincial, à cata de novos alunos, batendo nos tugúrios mais próximos. Apenas seis alunos se apresentaram no dia da abertura; os outros continuaram a divagar pelas ruas, **mais amantes da liberdade que da ciência**, arredados sem dúvida pelo demônio que sentiu evadirem-se-lhe as presas. Os Irmãos, porém, admiráveis em sua dedicação, pois haviam acrescido ainda esta obra a seus próprios trabalhos, confiaram-na à SS. Virgem e a São Miguel<sup>451</sup>.

Este relato, junto aos outros localizados para retratar os alunos desta escola, são repletos de termos e noções pejorativas e estigmatizadas sobre a infância pobre e negra da cidade. Alguns termos nos chamaram a atenção, os quais destacamos no trecho acima. O primeiro: “crianças mais ou menos abandonadas”. Seriam crianças abandonadas pelo pai e/ou mãe, ou seriam àquelas que teriam uma rede familiar, mas que mesmo assim, circulariam e teriam liberdades, como caminhar pelas ruas e movimentar-se pela cidade, seja pelo lazer como pelo trabalho, causando, assim, espanto no correspondente religioso? Os outros trechos fazem referência à: “pequenos vagabundos das ruas” e, “continuaram a divagar pelas ruas, mais amantes da liberdade que da ciência”, esta última, fazendo menção àqueles que não permaneceram nas aulas. Citação similar com a encontrada pela historiadora Eliane Peres, relato datado de 1879 em Pelotas/RS, sobre os cursos oferecidos pela Biblioteca Pública Pelotense, cerca de 40 anos antes do relato em Santa Maria:

Sem a menor retribuição a Biblioteca oferece-se a *esclarecer o espírito* de homens e crianças, e, no entanto, o número de alunos que freqüentam os cursos não é o que se devia esperar. Mesmo grátis há muitos que não querem

---

<sup>451</sup> *Bulletin*, v. VIII, 1914. Apud AZZI, Riolando. **História da Educação Católica no Brasil: a expansão da obra de Champagnat no Brasil**. Contribuição dos Irmãos Maristas. São Paulo: Secretariado Interprovincial Marista, v. 3, 1999. P. 301. Grifos nossos.

aprender! E os meninos andam por aí como vagabundos, sem ao menos possuírem ligeiras *noções de moral e bons costumes*, e os pais pouco se importam com esse estado de ignorância e atraso (*Diário de Pelotas*, 17/06/1879)<sup>452</sup>.

O valor destinado à rua, espaço público onde a circulação, via de regra, era livre para todas as pessoas, neste trecho versa a um discurso moralizante e preconceituoso. Assim, tirar estes meninos da rua e fazê-los frequentar a escola, segundo o trecho do Boletim, se encaixava em um discurso higienista, no qual a liberdade se contraditava ao modelo de infância pretendido pelos religiosos. Ou seja, a criança “futuro da nação”, “ordeira” e mão de obra para o trabalho. Raquel Francisco afirma que “o desejo dos setores dominantes de viverem a belle époque nos trópicos colocava a necessidade de reformas urgentes nos grandes centros, bem como a necessidade de moralizar e sanear as classes populares”<sup>453</sup>. Desta forma, citamos mais dois trechos extraídos das fontes que expressam essa necessidade, por parte dos setores dominantes da cidade, para lidar com a infância pobre de Santa Maria:

O zelo sempre inspira os meios para atingir o fim. O que fazer? Atraí-los, a estes **esgarrados e vadios**, com algo de que gostassem. E pronto. A bola foi o chamariz. Já no fim de maio registravam-se 63 alunos inscritos, com uma frequência média de 42. [...] As aulas eram ministradas dentro do próprio colégio Santa Maria. Assim sendo, todas as tardes após as 17 horas **o batalhão de pretos invade o pátio para o futebol**. Seguem-se as aulas de catecismo, leitura e cálculo. Tão bem corresponderam estes alunos, de 7 a 24 anos, aos esforços dos professores, que em quatro meses apenas se conseguiu preparar uma turma de 51 para a primeira comunhão<sup>454</sup>.

Acerca dos usos da raça nas relações sociais durante o pós-Abolição, o historiador Marcus Vinícius de Freitas Rosa afirma que “raça e cor passaram a ser componentes centrais” nestas vivências após o 13 de maio de 1888, “atendendo a propósitos políticos de naturalização e perpetuação das desigualdades”. O autor complementa: “Se, antes da abolição, a condição social dos negros era dada pelos estatutos jurídicos escravistas, depois da Lei Áurea, tal condição passou a ser definida principalmente pela cor”<sup>455</sup>. Já a

---

<sup>452</sup> PERES, Eliane. 2002, Op. Cit., p. 111. (Grifos da autora).

<sup>453</sup> FRANCISCO, Raquel Pereira, 2015, Op. Cit. p. 44.

<sup>454</sup> *Bulletin*, v. VIII, 1914. *Apud* AZZI, Riolando. **História da Educação Católica no Brasil: a expansão da obra de Champagnat no Brasil**. Contribuição dos Irmãos Maristas. São Paulo: Secretariado Interprovincial Marista, v. 3, 1999. p. 301. Grifos nossos.

<sup>455</sup> ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição**. Porto Alegre: EST Edições, 2019. P. 29.

referência à cor de pele branca “estava submetida ao silêncio”. Segundo Rosa, isso se explica da seguinte maneira:

porque não tinha potencial ofensivo como os tons epidérmicos mais escuros, não era evocada como insulto ou xingamento em momentos de conflito; porque fora tradicionalmente associada à liberdade durante a escravidão, não funcionava como estigma do cativo ou critério de negação da cidadania depois da Lei Áurea; e porque se tratava de uma sociedade que perseguia o branqueamento, a identidade branca constituía um modelo a ser seguido, mas também um lugar simbólico referencial, de onde se emitiam sentidos para todos aqueles que não traziam no corpo os atributos visíveis necessários para figurarem como brancos<sup>456</sup>.

É possível observar esta construção no discurso estabelecido na fonte citada acima, acerca da Escola São Miguel. Os insultos pejorativos aos meninos/alunos, como o termo “batalhões de pretos”, foram usados como dispositivos de diferenciação e estigmatização acerca de crianças e jovens negras e pobres que frequentavam esta escola durante o pós-Abolição.

O futebol foi utilizado pelos irmãos como um incentivo, sendo a bola “o chamariz”, para o maior número de matrícula e frequência deste segmento às aulas noturnas. Deste modo, observa-se neste trecho que o lazer das classes populares, representado pelo futebol, foi visto como algo contrário à ordem e disciplina, elementos característicos de uma escola para o período, pois era necessário “atraí-los, a estes esgarrados e vadios, com algo de que gostassem”, o futebol. Ainda que, para o mesmo período, o Colégio Santa Maria já tivesse um time de futebol chamado de “14 de Julho”<sup>457</sup>, fundado em 1912 e composto pelos alunos do Ginásio<sup>458</sup>, que funcionava durante o dia e era de ensino particular, era em sua maioria frequentado por meninos brancos. Assim, ainda que em processo de popularização, observamos uma diferenciação quanto à prática do futebol por parte das classes populares, aqui visto como uma maneira de controle para atrair mais alunos negros e pobres à escola, e daqueles com maior poder socioeconômico, visto como um esporte e um lazer.

---

<sup>456</sup> ROSA, Marcus V. F. 2019, Op. Cit., p. 34.

<sup>457</sup> O nome do time faz referência a dois fatos “de falta significação política e social: a Carta Constitucional que organizou o Rio Grande politicamente e a queda da Bastilha, que libertou o povo francês da opressão da tirania aviltantes daquela época” In: *ECHOS*, Gymnasio Municipal Santa Maria, Santa Maria/RS, 1927, p. 47. AHMSM.

<sup>458</sup> No ano de 1912, em “Julho, 14 – Funda-se o Esporte Clube 14 de Julho”. **Fonte:** Revista Comemorativa do 70º aniversário do Colégio Santa Maria, “A grande chegada (1904-1974)”. Santa Maria, 1974. Arquivo Provincial da Rede Marista. Sobre a presença do futebol entre a população negra no início do século XX, para Santa Maria/RS, ver mais em: LIMA, Taiane Anhanha, 2023, Op. Cit.

A partir do trecho, outras informações podem ser extraídas, como as matérias ensinadas a estes alunos (o catecismo, leitura e cálculo), e a faixa etária dos mesmos, que ia dos 7 aos 24 anos de idade. Portanto, se tratava de turmas diversas, que reuniam crianças e jovens adultos no mesmo espaço de instrução. Para finalizar, transcrevemos abaixo a última descrição sobre a Escola São Miguel e seu público, localizado por Pedro Ost no periódico santa-mariense *Jornal de Notícias*, de 1913:

A Escola São Miguel é uma útil instituição de ensino que foi fundada nesta cidade em homenagem ao bispo diocesano cujo nome serviu para baptismo da mesma. É ella composta apenas de dois professores do Gymnasio que são auxiliados nas aulas por vários alumnos daquele instituto. Tem esta escola apenas cinco meses de existência, pois foi fundada em maio deste anno e alguns alunos da mesma que para lá entraram completamente alheios aos caracteres do alphabeto, lêem já hoje, perfeitamente o primeiro livro. A princípio, devido ao **mau vício da vadiagem** em que esses alumnos viviam, fôra muito difficil a luta travada entre os professores e esse mesmo vicio, mostrando os pequenos mais predilecção por este do que pela hora do estudo; mas agora o caso é outro: todos eles procuram a aula com insistência, tanto assim que já conta uma frequência diária de 80 alumnos, tendo matriculados, no entanto, um número bem maior. A Escola S. Miguel é, portanto, um instituto muitíssimo útil que merece a admiração pública<sup>459</sup>.

Menções pejorativas quanto ao comportamento destes meninos são novamente retomadas, através da seguinte frase: “devido ao mau vício da vadiagem em que esses alumnos viviam”. O “vício” seria preferido por estes alunos em contraste à hora do estudo. Podemos pensar que, sabendo que estes indivíduos eram crianças e jovens trabalhadores, possivelmente, a maioria deles não tinha até aquele momento acessado qualquer tipo de espaço educacional, seja as aulas públicas ou particulares, pois todos estes estabelecimentos funcionavam durante o dia, período o qual era destinado ao exercício de diferentes atividades e labores que proveriam um sustento para si e suas famílias. O trabalho, neste aspecto, foi um dos fatores pertinentes e decisivos para sua ausência nestes espaços educacionais. Diante disso, os códigos sociais, as regras e ordens que a escola do início do século XX dispunha, poderiam ser novidade e algo não usual nos espaços que estes sujeitos circularam até aquele momento, os quais eram suas moradias, estabelecimentos públicos e a rua, por exemplo.

Além disso, podemos refletir sobre quem era o público para o qual estes meninos trabalhavam nas ruas da cidade? A historiadora Eliane Peres verificou que, junto das

---

<sup>459</sup> *Jornal de Notícias*, 30 de setembro de 1913 *apud* OST, Pedro. **Caminhos de Transformação**: Trajetória Social Marista. CMC, Porto Alegre, 2014. P. 26. A grafia original foi mantida pelo autor. **Fonte**: Arquivo Provincial Rede Marista. Grifos nossos.

questões moralizantes de época, das décadas finais do século XIX, para a cidade de Pelotas/RS, os interesses particulares da elite econômica atuavam no curso noturno da Biblioteca Pública Pelotense. Segundo a autora:

Assim, os homens que idealizaram a Biblioteca e os cursos noturnos sabiam muito bem o que queriam dos homens que freqüentavam as aulas: que fossem bons trabalhadores - até porque alguns destes alunos eram empregados destes mesmos homens que criaram esses cursos. E havia, também, uma rede de solidariedade entre os homens da elite: formar bons trabalhadores para si e para seus pares<sup>460</sup>.

Em paralelo com as experiências de Santa Maria, é possível pensar até que ponto estes sujeitos, religiosos e homens da elite, não eram os próprios usuários e público do trabalho desta infância “desvalida”? Ainda, qual o sentido de reforçar estereótipos como os de “vadios” e “esgarrados” para se referir à infância trabalhadora? Desta forma, uma vez que entendemos a escola como um lugar socialmente construído, vivenciar este espaço não pode ser considerado algo natural. A criança, portanto, é socializada desde tenra idade para estar na escola e seguir as regras de seu funcionamento. Portanto, afirmar que estes sujeitos eram “pequenos vagabundos das ruas”, “crianças mais ou menos abandonadas”, “abandonados e livres”, “pobrezinhos” e “desamparados da fortuna”, é reduzir a responsabilidade e mérito à estes sujeitos e suas famílias, sem considerar a estrutura desigual, social e econômica, reestruturada no pós-abolição, sob a precariedade do trabalho livre, da falta de políticas de reparação à ex-escravizados e seus descendentes, quanto ao direito à moradia, educação e saúde.

Com isso, podemos afirmar que estes sujeitos, crianças e jovens negros, pobres e trabalhadores, não tiveram as mesmas condições e oportunidades de permanência em uma instrução regular em relação àqueles com maiores condições socioeconômica, estabilidade financeira e familiar, e que não trabalharam desde tenra idade, por exemplo. Portanto, comparar e exigir um ideal de comportamento e conduta destes sujeitos, é negar suas realidades historicamente desiguais. É, desta forma, eximir-se de qualquer responsabilidade, desconsiderar o contexto político e social que tenha promovido privilégios a uns, e desconsiderado políticas de igualdade social e humanitária a outros, assim como, promover discursos moralizantes e preconceituosos sobre parcela considerável da população santa-mariense daquele período.

---

<sup>460</sup> PERES, Eliane. 2002, Op. Cit., p. 110.

Acerca das expectativas dos próprios sujeitos sobre os significados de acessar este ambiente educacional, pouco sabemos. Por não encontrarmos as matrículas escolares destas iniciativas, registros ou relatos proferidos pelos próprios indivíduos, não conhecemos seus nomes, idades, moradias exatas, filiações, religiões, entre outras características que ressaltam suas particularidades. Mas consideramos que cada um trazia sua própria História, individualidade, família e anseios. Eram sujeitos que também construíram o campo educacional da cidade, contexto em que as desigualdades em razão da classe e raça atravessavam cotidianamente suas vidas, continuidade histórica presente nos dias atuais.

#### 4.4 “ONDE SEJAM RECOLHIDAS E EDUCADAS AS ÓRFÃS POBRES, DO MUNICÍPIO, SEM DISTINÇÃO DE COR OU RELIGIÃO”<sup>461</sup>: O ORFANATO SÃO VICENTE DE PAULO

O título desta seção faz referência ao estatuto do Orfanato São Vicente de Paulo, estabelecimento inaugurado em 1914, localizado na 3º quadra da Rua 24 de Maio, atual Silva Jardim em Santa Maria, espaço que fazia fronteira com a Igreja Nossa Senhora do Rosário<sup>462</sup>, conhecida no capítulo anterior. Idealizado desde 1911 por membros da comunidade religiosa da cidade, que tem como fundador e primeiro diretor o Pe. Caetano Pagliuca. O nome da instituição faz referência às obras do santo Vicente de Paulo (1581-1660), que na França “sensibilizado ante o volume e o drama de menores abandonados e o trágico destino destas crianças, criou a Companhia das Damas de Caridade (1633), o Hospital dos Expostos [...] e a Companhia das Filhas de Caridade, todos voltados prioritariamente à assistência caritativa dos pequenos enjeitados e também dos órfãos”<sup>463</sup>.

Na missa do 9º aniversário da inauguração do orfanato, presidida pelo bispo diocesano D. Attico Eusebio da Rocha, na própria capela do estabelecimento, o bispo “em breves palavras, fez o elogio de S. Vicente, mostrando como somente a única religião

---

<sup>461</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 23 de setembro de 1913. Ano XXX, n. 221, p. 3. Estatuto do Orphanato S. Vicente de Paulo. HDB.

<sup>462</sup> “Na frente do edifício do <Orfanato S. Vicente de Paulo>, à rua Silva Jardim, está sendo levantado um grande muro, assim como estão sendo dado os últimos retoques nas demais dependências daquele estabelecimento pio, afim de ser, proximamente, inaugurado”. **Fonte:** *Diário do interior*, 04 de Fevereiro de 1914. Número 29. Ano III. Santa Maria. AHMSM.

<sup>463</sup> MARCÍLIO, 1993, p. 151, *apud* CALDEIRA, Jeane dos Santos. **O Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2014. P. 73.

verdadeira, a católica apostólica romana, produz santos como o apóstolo da caridade Vicente de Paulo”<sup>464</sup>. Segundo Jeane Caldeira, um dos motivos para se criar asilos e orfanatos no contexto do início do século XX, se dá "com o aumento do número de crianças abandonadas e em situação de pobreza, oriundas de famílias que não tinham condições de mantê-las, e na falta de uma atuação direta do Estado, os asilos para órfãos eram uma das alternativas de atendimento"<sup>465</sup>.

### **Imagem 23** - Orfanato São Vicente de Paulo (1914)



**Fonte:** O edifício à esquerda é o Orfanato São Vicente de Paulo. Álbum de Santa Maria, 1914. CMEC.

A Imagem 23 é uma fotografia da Rua 24 de Maio em Santa Maria/RS. Do lado esquerdo está a fachada do edifício do Orfanato S. Vicente de Paulo e à direita a Igreja Nossa Senhora do Rosário. Os terrenos n° 8 e 16 da quadra n° 3 daquela rua, foram doados pela Intendência Municipal em 1914 para a construção do orfanato<sup>466</sup>. O Intendente de Santa Maria, respaldado na Lei Orgânica do município, apresenta a seguinte justificativa: “atendendo aos relevantes e dignificadores serviços que vem prestando o Orfanato de São

<sup>464</sup> *O Santamariense*, 26 de julho de 1923, p. 2. CMEC.

<sup>465</sup> CALDEIRA, Jeane. 2014, Op. Cit., p. 18.

<sup>466</sup> Segundo consta em documentos da Intendência, a senhora Euphemea Gonçalves de Medeiros, proprietária do terreno n° 8 da quadra n° 3 da rua 24 de Maio, transferiu o terreno ao Orfanato, pela quantia de setecentos mil réis. **Fonte:** Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa n° 13. Tomos n° 70. Data 1911. AHMSM.

Vicente de Paula, em prol da infância desvalida, e, considerando que ao Município cabe amparar essa nobre e humanitária iniciativa dentro dos recursos ao seu alcance”<sup>467</sup>.

Assim, o Intendente decreta que: “Artº 1º Ficam pertencendo ao domínio direto do mesmo orfanato, por força de doação, os terrenos nº 8 e 16 da quadra 3, cessando desta data, em diante a continuação do fôro, que estavam sujeitos, lavrando-se para o efeito a respectiva escritura”<sup>468</sup>. Um ano após, em 1915, quando o orfanato já estava em funcionamento, a diretoria daquela instituição solicitou ao Intendente que na verba orçamentária para o próximo ano (1916), o orfanato seja contemplado na distribuição das subvenções aos estabelecimentos pios daquela cidade. Junto a isso, afirmam que naquela data, o estabelecimento já tinha a seu cargo dezesseis órfãos<sup>469</sup>. No ano seguinte, em 1916, o mesmo lembrete, do subsídio anual, é repetido, e o Orfanato contava então, com vinte e cinco órfãos<sup>470</sup>. Sabemos que a quantia em auxílio àquela instituição, era referente à 500\$000 réis para o ano de 1919<sup>471</sup>.

Em 1917, o padre Caetano Pagliuca, então diretor do Orfanato, solicitou ao Intendente Municipal Dr. Astrogildo de Azevedo, os seguintes pedidos: “1º aprovar a planta junta do aumento que se pretende fazer naquele edifício; 2º conceder a licença para depósito de materiais na rua 24 de Maio; 3º dispensar de qualquer imposto a que estariam sujeitas as obras acima referidas”. Assim, o padre finaliza: “Espero benévolo deferimento”<sup>472</sup>. Os pedidos foram aceitos e deferidos, achando-se “justo o pedido do suplicante”<sup>473</sup>. Os requerimentos solicitando subvenção e auxílio ao funcionamento do Orfanato, chegaram à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 1916, com sede em Porto Alegre, para que “na distribuição das subvenções às Obras Pias, seja

---

<sup>467</sup> Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa nº 14. Tomos nº 73. 18 de fevereiro de 1914. AHMSM.

<sup>468</sup> Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa nº 14. Tomos nº 73. 18 de fevereiro de 1914. AHMSM.

<sup>469</sup> Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa nº 24. Tomo nº 136. 25 de setembro de 1915. AHMSM.

<sup>470</sup> Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa nº 33. Tomo nº 193. 23 de outubro de 1916. AHMSM.

<sup>471</sup> Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa nº 39. Tomo nº 227. Recibo da Tesoureira do Orfanato S. Vicente de Paulo. 23 de outubro de 1919. AHMSM.

<sup>472</sup> Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa nº 33. Tomo nº 192. Página 69. 09 de março de 1917. AHMSM.

<sup>473</sup> Segundo consta na margem esquerda do documento, ainda que o escrito tenha sido cortado pelo grampeamento da folha, os pedidos foram deferidos, uma vez que há menção de que a “planta [...] entrada esta conforme as exigências do Código de Posturas; que o depósito de material não impede [...] trânsito d’aquela [...]; quanto a [...] de qualquer imposto, acho justo o pedido do suplicante [...] tratar-se de [...] estabelecimento”. **Fonte:** Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa nº 33. Tomo nº 192. Página 69. 09 de março de 1917. AHMSM.

também incluída o nosso humilde Orfanato”<sup>474</sup>, segundo o P. Caetano Pagliuca. O então Secretário, Protasio Alves, enviou um ofício ao Intendente de Santa Maria, a fim de que o mesmo pudesse informar “detalhadamente, com dados estatísticos, acerca daquele estabelecimento, o modo pelo qual angaria recursos, isto é, se aufera lucros parciais ou totais dos benefícios e seu patrimônio, e qual a sua utilidade”<sup>475</sup>.

Em questão de dias, a resposta é enviada e assinada pelo padre C. Pagliuca. A partir deste documento, conseguimos entender quais eram os principais e primeiros objetivos desta instituição. Pois, assim como o Secretário do Interior e Exterior solicitou, o então diretor do orfanato o fez, pois os detalhes e estatísticas foram esmiuçados, retratando aqueles dois anos de funcionamento, até o ano de 1916. Acerca do patrimônio do Orfanato, contava com um edifício próprio, “começado em fevereiro de 1911 e inaugurado em julho de 1914”, uma “pequena chácara com a área de 3500m<sup>2</sup> que fornece verdura às asiladas”, e anexa à esta chácara, um “pequeno terreno baldio”. Segundo a descrição, o orfanato foi inaugurado com 4 órfãs e, contava àquele ano de 1916, com 21, que recebiam “casa, comida, roupa, instrução e tudo o mais, sem que das pessoas interessadas se exija pagamento algum; pois a educação é puramente gratuita”. Já sobre o modo como arrecada recursos, o padre explica que “há uma Sociedade, legalmente constituída, que representa o instituto em juízo e fora dele. Os sócios contribuem, mensalmente, com a quantia de 1\$000, sendo o número deles atualmente de 242”. Assim como, existiam “espetáculos em benefício, esmolas do público e uma pequena subvenção anual da Intendência Municipal”, que custeiam as despesas que “montam a quase 500\$000 por mês”<sup>476</sup>.

Acerca da “utilidade” que o orfanato teria para a sociedade, questionada pelo Secretário, o diretor da instituição o respondeu da seguinte maneira:

No mesmo edifício do Orfanato funciona uma escola elementar, em benefício de meninas pobres cuja matrícula é de 19 alunas. Compreende-se facilmente a utilidade do Orfanato quando se pensa que essas meninas, tiradas ainda inocentes dum ambiente perigoso, educadas nos sãos princípios de moralidade e acostumadas ao trabalho, saem, depois, bem aparelhadas para a luta honesta da vida. Neste modo, jovens, que seriam facilmente vítimas da corrupção, serão virtuosas, embora pobres, mães de famílias e a felicidade de novos lares<sup>477</sup>.

---

<sup>474</sup> Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa n° 33. Tomo n° 195. 19 de maio de 1916. AHMSM.

<sup>475</sup> Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa n° 33. Tomo n° 195. 12 de maio de 1916. AHMSM.

<sup>476</sup> Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa n° 33. Tomo n° 195. 19 de maio de 1916. AHMSM.

<sup>477</sup> Idem, Ibidem.

Percebe-se o discurso da moralidade à época, o valor do trabalho e da família como norteadores da vida destas meninas órfãs, que “serão virtuosas, embora pobres, mães de família”. Assim como, a necessidade de criar uma escola elementar em benefício a meninas pobres, provavelmente, moradoras da região à Rua 24 de Maio, então Vila Rica. Assim como, poderia atender também às asiladas. Estas ações e objetivos justificariam, segundo os fundadores e a diretoria da instituição, o auxílio da população local, assim como, subvenções dos poderes públicos. Dessa forma, percebe-se os limites da laicidade no período republicano, uma vez que a própria Intendência Municipal e o Estado do Rio Grande do Sul, subvencionaram o espaço destinado a este estabelecimento pio e caritativo, que atendia à um considerável número de meninas que se tornaram, então, asiladas.

A partir da Imagem 23, podemos perceber que a arquitetura do orfanato seguia o modelo de modernização das edificações do final do século XIX e início do século XX. Com uma porta principal localizada ao meio, contando com quatro janela no primeiro piso e cinco no piso superior, indicavam a necessidade de ventilação por conta da preocupação sanitária e de higiene da época, contexto de predominância de epidemias e doenças contraídas pelo ar<sup>478</sup>. Entre os cômodos, deveriam existir uma cozinha, dormitórios, banheiros, salas em comum e outras dependências. Além desta fotografia que apresentasse o edifício, localizamos apenas a Imagem 24 que remonta às primeiras décadas de funcionamento da instituição. Na fotografia, é possível observar diversas crianças brincando no pátio do orfanato, uniformizadas e aparentemente de faixa etária próxima.

---

<sup>478</sup> Na construção de um novo edifício em anexo ao orfanato, consta que “o edifício, bem ventilado e com abundante luz, em todas as suas peças, obedece a todos os princípios de higiene”. **Fonte:** *O Santamariense*, 24 de maio de 1923, p. 3. CMEC.

## Imagem 24 - Pátio do Orfanato São Vicente de Paulo (1946)



Fonte: Revista Lanterna Verde – 31 de dezembro de 1946. Santa Maria. CMEC<sup>479</sup>.

O estatuto do orfanato é divulgado nas páginas do jornal *A Federação* da capital de 1913, o qual reproduzimos em parte<sup>480</sup>, a seguir:

Art. 1º - O Orfanato S. Vicente de Paulo, com sede em Santa Maria, é uma instituição de caridade, destinada a levantar um Orfanato, **onde sejam recolhidas e educadas as órfãs pobres, do município, sem distinção de cor ou religião.** Art. 2º - Terá também uma **roda para receber as crianças enjeitadas** de ambos os sexos. Art. 3º - A idade para admissão das órfãs será, no máximo, dez anos, a juízo da diretoria, desde que possuam as condições necessárias. Art. 4º - O Orfanato poderá entregar as órfãs e os enjeitados a famílias que queiram adotá-los legalmente. Cabe a ele tratar, quando for tempo, da colocação dos recolhidos; se não houver pessoas que possam deles se encarregar. Art. 5º - Se as posses permitirem, a instituição dará um pequeno dote às órfãs que saírem do Orfanato para se casar. Art. 6º O Orfanato será mantido pela caridade pública e dirigido por uma associação que se organizará legalmente pelos presentes estatutos sob o título de Orfanato S. Vicente de Paulo. Art. 7º - As condições de admissão e respectiva exclusão serão determinadas pelo regulamento interno<sup>481</sup>.

---

<sup>479</sup>A fotografia foi localizada em uma reportagem da revista com o título: “Um Federalista dos quatro costados”, retratando a história de um homem idoso, negro e que lutou na Revolução Federalista (1893-1895), asilado no Asilo da Mendicidade Padre Caetano, em anexo ao orfanato. As fotos são assinadas por “Salamoni”, e reportagem de AFIF Filho. A legenda que a revista traz para a referida foto é a seguinte: “O pátio do Orfanato é, de original, um lugar triste. Mas a criança, avessa a tristeza, inventa brinquedos, cria coisas maravilhosas, imaginando. Quem não tem cão...”.

<sup>480</sup> O estatuto apresenta outros onze capítulos, chegando ao artigo de número 47, o qual pode ser lido na íntegra na próxima nota de rodapé.

<sup>481</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 23 de setembro de 1913. Ano XXX, n. 221, p. 3, Estatuto do Orphanato S. Vicente de Paulo. HDB. Pode ser lido na íntegra no seguinte link: <

O primeiro artigo do estatuto chama atenção para a afirmativa de que estas meninas serão recolhidas ao orfanato “sem distinção de cor ou religião”. Isto indica que havia, em outros estabelecimentos educacionais e de acolhimento, possíveis distinções quanto a origem racial de meninas desde tenra idade. Em estudo sobre o Asilo de Órfãs São Benedito, fundado no início do século XX na cidade de Pelotas, Jeane Caldeira analisou o lugar da órfã naquela sociedade, assim como a importância da comunidade negra pelotense na formação daquele estabelecimento. No estatuto deste asilo datado de 1902, a autora observou que, diferentemente de outro asilo da cidade, o São Benedito buscava “amparar da miséria as meninas desvalidas d’este Estado, sem distinção de cor, orfãs ou não [...]”<sup>482</sup>, e assinala que “o São Benedito não se eximia de acolher meninas desvalidas, negras e de pais desconhecidos”<sup>483</sup>.

A autora localizou, alguns anos depois, em 1909, que a idealizadora do asilo de Pelotas, Luciana Lealdina de Araújo, mulher negra, fundou na cidade de Bagé/RS o Orfanato de São Benedito, com o objetivo de “recolher e a educar órfãos pobres, do município sem distinção de cor ou religião”<sup>484</sup>. Mesmo se tratando de iniciativas e lugares diferentes, podemos notar que a “não distinção de cor das órfãs” se trata, para o período, de aceitar meninas brancas e negras na instituição. Já o Art. 2º, faz referência à manutenção de “uma roda para receber as crianças enjeitadas de ambos os sexos”, ou seja, enjeitada é aquela criança que o pai e/ou mãe rejeitou ao nascer ou em tenra idade, e foi exposto ao abandono em lugares públicos, como nas ruas e calçadas<sup>485</sup>.

A historiadora Maria Luiza Marcilio explica que “a roda de expostos foi uma das instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa História”<sup>486</sup>, ou seja, desde a criação da colônia portuguesa, até a recente década de

---

<http://memoria.bn.br/docreader/388653/27760> >. Acesso em: 23/02/2023. Optou-se por atualizar a grafia. Grifos nossos.

<sup>482</sup> ESTATUTOS do Asylo de Orphãs São Benedicto. Pelotas: Typographia do Arauto, 1902, P.1, *apud* CALDEIRA, Jeane dos Santos. **O Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2014. P. 102-103. A autora manteve a grafia original do documento.

<sup>483</sup> CALDEIRA, Jeane. 2014, Op. Cit., p. 102-103.

<sup>484</sup> *A Alvorada*, 07/05/1933, p.149, *apud* CALDEIRA, Jeane. 2014, Op. Cit., p. 149.

<sup>485</sup> Maria L. Marcilio (2009, p.72) explica que: “A roda foi instituída para garantir o anonimato do expositor, evitando-se, na ausência daquela instituição e na crença de todas as épocas, o mal maior, que seria o aborto e o infanticídio. Além disso, a roda poderia servir para defender a honra das famílias cujas filhas teriam engravidado fora do casamento. Alguns autores atuais estão convencidos de que a roda serviu também de subterfúgio para se regular o tamanho das famílias, dado que na época não havia métodos eficazes de controle da natalidade”.

<sup>486</sup> MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil (1726-1950). *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. P. 51.

1950. Inventado na Europa Medieval e adotado pelo império ultramarino de Portugal, segundo Marcilio a roda de expostos era um sistema "encontrado para garantir o anonimato do expositor e assim estimulá-lo a levar o bebê que não desejava para a roda, em lugar de abandoná-lo pelos caminhos, bosques, lixo, portas de igreja ou de casas de família, como era o costume, na falta de outra opção"<sup>487</sup>. Importante ressaltar que foi só a partir da década de 1960 que houve uma mudança na assistência à infância abandonada, contexto em que "o Estado assume enfim sua responsabilidade sobre a assistência à infância e à adolescência desvalidas, e estas tornam-se sujeitos de Direito, pela primeira vez na História"<sup>488</sup>. A autora descreve o significado da denominação e funcionamento da "roda" da seguinte maneira:

O nome da roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado<sup>489</sup>.

A discricção e o anonimato eram características deste dispositivo. Desta forma, além da admissão de meninas órfãs de pai e/ou mãe, a roda era outro espaço de entrada de crianças abandonadas para o orfanato. Das condições de admissão, no estatuto há somente a menção a idade máxima da menina, que seria de dez anos. O sétimo artigo estipula que as condições de admissão e de exclusão foram determinadas pelo regulamento interno, o qual não foi encontrado até a presente pesquisa. Além do estatuto e do regulamento interno, outro possível documento administrativo que o orfanato possa ter adotado para fins de controle, seria um livro de admissão, entrada ou matrícula. Em pesquisa acerca do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo inaugurado em 1904 em Florianópolis/SC, mesmo santo do orfanato santa-mariense, a pesquisadora Chirley Silveira acessou fontes produzidas pela administração do asilo em razão do registro de cada menina que era acolhida. A autora localizou dois tipos de fonte, um prontuário no Livro Ata, que contemplava os anos de 1904 a 1909, e um Livro de Inscrições, de 1910 em diante.

---

<sup>487</sup> MARCILIO, Maria Luiza. 2009, Op. Cit., p. 51-52.

<sup>488</sup> MARCILIO, Maria Luiza. 2009, Op. Cit., p. 76. A Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), são exemplos deste processo.

<sup>489</sup> MARCILIO, Maria Luiza. 2009, Op. Cit., p. 55.

De acordo com Silveira, “constam algumas informações básicas nesse prontuário, tais como o nome, idade, filiação, “raça”, data do “recolhimento”, o responsável pela entrega da menina, a movimentação da mesma no asilo – hospitalização, falecimento, escolarização, fuga, casamento, etc. – e desligamento”<sup>490</sup>. A partir desta documentação, a autora pôde constatar a presença de crianças negras e indígenas naquele asilo<sup>491</sup>. Até o momento da escrita desta dissertação, não foram encontrados registros similares ao Asilo de Florianópolis, como por exemplo, matrículas e/ou livro de entrada e saída, livro de atas<sup>492</sup>. Estes vestígios poderiam deter importantes dados e características das asiladas, como o nome, idade, cor, motivo da entrada, condição de saúde, tempo de permanência, motivos de entrada e desligamento, atividades internas, entre outros elementos do cotidiano e perfil social e racial desta instituição. Ainda que não exista um acervo específico para esta instituição, buscamos em outras fontes, como jornais (locais e da capital), requerimentos e avisos enviados à Intendência Municipal de Santa Maria, fotografias e demais registros sobre o funcionamento do Orfanato S. Vicente de Paulo.

O quarto artigo do Estatuto do Orfanato prevê que a instituição “poderá entregar as órfãs e os enjeitados a famílias que queiram adotá-los legalmente”. Assim, cabia ao orfanato tratar da “colocação” dos recolhidos, “se não houver pessoas que possam deles se encarregar”. Um possível exemplo disto, é o cruzamento do nome de Nicota Niederauer, que fez parte da diretoria do Orfanato em 1922<sup>493</sup>, e cerca de dez anos após,

---

<sup>490</sup> SILVEIRA, Chirley Beatriz Vieira da. **Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo e Escola São Vicente de Paulo**: institucionalização e educação de meninas e moças (Florianópolis, 1900-1930). Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. P. 26.

<sup>491</sup> Segundo a autora: “Na admissão também consta a raça das meninas, que eram na sua maioria brancas, seguidas pelas pardas e pretas” (SILVEIRA, 2018, p. 83). Segundo o gráfico apresentado na pesquisa, as meninas de cor brancas eram 80%, parda 14%, e preta 3%, nenhum 3%, em um total de 159 registros. Sobre a presença indígena, Silveira localiza que de uma expedição para capturar cerca de 145 indígenas, 10 crianças foram recolhidas para o orfanato, sendo que 7 morreram (SILVEIRA, 2018, p. 62-3).

<sup>492</sup> Visitamos o Museu das Irmãs Franciscanas, o qual não possui em seu acervo registros sobre o orfanato, somente do Colégio Sant’Anna de Santa Maria. Também contatamos o gabinete da reitoria da Universidade Franciscana (UFN), o qual nos retornou afirmando não poder nos ajudar, pois os registros, que não sabemos quais seriam, são informações de dados pessoais e que a LGPD não permite à instituição divulgá-las com pesquisadores. Também contatamos a Mitra Diocesana de Santa Maria, com intermédio da arquivista do Arquivo Provincial da Rede Marista. A comunicadora do e-mail nos informou que a Arquidiocese não possui registros sobre o orfanato ou outras instituições de ensino citadas no presente trabalho. Podem existir outros acervos ou instituições que tenham ficado com a salvaguarda desta documentação, as quais até o presente momento não conhecemos. Ou, é possível também, que muitos vestígios tenham se perdido, em razão dos estabelecimentos terem sido fundados no início do século XX.

<sup>493</sup> “Orfanato S. Vicente de Paulo – Comemorou na semana passada, seu oitavo ano de existência, o Orfanato S. Vicente de Paulo, desta cidade. No dia 17, teve lugar a reunião de assembleia geral para a eleição da nova diretoria que ficou assim constituída: presidente d. Ritoca Chagas; vice-presidente, d. Magdalena Turi; 1ª e 2ª secretárias dd. Maria Philbert e Mimosa Rocha; tesoureira, d. Diva Weinmann; conselheiras, dd. Néné Appel, Pudica Weinmann, Candoca Fonseca, **Nicota Niederauer**, Tercila Krebs, Iracema Andrade e Ethelvina Lisbôa”. **Fonte**: *O Santamariense*, 03 de agosto de 1922, p. 2. CMEC. Grifos nossos.

encontramos uma mulher de mesmo nome em outra fonte, a lista de matrículas da Escola Elementar Olavo Bilac (1937-1938). Neste documento, consta que Nicota Niederauer tinha como profissão ser “Proprietária”, o que denota, possivelmente, privilegiadas condições financeiras, residia à rua Doutor Bozano, era de religião Espírita, e estava matriculando uma menina nesta escola pública em 1938. Aluna com matrícula confirmada no “1º ano T5”, Maria Zenir Rodrigues, de cor “preta”, com registro de nascimento em 10-1-1928, portanto, com cerca de 10 anos de idade, tinha Nicota N. como sua tutora<sup>494</sup>. Nestas matrículas, analisadas em pesquisa anterior por nós, observamos que são poucos os registros de tutor(a), prevaleceu o registro do pai e/ou da mãe no campo da filiação. Não localizamos nenhum documento de tutela referente ao nome citado no Arquivo Público, portanto, fica a dúvida se corresponde ao mesmo indivíduo ou não.

Já o Art. 5º, afirma que: “Se as posses permitirem, a instituição dará um pequeno dote às órfãs que saírem do Orfanato para se casar”<sup>495</sup>. Jeane Caldeira constatou caminhos similares para as asiladas do Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas/RS, que “após sua saída, o seu destino geralmente era o mesmo, tornavam-se empregadas em casas de famílias. Antes da maioridade, só poderiam sair do asilo pelo casamento ou pela intervenção dos pais, tutores, familiares ou protetores”<sup>496</sup>. Na seção “Vida social” da edição de 1930 do jornal *Diário do Interior* de Santa Maria, consta que uma ex-interna do Orfanato São Vicente de Paulo havia se casado. A srta. Mercedes Vianna Corel, nasceu em 23 de setembro de 1913 em Santa Maria, de cor *branca*, filha de Idalina V. Corel e Gabriel Corel, ambos falecidos em data ignorada. No ano de seu casamento, a profissão de Mercedes era de “labores/prendas domésticas”, ela tinha 16 anos quando se casou com Gomercindo Lopes Cavalheiro, de 25 anos, natural de Santa Maria, de cor *branca*, domiciliado e residente na mesma cidade, de profissão pintor. Nos autos da habilitação do casamento, está o termo de compromisso do tutor com a tutelada em documento assinado pela “Escrivania de Orphãos e Ausentes” da cidade de Santa Maria, assim como, o termo de consentimento assinado pelo tutor Elizardo Duarte Filho, da menor Mercedes, para a realização do casório<sup>497</sup>.

Na coluna do periódico, havia as informações sobre as testemunhas do casamento,

---

<sup>494</sup> Livro de Matrículas da Escola Elementar Olavo Bilac, 1938. AHIEEOB.

<sup>495</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 23 de setembro de 1913. Ano XXX, n. 221, p. 3. Estatuto do Orphanato S. Vicente de Paulo. HDB.

<sup>496</sup> CALDEIRA, Jeane. 2014, Op. Cit., p. 127.

<sup>497</sup> Habilitação de casamento de Gomercindo Lopes Cavalheiro e Mercedes Vianna Corel, 19 de março de 1930, Santa Maria. APERS.

que tinham prestígio social, um era promotor público e outro subdelegado, possíveis colaboradores da obra do orfanato. O casamento e a constituição de um lar, neste período, eram vistos como uma realização a ser almejada pelas mulheres, reforçado ainda mais às meninas e jovens órfãs, que tinha em seu histórico o abandono e a pobreza. Ideia reforçada pela notícia: “A noiva, que é órfã de pai e mãe, foi internada em tenra idade no Orfanato, de onde acaba de sair para constituir um lar”<sup>498</sup>.

A partir disso, podemos refletir sobre o papel do casamento para as órfãs, a partir das seguintes questões: Como conheciam os futuros maridos? Era de forma arranjada e intermediária pelo orfanato? As atividades desenvolvidas dentro do orfanato, consistiam em uma preparação para os mundos do trabalho e/ou para exercer o papel de esposa? Será que o casamento, para além de uma instituição religiosa, poderia ser uma possível maneira de emancipar-se mais cedo? Uma vez que segundo o estatuto, àquelas que se casassem antes da maioridade, poderiam sair do orfanato. São questões pertinentes, e buscamos respondê-las conforme as fontes nos permitam.

Em reportagem do ano de 1929, o jornal *O Diário do Interior* apresentou o relatório anual de instituições de caridades de Santa Maria, evidenciando importantes informações sobre a obra do orfanato, que naquele período, junto do Asilo, era dirigido por sete irmãs católicas e duas auxiliares.

As 41 meninas recolhidas no Orfanato **estão recebendo sólida educação para serem mais tarde dignas, embora pobres, mães de família.** [...] Este estabelecimento de caridade, desde a sua inauguração, em 1914 teve até agora a matrícula de 87 órfãs e 45 internas contribuintes com módica pensão, formando um total de 132 educandas. Algumas, em número de 9, já constituíram decentemente sua família com a união matrimonial constituída sob os auspícios das leis divina e civil. O movimento do Orfanato, foi o seguinte: existiam, no ano passado, 27 meninas, entraram 14; existem, atualmente, 41. Como é sabido, além dessas 41 pensionistas, **mantém o Orfanato uma aula para meninas pobres**, cuja matrícula subiu, neste ano, a 75 alunas<sup>499</sup>.

Várias são as informações que o trecho acima traz acerca da movimentação de internas e as características atribuídas a elas. Eram meninas pobres e o principal destino a elas planejado no futuro, que traria dignidade, era o matrimônio e a maternidade. Irma

---

<sup>498</sup> *Diário do Interior*, Santa Maria, 05 de abril de 1930, p. 2. CMEC.

<sup>499</sup> *Diário do Interior*, Santa Maria, 10 de agosto de 1929, p. 2. CMEC. Grifos nossos. A reportagem traz também os seguintes dados: “As mensalidades da aula das externas deram a soma de 647\$000, tendo o Orfanato pago para a professora o salário de 685\$000, sem por em conta a pensão da mesma. [...] Infelizmente, por falta de recursos ainda não pudemos edificar a casa destinada para aulas das alunas externas”.

Rizzini pesquisou trinta e três instituições que abrigavam órfãos e menores desvalidos no município do Rio de Janeiro, entre o final do século XIX até a década de 1930, e observou que "a educação das meninas órfãs ou desvalidas era invariavelmente voltada para o ensino doméstico, o qual visava formar ‘futuras criadas e esposas de operários’"<sup>500</sup>. Semelhante ao extraído da fonte acima, para a cidade de Santa Maria/RS, uma vez que as meninas recolhidas no orfanato, estavam “recebendo sólida educação para serem mais tarde dignas, embora pobres, mães de família”. Em razão do 8º aniversário da instituição, o Padre Caetano Pagliuca leu o seguinte relatório em um evento público, que foi transcrito no jornal *O Santamariense*, dirigido pelo mesmo:

Em vista disso, acho não ser temeridade afirmar que o Orfanato já faz parte do patrimônio moral de Santa Maria, estando a existência do mesmo garantida debaixo de tão generosos auspícios. Como sabem, o número dos asilados é de 30 meninas. Algumas delas estão para alcançar a idade regulamentar e a diretoria já cogita da colocação das mesmas. Fazemos votos a Deus e a nosso santo Protetor para que no ambiente, nem sempre são, em que serão obrigadas a viver, conservem a mesma pureza de costumes que foi o fito principal da nossa educação<sup>501</sup>.

Como vimos, a colocação das asiladas poderia se referir ao processo de tutela de famílias ou o próprio casamento. Nos chama a atenção o último parágrafo do trecho acima, o qual o Padre afirma que o ambiente que as meninas eram obrigadas a viver após sua saída do orfanato, nem sempre eram “são”. Para o asilo de Florianópolis/SC, Chirley Silveira constatou que "após o desligamento do asilo, com muita frequência, as internas dirigiam-se para casas de famílias das camadas médias ou das elites para trabalharem nos serviços domésticos"<sup>502</sup>. Já para a cidade de Pelotas/RS, Jeane Caldeira afirma o seguinte:

Com tamanho empenho na educação doméstica das desvalidas, não era difícil encaminhá-las para serem empregadas domésticas em casas de famílias, pois além de chegarem com boas referências, as famílias sabiam que foram educadas com rigor e disciplina, sendo a elas ensinados os principais afazeres doméstico<sup>503</sup>.

Podemos refletir se tal prática também era usual para o orfanato de Santa Maria. Será que as meninas asiladas, após sua saída da instituição, foram tuteladas e/ou se tornaram esposas e assumiram o serviço doméstico das casas que passaram a morar? Isso

---

<sup>500</sup>RIZZINI, Irma. 1990, Op. Cit., p. 84.

<sup>501</sup> *O Santamariense*, 03 de agosto de 1922, p. 2. Santa Maria. CMEC.

<sup>502</sup> SILVEIRA, Chirley Beatriz Vieira da. 2018, Op. Cit., p. 78.

<sup>503</sup> CALDEIRA, Jeane. 2014, Op. Cit., p. 190.

explicaria a advertência do padre citada acima? Destacamos também, para além do número de asiladas, o fato do orfanato manter uma aula para meninas pobres no contexto do final da década de 1920. Silveira também observou a existência de uma escola em funcionamento concomitantemente com o Asilo de Órfãs S. Vicente de Paulo em Florianópolis: "Em 1911, foi criada a Escola São Vicente de Paulo que funcionava como externato, tendo como público alvo além das internas, as meninas pobres que habitavam no entorno da instituição"<sup>504</sup>. Segundo a autora, a manutenção de uma aula para este público pode ser explicada da seguinte maneira, à qual também partilhamos para a realidade de Santa Maria:

Preparar as pessoas somente para o labor não correspondia ao que a sociedade catarinense necessitava na época. Era preciso pelo menos saber ler e escrever para atender as demandas de um mundo que tinha em seu horizonte o trabalho assalariado e a industrialização<sup>505</sup>.

Em uma Revista comemorativa dos 50 anos da Centro Universitário Franciscano de Santa Maria, que funciona atualmente no prédio do antigo orfanato à Rua Silva Jardim, e hoje se chama Universidade Franciscana, é citada referência à um empreendimento similar às aulas à meninas pobres de 1929, o qual suspeitamos ser a mesma iniciativa: "Em 1916, com maior número de Irmãs dedicadas a esse Educandário, foi constituída uma comunidade própria que, além de atender às crianças internas, dirigia uma escola para crianças pobres da vizinhança, aproximadamente 250 alunos de ambos os sexos"<sup>506</sup>.

Com base nestes relatos, notícias de relatório e requerimentos enviados à Intendência, elaboramos a Tabela 5, que corresponde ao número de órfãs e educandas do Orfanato São Vicente de Paulo, entre sua inauguração até o ano de 1929.

---

<sup>504</sup> SILVEIRA, Chirley Beatriz Vieira da. 2018, Op. Cit., p. 92.

<sup>505</sup> SILVEIRA, Chirley Beatriz Vieira da. 2018, Op. Cit., p. 106.

<sup>506</sup> UNIFRA, 50 Anos na Educação Brasileira, 1955-2005. P. 32-33. Biblioteca da Universidade Franciscana (UFN).

**Tabela 5 - Quantidade de órfãs e educandas do Orfanato São Vicente de Paulo, Santa Maria/RS (1914-1929)**

Ano	Nº de asiladas	Observações
1914	4	
1915	16	
1916	25 ou 21	Mantém uma escola elementar em benefício a meninas pobres com matrícula de 19 alunas
1917-1921	?	
1922	32 ou 30 (?)	4 saíram; 1 faleceu; 3 admitidas
1923	30	
1924-1927	?	
1928	27	14 entraram
1929	41	Mantém uma aula para meninas pobres com matrícula de 75 alunas; 45 internas (contribuintes com módica pensão) 9 constituíram família

**Fonte:** Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa nº 24; Tomo nº 136. 25 de setembro de 1915. Caixa nº 33. Tomo nº 193. 23 de outubro de 1916. Caixa nº 33. Tomo nº 195. 19 de maio de 1916. AHMSM. *O Santamariense*, 03 de agosto de 1922, p. 2. CMEC. *O Santamariense*, 26 de julho de 1923, p. 1. CMEC. *Diário do Interior*, Santa Maria, 10 de agosto de 1929. CMEC.

A partir da Tabela 5, é possível observar um aumento no número de asiladas conforme o avançar das décadas. Além disso, a afirmativa de que 9 meninas haviam constituído família, ou seja, casaram-se e possivelmente tiveram filhos/as. Nota-se, também o número de 75 “meninas pobres” como alunas na escola elementar, fundada dentro das dependências do orfanato.

Somente uma fotografia das meninas do Orfanato São Vicente de Paulo de Santa Maria foi localizada, entre o período das primeiras décadas do século XX. Através deste registro (Imagem 25), podemos ver alguns dos rostos que compunham os números citados acima.

**Imagem 25** - Meninas do Orfanato São Vicente de Paulo, Santa Maria/RS (s/d)



**Fonte:** “Visita das crianças do Orfanato São Vicente de Paulo no Patronato”, Santa Maria. Sem data. Acervo Pallotti.

Dispostas em duas fileiras, as mais novas na primeira e as mais velhas na segunda, contabilizamos 33 meninas. Ao contrário das imagens do Colégio São Luiz, esta fotografia parece não ter esperado o preparo e a homogeneidade característica das fotos de classes do período. Observa-se que algumas meninas aparecem como vultos atrás das colegas, algumas não olham para a câmera, ou deixam os braços estendidos, e outras os cruzam. Provavelmente se trata de um dia de inverno, por conta das vestimentas de casacos e calçados fechados. Não há nenhum tipo de identificação sobre quem seriam as órfãs do retrato, seus nomes ou idades. Ainda que sem registro sobre as cores das órfãs, observamos que há meninas negras neste registro. A análise deste registro, revela como a fotografia é um documento que humaniza e traz identidade à nomes e trajetórias negras que permaneceram desconhecidas pela História da cidade.

Além das “crianças do Orfanato”, há duas irmãs nos extremos do enquadramento, que acompanhavam as meninas em visita ao Patronato Agrícola Antonio Alves Ramos, inaugurado em 17 de março de 1929 em Santa Maria. Em notícia de 10 de agosto daquele mesmo ano, no *Diário do Interior* consta o seguinte registro sobre este espaço educacional:

E finalmente, os 31 meninos carinhosamente hospedados no majestoso Patronato, são, na sua quase maioria, pequenos tirados do perigo de uma má

educação e aos quais estamos proporcionando recursos para que possam, num futuro não muito remoto, tornarem-se úteis a si e à pátria<sup>507</sup>.

Idealizado em contexto próximo das iniciativas educacionais anteriores, percebe-se o valor dado ao trabalho e seu conseqüente retorno à sociedade. A seguir, uma fotografia da fachada do edifício do Patronato, datada daquele ano.

**Imagem 26 - Edifício do Patronato Antônio Alves Ramos (1929)**



**Fonte:** “Patronato Antônio Alves Ramos, 1929”. Santa Maria. Acervo Pallotti.

Tomando o prédio atrás das meninas e o aspecto do chão, as duas fotografias (Imagem 25 e 26) parecem se tratar do mesmo período, ano de 1929. Além disso, a inauguração do Patronato pode ter sido um motivo plausível para a visita das crianças do Orfanato, em uma outra obra de caridade da cidade que tinha como objetivo a educação das camadas empobrecidas da sociedade, neste caso, dos meninos. O Orfanato era considerado “a instituição mãe das duas outras”<sup>508</sup>, ou seja, do Asilo Padre Caetano<sup>509</sup> e

---

<sup>507</sup> *Diário do Interior*, Santa Maria, 10 de agosto de 1929, p. 2. CMEC.

<sup>508</sup> *Diário do Interior*, Santa Maria, 10 de agosto de 1929, Manchete “As nossas instituições de caridade”, p. 2. CMEC.

<sup>509</sup> Em 1922 foi realizada a compra do terreno anexo ao orfanato, para a construção de um asilo de mendicidade: “A comissão presidida pelo snr. Antonio Alves Ramos, já comprou pela quantia de 11 contos de réis a propriedade, anexa ao Orfanato, na qual será no dia 7 de Setembro colocada a primeira pedra do futuro Asilo de Mendicidade”. **Fonte:** *O Santamariense*, 10 de Agosto de 1922, n° 2, p. 4. CMEC. Antonio Alves Ramos aparece como presidente da comissão pro Asilo, constituída também por outros nomes da

do Patronato Agrícola Antonio Alves Ramos<sup>510</sup>, que possuía a mesma diretoria, formada por um grupo de católicos e pessoas influentes que administravam as referidas sociedades pias por meio de uma associação<sup>511</sup>.

Sobre os afazeres das asiladas do orfanato, sabemos apenas das atividades lúdicas de canto, frequentemente citadas em notícias de jornal, pois em várias cerimônias, como nas missas, inclusive na Igreja Nossa Senhora do Rosário, em frente ao orfanato<sup>512</sup>, as órfãs cantavam em coro<sup>513</sup> e recitavam poesias e monólogos<sup>514</sup> em razão de uma celebração, como por exemplo, as festas comemorativas do 25º aniversário da ordenação sacerdotal do padre Caetano Pagliuca em 1922. O jubileu sacerdotal do fundador do orfanato foi celebrado também naquele estabelecimento, em uma cerimônia que, diferentemente de outras notícias, trouxe os nomes das órfãs: “a menina Leonor proferiu entusiástico discurso de saudação, e a menina Clotilde Bortolacci declamou, com muito

---

elite santa-mariense, tais como o Doutor Astrogildo de Azevedo, José Mariano da Rocha e do Pe. Caetano Pagliuca, que tinha como objetivo “pagar o terreno comprado para nele se levantar o edifício. No momento que tiver saldada essa dívida, dará início a construção que espera leva-la a termo no prazo de um ano”. A reportagem ainda ressalta que naquele 7 de setembro, centenário da Independência: “Um dos números das festas comemorativas do Centenário era o lançamento da primeira pedra de um edifício destinado a amparar a velhice que de porta em porta mendiga o pão de cada dia”. **Fonte:** *O Santamariense*, 14 de setembro de 1922, n. 7, p. 3. CMEC. Logo após, o asilo passou a ser chamado Asilo Padre Caetano, em homenagem ao seu idealizador. No relatório sobre o ano social de 1922-1923, foi publicado no mesmo jornal o seguinte discurso de Astrogildo de Azevedo, que relaciona o Asilo com o Orfanato: “Encontrarão agasalho sob esse teto providencial infelizes de duas idades igualmente merecedores de amparo, porque não bastam a si mesmo a infância e a velhice. No primeiro caso o presente empresta ao futuro; no segundo restitui ao passado [...]”. **Fonte:** *O Santamariense*, 26 de julho de 1923, p. 1. CMEC.

<sup>510</sup> O anúncio da compra de um terreno para a “Granja Santo Antonio” foi noticiada em 1923 pelo jornal *O Santamariense*, dirigido pelo Pe. Caetano Pagliuca. Este teria sido um primeiro passo para a construção do patronato agrícola, e constava uma “homenagem ao distinto e abnegado cavalheiro, sr. Antonio Alves Ramos, o futuro instituto se chamará <Granja Santo Antonio>. Deste modo nossa cidade estenderá sua mão caridosa a tantos meninos desamparados dando-lhes educação e meio decente de vida”. **Fonte:** *O Santamariense*, 26 de julho de 1923, Santa Maria, p. 1. CMEC. A influência de Antonio Alves Ramos foi tão grande, que ao invés de se chamar “Granja Santo Antonio”, o estabelecimento de educação levou seu nome. A partir de 28 de abril de 1961 a Instituição passou a atuar como escola, chamando-se na atualidade de “Pallotti - Colégio Antônio Alves Ramos”. Disponível em: <<https://colegiopallottism.com.br/sobre/patrono>>. Acesso em: 03/03/2023.

<sup>511</sup> Em 1922 o diretor do orfanato continua sendo seu idealizador, Padre Caetano Pagliuca, e a nova diretoria era eleita: “Comemorou na semana passada, seu oitavo ano de existência, o Orfanato S. Vicente de Paulo, desta cidade. No dia 17, teve lugar a reunião de assembleia geral para a eleição da nova diretoria que ficou assim constituída: presidente d. Ritoca Chagas; vice-presidente, d. Magdalena Turi; 1ª e 2ª secretárias dd. Maria Philbert e Mímica Rocha; tesoureira, d. Diva Weinmann; conselheiras, dd. Néné Appel, Pudica Weinmann, Candoca Fonseca, Nicota Niederauer, Tercila Krebs, Iracema Andrade e Ethelvina Lisbôa”. **Fonte:** *O Santamariense*, 03 de agosto de 1922, p. 2. CMEC.

<sup>512</sup> “Festa do Rosário – Devido a procissão eucarística que se efetuará, no próximo domingo, a festa do Rosário, na respectiva capela, nesta cidade, se realizará, no dia 29 de outubro, sendo precedida de novena, cantada pelas asiladas do Orfanato S. Vicente de Paulo”. **Fonte:** *O Santamariense*, 28 de setembro de 1922, n. 9, p. 4. CMEC.

<sup>513</sup> *Diário do Interior*, Santa Maria, 28 de março de 1931, nº 71. CMEC.

<sup>514</sup> “Dia 19, às 8 horas, na capela do edifício, houve missa festiva com canto pelo coro das órfãs. De tarde, às 15 horas, efetuou-se a sessão solene, durante a qual, diversas meninas recitaram poesias, monólogos e entoaram cânticos apropriados ao dia. [...]”. **Fonte:** *O Santamariense*, 03 de agosto de 1922, p. 2. CMEC.

sentimento” uma poesia<sup>515</sup>. Portanto, o ensino das primeiras letras e o canto podem ser consideradas atividades do orfanato. Chirley Silveira, para o orfanato da capital catarinense, observou que "a educação das meninas asiladas foi direcionada para a aprendizagem de caráter prático”, que no período de sua pesquisa, compreendido para as primeiras décadas do século XX, “se dava por intermédio das oficinas de costura e bordado, confecções, trabalhos manuais (escultura, pintura, chapéus, flores) e dos trabalhos domésticos”<sup>516</sup>. Ainda que não encontramos registros sobre demais atividades do orfanato santa-mariense, que possivelmente não se restringiam somente ao canto e à leitura, podemos refletir se haviam semelhanças entre os afazeres do Asilo da capital de Santa Catarina, por exemplo.

Para finalizar, ressaltamos o caráter caritativo do orfanato, que no 6º artigo do seu Estatuto, consta: “O Orfanato será mantido pela caridade pública e dirigido por uma associação que se organizará legalmente pelos presentes estatutos sob o título de Orfanato S. Vicente de Paulo”. Desta forma, o financeiro para fins de funcionamento do orfanato era patrocinado pela caridade e pelo poder municipal. As doações eram realizadas pela sociedade em geral, variando o valor em dinheiro ou em mantimentos para as asiladas, como por exemplo, sacos de pão, arroba de farinha de milho, charque, entre outros alimentos<sup>517</sup>. Além disso, em 1923 identificou-se que o orfanato tinha a prática de contribuintes fixos, uma vez que naquele ano “o número dos sócios, que contribuem com a mensalidade de 1\$000, é de 163”<sup>518</sup>. O envolvimento da sociedade em geral, sobretudo daqueles com maior poder aquisitivo, assim como, a importância desta instituição na formação e abrigo de meninas abandonadas e órfãs da cidade e região, explica a divulgação e interesse da mídia, através dos jornais locais, em relatar o andamento da obra de caridade. Assim como, colocar em destaque e em forma de agradecimento, àqueles indivíduos “influentes” da cidade, que realizaram uma grande doação à instituição, como podemos ver no relatório do oitavo ano de funcionamento do orfanato, transcrito logo abaixo:

Exmas. Sras. Mandam os estatutos que regem o Orfanato S. Vicente de Paulo que a diretoria, anualmente, apresente um minucioso relatório referindo os acontecimentos principais da obra e a marcha tanto financeira como moral da mesma. Graças a Deus e aos esforços das reverendas Irmãs Franciscanas a quem em boa hora, confiamos a direção do estabelecimento, e à dedicação de

---

<sup>515</sup> *O Santamariense*, 06 de dezembro de 1922, p. 1. CMEC.

<sup>516</sup> SILVEIRA, Chirley. 2018, Op. Cit., p. 97.

<sup>517</sup> *O Santamariense*, 14 de setembro de 1922, n. 7, p. 2. CMEC.

<sup>518</sup> *O Santamariense*, 26 de julho de 1923, p. 1. CMEC.

um pugilo de senhoras e cavalheiros benfeitores constantes do Orfanato, podemos constatar que a nossa instituição, nestes oito anos de existência foi sempre auxiliada pela benevolência do generoso povo de Santa Maria<sup>519</sup>.

Segundo a revista em comemoração ao cinquentenário do Centro Universitário Francisco de Santa Maria, já citada anteriormente, ao realizar um resgate histórico do espaço físico o qual a UFN funciona, o antigo orfanato, a seguinte descrição é exposta: “por um período superior a cinco décadas, o Educandário São Vicente acolheu, educou e encaminhou para a vida centenas de meninas e jovens destituídas de lar e de recursos para a sobrevivência”. Depois se tornou Educandário São Vicente de Paulo como escola de aplicação, anexado à Faculdade Imaculada Conceição (FIC), atual UFN<sup>520</sup>. E atualmente, funciona naquele prédio as atividades da Universidade Franciscana, entre as ruas Silva Jardim e Duque de Caxias.

\*\*\*

Com isso, buscamos apresentar nas páginas anteriores as iniciativas religiosas nas quais encontramos menções à cor do público alvo a ser atendido. Observamos que tais menções ora se apresentavam de maneira implícita, como o caso do orfanato que não tinha distinção de cor na admissão das meninas órfãs, ora explícitas, como os relatos da Escola São Miguel. Extraímos, de diversas fontes históricas e bibliografia, fragmentos do cotidiano e do perfil das meninas e meninos, da infância à vida adulta, que acessaram estes espaços de educação no interior do Rio Grande do Sul. Constatamos a diferenciação racial e de classe quanto à ideia de infância, àquela pretendida pelas elites e poder municipal e as possíveis experiências dos próprios indivíduos. Assim como, pudemos observar como o ensino e as expectativas para o futuro para homens e mulheres eram distintos no contexto do início do século XX.

---

<sup>519</sup> *O Santamariense*, 03 de agosto de 1922, p. 2. CMEC.

<sup>520</sup> UNIFRA, 50 Anos na Educação Brasileira, 1955-2005. P. 32-33 Biblioteca da UFN.

## 5.0 CAPÍTULO 4 - VIVÊNCIAS NEGRAS: DO ESTAR NA ESCOLA AO EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO NA CIDADE

No último capítulo desta dissertação, pretendemos identificar as experiências e trajetórias de vidas negras em torno da educação durante as primeiras décadas do século XX, na cidade de Santa Maria/RS. Desta forma, relacionar as vivências individuais, familiares e associativas destes indivíduos, com a atuação no campo da educação. Junto a isso, buscou-se refletir sobre os significados de estar na escola na perspectiva destes sujeitos, localizando o campo educacional como um espaço de emancipação na medida que alunos, se tornaram professores.

Maria Lúcia R. Müller em *A cor da escola: imagens da Primeira República*, remonta à trajetória de dois professores negros, que segundo ela, "poderiam retratar parte da vida de docentes negros"<sup>521</sup> em território brasileiro. A autora comenta sobre as dificuldades metodológicas e de acesso a fontes documentais que tragam informações acerca de professores negros no Brasil, referente também, ao período de sua pesquisa, a Primeira República. Além disso, ressalta-se que tal estudo foi realizado no início dos anos 2000. Assim, Müller adverte que,

ampliando-se as investigações, em termos quantitativos e qualitativos, possivelmente descobriremos que, malgrado as limitações do cativo e do preconceito pré e pós-abolição, a sociedade brasileira produziu outros letrados negros dedicados ao ensino e ao magistério, e que se mantiveram, como o professor Hemetério<sup>522</sup>, sintonizados com as questões mais importantes de sua época<sup>523</sup>.

Seguindo esta linha de raciocínio, que buscou evidenciar as trajetórias de homens e mulheres negros na educação durante o pós-Abolição, vamos dissertar nas páginas que seguem, acerca das vivências de “outros letrados negros dedicados ao ensino e ao magistério”<sup>524</sup> na cidade de Santa Maria. Desta forma, as fontes consultadas para este

---

<sup>521</sup> MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. *A cor da escola: imagens da Primeira República*. Entrelinhas, EdUFMT, Cuiabá, MT, 2008. P. 61.

<sup>522</sup> O professor Hemetério José dos Santos, maranhense e morador durante a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro, foi um intelectual e docente negro que atuou na vida pública e em diversas escolas cariocas, como o Colégio Dom Pedro II. Sobre a trajetória deste professor, ver mais em: MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues, Op. Cit., 2008. SILVA, Luara dos Santos. *‘Etimologias preto’*: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920). Dissertação (Mestrado em Relações Etnicorraciais, CEFET, Rio de Janeiro, 2015.

<sup>523</sup> MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. 2008, Op. Cit., p. 70-71.

<sup>524</sup> Idem, Ibidem.

capítulo são matrículas escolares da Escola Elementar Olavo Bilac (década de 1930), registros civis e cartoriais, jornais, três entrevistas orais, de um antigo aluno da referida escola e, duas com familiares dos protagonistas deste capítulo. Todos os depoimentos foram cedidos na residência das pessoas entrevistadas e, a partir dos interlocutores, tivemos acesso à inúmeras informações, relatos e histórias que contam a trajetória dos alunos que se tornaram professores na cidade, durante o início do século XX: Inácia Rodrigues Cruz e Armenio Moraes.

Atrelado a isto, os documentos consultados no acervo particular das famílias foram, sobretudo, as fotografias. Já em arquivos públicos, localizou-se, tomando o nome como fio condutor, documentação batismal e civil, como registros de nascimento, óbito, casamento e tutela. Assim como, exemplares de jornais, tanto de jornal de grande circulação no Estado, como o periódico *A Federação*, quanto da imprensa negra santamariense, *O Succo*. O cruzamento destas fontes, permitiu identificar diversos indícios sobre a atuação destes sujeitos na História da Educação de Santa Maria, durante o pós-Abolição.

A seguir, centramos o debate acerca dos marcadores sociais de gênero, raça, classe e faixa etária e suas relações com as subjetividades e vivências destes indivíduos no contexto em que viviam, tomando o Pensamento de Mulheres Negras como principal bibliografia articulada.

## 5.1 ALGUNS APONTAMENTOS ACERCA DOS ATRAVESSAMENTOS DE GÊNERO, CLASSE E RAÇA NO AMBIENTE ESCOLAR

Às vezes ficava matutando para quem a vida se tornava mais difícil. Para a mulher ou para o homem? Lembrava-se do pai, da história do pai dele, o Vô Vicêncio, do irmão dela que trabalhava desde cedo nas terras dos brancos e que nem tempo de brincadeiras tivera. E acabava achando que, pelo menos para os homens que ela conheceria, a vida era tão difícil quanto para a mulher<sup>525</sup>.

Ponciá Vivêncio, personagem que leva o nome do livro da escritora e professora Conceição Evaristo, se questiona sobre as agruras da vida, da sua e de seus próximos, homens e mulheres negros e negras no período do pós-Abolição. Para a personagem, as desigualdades sociais permeavam a si e a seus familiares de maneiras próximas, em razão

---

<sup>525</sup> EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vivêncio**. Pallas; 3ª edição, 2017, p. 48.

econômica e racial. Neste trecho de *Ponciá Vivêncio*, podemos perceber a leitura complexa que Conceição Evaristo tem da realidade brasileira, compreendendo as intersecções nas relações sociais e de opressão em sujeitos negros, que tem na cor de sua epiderme os rearranjos de exclusão social e racial, que se reconfiguraram após a abolição da escravidão e no advento da República.

Para pensar o pós-Abolição como *problema histórico*<sup>526</sup>, devemos compreender, entre outras coisas, as trajetórias e visões de pessoas libertas pelo 13 de maio de 1888, de negros e negras livres que viveram as emancipações anterior a lei, assim como seus descendentes, que ocupam a centralidade do debate. Compreender quais foram suas visões de liberdade, de cidadania, de educação, sociabilidade, entre outros âmbitos da sociedade, assim como refletir sobre quais foram os projetos políticos ausentes no plano nacional e estadual à essa parcela significativa da população e, quais suas ações para forjarem sua cidadania, fazem parte deste campo de estudos no Brasil. Com o objetivo de entendermos que as trajetórias negras “não foram lineares, típicas ou padronizadas”<sup>527</sup>, buscamos na teoria e metodologia instrumentos de pesquisa possíveis para adentrarmos em um universo social múltiplo e complexo. Para isso, os usos da Interseccionalidade como ferramenta analítica trazem aspectos importantes na construção da pesquisa em História. A articulação das categorias de gênero, raça, classe e cidadania, são imprescindíveis para entendermos este período histórico, relacionando-os com as agências dessas e desses indivíduos, assim como a estrutura social pós-abolição que (re)configura as desigualdades sociais entre sujeitos brancos e negros, através da legislação republicana e do racismo, por exemplo.

Joan Scott no texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, discorre sobre o gênero como uma categoria possível para o fazer historiográfico, e reconhece a importância da historicidade da terminologia. O termo gênero, a partir das formulações de uma *nova história* por historiadoras/es feministas, iniciado nos anos de 1980, enfatizava “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”<sup>528</sup>, e negava o determinismo biológico para se tratar de seres sociais. Com isso, gênero se introduz como uma noção relacional para se estudar experiências de mulheres e homens

---

<sup>526</sup> MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. 2004, Op. Cit.

<sup>527</sup> DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, v. 16, n. 30, 2009, p. 218

<sup>528</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, jul/dez, 1985, p. 72.

na História, no campo social, econômico e político. Apesar da autora explicitar que o gênero não é o único campo de significado nas relações de poder, Scott afirma que

o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas<sup>529</sup>.

A autora especifica as tradições judaico-cristãs e islâmicas como contextos históricos e sociais em que gênero seria uma categoria primária para analisar esta sociedade. Porém, refletindo sobre a realidade brasileira, marcada pelo colonialismo europeu, pelo escravismo de pessoas indígenas, legalizado para indivíduos africanos e seus descendentes durante mais de 300 anos - seria possível analisar o contexto do pós-Abolição tomando somente o gênero como forma primária de dar significado às relações de poder?

Em períodos simultâneos, Lélia Gonzales (1984), intelectual negra brasileira, teoriza sobre a sociedade brasileira associando opressões de gênero, raça e classe. A autora aciona elementos próprios do contexto histórico da formação da sociedade brasileira, relacionando-os com as experiências de mulheres e homens negros e negros. Como por exemplo, o mito da democracia racial, a naturalização do racismo e do sexismo e a culpabilidade branca, que são fatores importantes para compreender como essas construções históricas/sociais e as imagens inventadas atuam sobre indivíduos negros, na realidade nacional. Lélia Gonzales discorre também, sobre as imagens criadas acerca das mulheres negras, as quais seriam a de *mulata*, *mucama*, *mãe preta* e a doméstica, articulando essas imagens à violência racial, de gênero e classe.

Em *Pensamento Negro Feminista: conhecimento, consciência e a política de empoderamento*, Patricia Hill Collins, para o caso dos Estados Unidos, observa a naturalização das diferenças através das imagens de controle. Para a autora, "essas imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana"<sup>530</sup>. Entre estas imagens de controle estão àquelas ligadas ao trabalho precarizado e à sexualização de corpos negros, fatores que subjagam as mulheres negras

---

<sup>529</sup> SCOTT, Joan. 1985, Op. Cit., p. 88.

<sup>530</sup> COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias, São Paulo: Boitempo, 2019. P. 136.

estadunidenses e propiciam "justificativas ideológicas para opressões interseccionais de raça, gênero e classe"<sup>531</sup>.

Termo do século XXI, mas ideia que já havia sido trabalhada, de certa forma, a partir das décadas de 1970 por mulheres negras das Américas, como Angela Davis, Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento, entre outras, a Interseccionalidade se apresenta como um conceito multifacetado para entender realidades múltiplas. Sua definição perpassa o entendimento das relações interseccionais de poder que afetam todos os aspectos do convívio social, como marcadores de raça, gênero, classe, sexualidade, nacionalidade, entre outras categorias, que se sobrepõem umas às outras em realidades sociais. O termo foi cunhado pela jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw<sup>532</sup>, para explicar questões contemporâneas através da analogia das avenidas de opressões, que se cruzam sobre corpos de mulheres negras, nas categorias de raça e gênero. Ainda que utilizado para se pensar a contemporaneidade, a Interseccionalidade pode ser empregada para entender diferentes contextos históricos e geográficos, sendo adaptada para diferentes realidades. Patricia Hill Collins e Sirma Bilge em *Interseccionalidade*, afirmam que há diferentes usos desta ferramenta analítica, e apontam o seu constante processo de construção. As autoras afirmam que

em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a Interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo<sup>533</sup>.

Compreender essas categorias como fios condutores de experiências sociais, nos possibilita entender os sujeitos históricos para além de um *lugar comum*, de somente uma categoria que o atravessa. Partindo então, da sua complexidade e na sua pluralidade de ser. Assim como, a desconstrução da categoria universal de mulher, questionada pelo Pensamento Feminista de mulheres negras, como nas obras de Oyèrónkẹ Oyěwùmí. A pesquisadora nigeriana apontou que

Talvez a crítica mais importante de articulações feministas de gênero é aquela feita por uma série de estudiosas afro-americanas que insistem que nos Estados Unidos de forma alguma o gênero pode ser considerado fora da raça e da classe. Esta posição levou à insistência sobre as diferenças entre as mulheres e

---

<sup>531</sup> COLLINS, Patricia Hill. 2019, Op. Cit., p. 152.

<sup>532</sup> CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifen, 2004.

<sup>533</sup> COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza, São Paulo: Boitempo, 2021. P. 33.

a necessidade de teorizar múltiplas formas de opressão, particularmente sobre as quais as desigualdades de raça, gênero e as desigualdades de classe são evidentes. Fora dos Estados Unidos, as discussões centraram-se sobre a necessidade de atentar-se ao imperialismo, à colonização e outras formas locais e globais de estratificação, que emprestam peso à afirmação de que o gênero não pode ser abstraído do contexto social e outros sistemas de hierarquia<sup>534</sup>.

Além disso, pontuamos o uso da Interseccionalidade para estudos do pós-Abolição como ferramenta analítica para entender, além das opressões e desigualdades sociais, as agências de homens e mulheres negros e negras na sua autodefinição enquanto sujeitos históricos, nomeando a si e aos seus em um espaço de disputa de narrativas<sup>535</sup>. São a partir destes e outros questionamentos, do conhecimento de nossas fontes históricas, que retornamos a pensar sobre os usos da Interseccionalidade e do Pensamento de mulheres negras para a construção da análise histórica. Para a pesquisadora brasileira Carla Akotirene, a Interseccionalidade

em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade<sup>536</sup>.

Para compreendermos as subjetividades e experiências sociais destes sujeitos históricos, temos de entender as estruturas sociais, econômicas e políticas que atravessam diferentes comunidades, diferentes pessoas. A partir disso, podemos refletir sobre os possíveis significados da educação, em seu sentido amplo, do ler a escrever, à frequência em aulas em escola, para famílias negras do pós-Abolição. Articulando estas estruturas

---

<sup>534</sup> OYEWÙMÍ. Oyeronké. **Conceituando o gênero**: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYÈWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies*. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, por Juliana Araújo Lopes. P. 3. Ver também: OYEWÙMÍ. Oyeronké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2021.

<sup>535</sup> Acerca da Interseccionalidade como teoria, ferramenta analítica e metodológica no fazer historiográfico, ver mais as seguintes pesquisas: HAACK, Marina Camilo. **Sobre silhuetas negras**: experiências e agências de mulheres escravizadas (Cachoeira, c. 1850-1888). Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo/RS, 2019. SANTOS, Bruna Letícia de Oliveira dos Santos. **“Os brancos não falam a verdade contra mim porque ele é homem e não havia de passar o trabalho que as fêmeas passam”**: Maria Rita e a Interseccionalidade de mulheres escravizadas (Comarca de Rio Pardo XIX). Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo/RS, 2020.

<sup>536</sup> AKOTIRENE. Carla. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018. P. 43-44.

com o pensamento binário proposto/imposto pela hegemonia do conhecimento ocidental, Patricia Hill Collins dialoga com o acesso à educação às mulheres negras como ação de agência sobre suas vidas.

Negar a humanidade plena das mulheres negras, tratando-nos como o Outro objetificado em múltiplos binarismos, demonstra o poder que o pensamento binário, a diferença formada por oposições e a objetificação exercem nas opressões interseccionais. Apesar de sua aparente persistência, essa maneira de pensar, ao estimular a injustiça, também fomenta a resistência. Por exemplo, as mulheres negras estadunidenses há muito reconheceram quão injusto é um sistema que cotidianamente, e de geração a geração, relega as mulheres negras à parte inferior da hierarquia social. **Muitas mulheres negras, quando se viram confrontadas com essa injustiça estrutural dirigida a nosso grupo, reafirmaram nosso direito de definir nossa própria realidade, estabelecer nossa própria identidade e dar nome a nossa história**<sup>537</sup>.

A reafirmação dessa história perpassa a vivência de mulheres negras desde o período escravista, atravessando gerações do pós-Abolição. Collins e Bilge, ao citarem o Festival Latinidades<sup>538</sup> de 2014, organizado pelo movimento de mulheres negras no Brasil, afirmam que *Ponciá Vivêncio* de Conceição Evaristo, escritora que se fez presente no festival, é “um marco na literatura de mulheres negras brasileiras, ainda hoje é um clássico quando se examinam os desafios da criatividade de uma negra comum diante das múltiplas expressões de opressão que enfrenta”<sup>539</sup>. Retomando o trecho extraído do romance que abre esta seção, percebemos que o período do pós-Abolição ao qual Ponciá estava inserida, é um contexto social organizado pelas discriminações em razão econômica, de gênero e raça.

Com isso, para compreendermos as realidades forjadas e organizadas por homens e mulheres negras, precisamos nos atentar para o funcionamento destas estruturas e para a autodefinição destes indivíduos. O acesso à instrução, como o saber ler e escrever, foi considerado um caso de subversão por parte das classes dominantes, e uma forma de resistência, quando vivido por sujeitos negros no período da escravidão<sup>540</sup>. Segundo a

---

<sup>537</sup> COLLINS, Patricia Hill. 2019, Op. Cit., p. 139. Grifos nossos.

<sup>538</sup> Se trata de um evento anual de afro-latinas e afro-caribenhas, realizado em Brasília. “Sendo o maior festival de mulheres negras da América Latina, o evento de 2014 estava programado para coincidir com o Dia Internacional da Mulher Negra da América Latina e do Caribe. O Latinidades não é um festival comum. Várias décadas de ativismo de mulheres negras no Brasil criaram o espaço político, social e artístico para esse evento dedicado às questões e necessidades das mulheres negras no Brasil especificamente, mas também das afro-latinas e afro-caribenhas de forma geral” (COLLINS; Patricia Hill; BILGE, Sirma. 2021, Op. Cit., p. 39).

<sup>539</sup> COLLINS; Patricia Hill; BILGE, Sirma. 2021, Op. Cit., p. 40.

<sup>540</sup> DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo, 1. Ed., São Paulo, 2016. P. 34-35. SILVA, Alexandra Lima da. **O saber que se anuncia**: o poder da palavra em tempos de escravidão (Rio de Janeiro,

historiadora Alexandra Lima, apropriar-se da instrução poderia significar uma possibilidade para a liberdade naquele contexto. A autora constatou, com base na análise e mapeamento de anúncios em periódicos oitocentistas, em circulação na cidade do Rio de Janeiro, entre 1830 e 1888, a existência de escravos que sabiam ler e escrever. Acerca dos significados destas ações, Lima observou que:

Por sua vez, saber ler e escrever era uma forma de resistência e um meio de sobrevivência e de camuflagem, como forro, em uma sociedade que perseguia e estigmatizava os corpos, as falas e os gestos dos escravos. A palavra tinha poder. Para muitos escravos, foi o caminho para superar a escravidão. A educação, o aprendizado da leitura e da escrita indicaram os caminhos para a liberdade<sup>541</sup>.

O papel da educação na vida cotidiana de escravizados, libertos e nascidos livre, poderia significar maior autonomia e conquista de habilidades sociais, aspectos importantes na vida em liberdade<sup>542</sup>. Assinar seu próprio nome, escrever a alguém, comunicar-se e conhecer as leis, são ações de resistência à um sistema escravista que tinha como premissa a comercialização e desumanização de pessoas e a sua posse enquanto propriedade privada. Após a abolição da escravidão, quando escravizar alguém se tornou ilegal com a Lei Áurea (1888), os impedimentos ao acesso e frequência de indivíduos negros à espaços escolares foram mantidos e reinventados, como vimos no capítulo 2 desta pesquisa. Muitas vezes, o primeiro contato que crianças e jovens negros tiveram com o preconceito racial, foi em espaços escolares. Assim como, a presença do trabalho desde tenra idade nas classes populares, restringiu e/ou retardou o acesso a estes sujeitos na escola formal.

Portanto, os significados de estar na escola trazem especificidades quanto ao período histórico e a região geográfica na qual este espaço escolar está localizado.

---

1830 a 1888). Revista Brasileira de História da Educação, v. 18, 2018. PERES, Eliane. **Ler, escrever e contar entre mulheres escravizadas**: uma história ainda a ser escrita. Revista Brasileira de História da Educação, v. 22, 2022.

<sup>541</sup> SILVA, Alexandra Lima da. 2018, Op. Cit., p. 22.

<sup>542</sup> Com base em *Provas de liberdade: uma odisséia atlântica na era da emancipação*, de Rebecca J. Scott & Jean Hebrard, a historiadora Noemi Santos da Silva observa que " Scott e Hébrard, pensando nos sentidos do letramento em âmbito atlântico, consideraram a representatividade dos documentos escritos na vida de escravos e negros livres para o acesso a direitos. Uma carta de alforria, um registro de propriedade de terra, a capacidade de assinar um documento em letra firme representavam códigos distintivos úteis na melhoria de condições de vida na escravidão e da busca pela liberdade. A escola e o letramento podem ainda ter dinamizado o acesso às leis de emancipação vigentes, no caso do sapateiro". SILVA, Noemi Santos da. Entre letras e lutas: educação e associativismo no Paraná da Abolição e do pós-Abolição. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; TEIXEIRA, Luana; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti (Orgs.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil**: associativismo e trajetórias negras. Salvador, Editora Saggá, 2020. P. 215.

Também, perpassam aspectos da razão social, econômica, racial, de gênero, geracional e familiar, os quais alunos e alunas estão inseridos. Dito isto, podemos afirmar que os sentidos de estar na escola são e foram múltiplos ao longo do tempo, dependendo de quais espaços sociais e experiências individuais e coletivas os sujeitos pertenciam e se faziam pertencer. Até mesmo o tempo escolar e social de crianças, jovens e adultos, ou seja, o tempo de sala de aula, do trajeto até o espaço educacional, também é atravessado pelas diferenças de gênero, raça e classe.

Com isso, dialogamos com as reflexões trazidas por historiadores sociais da Educação, quando se apropriam de teorias de Edward P. Thompson para refletir sobre as experiências de escolarização. Refletindo sobre a questão do tempo, analisada por Thompson acerca da regulação do tempo/horário em fábricas e estabelecimentos capitalistas da Europa<sup>543</sup>, foi constatado que o tempo escolar também pode ser historicizado. O tempo da escola abarca diversos aspectos, desde “os calendários, a demarcação das aulas, a divisão dos tempos pelas disciplinas e/ou atividades e as hierarquias aí produzidas[...]”<sup>544</sup>, como também “o percurso e tempo para ir da casa para a escola e da escola para a casa são parte da escolarização, e as possibilidades e limites por eles estabelecidos são experimentados de maneiras diferentes pelos diversos sujeitos”<sup>545</sup>. Os autores ainda afirmam:

Do mesmo modo, o tempo escolar é sempre uma negociação da escola com os sujeitos que a frequentam e que a constituem. Dessa forma, a recusa de frequentar a escola, o encurtamento ou o alargamento da permanência na escola, por exemplo, não podem ser vistos apenas como o resultado da ação dos imperativos escolares, mas também como uma forma como os alunos e suas famílias interpretam a importância da escola no conjunto de suas vidas<sup>546</sup>.

A interpretação da maior ou menor importância da escola para as famílias, como já pontuamos, perpassa questões diversas, como o caráter econômico, ligado sobremaneira às categorias de raça e gênero. O trabalho infantil, desempenhado sobretudo por crianças e jovens pobres, negros e negras, é uma continuidade histórica de desigualdades sociais. Pois uma vez que o tempo deste sujeito é ocupado por seu trabalho, urbano e/ou doméstico, sobretudo no turno diurno, é um tempo afetado pela desigualdade

---

<sup>543</sup> THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 267-304, 1998.

<sup>544</sup> BERTUCCI, Liane Maria; FILHO, Luciano Mendes de Faria; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. **Edward P. Thompson: história e formação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. P. 59.

<sup>545</sup> BERTUCCI, Liane M.; FILHO, Luciano M. de F.; OLIVEIRA, Marcus A. T. de. 2010, Op. Cit., p. 60.

<sup>546</sup> BERTUCCI, Liane M.; FILHO, Luciano M. de F.; OLIVEIRA, Marcus A. T. de. 2010, Op. Cit., p. 60.

socioeconômica e racial que determina que a infância pobre e negra trabalha, e outras infâncias, de classes mais abastadas e ricas, desempenham outras atividades, como por exemplo, acessar e permanecer na escola.

Portanto, estar ou não na escola, sobretudo para famílias de homens, mulheres e crianças trabalhadoras, é uma escolha coletiva pela escolarização. Ou seja, não depende somente pelo arrimo de família, ou do próprio indivíduo a se tornar aluno, mas sim, pode ser lido também como um projeto compartilhado entre a família e a comunidade pertencente. A decisão de dedicar esforços, afetos e recursos para manter um filho ou filha em um espaço escolar formal, é uma decisão que perpassa mais de um indivíduo, e, muitas vezes, abrange também o corpo familiar. Os autores pontuam que “os tempos familiares são continuamente invadidos pelo tempo da escola e as rotinas da casa são subvertidas, ou submetidas, às necessidades da escola”<sup>547</sup>.

Guacira Louro ao historicizar as mulheres na sala de aula no Brasil, atentou para o seguinte fator:

Não parece ser possível compreender a história de como as mulheres ocuparam as salas de aula sem notar que essa foi uma história que se deu também no terreno das relações de gênero: as representações do masculino e do feminino, os lugares sociais previstos para cada um deles são integrantes do processo histórico. Gênero, entendido como uma *construção social*, e articulado à classe, etnia, religião, idade, determinou (e determina) algumas posições de sujeito que as mulheres professoras ocuparam (e ocupam)<sup>548</sup>.

Portanto, nas páginas que seguem, buscamos dissertar sobre as vivências de dois alunos negros do início do século XX em Santa Maria/RS, acerca de suas famílias, de projetos compartilhados quanto a sua escolarização e à conclusão do magistério, através das trajetórias de Inácia Rodrigues Cruz e de Armenio Moraes.

## 5.2 “A INTELIGENTE SENHORINHA” INÁCIA RODRIGUES CRUZ

Inácia Rodrigues da Cruz, filha de Justiniano Rodrigues da Cruz e Maria José Farias<sup>549</sup>, nasceu em 1919 em Santa Maria/RS. Foi estudante da Escola Complementar

---

<sup>547</sup> BERTUCCI, Liane M.; FILHO, Luciano M. de F.; OLIVEIRA, Marcus A. T. de. 2010, Op. Cit., p. 61.

<sup>548</sup> LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004. P. 478.

<sup>549</sup> Habilitação de casamento de Justiniano Rodrigues Cruz e Maria José Farias. Santa Maria, 9 de setembro de 1916. APERS. Documento encontrado por Franciele Rocha de Oliveira.

Olavo Bilac, local de ensino centenário da cidade atualmente<sup>550</sup>. Irmã de Julieta Rodrigues da Cruz e Maria José Soares da Cruz. Neta, pela parte paterna, do casal<sup>551</sup> **Eustaquio Rodrigues da Cruz**, liberto, natural da Freguesia de Santa Maria, filho natural de Eva, escravizada de David José de Medeiros, e de **Ignacia Maria Diaz**, nascida em 1847, liberta, filha natural de Maria Bibiana [Dias] (escravizada) com o seu senhor, Justiniano Gonçalves Dias<sup>552</sup>. Levando o nome da avó paterna, mulher negra que conquistou sua liberdade na região de Santa Maria/RS décadas antes, durante o período escravista, no pós-Abolição a neta Inácia foi matriculada nas aulas da escola localizada na Rua Coronel Niederauer, próxima da residência da família Rodrigues Cruz.

O orgulho das filhas podia ser visto nas páginas do jornal da imprensa negra *O Succo*, em circulação em Santa Maria desde 1922. Entre este período, a família enviou um retrato das filhas Julieta e Ignacia, as “dilectas filhinhas do nosso amigo e favorecedor Snr. Justiniano Rodrigues”, como já foi apresentado no subcapítulo 1.4.

---

<sup>550</sup> Antigo Colégio Distrital, fundado em 1901, depois chamado de Escola Elementar e Complementar e de Escola Olavo Bilac nos idos anos da década de 1930. Atualmente tem a nomenclatura de Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac.

<sup>551</sup> Arquivo da Cúria Diocesana de Santa Maria. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Livro de Casamentos nº 2 e nº 3 (1849-1870), p.161v - 162. Casamento de Eustaquio Rodrigues e Ignacia Maria. Fonte fotografada por Letícia Guterres, casamento localizado por Franciele Rocha de Oliveira.

<sup>552</sup> Livro de Registros de Óbitos “C 18”, Santa Maria. Cartório Civil. Registro nº 9835, p. 170-170v. Óbito de Ignacia Maria da Cruz, viúva de esposa de Eustáquio Rodrigues da Cruz. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:33SQ-GRMQ-9WYQ?i=199&cat=1483156> >. Último acesso em 30 de setembro de 2021. Documento localizado por Franciele Rocha de Oliveira.

**Imagem 27** - Fotografia das irmãs Julieta e Ignacia Rodrigues Cruz no jornal *O Succo*



**Fonte:** Acervo particular do familiar Sr. Ewerton Jorge Rodrigues Cruz.

Seu pai Justiniano Cruz é quem aparece como responsável no momento de sua matrícula na Escola Elementar, em 1935 e 1936. Ao longo de sua vida, Justiniano trabalhou com o mundo das letras, sendo desde carteiro, telegrafista dos Correios a empregado em periódicos da imprensa santa-mariense, como *A Tribuna*, *O Combatente*, *Sul Brasil*, *Jornal Debates*, *O Castilhistas*, *Correio da Serra* e *Diário do Estado*. Além desses, foi um dos fundadores do jornal *A Razão*, onde trabalhou durante 22 anos no setor da Expedição, não limitando-se a esta tarefa, “pois teve participação ativa também em reportagens sociais, anúncios, assinaturas e outras atividades, procurando sempre, com sua serenidade marcante, apoiar seus colegas”. Em nota de seu falecimento aos 89 anos, no ano de 1982, no jornal *A Razão* foi redigido que seu Justo (como era conhecido), teria deixado um grande abraço na redação, “desejando a todos saúde para enfrentar o trabalho jornalístico, uma tarefa que exige muito sacrifício, principalmente o desgaste intelectual”<sup>553</sup>.

A partir da História Oral, a família através dos relatos de Maria José Soares Cruz, filha de Justiniano, Loreno Cruz, seu esposo, e o filho deles, Jorge Cruz, confirmam que Justiniano tinha outra ocupação profissional, a de professor, lecionando na região de

---

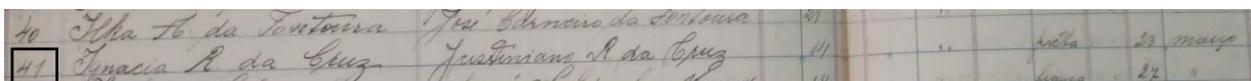
<sup>553</sup> *A Razão*. 03 de janeiro de 1982. Santa Maria. AHMSM.

Tronqueiras em Arroio do Só, distrito de Santa Maria<sup>554</sup>. Era em Tronqueiras que ficavam as propriedades dos antigos senhores escravistas, David José Medeiros e Justiniano Gonçalves Dias, que escravizaram, respectivamente, pai e mãe de Justiniano. Sua filha, nascida e adotada anos mais tarde, dona Maria José Cruz afirma que:

Se eu sou o que sou hoje, se eu aprendi assim matemática, aprendi o português, agradeça a ele, porque ele me puxava. Ele me colocava sentada na mesa e enquanto ele não me fazia decorar ele não... **Loreno Cruz**: Ele tinha o primário né. Naquela época quem tinha o primário era doutor hoje. Porque tinha um conhecimento muito vasto né. Era impressionante<sup>555</sup>.

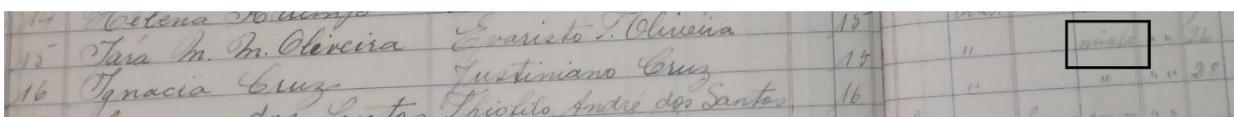
Podemos refletir sobre a influência que Justiniano teve também sobre as filhas em relação ao incentivo à educação, seja pelo olhar atencioso em tarefas escolares até o ato de matriculá-las em escolas da cidade. É ele quem aparece como responsável por Inácia nas listas nominativas de alunos matriculados no decorrer da década de 1930 na Escola Elementar Olavo Bilac.

#### **Imagem 28** - Matrícula de Inácia R. Cruz na Escola Elementar Olavo Bilac (1935)



**Fonte:** Livro N° 01. Matrículas e frequências (1929 a 1941). AHIEEOB.

#### **Imagem 29** - Matrícula de Inácia R. Cruz na Escola Elementar Olavo Bilac (1936)



**Fonte:** Livro N° 01. Matrículas e frequências (1929 a 1941). AHIEEOB.

<sup>554</sup> Dentro do projeto coletivo do Grupo de Estudos sobre o pós-Abolição/UFSM, lançado em 2018, intitulado “Campanha de Preservação e Valorização dos Jornais da Imprensa Negra de Santa Maria”, projeto que visa localizar, reunir e preservar a memória e história dos jornais da imprensa negra, que foram fundados e circularam na cidade. Entre as atividades da Campanha, faz parte do cronograma a realização de entrevistas com indivíduos que podem ter em salvaguarda exemplares, descendentes da imprensa negra e aqueles que possam conhecer informações sobre estes jornais. Em 2019, o GEPA foi então recebido pela família de Justiniano Cruz, contato oportunizado através do Prof. Dr. Jorge Cruz, neto materno de Justiniano. A responsável técnica pela entrevista foi a integrante Franciele Rocha de Oliveira e as responsáveis técnicas pela transcrição foram as integrantes Daniela de Souza César, Taiane Anhanha Lima e a autora deste trabalho, material este que foi cedido para nossa pesquisa.

<sup>555</sup> MARIA JOSÉ CRUZ, LORENO CRUZ, em entrevista concedida à Franciele Rocha de Oliveira na residência dos entrevistados, em 04/09/2019.

As categorias presentes nestas matrículas eram: N° [de matrícula], nomes, filiação, sexo [M./F.], idade, naturalidade paterna, cor, classe, data da matrícula, dia e mês, e observações<sup>556</sup>. Todos os campos eram datilografados no próprio livro de matrícula. Podemos ver que em 1935 Inácia é designada de cor *preta*, e no ano seguinte, de cor *mixta*. Acreditamos que a decisão de redigir a designação racial era variável e não seguia um regramento estipulado quanto as variações entre *mixta*, *pardo*, *preta* e *branco*.

Em pesquisa anterior, notamos ocorrências de mudança na designação de cor de um ano para o outro. Junto aos registros de suas matrículas, observamos a participação de Inácia em atividades escolares através de registros fotográficos, localizados em um álbum de fotografias da instituição e em acervo particular do Sr. Ewerton J. R. Cruz, familiar de Inácia, ambos acervos datados da década de 1930. Nota-se que em sua turma haviam somente mulheres, fator que se explica pelo processo denominado “feminização do magistério”. Segundo Guacira Louro, “em algumas regiões de forma mais marcante, noutras menos, os homens estavam abandonando as salas de aula”, e este processo estava “provavelmente vinculado ao processo de urbanização e industrialização que ampliava as oportunidades de trabalho para os homens”, os distanciando, assim, do espaço da sala de aula<sup>557</sup>.

### **Imagem 30** - Fotografias de Inácia R. Cruz (década de 1930)



**Fonte:** Fotografias do Acervo particular de Maria José Soares Cruz e sua família. Santa Maria, sem data. Autoria desconhecida.

556 Livro N° 01. Matrículas e frequências (1929 a 1941). AHIEEOB.

557 LOURO, Guacira Lopes. 2004, Op. Cit., p. 449.

As fotografias da Imagem 30, retratam Inácia em ambientes externos, a primeira, possivelmente em uma escadaria da escola e na segunda, com colegas na praça principal da cidade. A identificação das mesmas se dá pelo uso do uniforme, que entre outros dispositivos, como o espaço escolar, as normas e conteúdos a serem ensinados, faziam parte da formação de turmas e de uma identidade escolar.

Ao sabermos a data de nascimento e os anos que Inácia frequentou o ensino público, podemos afirmar que as fotografias foram tiradas na década de 1930, não sabendo, contudo, a data precisa. Provavelmente, ambas fotografias são do mesmo dia, visto que a estudante posa com a mesma roupa, uniforme à época, só que em lugares diferentes. O primeiro retrato pode ter sido nas escadarias da Escola Olavo Bilac, de uma casa ou praça.

**Imagem 31 - Praça Saldanha Marinho (década de 1930)**



**Fonte:** MARCHIORI; NOAL FILHO. 1997, Op. Cit., p. 239. Segundo as autoras, a fotografia é assinada pelo estúdio Foto Cezar e pertence ao acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Datada da segunda metade da década de 1930.

Em estudo da Geografia, Juliana Ferrari e Nina S. Vilaverde investigaram a evolução urbana da cidade de Santa Maria/RS, sobretudo no trecho de sua região Centro a Oeste. Constataram que durante o avançar do século XX, novos espaços da urbe foram se tornando atrativos para residir e morar, o que resultou, nas décadas de 1920 adiante, em “um crescimento sem ordenação em Santa Maria, com a implantação de vários

loteamentos, que ocorria principalmente nas áreas periféricas [...]”<sup>558</sup>. A Imagem 31, refere-se a um retrato da Praça Saldanha Marinho no período da década de 1930, mesmo espaço em que Inácia posa para a fotografia junto de suas colegas. Por se tratar de um local do centro da cidade, as autoras afirmam que a praça era um espaço onde a “desordenação era menos perceptível, pois ainda se prezava pelo estético das construções, e ali se concentrava a população com maior poder aquisitivo”<sup>559</sup>. Esse espaço público poderia ser um ponto de encontro de estudantes após o horário das aulas, e também, um espaço de socialização e lazer familiar.

**Imagem 32** - Alunas da Escola Elementar Olavo Bilac na década de 1930



**Fonte:** Acervo Particular do familiar Sr. Ewerton Jorge Rodrigues Cruz. Sem data.

---

<sup>558</sup> FERRARI, Juliana; MOURA, Nina Simone Vilaverde. **Síntese histórica do surgimento e ocupação do centro à oeste de Santa Maria/RS: a cidade, seus agentes dinamizadores e sua evolução.** Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 33, p. 56-84, jun. 2019. P. 71. As autoras referenciam a seguinte tese, em ambos os trechos citados por nós: SALAMONI, G. F. **O crescimento urbano por extensão e suas repercussões em estruturas urbanas:** estudo de caso: Santa Maria-RS. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, 372 p. Sobre a temática, ver também: OLIVEIRA, Daniel Tochetto de. **A cidade de Santa Maria e o saneamento de Saturnino de Brito.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

<sup>559</sup> FERRARI, Juliana; MOURA, Nina Simone Vilaverde. 2019, Op. Cit., p. 71.

**Imagem 33** - Alunas da Escola Elementar Olavo Bilac (1939)



**Fonte:** Álbum de fotografia Escola Complementar. 1939. AHIEEOB.

Na Imagem 32, estão estudantes da Escola Elementar Olavo Bilac em princípios da década de 1930. Provavelmente estavam em um passeio, por se tratar de uma fotografia externa, em frente ao que se parece uma casa residencial. Observamos que Inácia, nesta turma, era minoria em relação a quantidade de alunas brancas. A experiência de um corpo feminino negro ocupando a sala de aula entre uma maioria de corpos brancos, é uma realidade que versa sobre questões de territorialidade e racismo. Fator que segue no registro da Imagem 33, datada em 1939, retratando a visita de autoridades à escola. As autoras Fernanda Oliveira e Priscila Nunes, acerca do protagonismo de mulheres negras em lutas pela educação ao Sul do Sul, problematizam que o processo de entrada de maior número de mulheres no exercício do magistério, não se deu de maneira igual para todo público feminino:

Mesmo no período em que se iniciou o fenômeno de feminização do magistério e algumas mulheres tenham vencido impedimentos de gênero, sexualidade e classe para ingressar na carreira docente, este acesso não se deu de maneira igual para todas. As mulheres negras, além de enfrentarem os impedimentos de gênero, sexualidade e classe, ainda se defrontaram com obstáculos racistas para ingressar nas escolas normais de formação, pois segundo Silva (2003, p.27), no período da década de 20 do século XX, as professoras deveriam ser

“física e psicologicamente sadias”, características atribuídas às mulheres brancas<sup>560</sup>.

As autoras complementam que “para muitas mulheres negras gaúchas, o lugar reservado na sociedade era o do cuidado”. Este cuidado ultrapassava o seio familiar, e se estendia ao cuidar de outras casas e espaços. Os ofícios de lavadeira, engomadeira, passadeira e lides domésticas, são alguns dos serviços que estavam na “base hierárquica dentro do cuidado”<sup>561</sup>. Segundo Oliveira e Nunes, o ofício ocupado por mulheres negras no topo desta hierarquia, era o professorado: “Lembrando que para ser professora bastava completar os estudos complementares. Por esse ângulo, a formação a nível ginásial, alcançada com o curso normal, era um fator de diferenciação simbólico entre as educadoras negras”<sup>562</sup>

Em 1938, a escola era denominada “Escola Complementar Olavo Bilac”, quando Inácia era estudante. E em 1941, houve uma nova mudança de nomenclatura, agora para “Escola Normal Olavo Bilac”<sup>563</sup>. Acerca das escolas normais, Guacira Louro afirma que elas “se enchem de moças”:

A princípio são algumas, depois muitas; por fim, os cursos normais tornam-se escolas de mulheres. Seus currículos, suas normas, os uniformes, o prédio, os corredores, os quadros, as mestras e mestres, tudo faz desse um espaço destinado a transformar meninas/mulheres em professoras. A instituição e a sociedade utilizam múltiplos dispositivos e símbolos para ensinar-lhes sua missão, desenhar-lhes um perfil próprio, confiar-lhes uma tarefa. A formação docente também se feminiza<sup>564</sup>.

---

<sup>560</sup> OLIVEIRA, Fernanda; PEREIRA, Priscila Nunes. Pensamentos de mulheres negras ao Sul do Sul: das lutas coletivas por cidadania à narrativa da existência por meio da educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, 2019. P. 461.

<sup>561</sup> OLIVEIRA, Fernanda; PEREIRA, Priscila Nunes, 2019, Op. Cit., p. 461.

<sup>562</sup> Idem, Ibidem.

<sup>563</sup> Informações retiradas do AHIEEOB e do site do mesmo, disponível em: < <https://acervohstolavobilac.blogspot.com/search?q=curso+normal> >. Acesso em: 29 de maio de 2023.

<sup>564</sup> LOURO, Guacira. 2004, Op. Cit., p. 454-5.

### Imagem 34 - Escola Normal Olavo Bilac (meados do século XX)



**Fonte:** Casa de Memória Edmundo Cardoso. Autoria e data desconhecidas. Santa Maria.

Segundo Louro, “as escolas normais, plantadas inicialmente nas principais cidades do país, buscaram, desde suas fachadas, frequentemente solenes, indicar a todas as pessoas que por ali passam que são distintas dos demais prédios, que têm um objetivo especial”<sup>565</sup>. O restante da estrutura física, como os muros e escadarias, permaneceram os mesmos à época em que Inácia frequentou o estabelecimento. Assim, a primeira fotografia da Imagem 30 pode ter sido realizada nas dependências da própria escola. Conforme afirma a autora, para além do espaço construído para atender a demanda escolar e à formação de professoras, o tempo também é regulado:

O cotidiano das jovens no interior dessas escolas é, como o cotidiano de qualquer instituição escolar, planejado e controlado. Seus movimentos e suas ações são distribuídos em espaços e tempos regulados e reguladores. Elas devem estar sempre ocupadas, envolvidas em atividades produtivas. [...] Mestres e estudantes tiveram (e têm) de aprender uma lógica e um ritmo próprios da escola. O tempo escolar, como um fato cultural, precisa ser interiorizado e aprendido. A formação de professoras, portanto, também se faz pela organização e ocupação de seu tempo, pelo uso dos espaços, pelas permissões e proibições para onde ir ou não ir<sup>566</sup>.

Entre as atividades e deveres de uma estudante, o ensino e a avaliação de conteúdos e disciplinas são frequentes, compondo o rol de dispositivos normatizadores destes corpos<sup>567</sup>. Localizamos as notas atribuídas aos testes realizados por Inácia e suas colegas na Escola Complementar, fundada em 1929, em um livro assinado pela diretora

<sup>565</sup> LOURO, Guacira. 2004, Op. Cit., p. 455.

<sup>566</sup> LOURO, Guacira. 2004, Op. Cit., p. 455.

<sup>567</sup> LOURO, Guacira. 2004, Op. Cit.

à época, a professora Alda Saldanha. As matérias do 1º ano do Curso Complementar, voltadas para o ensino feminino em 1936, eram: Português, Francês, Matemática, Geografia, Desenho, História do Brasil, Ciências, Economia Doméstica<sup>568</sup>, Música, Trabalhos Manuais, Educação Física e Religião<sup>569</sup>. Já para o 2º ano, em 1938, no lugar de História do Brasil, tem-se História Geral e acrescenta-se Pedagogia<sup>570</sup>. Inácia aparece aprovada na maioria das aulas, reprovando somente nas aulas de Desenho e História Natural em 1936<sup>571</sup>. A estudante continua seu curso, uma vez que a encontramos cursando o 3º ano em 1939.

Mais de uma década de circulação na região, o jornal *O Succo* tomava em suas páginas temáticas relativas ao cotidiano da comunidade negra, como na divulgação de informações sobre nascimentos, comentários, festejos, entre outros. O exemplar do dia 25 de fevereiro de 1934, trouxe na sua quarta e última página, o destaque “*Estudante*”. A nota se refere à viagem de uma estudante de Santa Maria à Porto Alegre, a qual transcrevemos abaixo:

Para Porto Alegre, onde vai matricular-se em um dos colégios dali, viajou no dia 17 do corrente a **inteligente senhorinha Ignacia Rodrigues** dileta filha do nosso amigo sr. Justiniano Rodrigues. Esta **aplicada estudante** que aqui muito se distinguiu no último exame do Colégio Elementar foi acompanhada de sua progenitora sra. D. Maria José Rodrigues e de sua irmã senhorinha Julieta Rodrigues<sup>572</sup>.

As qualificações trazidas pelos redatores do jornal, *inteligente, dileta filha e aplicada estudante*, refletem a imagem positivada de uma jovem mulher negra da cidade. Além disso, demonstra o empenho e esforços que a família mobilizou para a educação de sua filha, que junto do desempenho intelectual na sua cidade natal, se expande à pretensões de qualificação educacional em viagens à capital do Estado, com a companhia da mãe Maria José e de sua irmã Julieta Rodrigues. As autoras Fernanda Oliveira e Priscila Nunes, analisam o sentido coletivo que a população negra atribui à educação, a

---

<sup>568</sup> Guacira Louro explica que esta disciplina fazia parte da formação de professoras: “A economia doméstica – às vezes com outras denominações – também se tornaria parte integrante desses cursos, constituindo-se numa série de ensinamentos referentes à administração do lar. Assim, muitas aprendizagens até então restritas ao lar passariam para o âmbito da escola”. (LOURO, 2004, Op. Cit., p. 458).

<sup>569</sup> Livro Notas Curso Complementar Santa Maria. Graos das Sabatinas do 1º, 2º e 3º Anno (1935-1942). P. 35. AHIEEOB.

<sup>570</sup> Livro Notas Curso Complementar Santa Maria. Graos das Sabatinas do 1º, 2º e 3º Anno (1935-1942). P. 45. AHIEEOB.

<sup>571</sup> Boletim de Julgamento de Sabatinas, Escola Complementar de Santa Maria. 1936. AHIEEOB.

<sup>572</sup> *O Succo*. 25 de fevereiro de 1934. Ano XIII, nº 184. Santa Maria/RS. Acervo particular de Máucio Rodrigues. Grifos nossos.

partir das palavras da professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que tem suas vivências localizadas na região de Porto Alegre/RS<sup>573</sup>. O relato o qual citamos a seguir, por considerarmos bastante elucidativo para pensarmos a realidade da família Cruz no contexto das primeiras décadas do século XX:

[...] tios, primos, amigos se unem aos pais e irmãos do estudante, seja moça ou rapaz, jovem ou nem tanto, para dar o apoio afetivo, intelectual, material. Grupos do Movimento Negro incentivam e criam condições com a oferta, entre outras, de reforço escolar, de curso pré-vestibular. A família e a comunidade, cada uma a seu jeito, se vêem responsáveis pelo sucesso dos que se empenham nos estudos. Cada estudante que vence, a família se realiza, a comunidade também. Educar-se, para nós negros, não é caminho de realização individual. Toda a comunidade que representamos e da qual fazemos parte, se afirma, torna-se mais forte com a nossa realização<sup>574</sup>.

As autoras Oliveira e Nunes, constataram que as conquistas e mudanças advindas do acesso à educação, como a ascensão social, são “longe de ser somente uma demanda individual, constituiu-se entre os grupos negros como uma conquista imbuída de sentidos coletivos, estando as mulheres à frente dessas demandas”<sup>575</sup>. Portanto, o caso da estudante Inácia Cruz ter tido seu nome estampado na página do jornal da imprensa negra santamariense *O Succo*, seguido das características que ressaltam seu empenho nos estudos, reforçam a importância que a educação teve em sua trajetória, como também, em sua família. O apoio, suporte e envolvimento que familiares empreenderam para o acesso e sua permanência na escola, até sua formação de professora, acarretam significados de coletividade. Assim como, empenho individual, à sua trajetória de aluna à professora.

Luiz Gonçalves e Petronilha Beatriz G. e Silva, analisando as páginas de jornais da imprensa negra paulista do início do século XX, observaram que eram publicados artigos em diferentes números do periódico, que "combatiam o suposto lugar de inferioridade das mulheres negras no mundo do trabalho. Já era uma tentativa de romper com a sequência: escrava, empregada doméstica”<sup>576</sup>. A formação de meninas e jovens negras no magistério, pode ser considerado, também, como um rompimento na exploração do serviço doméstico, que em sua maioria, junto da categoria socioeconômica,

---

<sup>573</sup> Segundo Oliveira & Nunes, a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva “foi conselheira relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura, instituída pelo Conselho Nacional de Educação, no ano de 2014” (OLIVEIRA, Fernanda; NUNES, Priscila. 2019, Op. Cit., p. 458).

<sup>574</sup> SILVA, 2005, p.72 *apud* OLIVEIRA; NUNES, 2019, Op. Cit., p. 458.

<sup>575</sup> OLIVEIRA; NUNES. 2019, Op. Cit., p. 458.

<sup>576</sup> GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, set.-dez., São Paulo, 2000. P. 143.

trazia o marcador social de gênero e raça.

Além do pai Justiniano, outro familiar que pode ter tido papel importante no incentivo à educação de Inácia, foi sua tia, dona Raphaela Maia. Mulher negra, porteira servente da Escola Elementar Olavo Bilac, cunhada da esposa do Sr. Justiniano, portanto, tia das meninas Inácia, Julieta e Maria José. Em entrevista, dona Maria José Cruz afirma que, quando começou a estudar no Bilac (termo popularmente referido àquela escola), só foi possível pela ajuda de dona Raphaela<sup>577</sup>. Podemos refletir se esta ajuda, também foi estendida à sobrinha Inácia. Pois no mesmo período de tempo que Inácia estudava no Bilac, sua tia Raphaela já trabalhava no mesmo local e, provavelmente, se viam diariamente no trânsito intenso de estudantes, docentes e funcionários da escola.

Junto a isso, podemos refletir sobre os possíveis significados da educação, em seu sentido amplo, para uma família negra em que seus ancestrais foram escravizados. Lembrando que Eustaquio e Ignacia, avós de Inácia, conquistaram suas liberdades através da compra de alforria<sup>578</sup>, se casaram e constituíram laços em Santa Maria/RS. Quais foram os possíveis significados que as gerações seguintes tiveram, ao acessar a educação formal através deste espaço escolar durante a década de 1930? Quase um século após o regulamento de 1837, que previa a exclusão dos “escravos, e pretos ainda que sejam livres, ou libertos” nos bancos escolares públicos do Rio Grande do Sul<sup>579</sup>, lei que desapareceu por completo somente em 1882<sup>580</sup>. Esta lei, poderia ter atingido, inclusive, os avós de Inácia.

Ao enviar as filhas para a escola, famílias negras podem estar fazendo uma aposta na questão da educação como uma possibilidade de ruptura de algumas situações sociais que estavam colocadas, através da pobreza e do racismo. Em estudo acerca dos relatos orais de antigos alunos negros e professoras negras do Litoral Gaúcho, formadas em

---

<sup>577</sup> A senhora Maria José Soares Cruz afirma: “Pois a tia Faeca depois que me conseguiu para mim ir pro Olavo Bilac. Franciele Oliveira: Ah, ela que conseguiu? Maria José Soares Cruz: É, ela que conseguiu. Franciele Oliveira: E ela trabalhava lá. Maria José Soares Cruz: Ela trabalhava, ela se aposentou, trabalhou anos lá. Franciele Oliveira: A dona Rafaela trabalhava no Bilac. Maria José Soares Cruz: No Bilac. [...] (MARIA JOSÉ SOARES CRUZ, em entrevista concedida à Franciele da Rocha Oliveira, em 04/09/2019).

<sup>578</sup> Testamento de Justiniano Gonçalves Dias. Ano de 1876. Maço 2. Santa Maria. APERS. Fonte localizada pela pesquisadora Letícia Guterres.

<sup>579</sup> “Art. 3º São proibidos de frequentar as Escolas Públicas. 1º Todas as pessoas, que padecerem moléstias contagiosas. 2º Os escravos, e pretos ainda que sejam livres, ou libertos”. Fonte: RS, “Regulamento para as escolas públicas de instrução primária”, Lei Provincial n. 14, de 22 de dezembro de 1837. Disponível em: ARRAIADA; TAMBARA (Orgs.). **Leis, atos e regulamentos sobre educação no período imperial na província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Coleção Documentos da Educação Brasileira [recurso eletrônico], Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004, p. 16. Optou-se por atualizar a grafia.

<sup>580</sup> PERUSSATTO, Melina K. 2018, Op. Cit, p. 168.

meados do século XX, o historiador Rodrigo Weimer observou que “‘abdicar’ do trabalho de um filho e permitir que assistisse às aulas fazia parte do investimento em um projeto familiar de ascensão social por meio da função docente”<sup>581</sup>. Segundo o relato da irmã mais nova, dona Maria José Farias conta que Inácia seguiu seus estudos e se formou professora na mesma escola entre os anos finais da década de 1930:

Maria José Farias: É, ela fez o magistério normal lá. Normalista, ela fazia o normal. Na época fazia o normal e já podia lecionar né, não tinha faculdade também, faculdade era só fora daqui de Santa Maria, porque aqui não tinha né. E ela se formou e em seguida começou a trabalhar<sup>582</sup>.

Conforme Guacira Louro, durante as primeiras décadas do século XX, “o magistério primário já era então claramente demarcado como um lugar de mulher e os cursos normais representavam, na maioria dos estados brasileiros, a meta mais alta dos estudos a que uma jovem poderia pretender”<sup>583</sup>.

**Imagem 35** - Professora Inácia R. da Cruz em sua formatura (início da década de 1940)



**Fonte:** Acervo Particular do familiar Sr. Ewerton Jorge Rodrigues Cruz. Sem data.

---

<sup>581</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Professoras e alunos negros no litoral norte do Rio Grande do Sul (meados do século XX): o aprendizado da cor. **Revista Brasileira de História Educação**, Maringá-PR, v. 17, n. 2 (45), Abril/Junho, 2017. P. 250-251.

<sup>582</sup> MARIA JOSÉ SOARES CRUZ, em entrevista concedida à Franciele Rocha de Oliveira na residência dos entrevistados, em 04/09/2019.

<sup>583</sup> LOURO, Guacira. 2004, Op. Cit., p. 471.

A formação no Curso Normal e o acesso ao mundo do trabalho através do magistério, denota às professoras o exercício da docência como um trabalho intelectual. A escritora Alice Walker no texto *À procura dos jardins de nossas mães*, ao debater sobre as perspectivas feministas na história, se questiona sobre "como se manteve viva a criatividade da mulher negra ano após ano, século após século, quando, para os negros, na maior parte do tempo desde a chegada na América, ler ou escrever era um crime passível de punição?"<sup>584</sup>. A partir de suas reflexões, a leitora e o leitor são convidadas (os) a imaginar e (re)pensar formas outras de intelectualidade e expressão de arte através de experiências de mulheres negras, desde bordados, escritos até o jardim que a mãe da autora criava, mantinha e cultivava.

Com isso, pensamos sobre a experiência de Inácia, ancestral, familiar e escolar. Sobre sua trajetória, em meio a tantas (im)possibilidades, de conseguir se expressar, intelectual e artisticamente, através do exercício do magistério, formação e ocupação profissional conquistada em sua juventude. Inácia vem a falecer em 1942, ainda muito jovem aos 22 anos de idade, em decorrência de uma meningite. Perda muito sentida pelos familiares, sobretudo sua mãe<sup>585</sup>.

A partir da pesquisa sobre a trajetória de Inácia Rodrigues Cruz, de aluna a professora, conseguimos refletir sobre o papel fundamental e imprescindível das mulheres negras e suas famílias atuantes em busca de projetos políticos em comum, que tinham na instrução, escolarização e educação, uma importante reivindicação e horizonte emancipatório.

### 5.3 “LAUREADO ALUNO” ARMENIO MORAES

**Jayme Maia Pereira:** Então, com sacrifício, eu fui fazer exame de admissão, o segundo da época, no Colégio Santa Maria. Mas como é que aconteceu isso? Minha mãe me levou para me inscrever para a Escola Ferroviária que tinha em Santa Maria. Eu não queria. Me lembro até hoje. Foi lá no Artes e Ofícios. Que hoje é o Carrefour. [...] Hugo Taylor, que na época chamavam de Artes e

---

584 WALKER, Alice. *À procura dos jardins de nossas mães*. In: PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André. (Org). **História das Mulheres, Histórias Feministas**. São Paulo: MASP, 2019. P. 56.

585 Segundo dona Maria José Soares: “Aí depois que a minha irmã faleceu aí sim que ela não saiu pra lugar nenhum. Único passeio que ela fazia era no cemitério e na casa espírita. Que na época ela frequentava o Aliança, Aliança espírita aqui e era perto. Mas ela sempre foi de casa”. [...] Ah, a minha mãe se terminou. Toda”. E segundo o sobrinho Jorge Cruz: “a tia Julieta isso levou pra vida inteira dela. Ela dormia chamava mamãe, chamava a Inácia e depois que o vô morreu chamava o vô também”. (MARIA JOSÉ SOARES CRUZ, JORGE CRUZ, em entrevista concedida à Franciele Rocha de Oliveira na residência dos entrevistados, em 04/09/2019).

Ofícios, isso. Mas eu não tinha idade na época para ir para a Escola profissional Ferroviária. Porque meus parentes, a maioria eram ferroviários. Então tinha que... ou era exército ou era ser ferroviário em Santa Maria, ou bancário. E uma elitezinha ia para os Correios e Telégrafos que eram bem remunerados e Banco do Brasil. Aí chegou, não tinha idade para entrar na escola profissional dos ferroviários. [...] E eu fui chorando. Não queria entrar na escola profissional dos ferroviários. Aí lá encontrei o **professor Armenio**, que era conhecido do meu pai. **Armenio Moraes**. Era o doutorado fora do país. **Na época ele era o que, uma exceção, e negro!** Aí, o que acontecia? Ele lecionava particular na Rua dos Andradas, quase esquina com a Serafim Valandro, um pouco abaixo do antigo Santana. Ali ele disse “leva esse garoto lá para estudar comigo”. E eu fui lá. Mas matemática eu era um craque. Então ele dava aula de matemática e pedia para mim para auxiliar alguma coisa que o pessoal precisava para o exame de admissão. Eu era tipo um secretário dele ali, ajudando nos intervalos a fazer as contas, aquelas provas né<sup>586</sup>.

A partir dos relatos do senhor Jayme Maia Pereira, nascido em 27 de agosto 1936, descendente direto de familiares que participaram de diversas associações negras na cidade no início do século XX<sup>587</sup>, que conhecemos o nome de **Armenio Moraes** pela primeira vez. Um professor de matemática, homem negro que estudou e se formou durante as primeiras décadas do século XX, na cidade de Santa Maria/RS, e lecionou para o jovem Jayme no início de sua trajetória escolar, durante a década de 1940. Uma referência e um bem lembrado pelo senhor Jayme, pelo seu desempenho profissional e pessoal. O curso no exterior que Armenio realizou durante os anos de 1930, é ressaltado na fala de seu Jayme: “Era o doutorado fora do país. Na época ele era o que, uma exceção, e negro!”.

Nosso interlocutor Jayme Maia (ANEXO B), nos levou ao seu nome de Armenio e, conseqüentemente aos documentos civis de sua família disponíveis no *Family Search* e Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Estes, por sua vez, nos ofereceram novas informações sobre suas vivências. A partir do nome, como um fio condutor, um guia, costuramos sua trajetória a partir da busca e pesquisa em documentos civis e cartoriais e jornais da época. Com base na leitura da documentação, localizamos o nome de uma das netas do professor Armenio. Realizado os primeiros contatos, viajei até Cruz Alta/RS para conversar com os familiares, a senhora Maria Janete Moraes Lappann (*in memorian*), filha do professor, e Rosana Moraes Lappann, neta (ANEXO C), sobre a trajetória deste bem lembrado docente de Santa Maria.

A historiadora Verena Alberti ao debater sobre a metodologia da História Oral,

---

<sup>586</sup> PEREIRA, Jayme Maia. Entrevista concedida à Alícia Quinhones Medeiros, Franciele Rocha de Oliveira e Taiane Anhanha Lima na residência do entrevistado, Santa Maria/RS, em 30/05/2022. Grifos nossos.

<sup>587</sup> Ver mais no subcapítulo 1.4 desta dissertação.

reforça que um de seus potenciais “está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”<sup>588</sup>. Junto a isso, observa que “a capacidade de a entrevista contradizer generalizações sobre o passado amplia, pois, a percepção histórica – e nesse sentido permite a ‘mudança de perspectiva’”<sup>589</sup>. Já segundo Michael Pollack, em estudo sobre o uso da História Oral como metodologia e teoria, o autor reforça o ofício do historiador de crítica à fonte, seja oral ou escrita, uma vez que: “se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral”, e acrescenta: “a crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo”<sup>590</sup>. Salienta também, para admitirmos que há uma “pluralidade da história, das realidades, e, logo, das cronologias historicamente admissíveis”<sup>591</sup> a partir de relatos orais.

Baseado nesta teoria, que conduzimos tais entrevistas e as analisamos como interlocutoras de nossa pesquisa. Com isso, nas páginas que seguem dissertamos sobre a vida familiar, educacional e pessoal do aluno que se formou professor, Armenio Moraes. Como quem costura, remontamos os diversos elementos de sua vivência na cidade, a partir do cruzamento de informações, documentos e relatos acerca deste sujeito.

### 5.3.1 A história familiar: os “Moraes”

Nascido no dia 04 de março de 1912 em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, filho de Hortencia Maria Moraes e João Rodolpho da Silva, ambos naturais do Estado e residente naquela cidade<sup>592</sup>. Armenio teve outros três irmãos e uma irmã, todos nascidos na capital, até então localizados por nós. O primogênito **João Rodolpho da Silva Filho**, levava o nome do pai. Ele nasceu em 18 de dezembro de 1897, de cor *parda*, aparecia como filho natural do casal Hortencia e João, o que sinalizava que seus pais não tinham

---

<sup>588</sup> ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes históricas**. Contexto, 2. Ed., São Paulo, 2008. P. 165.

<sup>589</sup> ALBERTI, Verena. 2008, Op. Cit., p. 166.

<sup>590</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 207.

<sup>591</sup> POLLAK, Michael. 1992, Op. Cit., p. 210.

<sup>592</sup> Habilitação de casamento de Armenio Moraes e Celina Borges de Oliveira. Santa Maria, 10 de outubro de 1939. APERS.

oficializado sua união em cartório. Sua mãe aparece exercendo a profissão de serviços domésticos e qualificada como de cor *parda*<sup>593</sup>.

**Imagem 36** - Registro de nascimento de João Rodolpho da Silva Filho (1897)

690  
João Rodolpho da Silva Filho  
0

Em dezoito dias do mês de dezembro de mil  
novecentos e sete, nesta cidade de  
Porto Alegre e Capital do Estado civil de  
nascimento e abito, engracado e Paulo José  
Rodolpho da Silva, declarou: que viu a  
comunicação que a mulher católica de nome  
Hortência Maria de Moraes, de este Estado, par-  
da, de serviços domésticos, deu a luz a um  
criança de cor parda, de sexo masculino,  
já batizado que se chama João Rodol-  
pho da Silva Filho, nascido hontem a  
sete horas da manhã na travessa os Popoim,  
(Antiga da Barroza) casa sem numero, quarteiri-  
to do Municipal onde residem os parturientes.  
Seus genitores, José Viás e Mariana da Silva.  
A quem para constar fiz este termo que  
assigna a cargo do declarante por não saber  
seu nome, Luis Augusto de Aguiar e de nome  
completo, e Antônia Leitura Viás de  
nascimento que habita em e assigno.  
Onde Antônia Leitura Viás de  
Leitura Leitura Viás de  
Cordeiro Leitura Viás de  
Mariano Leitura Viás de

**Fonte:** Registros civis de Nascimentos (1897-1898), Porto Alegre. Nascimento de João Rodolpho da Silva Filho, em 18 de dezembro de 1897, Porto Alegre. *Family Search*, número do microfilme 004089748.

Dois anos depois, nasceu **Vannoly** em 03 de outubro de 1899, de cor *parda*. Neste registro, tanto as avós quanto os avôs, são citados. Pela parte paterna, João Bandeira e Laurinda Bandeira, e pela materna eram Elias de Moraes e Maria Joaquina de Moraes.

<sup>593</sup> Registros civis de Nascimentos (1897-1898), Porto Alegre. Nascimento de João Rodolpho da Silva Filho, em 18 de dezembro de 1897, Porto Alegre. *Family Search*, número do microfilme 004089748.

Seu pai dizia não saber escrever, por conta disso, teve sua assinatura a rogo. Sua mãe aparece como solteira e que vivia na companhia de seu pai, com quem *convive*. Em ambos os registros civis de nascimento, condizem para o mesmo endereço. A residência do casal Hortencia e João estava localizada na Rua Pesqueiro, no Areal da Baronesa, em uma casa sem número, no Quarto Distrito de Porto Alegre<sup>594</sup>.

Este local, é reconhecido como um território negro de Porto Alegre, junto a tantos outros, como a Colônia Africana, o Parque da Redenção, a Ilhota, e a Bacia do Mont'Serrat<sup>595</sup>. O Areal da Baronesa tem esse nome por conta do aspecto espacial do lugar, que tinham um areal avermelhado, e correspondia à chácara do Barão e da Baronesa do Gravataí. O Barão tinha como posse, além da própria terra, homens e mulheres escravizados. Segundo o historiador Marcus V. Rosa, “no final da década de 1870, devido à morte do Barão e ao incêndio que devastou o aristocrático solar, a baronesa viúva resolveu parcelar a chácara em lotes. Tratou-se de mais um momento significativo para a fixação de libertos na região”<sup>596</sup>.

A presença negra é datada a partir de meados do século XIX, uma vez que além de processos crimes que evidenciam mulheres e homens escravizados, libertos e livres que tinham no Areal como moradia, outros documentos deixaram tal presença registrada. Daniele Vieira afirma que “o fato da área ter sido retratada em diversas crônicas, como nas de Achylles Porto Alegre, como abrigo para negros em fuga, também aponta que a presença negra na região antecede o loteamento da área e a abolição da escravatura”<sup>597</sup>. Atualmente a região faz parte do bairro Menino Deus e é identificada como um quilombo urbano, abrigando dezenas de famílias remanescentes de quilombolas, e tem como representação a Associação Comunitária e Cultural Quilombo do Areal.

---

<sup>594</sup> Registro civil de Nascimentos (1899), Porto Alegre. Nascimento de Vannoly, em 03 de outubro de 1899, Porto Alegre. *Family Search*, microfilme 004089750.

<sup>595</sup> VIEIRA, Daniele Machado. **TERRITÓRIOS NEGROS EM PORTO ALEGRE/RS (1800 – 1970):** Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

<sup>596</sup> ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade:** história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição. EST Edições, Porto Alegre, 2019. P. 93.

<sup>597</sup> VIEIRA, Daniele Machado. 2017, Op. Cit., p. 104.



**Imagem 38** - Avenida no Areal da Baronesa em Porto Alegre (s/d)



**Fonte:** Acervo Dorvalina Fialho (SANTOS I, 2010a, p. 43 *apud* VIEIRA, Daniele Machado, 2017, p. 118).

No início do século, no ano de 1901, aos 22 de abril nasceu **Wanda**, filha do casal Hortencia Maria de Moraes e João Rodolpho da Silva. No ano seguinte, a *inocente* foi batizada na Igreja Matriz Menino Deus de Porto Alegre, e tem como padrinhos o casal Athanasio Augusto Barboza<sup>599</sup> e Maria da Gloria Gusmão<sup>600</sup>. Armenio só nasceu dali alguns anos, em 1912. Até o momento não localizamos seu registro civil de nascimento ou batismo.

Como essa família que se constituiu em Porto Alegre, migra para o interior do Estado? Acreditamos que seja após o falecimento do patriarca, que se deu entre os anos de 1912 e 1923, e o casamento do filho mais velho com uma moradora de Santa Maria. Uma vez que nos autos de seu casamento, João Rodolpho da Silva [Filho] afirma que seu pai era falecido naquela data, em 06 de setembro de 1923, e sua mãe tinha 50 anos de idade, e ainda residia na capital. O filho João, aos seus 25 anos, de profissão operária e apresentando seu título de eleitor, casou-se com Olivia Flores na cidade de Santa Maria,

---

<sup>599</sup> Em 1895, Athanasio Augusto Barboza é descrito como de cor preta, solteiro, com 25 anos de idade, operário, não sabia ler e escrever. **Fonte:** Juízo de Execução Criminal de Porto Alegre, Réu Athanasio Augusto Barboza, 1896. APERS.

<sup>600</sup> Registros paroquiais, Batismos (1892 a 1911), Porto Alegre. Batismo de Wanda, em 26 de fevereiro de 1902, Porto Alegre. *Family Search*, número do microfilme 004635560.

ela com 19 anos de idade à época, de profissão doméstica e nascida em São Sepé/RS<sup>601</sup>.

Apenas três anos após casar-se, João move um Requerimento de Tutela dos menores Albino, 20 anos, Vanoly, 18 anos e Armenio Moraes, 14 anos. Tinha como justificativa o falecimento de seus pais e a orfandade paterna de seus irmãos. Pois localizamos que a mãe dos meninos, Hortencia Maria Moraes, faleceu anos depois, em 30 de janeiro de 1955, às 23 horas, em decorrência de uma hipertensão arterial, na cidade de Porto Alegre. Provavelmente Hortencia residia no mesmo local em que sua família se constituiu, na Travessa Pesqueira, agora com número de identificação, o n° 74. Faleceu aos 85 anos de idade, designada de cor *mixta* e natural deste Estado. Solteira, declarando aquilo que já citamos, a não legitimação perante o registro civil e à igreja de seu matrimônio com seu companheiro, a finada deixou os filhos, todos maiores, de nomes Armênio Ernestino e Vanoly, este foi ao cartório registrar o assento de óbito. O escrevente declarou que Hortencia era doméstica e ainda que não tenha deixado testamento, deixou bens<sup>602</sup>.

Sobre a geração anterior, localizamos alguns documentos que permitem reconstituir a genealogia parcial da família Moraes. Os avós de Armenio Moraes se casaram em 27 de julho de 1874, **Elias** com 46 anos, natural de Rio Pardo, filho de Maria<sup>603</sup>; **Maria Joaquina** com 40 anos de idade, natural de Santo Amaro, e de pais incógnitos<sup>604</sup>. Maria Joaquina até o ano anterior, em 1873, era escravizada, descrita como “escrava crioula de nome Maria Joaquina, idade quarenta anos”, ou seja, nascida no Brasil. Para se casar, comprou sua alforria no valor de novecentos mil réis, para que assim, pudesse ter sua “liberdade para todo o sempre e poder goza-la como se de ventre livre nascesse”. A escravista Maria Jose de Figueiredo Menezes assinou a carta, e entre as

---

<sup>601</sup> Habilitação de casamento de João Rodolpho da Silva e Olivia Flores. Santa Maria. 06 de setembro de 1923. APERS.

<sup>602</sup> Registro de óbito de Hortencia Maria Moraes. Porto Alegre. 31 de janeiro de 1955. *Family Search*. Disponível em < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QSQ-G9LJ-TTTSR?i=2160&cc=3741255&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A6ZVC-MYMG> >. Acesso em: 06/09/2022.

<sup>603</sup> Localizamos um batizado de um menino “Elias” em Rio Pardo em 29 de setembro de 1817, filho de pai incógnito e de Maria, “preta escrava” de Januario Mouro A da Silva. Foram padrinhos João, escravo e Maria da Paixão, forra. Pode se tratar do mesmo Elias, ainda que cerca de dez anos de diferença entre a idade declarada no casamento com Maria Joaquina. **Fonte:** Registro de batismo de Elias, 29 de setembro de 1817, Rio Pardo. *Family Search*. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-W76G-7?i=182&cc=2177295> >. Acesso em: 20 de mar., 2023.

<sup>604</sup> Matrimônio de Elias José de Moraes e Maria Joaquina, em 27 de julho de 1874. Livro de assentos de casamento da Freguesia de Santo Amaro. *Family Search*. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H292-RR?i=18&cc=2177295> >. Acesso em: 20 de mar., 2023.

testemunhas, tem-se José Guedes de Figueredo Menezes<sup>605</sup>. Pelo sobrenome, percebemos que se trata de uma relação de parentesco, de famílias escravistas que eram próximas. Tal proximidade, se dava também entre os escravizados e ex-escravizados por tal família. O casal Elias e Maria Joaquina batizou algumas crianças na região de Santo Amaro, próximo à Porto Alegre<sup>606</sup>. Como exemplo, tem-se o batizado do “parvulo Pedro, de côr preta”, filho natural de Rosa, escrava de José Guedes de Figueiredo Menezes<sup>607</sup>.

Elias e Maria Joaquina tiveram outros filhos além de Hortencia, mãe de Armenio Moraes. Como por exemplo, Rodolfo, filho do casal batizado em 15 de fevereiro de 1858, dois meses após seu nascimento. Naquele período, sua mãe Maria Joaquina ainda era escravizada de Maria José de Figueiredo Menezes<sup>608</sup>. Entre os padrinhos, estava Diogo, escravo de José Guedes de Figueiredo Menezes e Juliana, escrava de Maria Augusta de Figueiredo Menezes - aqui percebe-se as proximidades entre as escravarias da família Figueiredo Menezes. Como a condição da escravização segue o ventre da mulher escrava, Rodolfo também foi escravizado pela mesma família. Ele conquistou sua liberdade somente em 1884, aos 26 anos de idade.

A compra da liberdade vinha com condições: “continuar a prestar-me os seus serviços por espaço de dois anos a contar da data d’este”. Na falta da senhora, Rodolfo prestaria seus serviços pelo mesmo período à irmã, Anna Joséfina de Figueiredo Menezes<sup>609</sup>. No pós-Abolição, Rodolfo assina como Rodolpho José de Moraes, afirmando a paternidade de Elias, ocultada na documentação paroquial de seu batismo. Em agosto de 1894, no município de Cachoeira, nasceu seu filho de nome Amaro, fruto da relação com Zulmira Francisca de Moraes<sup>610</sup>. Nome este que remete, provavelmente,

---

605 Carta de liberdade de Maria Joaquina, escrava de Maria Jose de Figueiredo Menezes. 26 de maio de 1873, Rio Pardo. Livro 20, pág. 95. APERS. Disponível em: < [https://secweb.procergs.com.br/aap/ObtemDadosServlet?metodo=verArquivoPDF&NRO\\_INT\\_DOCUMENTO=751893](https://secweb.procergs.com.br/aap/ObtemDadosServlet?metodo=verArquivoPDF&NRO_INT_DOCUMENTO=751893) >. Acesso em: 20 de mar., 2023.

606 Maria, filha natural de Daria Maria dos Santos.

607 Registro de batismo de Pedro, em 19 de novembro de 1874, em Santo Amaro. Livro de assentos de batismo da Freguesia de Santo Amaro. *Family Search*. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-HV99-KC?i=53&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A6NV6-Y17Y> >. Acesso em: 20 de mar., 2023.

608 Registro de batismo de Rodolfo, em 15 de fevereiro de 1858, na Matriz de Santo Amaro. Livro dos assentos dos batizados da Freguesia de Santo Amaro Comarca da Villa do Triunfo. *Family Search*. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-HK7S?i=135&cc=2177295> >. Acesso em: 20 de mar., 2023.

609 Carta de liberdade de Rodolfo, escravo de Maria José de Figueiredo Menezes, em 01 de novembro de 1884, Santo Amaro. APERS. Disponível em: < [https://secweb.procergs.com.br/aap/ObtemDadosServlet?metodo=verArquivoPDF&NRO\\_INT\\_DOCUMENTO=744941](https://secweb.procergs.com.br/aap/ObtemDadosServlet?metodo=verArquivoPDF&NRO_INT_DOCUMENTO=744941) >. Acesso em: 20 de mar., 2023.

610 Registro de nascimento de Amaro, 10 de outubro de 1894, Santo Amaro. Livro de assentos de batismos da freguesia de Santo Amaro. *Family Search*. Disponível em: <

em uma homenagem ao seu avô materno, Amaro Jose Narcizo. Ou ainda, à cidade onde o próprio Rodolfo e sua mãe foram escravizados, “Santo Amaro”. Mas também, local onde Rodolfo nasceu, filho de um casal de libertos que se casaram oficialmente ainda durante o período da escravidão, nos idos dos anos de 1870. O casal Elias e Maria Joaquina, ainda teve outros filhos, como Maria das Dôres de Moraes<sup>611</sup>, Estephania Maria de Menezes<sup>612</sup>, e Emilia Maria de Moraes<sup>613</sup>.

A família Moraes está representada no seguinte Genograma parcial, onde podemos observar os libertos, que conquistaram suas cartas de liberdade durante o período escravista (em cor verde), o professor Armenio Moraes (em cor laranja), e a entrevistada Maria Janete Moraes Lappann (em cor rosa).

---

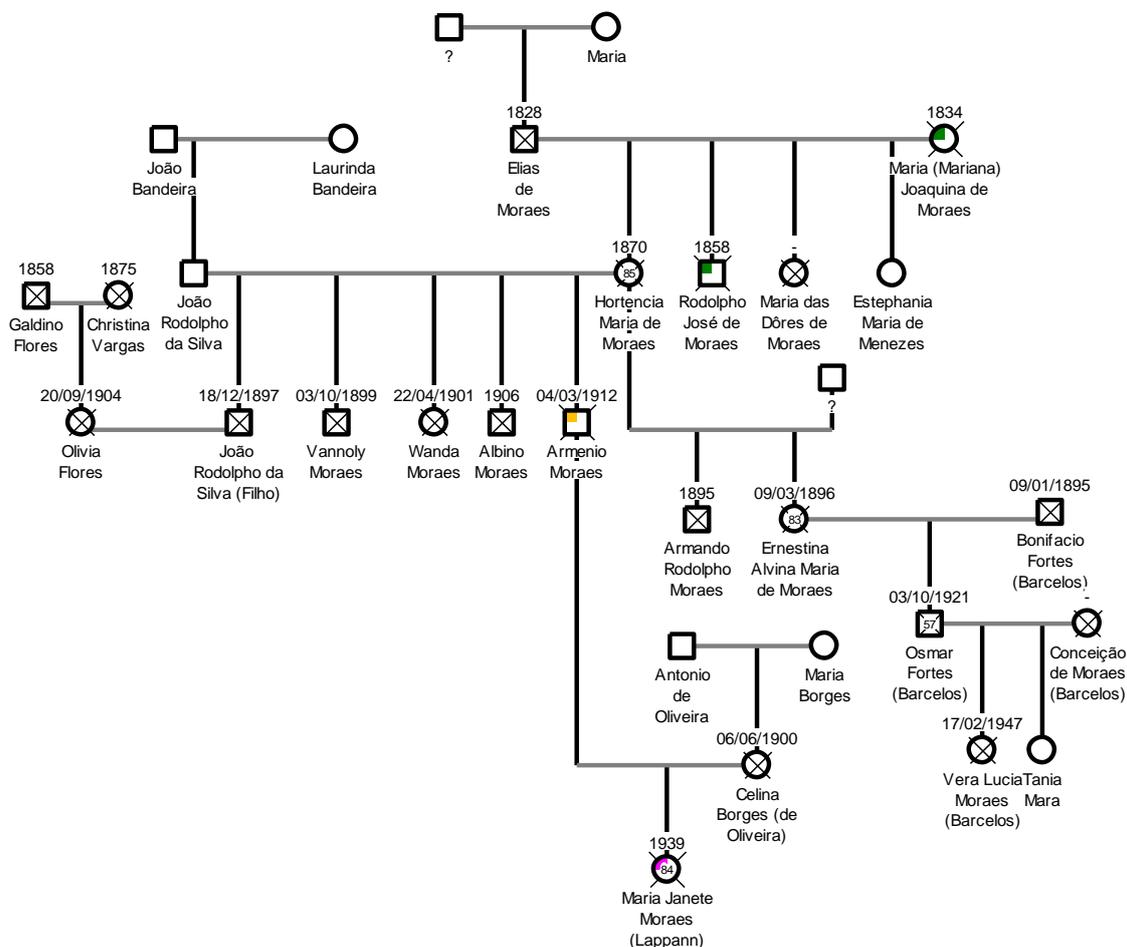
<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H295-LC?i=60&cc=2177295> >. Acesso em: 20 de mar., 2023.

<sup>611</sup> Registro de batismo de Demetrio, 15 de setembro de 1891. Livro de assentos de batismos da freguesia de Nossa Senhora do Rosario. *Family Search*. Disponível em: < <https://encurtador.com.br/cmHJK> >. Acesso em: 20 de mar., 2023.

<sup>612</sup> Registro de batismo de Georgina Maria de Menezes, 03 de outubro de 1899. Livro de assentos de batismos na Paróquia de Nossa Senhora do Rosario, na capital Porto Alegre. *Family Search*. Disponível em: < <https://encurtador.com.br/doETY> >. Acesso em: 20 de mar., 2023.

<sup>613</sup> Registro de batismo de Iracema da Cruz, 14 de dezembro de 1898, Porto Alegre. *Family Search*. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:HKHV-2J6Z> >. Acesso em: 20 de mar., 2023.

**Imagem 39** - Genograma parcial da família de Armenio Moraes (séculos XIX-XX)



**Fonte:** Genograma elaborado a partir de registros civis localizados no site *Family Search* e APERS.

No Requerimento de Tutela ainda consta que os menores não tinham avós paternos nem maternos, provavelmente, já falecidos naquele momento. Com a intenção de ver seu requerimento aprovado, João Rodolpho da Silva Filho solicitou ao seu local de trabalho para que enviassem por escrito uma declaração de que era empregado. O Chefe das Oficinas Mecânicas de Santa Maria, Departamento de Locomoção da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, afirmou que João tinha sido empregado naquelas oficinas, entre agosto de 1917 até janeiro de 1920, quando nesta data foi sorteado para o serviço militar. Concluído o seu tempo de serviço “nas fileiras do Exército Nacional”, foi readmitido em seu antigo emprego, onde trabalhava até aquela data. É neste local onde João “tira os meios necessários a alimentação, vestuário e educação de seus ditos

irmãos”<sup>614</sup>. Após ter ouvido os menores, e analisar o pedido, o juiz Distrital foi de acordo com o processo de tutela.

A partir do relato do irmão João, podemos observar que a educação fazia parte dos elementos básicos da vida daqueles jovens. Foi através do irmão, pai adotivo, que Armenio deu andamento na sua trajetória escolar. Em julho de 1924, localizamos o nome de João Rodolpho da Silva, possivelmente o irmão/pai adotivo de Armenio, nas páginas do jornal da imprensa negra de Santa Maria, *O Succo*. Segundo o jornal, o lar do “nosso amigo e favorecedor” estava em festa, pois no dia 03 do corrente mês nasceu seu primogênito, uma “bonita menina” chamada Noemy<sup>615</sup>. Possivelmente, se trate do mesmo indivíduo, e se assim o fosse, Armenio teria tido acesso aos jornais d’*O Succo* durante sua juventude, um jornal que trazia o cotidiano de famílias negras da cidade, a vida associativa, entre outras informações e temáticas ligadas à comunidade.

### **5.3.2 Do Areal da Baronesa e de Santa Maria, à França: o estudo e educação como horizonte**

Armenio Moraes, entre seus 13 anos de idade, em dezembro do ano de 1925, estava fazendo o discurso oficial da festa de encerramento das aulas da Escola de Artes e Ofícios da Cooperativa de Consumo da Viação Férrea, em Santa Maria. Junto ao discurso, foi variado o programa da festa, onde realizou-se recitativos e comédias, os quais as alunas da aula de música teriam se encarregado. Segundo notícia do jornal *A Federação*, “as seções masculinas e femininas estavam completamente tomadas, estando presentes as autoridades estaduais, federais e municipais, o clero, a imprensa e o corpo docente das diversas seções das escolas”. Além da presença destas autoridades, a festa foi palco de uma distribuição dos “prêmios que mereceram os alunos dos respectivos cursos: Agueda Brazolle, Ibrasima Teixeira, Celia Santos, Inah Thormann, Zuleija Albuquerque, Orlando Englert, **Armando Moraes**, Nelson Pithan, Henrique Thormann, Avansor Grakmach e Elmiro Pereira de Souza”<sup>616</sup>. Ainda que seu nome tenha saído com um erro de digitação,

---

<sup>614</sup> Requerimento de Tutela de João Rodolpho da Silva aos menores Albino, Vanoly e Armenio Moraes. Santa Maria. 29 de janeiro de 1926. APERS.

<sup>615</sup> *O Succo*, 13 de julho de 1924. Acervo Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. Acerca do registro de nascimento de Noemy, não o localizei até o momento da pesquisa para comprovarmos se tratar do mesmo indivíduo. Porém, relembramos ao leitor que João Rodolpho da Silva casou-se com Olivia Flores em setembro de 1923, portanto, menos de um ano antes do nascimento da primeira filha do casal, o que torna plausível o cruzamento de tais informações.

<sup>616</sup> *A Federação*, 23 de dezembro de 1925. Porto Alegre. Página 5. HDB. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/388653/57653> >. Acesso em: 01 de set., 2022. Grifos nossos. A comissão

Armenio ocupa novamente as páginas daquele jornal.

Com a manchete “*Pelo escotismo*”, a notícia narrava a visita realizada pelo coronel Claudino Nunes Pereira à Escola de Artes e Ofícios de Santa Maria, e como o batalhão de escoteiros, constituído de alunos daquela escola, havia prestado significativa homenagem ao comandante geral da Brigada Militar. Quem proferiu o discurso naquela ocasião, foi o “sr. Armenio Moraes que enalteceu os méritos de cidadão e de autoridade reunidos na pessoa do visitante, dizendo que a sua presença ali serviria de estímulo aos escoteiros”, uma vez que “o coronel Claudino, no início de sua vida prática, havia sido um operário e, pelas suas virtudes perseverança e força de vontade, conquistara o alto posto que hoje ocupa”. Armenio teria terminado sua fala dizendo que os escoteiros ali reunidos, se sentiam felizes em fazer-lhe aquela recepção. Assim, em resposta à acolhida, o coronel Claudino respondeu agradecendo a homenagem e “concitando os jovens da Escola Artes e Ofícios ao estudo e ao preparo para o desempenho de sua missão futura, que será a de concorrer para o progresso do nosso Estado”<sup>617</sup>.

Dois anos depois, no encerramento do período escolar de 1928, a mesma Escola recebeu alguns parágrafos na seção de Santa Maria, no jornal *A Federação* de Porto Alegre. Naquela ocasião, houve uma distribuição de prêmios aos alunos que mais se distinguiram no ano. O evento teve presenças como do *preclaro* dr. Getúlio Vargas, então presidente do Estado, representando o intendente do município; os engenheiros Aymoré Drumond e Max Bruhns, representando a diretoria da Viação; e o general Fernando Medeiros, comandante da 5ª Brigada de Infantaria. Os alunos que falaram “salientando os frutos produzidos pela grandiosa obra dos irmãos Ribas”, Manoel e Augusto Ribas, foram Armenio Moraes e Ibráhima Teixeira. Além dos prêmios, acontecia uma exposição de trabalhos confeccionados pelos próprios alunos durante o ano, como trabalhos de marcenaria, ferraria e tornearia, estufaria, material de eletricidade, de pintura e escultura, entre outros, que se dividiam entre seção feminina e masculina<sup>618</sup>.

A seguir, apresentamos a fotografia mais antiga de Armenio Moraes até então localizada, datada de 1929 e inserida em sua Caderneta Militar - em salvaguarda com a família. Segundo Ana Maria Maud, “no plano do controle social a imagem fotográfica foi

---

era composta “dos srs. Francisco Villa, representando o intendente municipal, padre Bandeira, secretário do bispado; professora Margarida Lopes, diretora do Colégio Elementar, Augusto Ribas e outros”. Idem.

<sup>617</sup> *A Federação*, 06 de setembro de 1926. Porto Alegre. Página 5. HDB. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/388653/59427>>. Acesso em: 01 de set., 2022.

<sup>618</sup> *A Federação*, 19 de dezembro de 1928. Porto Alegre. Página 6. HDB. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/388653/65487>>. Acesso em: 01/09/2022.

associada à identificação, passando a figurar, desde o início do século XX, em identidades, passaportes e os mais diferentes tipos de carteiras de reconhecimento social”<sup>619</sup>. Na 3x4 que o identificava enquanto um jovem reservista do exército, extraímos importantes informações sobre seus dados pessoais e demais detalhes desta época.

**Imagem 40** - Caderneta Militar de Armenio Moraes (1929)

Folha de identificação N.º 613  
 De Armenio Moraes  
 Altura 1,70 Phot. tirada em 14/6/1929  
 Cór. moreno  
 Cabellos pretos  
 Barba barbada  
 Bigodes barbado  
 Olhos castanhos  
 Bocca regular  
 Rosto pequeno  
 Nariz grosso  
 Lê? sim  
 Escreve? sim  
 Conta? sim  
 Outros signaes uma pequena cicatriz  
abaixo do maxilar inferior do lado  
esquerdo.  
 I D. 14/6/1929  
 IMPRESSÃO DIGITAL  
 (Polegar direito)  
Esposo J. de  
Antônio de 1929  
João Pedro Yema Zanot  
2º. instr.

**Fonte:** Acervo particular de Maria Janete Moraes Lappann e Rosana Moraes Lappann.

No verso desta página, constam outras informações de identificação, tais como sua filiação (João Rodolpho Silva e Hortência Moraes), data e lugar de nascimento, 04 de março de 1912 em Porto Alegre/RS, e a sua atividade naquele momento, a de estudante. Ao folhearmos sua caderneta, o carimbo datado em abril de 1930 confirma a mudança de residência deste reservista de Santa Maria, Rio Grande do Sul, para Lille, na França<sup>620</sup>.

<sup>619</sup> MAUD, Ana Maria. 1996, Op. Cit., p. 3.

<sup>620</sup> Caderneta Militar de Armenio Moraes, 1929. Acervo particular de Maria Janete Moraes Lappann e Rosana Moraes Lappann.

Os *laureados* alunos João Lipman e Armenio Moraes, ambos alunos da Escola de Artes e Ofícios da Viação Férrea, foram escolhidos para viajar à França, com o objetivo de se aperfeiçoarem em Engenharia, investimento da própria Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea. Em 4 de setembro de 1931, eles eram esperados na cidade de Santa Maria. A notícia reforçava que os dois foram os primeiros alunos que a escola enviou para a Europa. Tempo de estudo no curso de *praticagem* em mecânica e eletricidade, concluído com “grande aproveitamento”, e que naquele momento, regressaram como professores na Escola de Artes e Ofícios<sup>621</sup>.

**Imagem 41** - Armenio Moraes nas páginas do jornal *A Federação* (1931)



**Fonte:** *A Federação*, 4 de setembro de 1931. Porto Alegre. Página 4. HDB.

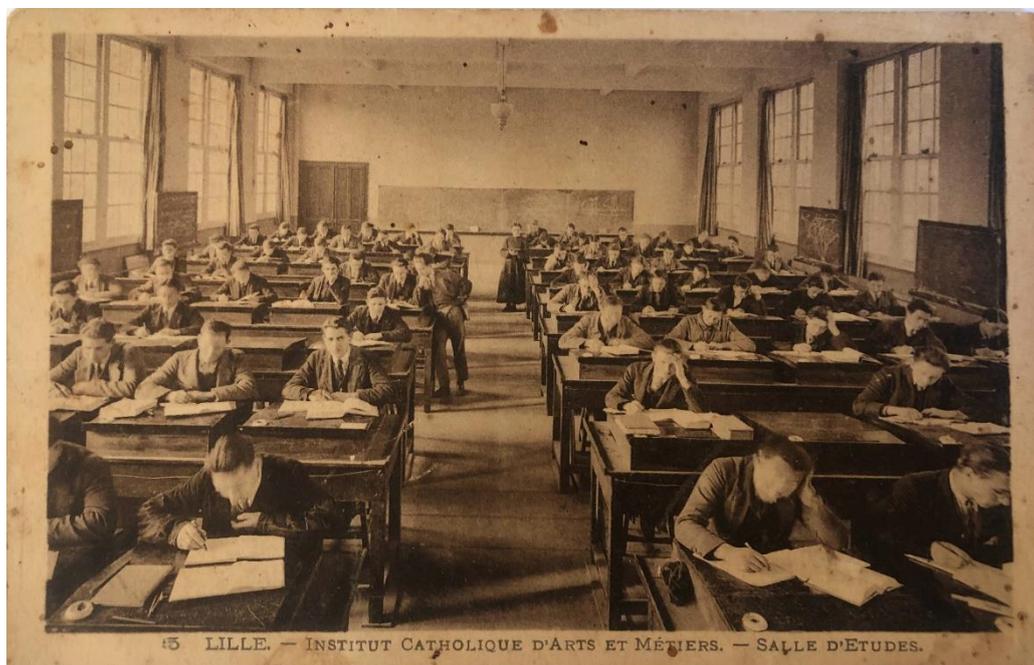
**Imagem 42** - Cartão postal da França de Armenio Moraes (1931)



**Fonte:** Acervo particular de Maria Janete Moraes Lappann e Rosana Moraes Lappann.

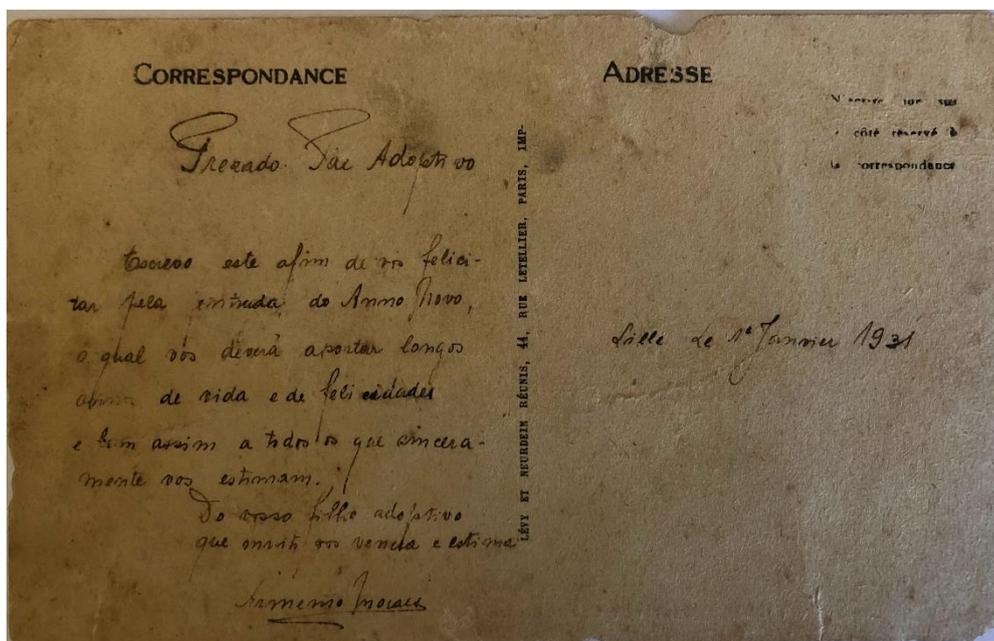
<sup>621</sup> *A Federação*, 4 de setembro de 1931. Porto Alegre. Página 4. HDB. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/388653/69673>>. Acesso em: 01/09/2022.

**Imagem 43** - Cartão postal da França de Armenio Moraes (1931). Imagem do Instituto Católico de Artes e Ofícios, sala de estudos em Lille



**Fonte:** Acervo particular de Maria Janete Moraes Lappann e Rosana Moraes Lappann.

**Imagem 44** - Cartão postal da França de Armenio Moraes (1931)



**Fonte:** Acervo particular de Maria Janete Moraes Lappann e Rosana Moraes Lappann.

Armenio endereçou este cartão postal de felicitação pelo ano novo de 1931, ao seu “pai adotivo”, e assinou como “vosso filho adotivo que muito vos venera e estima”, que como sabemos, se tratava de seu irmão mais velho, João Rodolpho da Silva. Com diferentes paisagens da França, os cartões postais foram escritos em francês e português, e endereçados à amigos e familiar no Brasil. Em Lille, Armenio recebeu um cartão postal de um amigo, informando sobre a situação da Revolução de 1930 no Brasil, e a nível regional, em Santa Maria. A mensagem que se destaca no postal é a seguinte: “Fique sem preocupações, tudo está calmo em S<sup>a</sup> Maria”, após a descrição da situação da revolução, seu amigo “I. Thomas”, finaliza lhe desejando “prosperidades nos estudos”<sup>622</sup>.

Assim, com uma trajetória escolar singular, sendo orador e considerado um aluno laureado, Armenio Moraes se tornara professor. Observamos que o auxílio do irmão mais velho e tutor legal, seja financeiro como o apoio familiar, pode ter sido fundamental para o andamento dos estudos de Armenio e na formação de uma estabilidade social e financeira proporcionado pelo seu pai adotivo. Segundo Maria Lúcia R. Müller, além do ingresso no magistério, o contingente de futuros docentes negros e negras

deveriam ter o mínimo de condições familiares, no sentido de apoio e estímulo, para estar em condições de lutar para o ingresso e permanência numa profissão que exigia algum tipo de cálculo e planejamento e que estava associada a um conjunto de símbolos que negavam ou tiravam valor à cor de sua pele. Somando-se a esses fatores, a necessária capacidade de mobilizar redes de apoio social e político, tratando-se de um período histórico em que o concurso público ainda não era a norma<sup>623</sup>.

Alguns anos depois, retornado ao Brasil, Armenio Moraes casou-se com Celina Borges de Oliveira. Abaixo, transcrevemos os autos de sua habilitação de casamento:

**Armenio Moraes e Celina Borges de Oliveira**, pretendendo casar-se, declaram na forma da lei o seguinte: que o regime adotado é o da comunhão de bens; que o 1º é solteiro, sabe escrever, tem 27 anos, nasceu em Porto Alegre em 4 de março de 1912, professor, domiciliado e residente nesta cidade, filho legítimo de João Rodolfo da Silva, e de sua esposa dona Hortencia Moraes, naturais deste Estado, domiciliados e residentes em Porto Alegre. A noiva Celina Borges de Oliveira que em virtude do casamento passa a chamar-se Celina de Oliveira Moraes é solteira, sabe escrever, tem 39 anos, nasceu nesta cidade em 6 de junho de 1900, de labores domésticos, domiciliada e residente nesta cidade, filha legítima de Antonio de Oliveira e de sua esposa dona Maria Borges, falecidos em Osório em data ignorada, ambos naturais deste Estado.

---

<sup>622</sup> Cartão postal de I. Tomas à Armenio Moraes, em 21 de outubro de 1930, Santa Maria/RS. Acervo particular de Maria Janete Moraes Lappann e Rosana Moraes Lappann.

<sup>623</sup> MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. 2008, Op. Cit., p. 71.

**São de cor branca.** Requerem as diligências necessárias. Santa Maria, 9 de outubro de 1939<sup>624</sup>.

Ambos assinaram seus nomes e residiam em uma casa a rua Conde de Porto Alegre, n° 254, lugar onde a cerimônia teria acontecido. Um elemento que nos chamou a atenção neste documento, se refere à parte descritiva dos nubentes e de seus familiares, a qual afirmava: “São de cor branca”. Pesquisando em habilitações de casamento, até o momento não tínhamos encontrado uma qualificação de cor nesta etapa do registro. Quando aparece a cor dos indivíduos relacionados, geralmente é quando está anexado seu registro de nascimento ou batismo. O que nos leva a questionar: a referência da cor branca seria para todos os envolvidos na descrição? Seria somente ao noivo e à noiva? Ou então, a família da noiva?

Em anexo à habilitação, consta o registro civil de nascimento da noiva Celina, que foi designada como de cor *branca*. Armenio também anexou seu registro de nascimento, mas em 1942 o solicitou junto ao cartório para que fosse devolvido tal documento, pois precisava do registro para a extração de sua carteira de identidade. Sabendo que Armenio nasceu em uma família não-branca, dado a evidencia de diferentes registros de sua mãe e dois irmãos (designados de cor *parda* e *mixta*), lançamos a hipótese de que, por se tratar de um casamento interracial, optou-se por evidenciar a cor branca por parte da família da noiva, em oposição à do noivo. Abaixo, observamos o registro fotográfico que eternizou esta união, à esquerda, Celina, e à direita, Armenio.

---

<sup>624</sup> Habilitação de casamento de Armenio Moraes e Celina Borges de Oliveira. Santa Maria, 10 de outubro de 1939. APERS. Grifos nossos.

**Imagem 45 - Celina Borges de Oliveira e Armenio Moraes (1939)**



**Fonte:** Acervo particular de Maria Janete Moraes Lappann e Rosana Moraes Lappann.

Sobre o encontro de Celina e Armenio, a filha e neta do casal assim o descreve:

**Maria Janete M. L.:** Se conheceram em Santa Maria, e dessa união nasceu eu, euzinha aqui sabe. [...] A minha mãe era dona de casa, não era uma pessoa instruída assim, sabia o básico assim né. [...]

**Rosana M. L.:** A mãe relata que o vô teria ido jogar lá em Vacaria, e se conheceram durante um jogo, ele foi jogar na cidade.

**Maria Janete M. L.:** É, foi assim, é. Porque ele jogava, ele era atleta né, o pai. Ele era baixinho, mas era metido, era atleta, jogava futebol. [...] Time amador assim, ele gostava de jogar futebol<sup>625</sup>.

---

<sup>625</sup> LAPPANN, Maria Janete Moraes; LAPPANN, Rosana Moraes. Em entrevista concedida à Alícia Quinhones Medeiros, na residência da entrevistada Maria Janete Moraes Lappann em Cruz Alta/RS, no dia 04 de fevereiro de 2023.

Junto dos conhecimentos científico e linguístico, Armenio também exerceu diversos esportes durante a juventude, entre eles, o atletismo, natação e o futebol. Esta última modalidade, também foi desempenhada por outro familiar próximo, o jogador Tesourinha. Ainda que, segundo relatos de familiares, Armenio não tenha verbalizado sobre possíveis preconceitos e racismo sofridos ao longo de sua vida, tanto no contexto em que era estudante em Santa Maria, como em Lille, na França, quanto no exercício do magistério, a questão racial o atravessava diariamente. Seja pela sua própria experiência enquanto homem negro, quanto às vivências de seus familiares por parte de mãe.

Armenio Moraes era tio de Osmar Fortes Barcelos, um dos mais importantes jogadores de futebol do século passado, tanto a nível regional quanto nacional. Osmar ficou conhecido como “Tesourinha”, pois frequentava o carnaval de onde nasceu, no Areal da Baronesa em Porto Alegre<sup>626</sup>. Segundo o historiador Marcus V. de Freitas Rosa, “os Tesouras, por exemplo, era um bloco de foliões negros que tinha sua sede na Rua Barão do Gravataí, no Areal da Baronesa”<sup>627</sup>. Nascido em 03 de janeiro de 1921, seu primeiro clube foi o S. C. Internacional, sendo 8 vezes campeão regional<sup>628</sup>.

O preconceito racial sofrido por Tesourinha perpassara sua trajetória no futebol brasileiro, sobretudo, sul-rio-grandense. Em 1945, em viagem com a delegação colorada, ele e outro companheiro, entram numa barbearia para serem atendidos em Caxias do Sul/RS. O barbeiro proferiu o seguinte quando da entrada de Osmar ao recinto: “infelizmente, não posso atendê-lo. Não fazemos barba de gente de côr”. Tesourinha e seus companheiros de time protestaram acerca do ocorrido e, com a chegada da polícia, o delegado ordenou o fechamento do estabelecimento<sup>629</sup>. O jogador também passou pelos times do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, e foi contratado pelo Grêmio de Porto Alegre, em 1952. Naquele contexto, segundo a imprensa da época, o time gremista “até então não admitia negros em suas fileiras”<sup>630</sup>.

Segundo Francisco Rodrigues, em pesquisa acerca dos torcedores e do Grêmio,

---

<sup>626</sup> Atualmente existe o “Ginásio Municipal Osmar Fortes Barcellos (Ginásio Tesourinha)” na região em que Osmar cresceu, do Areal da Baronesa, hoje, bairro Menino Deus em Porto Alegre.

<sup>627</sup> ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Quando Vargas caiu no samba**: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. P. 57.

<sup>628</sup> *Jornal do Dia*, 13 de maio de 1949. Porto Alegre. Página 6. HDB. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/098230/5334>>.

<sup>629</sup> *Diário de Notícias*, 25 de janeiro de 1959, página 6. HDB. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/093726\\_03/28151](http://memoria.bn.br/docreader/093726_03/28151)>. Acesso em: 01/02/2023.

<sup>630</sup> *Diário de Notícias*, 25 de janeiro de 1959, página 11. HDB. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/093726\\_03/28156](http://memoria.bn.br/docreader/093726_03/28156)>. Acesso em: 01/02/2023.

afirma que o time era conhecido como o clube dos “gringos” e “alemães”, por conta de sua história de fundação. Assim, “a contratação de Tesourinha pelo Grêmio não apenas causou uma crise institucional no clube, mas também uma crise de identidade entre os gremistas que pode ser sentida até hoje”. O autor complementa que “se é nos anos quarenta que o Inter se torna o time do povo, dos negros e pobres, na década seguinte, o Grêmio está em xeque com a sua identidade”<sup>631</sup>.

#### **Imagem 46 - Osmar Fortes Barcellos (Tesourinha)**



**Fonte:** *Especial*, nº 37, julho de 1971. HDB. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/885959/16679> >. Acesso em: 11 de jun., 2023.

---

<sup>631</sup> RODRIGUES, Francisco Carvalho dos Santos. **Amizade, trago e alento. A Torcida Geral do Grêmio (2001-2011) da rebeldia à institucionalização:** mudanças na relação entre torcedores e clubes no campo esportivo brasileiro. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2012. P. 33. Sobre a relação entre história, identidade e racismo no time gremista gaúcho, ver mais em: MANENTI, Caetano. **Da Ilhota à Arena, de Tesourinha à Patrícia Moreira:** Futebol a cores, uma história de racismo no Rio Grande do Sul. *Jornalismo em pé*, 02 de outubro de 2014. Disponível em: < <https://encr.pw/ePLgK> >. COSTA, Matheus Donay da. **“Somos Azuis, Pretos e Brancos”:** o Tricolor em busca de suas cores. *Ludopédio*, São Paulo, v. 113, n. 9, 2018. Disponível em: < <https://encr.pw/KiY3Y> >. Acesso em: 11 de jun., 2023.

Armenio Moraes visitou a família em Porto Alegre, sua mãe Hortencia, que segundo relatos morava muito próximo de Tesourinha. A visita, possivelmente, se estendia ao seu sobrinho, assim como, as conversas e trocas de experiências podem ter feito parte de suas viagens à capital do Estado.

**Alícia Quinhones:** Mas assim, da Hortência, o que a senhora lembra?  
**Maria Janete Moraes Lappann:** A Hortência, eu me lembro dela assim ó, sozinha, morava... agora não posso te garantir se era junto do Tesourinha, ou se era do lado. Eu fui na casa deles né, não me lembro da mulher dele [...]. Eu fui algumas vezes com o meu pai lá, mas ficava um ou dois dias assim, não sei o que a gente ia fazer que ia né. E a Hortência, Tetencia como a gente chamava, ela esteve em Santa Maria na nossa casa, passando uns dias lá conosco, sabe. E depois acho que em seguida ela faleceu. [...] Bom, em Santa Maria na nossa casa ela só esteve uma vez, eu devia ter uns dez anos e em Porto Alegre eu fui, não me lembro agora, se ela estava viva, se eu a conheci em Porto Alegre ou se foi quando ela foi a Santa Maria nos visitar, eu não tenho certeza<sup>632</sup>.

### 5.3.3 Memórias do professor que ensinou gerações de santa-marienses

A memória e reconhecimento pelo seu trabalho no magistério de Santa Maria e região, foi lembrado e comemorado até seus últimos anos de vida. Em 1982, Armenio Moraes recebeu o Prêmio Imembuí, que homenageava “as personalidades e entidades que se destacaram na vida santa-mariense em favor da comunidade”. Segundo a notícia no jornal *A Razão*, os homenageados receberam medalhas de Honra ao Mérito e diplomas criados para tal finalidade. O jantar festivo promovido pela Direção da Rádio Imembuí, ocorreu no dia 02 de dezembro de 1982, no Clube Comercial<sup>633</sup>. O nome de Armenio Moraes é destaque junto a outros homenageados<sup>634</sup>.

Quem realizou o discurso de entrega do prêmio, foi seu amigo Edmundo Cardoso, conhecido jornalista e ator santa-mariense. Em transcrição do discurso proferido em 1982, Cardoso se refere à Armenio como seu “velho amigo” e “insigne mestre”. O discurso citava seu nascimento em Porto Alegre e vinda à Santa Maria, ainda muito jovem, quando foi aluno do Colégio Elementar, hoje Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Abaixo podemos ler na íntegra as conquistas e homenagens designadas ao professor Moraes:

---

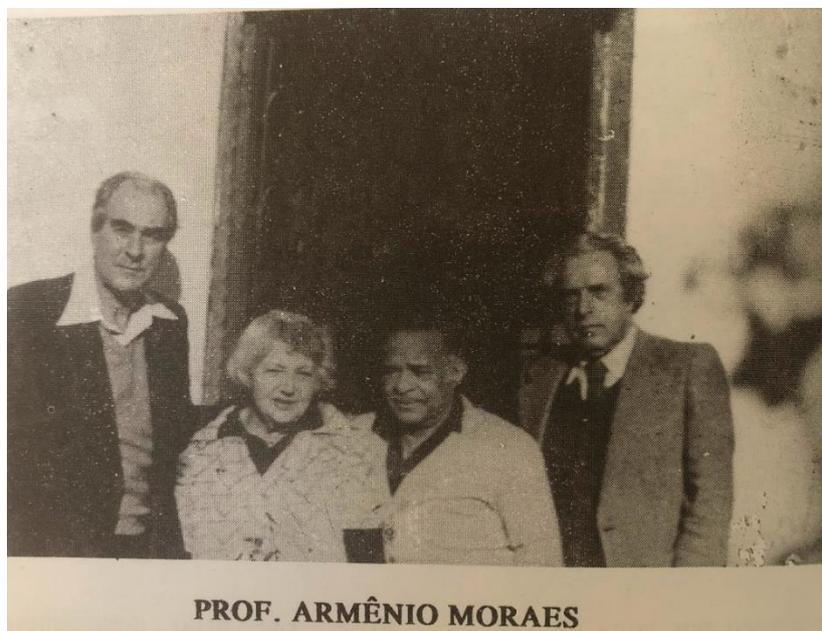
<sup>632</sup> LAPPANN, Maria Janete Moraes; LAPPANN, Rosana Moraes. Em entrevista concedida à Alícia Quinhones Medeiros, na residência da entrevistada Maria Janete Moraes Lappann em Cruz Alta/RS, no dia 04 de fevereiro de 2023.

<sup>633</sup> Convite para o Prêmio Imembuí/1982. Caixa “Rádio Imembuí”. CMEC.

<sup>634</sup> *A Razão*, 04 de maio de 1982, página 08. Santa Maria. AHMSM.

Em 1925, ingressou no já famoso Liceu de Artes e Ofícios da Cooperativa dos Ferroviários, **como tutelado de um seu tio, pois já estava órfão de pai**. De lá, em 1929, saiu com três medalhas de ouro, distinção máxima com notas 10 obtidas em três anos consecutivos. Agraciado com o Prêmio de Estudos no Exterior pela Viação Férrea, que **por pouco lhe seria negado com artimanhas**, Armenio foi tomado sob a proteção dos irmãos Manuel e Augusto Ribas. Este último, não só lutou pela justiça da sua viagem, como também o visitou, orgulhoso, em Lille, na França, onde seu jovem protegido conquistava o primeiro lugar no Instituto Catholique d'Arts et Metiers, onde cursava a Escola de Engenharia. Na França, **Armenio se destacava nos esportes, como o fizera aqui antes**. Chegou a jogar pelo Olympic Lyloi, de Lille, como goleador. Sempre praticou salto em altura e distância, corridas e futebol, onde ganhou o apelido carinhoso de <Taxinha>, cognome que ainda hoje dá o seu famoso amigo de infância, Iberê Camargo. De volta, Armenio lecionou no seu Artes e Ofícios, no Colégio Centenário, no Ginásio Santa Maria e no Colégio Fontoura Ilha, **com a sua legendária capacidade de ensinar matemática, química, física, francês e português, o que faz há meio século, precisamente, tanto que se calcula em mais de oito mil alunos que estiveram sob a sua regência eficiente e desvelada**. Em 1966 foi considerado o Mestre do Ano, na cidade. Individualidade marcante, extrovertido, de indestrutível bom humor, é um apaixonado da sua profissão. Jamais odiou ou invejou. Seu coração é doce, e manso o seu amor pela humanidade. **Sobrevive economicamente em função do seu magistério, hoje exercido em seu lar**, mas com dedicação e ardor sem igual, e inenarrável paixão pela arte de ensinar. O que o transforma no Mestre incomparável que o Prêmio Imembuí homenageia com orgulho e respeito<sup>635</sup>.

#### Imagem 47 - Armenio Moraes, esposa e amigos



**Fonte:** Livro “Lição de amor e vida” (s/d), página 80. Da esquerda para direita, Iberê Camargo, Maria José Fenalti (Zeca), Armenio Moraes e Edmundo Cardoso. Sem Data.

<sup>635</sup> A *Razão*, 14 e 15 de setembro de 1985, “Armênio Moraes, um grande mestre”, página 20. Santa Maria. AHMSM.

Destacamos algumas informações no discurso, entre elas, a referência à tutela de seu irmão, que passaria a ser seu pai adotivo após o falecimento do pai biológico. Talvez pela diferença de idade dos dois, tenha se ficado na memória que João Rodolpho da Silva, seu irmão, seria seu tio. Mas com a confirmação documental, entende-se que se tratava de uma tutela do irmão mais velho, aos mais novos. Também, destaca-se a atuação de Armenio nos esportes, o qual desempenhava diversas modalidades, como o atletismo e o futebol, talento este que vinha de família. Além disso, o orador e amigo Edmundo Cardoso faz referência à sua “legendária capacidade” de ensinar várias matérias escolares, na linguagem e exatas. Apresentou-se a estimativa de que mais de oito mil alunos teriam tido aulas com Armenio, um número extraordinário em seu meio século de magistério. Exercício profissional que desempenhou até seus últimos anos de vida, nas aulas particulares lecionadas em sua própria residência.

Em um livro de personalidades e espaços importantes para a História de Santa Maria, salvaguardado pela família Moraes, tem-se o seguinte relato quanto à pessoa de Armenio Moraes e suas aulas:

Sua grande participação porém, no ensino de Matemática, foi fora das salas de aulas, mais precisamente, nas “aulas particulares”. Nestas que o conheci. E quem não foi aluno de Armênio ou não teve um parente ou amigo muito chegado nesta condição? **Várias gerações já passaram pela mão e pelo talento daquele homem moreno, baixinho, rápido no andar, voz rouca e disposição inigualável para ensinar.** Suas aulas eram normalmente no pátio e podia surpreendentemente, ensinar ao mesmo tempo, alunos dos mais diversos níveis<sup>636</sup>.

Este é o primeiro relato que mencionou alguma descrição física do professor, descrito como “homem moreno, baixinho, rápido no andar, voz rouca”. O capítulo não trouxe a autoria do texto, mas pela descrição, quem escreveu foi um de seus numerosos ex-alunos.

A filha Maria Janete Moraes, afirmou o seguinte: “meu pai era um gênio”. Também, nos relatou que Armenio lecionava além do horário das escolas, em turno inverso com aulas particulares, atendendo os alunos em sua casa. Uma de suas alunas, foi a própria neta Rosana, nos idos dos anos de 1970 e 1980. Genialidade que era expressa nas atitudes cotidianos deste professor, para além do magistério. Como por exemplo, em

---

<sup>636</sup> **Lição de amor e vida.** Editor: Carlos Conrado Lacerda; Pesquisa de Campo: Emir Garaialde Peres. Santa Maria, sem data. P. 80-81. Acervo particular de Maria Janete Moraes Lappann e Rosana Moraes Lappann.

seu gosto por escutar música, na organização, na dança, esporte, no gostar de se arrumar, em sua biblioteca e também, na escrita de poesias<sup>637</sup>.

**Imagem 48** - Armenio Moraes e família (década de 1980)



**Fonte:** Acervo particular de Maria Janete Moraes Lappann e Rosana Moraes Lappann.

Armenio Moraes faleceu aos 73 anos de idade, em 09 de setembro de 1985, na cidade de Porto Alegre/RS<sup>638</sup>. Professor aposentado, formado e formador de muitos estudantes e cidadãos em Santa Maria. Descrito como viúvo, designado, equivocadamente, como de “cor branca” no registro de óbito. Em pesquisa na sede do Arquivo Provincial da Rede Marista em Porto Alegre, ao folhear uma revista em referência aos 50 anos (1913-1963) da Cooperativa de Consumo dos Empregados da

---

<sup>637</sup> LAPPANN, Maria Janete Moraes; LAPPANN, Rosana Moraes. Em entrevista concedida à Alcília Quinhones Medeiros, na residência da entrevistada Maria Janete M. Lappann em Cruz Alta/RS, no dia 04 de fevereiro de 2023.

<sup>638</sup> Registro de óbito de Armenio Moraes, 09 de setembro de 1985, Porto Alegre/RS. *Family Search*. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QSQ-G9L5-79YG-L?cc=3741255> >. Acesso em: 09 de set., 2022.

Viação Férrea do Rio Grande do Sul, encontrei um recorte de jornal, guardado entre as páginas, da missa de sétimo dia do Prof. Armenio Moraes, datada de 14 de setembro de 1985<sup>639</sup>. Este indício, singelo e também grandioso, evidencia a importância e reconhecimento que Armenio angariou durante décadas vividas na comunidade santa-mariense, sobretudo, àqueles e àquelas que foram seus alunos, amigos e colegas de profissão.

Um dia após seu falecimento, o amigo Antonio Carlos Machado, assinado como A. C. Machado, escreveu ao jornal sobre o sentimento da perda deste amigo:

[...] Morreu Armenio. Um tipo humano inesquecível e **um professor que foi inigualável em seu tempo de magistério**. Quando escrevi <Boca do Monte<sup>640</sup>>, dediquei especial capítulo ao meu velho amigo e antigo professor que incluo entre aquelas criaturas que viveram intensamente a vida enquanto para tal tiveram força e disposição. Culto, estudante de engenharia na França, professor de várias gerações de santa-marienses, Armenio teve seu nome indelevelmente ligado a história da boemia santa-mariense da qual foi um dos mais impressionantes sacerdotes. Não há roda de samba, de aperitivo, de churrasco e de confraternização que tenha na cidade, que não tenha tido a participação do Armenio [...]<sup>641</sup>.

Com este relato, finalizamos este capítulo que teve como objetivo contar e recontar histórias de um professor negro e uma professora negra, e suas atuações no campo educacional na Santa Maria da Boca do Monte. Assim como, a importância de suas respectivas famílias na resistência pela conquista da liberdade durante o período escravocrata, e pela manutenção de uma cidadania digna durante o pós-Abolição no interior do estado do Rio Grande do Sul.

---

639 Arquivo Provincial da Rede Marista. Porto Alegre/RS.

640 A obra se refere ao título: “Boca do Monte - Pequeno Ensaio da História Humana de Santa Maria”, de Antonio Carlos Machado (1982).

641 *A Razão*, 11 de setembro de 1985, página 04. Santa Maria. AHMSM. Grifos nossos.

## 6.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para fins de considerações finais, retomamos o nosso problema central e inicial de pesquisa, em formato de questões. Em primeiro, refletimos sobre como se deram as participações de segmentos da população negra no campo educacional de Santa Maria/RS, entre os anos finais do século XIX e início do século XX? Quem eram estas pessoas, quais foram suas trajetórias, seus arranjos familiares, espaços de sociabilidades e suas experiências em espaços educacionais? E o que estas histórias informam acerca da Educação no pós-Abolição a nível regional e nacional?

No decorrer do texto, buscamos responder tais perguntas com o rigor científico da pesquisa histórica, acionando o cruzamento de inúmeras fontes e demonstrando a viabilidade de se conhecer histórias negras e suas relações com a educação. Com a pesquisa em acervos públicos e particulares, investigamos as experiências de crianças, jovens, adultos, homens e mulheres negras, que compuseram os bancos escolares, as iniciativas formais e informais de educação, públicas, subvencionadas ou particulares na cidade. Pode-se constatar que estes sujeitos foram formados e formaram o campo educacional de Santa Maria no pós-Abolição. Também notamos que o associativismo, a família, e o trabalho, são temáticas que atravessaram constantemente tais vivências.

Portanto, refletimos sobre a educação interligando tais âmbitos da vida social, principalmente no primeiro capítulo. Nesta seção, partimos da família Paz, sobretudo de Maria Jacintha, Laurentino, Vicentina, Irineu e seus filhos, para explicar o contexto da cidade nos fins da escravidão e após a abolição. Problematizamos acerca das possibilidades que uma organização negra, como a Sociedade Treze de Maio e o jornal da imprensa negra *O Succo*, de serem espaços que acionaram elementos da educação e instrução ao seu público associado e leitor. Assim como, teorizamos sobre as motivações de trabalhadores ao reivindicarem o acesso e permanência em cursos de instrução, sobretudo noturnos, nos primeiros anos do século XX em Santa Maria.

Assim como, pudemos percorrer a legislação educacional sul-rio-grandense durante o período imperial, excludente em termos de condição jurídica, racial e de classe quanto ao acesso à educação pública. Desta forma, com base em uma historiografia crescente acerca destes termos legais, constatamos que a precariedade e ausência de uma educação pública de qualidade a pessoas pobres, brancas e negras, no período republicano, quiçá no período atual, tem uma historicidade presente nos tempos do Império. Assim, trouxemos algumas das inúmeras vozes dissidentes e reivindicatórias das

próprias pessoas comuns de Santa Maria, - alunos, familiares e professores - que pediam e exigiam melhores condições de acesso e permanência em aulas e escolas, como também, o salário em dia e a estrutura adequada para lecionar.

Tencionamos, também, as narrativas que iniciativas educacionais de cunho religioso empreendiam sobre alunos negros, pobres e órfãos a nível local. Refletimos como o trabalho desde tenra idade foi vivenciado por jovens negros e negras, e quais suas implicações para tais sujeitos estarem ausentes ou presentes dos bancos escolares. Desta forma, sem localizar quaisquer matrículas ou listas nominativas que trouxessem seus nomes, suas individualidades, analisamos, sobretudo, fotografias. Nelas, conseguimos imaginar, junto à metodologia específica para tal análise, os universos que cada sujeito carregaria para estar ali, postados, geralmente em fileiras, para aquele registro único. Além disso, dialogamos sobre os limites da laicidade da República, ao subvencionar e patrocinar tais iniciativas e seus interesses.

Para finalizar este texto, recontamos trajetórias negras que permaneceram no ambiente escolar após a conclusão de seus estudos enquanto alunos, para então, se tornarem professor e professora. Os docentes Inácia Cruz e Armenio Moraes, foram guias para entendermos os possíveis significados que o magistério poderia ter em suas vidas, e de outros professores negros brasileiros do pós-Abolição. O prestígio, o apoio familiar, a intelectualidade e as possibilidades que a docência trouxe para tais sujeitos e suas famílias, foram as principais questões trabalhadas neste capítulo.

Ao longo da investigação, localizamos um grande número de fontes, nos levando a outras experiências e sujeitos que tiveram suas trajetórias atravessadas pela educação. Portanto, algumas questões ficaram em aberto nesta pesquisa, por extrapolar os objetivos centrais de nosso trabalho. Como por exemplo, qual foi o debate e pensamento desenvolvido pelos políticos sul-rio-grandenses, durante o Império, para redigir e aprovar uma legislação educacional tão excludente? Pensamos que uma análise sistemática dos anais da câmara, seja uma das fontes possíveis para acessar parte deste discurso.

Assim como, refletimos sobre a magnitude e alcance que as reivindicações populares acerca da educação tiveram na própria formação educacional da cidade e região, sobretudo em distritos rurais. Para que, em meados do século XX, a despeito de todas as precariedades na educação pública no alvorecer da República, Santa Maria tivesse a alcunha de metrópole escolar do estado<sup>642</sup>. Somado a isto, imaginamos quais

---

<sup>642</sup> Jornal *A Razão*. Terça-feira, 9 de outubro de 1934. Página 4. AHMSM. MEDEIROS, Elisabeth Weber. 2012, Op. Cit.

outras trajetórias educacionais de indivíduos negros, nascidos e/ou formados na cidade, que foram protagonistas no exercício do magistério e na formação de gerações de alunos, ficaram ausentes desta pesquisa e merecem estudos específicos.

Com isso, esperamos que a memória e história de tantos indivíduos dos quais dissertamos ao longo desta pesquisa, sejam lidas, contadas e rememoradas em diferentes espaços. Conhecer estas *pessoas comuns* enquanto sujeitos históricos que foram formadas e formaram o campo educacional da cidade de Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul, significa ressaltar a complexidade e relevância de se conhecer a História do Brasil a partir da educação, e a partir de experiências negras. Que a luta por condições igualitárias e justas de acesso, permanência e qualidade na educação, sejam constantes e tomadas de referenciais históricos, como os que conhecemos nesta pesquisa, até o momento que este espaço seja democrático para todos e todas.

## FONTES

### ACERVO DIGITAL

Memorial dirigido ao Egregio Conselho Nacional do Trabalho no Rio de Janeiro, por Julio F. Nebel Ferroviário da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e Delegado do 2º Congresso Internacional de Mutualidade e Previdência Social. Santa Maria, de 29-1-1929. Página 2. O processo está disponível em: < <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-2172-1929-2> >. Acesso em 11/08/2022.

### ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

#### Cartas de liberdade:

Carta de liberdade de Maria Joaquina, escrava de Maria Jose de Figueiredo Menezes. 26 de maio de 1873, Rio Pardo. Livro 20, pág. 95.

Carta de liberdade de Rodolfo, escravo de Maria José de Figueiredo Menezes, em 01 de novembro de 1884, Santo Amaro.

#### Habilitação de casamento:

Antão Rodrigues dos Santos e Eva Moraes dos Santos. Santa Maria, 30 de abril de 1935.

Armenio Moraes e Celina Borges de Oliveira. Santa Maria, 10 de outubro de 1939.

Ataliba Farias e Raphaela Maia. Santa Maria, 17 de agosto de 1925.

Bento Trindade da Fonseca e Iracema Alves de Bittencourt. Santa Maria, 14 de junho de 1929.

Gomercindo Lopes Cavalheiro e Mercedes Vianna Corel. Santa Maria, 19 de março de 1930.

João Baptista Ferreira e Irias Bastos Freitas. Santa Maria, 21 de junho de 1925.

João Gabriel Maia e Alzira Setembrina Domingues. Santa Maria, 25 de janeiro de 1922.

João Rodolpho da Silva e Olivia Flores. Santa Maria, 06 de setembro de 1923.

Joaquim Junqueira Rocha e Esther Coimbra Marques. Santa Maria, 30 de novembro de 1912.

José Pereira e Mercedes Maia. Santa Maria, 23 de setembro de 1924.

Justiniano Rodrigues Cruz e Maria José Farias. Santa Maria, 9 de setembro de 1916.

Manoel Ignacio Rodrigues e Reinalda de Oliveira Camargo. Santa Maria, 13 de junho de 1910.

Manoel Pereira de Moura e Leopoldina Maria Guedes. Santa Maria, 14 de outubro de 1910.

Marcilio de Oliveira e Berilda Borges de Mendonça. Santa Maria, 29 de outubro de 1903.

Marcos Antonio Ferreira e Firmina de Assis e Silva. Santa Maria, 15 de julho de 1893.

Julio Francisco Nebel e Martimiana dos Santos. Pelotas, 14 de novembro de 1906.

#### Demais documentos:

Documentos da Escravidão. catálogo seletivo de cartas de liberdade. Volume 2. Porto Alegre, 2006. 063. Fundo Tabelionato do Município de Santo Amaro. Subfundo: 1o Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Registros Diversos. Livro 1 - 1884, p. 913.

Documentos da escravidão no Rio Grande do Sul: Testamentos: o Escravo deixado como herança. Coordenação Bruno Stelmach Pessi. – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. P. 326

Juízo de Execução Criminal de Porto Alegre, Réu Athanzio Augusto Barboza, 1896.

Requerimento de Tutela de João Rodolpho da Silva aos menores Albino, Vanoly e Armenio Moraes. Santa Maria, 29 de janeiro de 1926.

Testamento de Justiniano Gonçalves Dias. Ano de 1876. Maço 2. Santa Maria.

### **ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE SANTA MARIA – SANTA MARIA**

Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Livro de Casamentos nº 2 e nº 3 (1849-1870), p.161v - 162. Casamento de Eustaquio Rodrigues e Ignacia Maria.

### **ACERVO HISTÓRICO DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO OLAVO BILAC – SANTA MARIA**

Álbum de fotografias da Escola Complementar. 1939. Santa Maria/RS.

Boletim de Julgamento de Sabatinas, Escola Complementar de Santa Maria. 1936. Santa Maria/RS.

Livro de Matrículas da Escola Elementar. Anos de 1937 e 1938. Santa Maria/RS.  
Livro de Posses de Professores, 1910 a 1950. Livro nº 2. [não paginado]. Santa Maria/RS.

Livro do registro histórico dos profs. do Curso Primário – 1947 a 1966. Livro nº 19, páginas 21 e 29. Santa Maria/RS.

Livro nº 01. Matrículas e frequências (1929 a 1941). Santa Maria/RS.

Livro nº 1 de Notas de Exames Finais, 1913 a 1942. Ata nº 27, 20 de novembro de 1935. Ata nº 28, 20 a 23 de novembro de 1935. Santa Maria/RS.

Livro Notas Curso Complementar Santa Maria. Graos das Sabatinas do 1º, 2º e 3º Anno (1935-1942). Santa Maria/RS.

### **ARQUIVO DO MUSEU TREZE DE MAIO – SANTA MARIA**

Sociedade Treze de Maio. Livro de Atas 01 (1903-1914). Santa Maria/RS.

### **ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA – SANTA MARIA**

Coletânea da Legislação Municipal de Santa Maria. Volume I, Anos de 1892 a 1901.

#### Jornais:

*A Razão*. Terça-feira, 9 de outubro de 1934. Santa Maria/RS.

*A Razão*. 03 de janeiro de 1982. Santa Maria/RS.

*A Razão*, 04 de maio de 1982. Santa Maria/RS.

*A Razão*, 11 de setembro de 1985. Santa Maria/RS.

*A Razão*, 14 e 15 de setembro de 1985. Santa Maria/RS.

*Correio da Serra*, 10 de novembro de 1922. Santa Maria/RS.

*Correio da Serra*, 20 de outubro de 1925. Santa Maria/RS.

*Correio da Serra*, 25 de maio de 1927. Santa Maria/RS.

*Correio da Serra*, 1 de novembro de 1927. Santa Maria/RS.

*Correio da Serra*, 24 de outubro de 1929. Santa Maria/RS.

*Diário do Interior*, 05 de dezembro de 1913. Santa Maria/RS.

*Diário do Interior*, 13 de dezembro de 1913. Santa Maria/RS.

*Diário do Interior*, 25 de dezembro de 1913. Santa Maria/RS.

*Diário do Interior*, 26 de dezembro de 1913. Santa Maria/RS.

*Diário do interior*, 04 de fevereiro de 1914. Santa Maria/RS.

*Diário do Interior*, 13 de junho de 1914. Santa Maria/RS.

*O Castilhista*, 23 de novembro de 1925. Santa Maria/RS.

*O Castilhista*, 05 de novembro de 1927. Santa Maria/RS.

#### Revistas:

Echos do Gymnasio Municipal Santa Maria. Santa Maria/RS, 1927.

Echos do Gymnasio Municipal Santa Maria. Santa Maria/RS, 1930.

#### Fundo Intendência Municipal de Santa Maria:

Caixa n° 1. Tomo n° 3. Data 1890 a 1891.

Caixa n° 1. Tomo n° 6. Data 1890 a 1891.

Caixa n° 1. Tomo n° 7. Data 1892 a 1897.

Caixa n° 2. Tomo n° 4A. Data 1890 a 1933.

Caixa n° 8. Tomo n° 41. Data 1905.

Caixa n° 13. Tomo n° 70. Data 1911.

Caixa n° 14. Tomo n° 73. 18 de fevereiro de 1914.

Caixa n° 20. Tomo 104.

Caixa n° 24. Tomo n° 136. 25 de setembro de 1915.

Caixa n° 33. Tomo n° 192. 09 de março de 1917.

Caixa n° 33. Tomo n° 193. 23 de outubro de 1916.

Caixa n° 33. Tomo n° 195. 12 e 19 de maio de 1916.

Caixa n° 38. Tomo n° 224. 11 de março de 1918.

Caixa n° 39. Tomo n° 227. 23 de outubro de 1919.

Caixa n° 42. Tomo n° 247. 11 de novembro de 1919.

Caixa n° 42. Tomo n° 251. 05 de novembro de 1919.

### **CASA DE MEMÓRIA EDMUNDO CARDOSO – SANTA MARIA**

#### Jornais:

*Diário do Interior*, 05 de abril de 1930. Santa Maria/RS.

*Diário do Interior*, 10 de agosto de 1929. Santa Maria/RS.

*Diário do Interior*, 28 de março de 1931. Santa Maria/RS.

*O Estado*, 16 de maio de 1900. Santa Maria/RS.

*O Santamariense*, 03 de agosto de 1922. Santa Maria/RS.

*O Santamariense*, 10 de agosto de 1922. Santa Maria/RS.

*O Santamariense*, 14 de setembro de 1922. Santa Maria/RS.

*O Santamariense*, 28 de setembro de 1922. Santa Maria/RS.

*O Santamariense*, 06 de dezembro de 1922. Santa Maria/RS.

*O Santamariense*, 28 de dezembro de 1922. Santa Maria/RS.

*O Santamariense*, 24 de maio de 1923. Santa Maria/RS.

*O Santamariense*, 26 de julho de 1923. Santa Maria/RS.

#### Revistas:

Revista da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes do Rio Grande do Sul. Santa Maria, 20 de setembro de 1936.

Revista da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes do Rio Grande do Sul. Santa Maria, 20 de setembro de 1938.

Revista Lanterna Verde, Santa Maria. 31 de dezembro de 1946.

Demais registros:

Álbum de Santa Maria, 1914.

Convite para o Prêmio Imembuí. Caixa “Rádio Imembuy”. Ano de 1982, Santa Maria/RS.

### **ACERVOS PARTICULARES**

Acervo particular de Alcione Flores do Amaral:

*O Succo*, 15 de março de 1932. Santa Maria, Rio Grande do Sul. Anno XI, nº 171.

*O Succo*, 15 de maio de 1932. Santa Maria, Rio Grande do Sul. Anno XI, nº 173.

Acervo particular de Máucio Rodrigues:

*O Succo*, 25 de fevereiro de 1934. Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Acervo particular de Jayme Maia Pereira: Fotografias.

Acervo particular de Ewerton Jorge Rodrigues Cruz: Fotografias.

Acervo particular de Maria José Soares Cruz e família: Fotografias.

Acervo particular de Maria Janete Moraes Lappann e Rosana Moraes Lappann: Fotografias; cartões postais (década de 1930); cardeneta militar de Armenio Moraes, de 1929.

### ***FAMILY SEARCH - ACERVO DIGITAL DA IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS***

Registro de Batismo:

Registro de batismo de Elias, 29 de setembro de 1817. Rio Pardo/RS.

Registro de batismo de Iracema da Cruz, 14 de dezembro de 1898. Porto Alegre/RS.

Registro de batismo de Pedro, em 19 de novembro de 1874. Livro de assentos de batismo da Freguesia de Santo Amaro.

Registro de batismo de Demetrio, 15 de setembro de 1891. Livro de assentos de batismos da freguesia de Nossa Senhora do Rosario, Porto Alegre.

Registro de batismo de Georgina Maria de Menezes, 03 de outubro de 1899. Livro de assentos de batismos na Paróquia de Nossa Senhora do Rosario, Porto Alegre.

Registro de batismo de Rodolfo, em 15 de fevereiro de 1858, na Matriz de Santo Amaro. Livro dos assentos dos batizados da Freguesia de Santo Amaro Comarca da Villa do Triunfo.

Registros paroquiais de batismo de Wanda, em 26 de fevereiro de 1902, Porto Alegre.

Registros de batismo da Igreja Católica de Marcos, 2 de novembro de 1864, na Igreja Matriz de Santo Amaro. Batismos de escravos 1860-1872 de Santo Amaro/RS.

#### Matrimônio:

Elias José de Moraes e Maria Joaquina, em 27 de julho de 1874. Livro de assentos de casamento da Freguesia de Santo Amaro.

#### Habilitação de Casamento:

Irineu Paz e Edelcy Correa. Santa Maria, 05 de maio de 1932.

Laurentino Francisco Paz e Vicentina de Moura Falcão. Santa Maria, 05 de março de 1898.

Alcindo Gonçalves Xavier e Elvira Paim de Araujo. Santa Maria, 02 de setembro de 1920.

#### Registro de Nascimento:

Adão Paz, 08 de julho de 1904. Registros Cíveis de Santa Maria, Nascimentos - 1889-1909.

Valdomiro Francisco Paz, 07 de fevereiro de 1907. Registros Cíveis de Santa Maria, Nascimentos - 1889-1909.

Irineu Paz, 02 de abril de 1909. Registros Cíveis de Santa Maria, Nascimentos - 1889-1909.

Feto feminino. Santa Maria, 02 de outubro de 1905.

João Rodolpho da Silva Filho, 18 de dezembro de 1897. Porto Alegre. Registros cíveis de Nascimentos (1897-1898), Porto Alegre.

Amaro, 10 de outubro de 1894. Santo Amaro. Livro de assentos de batismos da freguesia de Santo Amaro.

Vannoly, em 03 de outubro de 1899, Porto Alegre. Registros civis de Nascimentos (1899), Porto Alegre.

Florisbella, 11 de outubro de 1898. Santa Maria.

Odete, 28 de fevereiro de 1898. Santa Maria.

Registro de Óbito:

Eva Paz, 19 de novembro de 1913. Santa Maria.

Alfredo Francisco Paz, 30 de junho de 1915. Santa Maria.

Maria Francisca Paz, 07 de dezembro de 1916. Santa Maria.

Laurentino Francisco Paz. 25 de novembro de 1916. Santa Maria.

Noemia Silveira Paz, 08 de abril de 1995. Porto Alegre.

Waldomiro Paz, 31 de outubro de 1965. Porto Alegre.

Hortencia Maria Moraes, 31 de janeiro de 1955. Porto Alegre.

Armenio Moraes, 09 de setembro de 1985. Porto Alegre.

Ignacia Maria da Cruz. Livro de Registros de Óbitos “C 18”, Santa Maria. Cartório Civil. Registro nº 9835, p. 170-170v.

Eva, filha de Fausta, em agosto de 1881. Óbitos de pessoas escravas da Freguesia de Santo Amaro (1861 a Jan-1885).

## **HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA**

*A Federação*, 23 de setembro de 1913. Porto Alegre/RS.

*A Federação*, 26 de setembro de 1922. Porto Alegre/RS.

*A Federação*. 26 de dezembro de 1923. Porto Alegre/RS.

*A Federação*. 5 de janeiro de 1925. Porto Alegre/RS.

*A Federação*, 23 de dezembro de 1925. Porto Alegre/RS.

*A Federação*, 2 de janeiro de 1926. Porto Alegre/RS.

*A Federação*, 06 de setembro de 1926. Porto Alegre/RS.

*A Federação*, 28 de março de 1927. Porto Alegre/RS.

*A Federação*, 19 de dezembro de 1928. Porto Alegre/RS.

*A Federação*, 4 de setembro de 1931. Porto Alegre/RS.

*Diário de Notícias*, 25 de janeiro de 1959. Porto Alegre/RS.

*Especial*, julho de 1971, n° 37. Rio Grande do Sul.

*Jornal do Dia*, 13 de maio de 1949. Porto Alegre/RS.

*O Exemplo*, 17 de setembro de 1916. Porto Alegre/RS.

*O Exemplo*, 25 de dezembro de 1904. Porto Alegre/RS.

*O Exemplo*, 03 de dezembro de 1916. Porto Alegre/RS.

## **HEMEROTECA DIGITAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL**

*O Exemplo*, 20 de novembro de 1921. Porto Alegre/RS.

## **MUSEU DA COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA**

*O Succo*, 13 de julho de 1924. Santa Maria/RS.

*O Succo*. 5 de julho de 1925. Santa Maria/RS.

## **ENTREVISTAS**

CRUZ, Maria José; CRUZ, Loreno; CRUZ, Jorge. Entrevista concedida à Franciele Rocha de Oliveira, na residência dos entrevistados, em 04 setembro de 2019, Santa Maria/RS.

PEREIRA, Jayme Maia. Entrevista concedida à Franciele Oliveira, Taiane Lima e Alícia Quinhones, na residência do entrevistado em 31 de maio de 2022, Santa Maria/RS.

LAPPANN, Maria Janete Moraes; LAPPANN, Rosana Moraes. Entrevista concedida à Alícia Quinhones Medeiros, na residência da entrevistada Maria Janete Moraes Lappann, em 04 de fevereiro de 2023, Cruz Alta/RS.

## **ARQUIVO PROVINCIAL DA REDE MARISTA – PORTO ALEGRE**

Revista Comemorativa do 70º aniversário do Colégio Santa Maria, “A grande chegada (1904-1974)”. Santa Maria, 1974.

AZZI, Riolando. **História da Educação Católica no Brasil**: a expansão da obra de Champagnat no Brasil. Contribuição dos Irmãos Maristas. São Paulo: Secretariado Interprovincial Marista, v. 3, 1999.

OST, Pedro. **Caminhos de Transformação**: Trajetória Social Marista. CMC, Porto Alegre, 2014.

TREVISAN, Albino. **Respinga Marista**: Educação e ação social no Rio Grande do Sul. EDIPUCRS, 2009.

### Fotografias:

1. Colégio São Luiz, 1914-1915. Santa Maria/RS;
2. Colégio Marista, 1905. Santa Maria/RS.

## **ACERVO PALLOTTI – SANTA MARIA**

### Fotografias:

1. "Colégio São Luiz, 1925", Santa Maria/RS;
2. "Visita das crianças do Orfanato São Vicente de Paulo no Patronato". Sem data. Santa Maria/RS;
3. "Patronato Antônio Alves Ramos, 1929". Santa Maria/RS.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

ALBERTI, Verena. Fontes Orais: Histórias dentro da história. *In*: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes históricas**. Contexto, 2. Ed., São Paulo, 2008.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARANTES, Adlene; GONDRA, José Gonçalves; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Apresentação do dossiê História da Educação e populações negras. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, 2022.

ARRAIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar (Orgs.). **Leis, atos e regulamentos sobre educação no período imperial na província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Coleção Documentos da Educação Brasileira, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

AZZI, Riolando. **História da Educação Católica no Brasil: a expansão da obra de Champagnat no Brasil**. Contribuição dos Irmãos Maristas. São Paulo: Secretariado Interprovincial Marista, v. 3, 1999.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **O Estado da Arte da Pesquisa em História da Educação da População Negra no Brasil**. 1. ed. Vitória/ES: SBHE/Virtual Livros, 2015. v. 1.

\_\_\_\_\_. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 3, 2016.

\_\_\_\_\_. História da educação da população negra: entre silenciamento e resistência. **Pensar a Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 3-29, 2018.

\_\_\_\_\_. Um balanço sobre a produção da história da educação dos negros no Brasil. *In*: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. EdUFF, Niterói, 2016.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto Município de São Martinho, 1787-1930**. 3 ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.

BERTUCCI, Liane Maria; FILHO, Luciano Mendes de Faria; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. **Edward P. Thompson: história e formação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BOSENBECKER, Patrícia. **Uma colônia cercada de estâncias: a inserção de imigrantes alemães na colônia São Lourenço/RS (1857- 1877)**. [recurso eletrônico]. Ed. UFPel, Pelotas, 2020.

BRUNHAUSER, Felipe Farret. **Menores populares na Primeira República (Santa Maria, 1917-1921)**. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

CALDEIRA, Jeane dos Santos. **O Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX)**: trajetória educativa-institucional. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2014.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Entre a solidariedade e a animosidade: os conflitos e as relações interétnicas populares - Santa Maria 1885-1915**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2005.

CASTANHA, André Paulo. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 11 jan./jun. 2006.

CASTRO, Hebe Mattos. História Social *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1997.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **Revista História Social**. São Paulo, n. 19, p. 33-62, 2010.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro. Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias, São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza, São Paulo: Boitempo, 2021.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas Cleveland; SCOTT, Rebecca Jarvis. **Além da Escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CORSETTI, Berenice. Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930). **Cadernos de Educação**. FaE/PPGE/UFPel. Pelotas [31]: 55 - 69, julho/dezembro, 2008.

COSTA, Carlos Eduardo C. da. O registro civil como fonte histórica: contribuições e desafios dos registros civis nos estudos do pós-Abolição, Rio de Janeiro (1889-1940). **Veredas da História**, [online], v. 9, n. 1, 2016.

COSTA, Matheus Donay da. “Somos Azuis, Pretos e Brancos”: o Tricolor em busca de suas cores. **Ludopédio**, São Paulo, v. 113, n. 9, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *In*: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifen, 2004.

CRUZ, Lisiane Ribas. **“A infância abandonada é a sementeira do crime” – o julgamento de menores pela Comarca de Santa Maria (1910-1927)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS. 2017.

DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes (1867-1910), um "líder da raça negra" na capital da República. **Afro-Ásia**. Salvador, Bahia, n.41, p. 167-209, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo, 1. Ed., São Paulo, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez. 2009.

ESCOBAR, Giane Vargas. **"Para encher os olhos"**: identidades e representações culturais das rainhas e princesas do Clube Treze de Maio de Santa Maria no jornal A Razão (1960-1980). Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes sociais negros**: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vivêncio**. Pallas; 3ª edição, 2017.

FERRARI, Juliana; MOURA, Nina Simone Vilaverde. Síntese histórica do surgimento e ocupação do centro à oeste de Santa Maria/RS: a cidade, seus agentes dinamizadores e sua evolução. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 33, p. 56-84, jun. 2019.

FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 13, jan./abr., 2007.

FRANCISCO, Raquel Pereira. **PEQUENOS DESVALIDOS**: a infância pobre, abandonada e operária de Juiz de Fora (1888-1930). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2015.

GIL, Natália. Lacerda; ANTUNES, Cláudia Pereira. Formas de exclusão e de presença da população negra na história da escola sul-rio-grandense. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, 2021.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Companhia das Letras, São Paulo, 1989.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O Nome e o Como: troca desigual no mercado historiográfico. In: **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888-1937)**. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Vozes, Petrópolis – RJ, 2017.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, set.-dez., São Paulo, 2000.

GONDRA, José, SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. Rio de Janeiro: Cortez, 2008.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984.

GRIGIO, Ênio. “**No alvoreço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse**”: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). São Leopoldo, 2016.

GRIGIO, Ênio; BRUNHAUSER, Felipe Farret; OLIVEIRA, Franciele Rocha de; RODRIGUES, Luiz Fernando dos Santos da Silva; LIMA, Taiane Anhanha. **Organizações negras de Santa Maria**: primeiras associações dos séculos XIX e XX. [recurso eletrônico]. Santa Maria, RS: GEPA UFSM, 2020.

GRUNEWALDT, Silvana. Santa Maria e a modernização da paisagem urbana no fim do século XIX e início do século XX. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (Orgs.). **Nova história de Santa Maria**: contribuições recentes. Santa Maria: Câmara Municipal dos Vereadores, 2010.

HAACK, Marina Camilo. **Sobre silhuetas negras**: experiências e agências de mulheres escravizadas (Cachoeira, c. 1850-1888). Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo/RS, 2019.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **Sobre as ruínas da velha matriz**: religião e política em tempos de ferrovia (Santa Maria – Rio Grande do Sul - 1880/1900). Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

LEÃO, Michele de. Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema. **Revista Aedos**, n. 11, vol. 4 - Set, 2012.

LIMA, Taiane Anhanha. **Clubes negros de futebol em Santa Maria no pós-Abolição (1916-1934)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

LOPES SOBRINHO, Hermito. **Personagens de nossa história**. Santa Maria: Boca do Monte, 2º Vol., 1995.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004.

MANENTI, Caetano. **Da Ilhota à Arena, de Tesourinha à Patrícia Moreira**: Futebol a cores, uma história de racismo no Rio Grande do Sul. *Jornalismo em pé*, 02 de outubro de 2014.

MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio. **Santa Maria**: Relatos e impressões de viagem. Editora da UFSM, Santa Maria, 1997.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil (1726-1950). In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana M. Lugão. O pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

MAUD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e História interfaces. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996.

MEDEIROS, Alícia Quinhones. **“Branços, mixtos e pretos”**: O perfil social e racial do alunado da Escola Elementar Olavo Bilac na década de 1930, em Santa Maria/RS. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2021.

MEDEIROS, Elisabeth Weber. A educação e o ensino de História em Santa Maria: algumas considerações. P. 383. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (Orgs.). **Nova história de Santa Maria**: outras contribuições recentes. Câmara Municipal de Vereadores, 2012.

MEDEIROS, Elisabeth Weber. **A Instrução Pública em Santa Maria da Boca do Monte no século XIX**: História e Memória, 1838-1889. Câmara de Vereadores, Santa Maria, 2017.

MOREIRA, Paulo. **Faces da liberdade, máscaras do cativo**: experiências de liberdade e escravidão, percebidas através das cartas de alforria – Porto Alegre (1858/1888). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

MÜLLER, Liane Susan. **“As contas do meu rosário são balas de artilharia”**: irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. **A cor da escola**: imagens da Primeira República. Entrelinhas, EdUFMT, Cuiabá, MT, 2008.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 607-626, set.-dez. 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. Negro e racismo. 1974, p. 101. In: RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial / Instituto Kuanza, 2006.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma História do homem negro. 1974, p. 97. *In*: RATTI, Alex. **Eu sou Atlântica**: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial / Instituto Kuanza, 2006.

NEGRO, Antonio Luigi. E. P. Thompson no Brasil: recepções e usos. **Revista Crítica Marxista**, n. 39, 2014.

NICOLOSO, Fabrício Rigo. **Fazer-se Elite em Santa Maria-RS**: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais – 1830/1891. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

OLIVEIRA, Daniel Tochetto de. **A cidade de Santa Maria e o saneamento de Saturnino de Brito**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

OLIVEIRA, Fernanda; PEREIRA, Priscila Nunes. Pensamentos de mulheres negras ao Sul do Sul: das lutas coletivas por cidadania à narrativa da existência por meio da educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, 2019.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Dos laços entre José e Innocência**: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Moreno Rei dos astros a brilhar, Querida União Familiar**: trajetória e memórias do clube negro fundado em Santa Maria, no Pós-Abolição. Santa. Santa Maria: Câmara de Vereadores de Santa Maria: 2016.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de; PEDROSO, Guilherme; LIMA, Taiane Anhanha. Combatendo “estultos preconceitos de raça”: mapeamento da imprensa negra do Rio Grande do Sul e o caso de Santa Maria/RS. **RIHGRGS**, Porto Alegre, n. 162, p. 45-72, julho de 2022.

OST, Pedro. **Caminhos de Transformação**: Trajetória Social Marista. CMC, Porto Alegre, 2014.

OYEWÙMÍ. Oyeronké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2021.

OYEWÙMÍ. Oyeronké. **Conceituando o gênero**: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYEWÙMÍ, Oyeronké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, por Juliana Araújo Lopes.

PASCHE, Aline de Moraes Limeira. **Entre o trono e o altar**: sujeitos, saberes e instituições escolares na capital do Império (1860-1880). Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PEDROSO, Guilherme Vargas. **Nas margens da República**: trabalhadoras e trabalhadores negros no Alegre/RS pós-abolição (1889-1890). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2023.

PEREIRA, Lucia Regina Brito. **Cultura e afrodescendência**: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002). Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PERES, Eliane. "**Templo de luz**": os cursos noturnos masculinos de instrução primária da biblioteca pública pelotense (1875 - 1915). Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

PERES, Eliane. Ler, escrever e contar entre mulheres escravizadas: uma história ainda a ser escrita. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, 2022.

PERES, Eliane. Sob(re) os silêncios das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 4, p. 75-102, 2002.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade**: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c.1892 - c. 1911). Tese doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

\_\_\_\_\_. Esperidião Calisto e o preconceito escolar com base na cor: educação, cidadania e racialização no século XIX (Porto Alegre, Rio Grande do Sul). **TEMPO (NITERÓI. ONLINE)**, v. 27, 2021.

\_\_\_\_\_. **Como se de ventre livre nascesse**: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS (c.1860-c.1888). 305 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

\_\_\_\_\_. Escola noturna ‘O Exemplo’: educação e emancipação dos trabalhadores na imprensa negra do pós-abolição (Porto Alegre, Rio Grande do Sul). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, 2022.

\_\_\_\_\_. Filhos livre das escravas: trabalho e instrução no processo emancipacionista – Rio Pardo/RS. **Oficina do Historiador**, EDIPUCRS, I EPHIS/PUCRS, 27 a 29/05/2014, Porto Alegre, 2014.

\_\_\_\_\_. O futuro da nação: instrução, educação e racialização da infância (Porto Alegre, RS, c. 1871-1910). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 13, 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Emergência dos subalternos. Trabalho Livre e ordem burguesa**. Porto Alegre: UFRGS, 1989.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos da liberdade**: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Editora da Unicamp, Campinas/SP, 2018.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes laços em linhas rotas**: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. 326 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Temporalidades, História e Memória. IN: CARNEIRO, Natalia, SANTANA, Bianca, GAIA, Gabriela (Orgs.). **Insumos para ancoragem de memórias negras**. São Paulo: Oralituras, Fundação Rosa Luxemburgo, Casa Sueli Carneiro, 1. ed., 2022.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

REVEL, Jacques (Org.). **O jogo de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

RIBEIRO, Jonatas Roque. **Escritos da liberdade**: trajetórias, sociabilidade e instrução no pós-abolição sul-mineiro (1888-1930). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2016.

RIZZINI, Irma. A assistência à infância na passagem para o século XX: da repressão à reeducação. **Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 77–94, 1990.

RODRIGUES, Francisco Carvalho dos Santos. **Amizade, trago e alento. A Torcida Geral do Grêmio (2001-2011) da rebeldia à institucionalização**: mudanças na relação entre torcedores e clubes no campo esportivo brasileiro. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2012.

RODRIGUES, Luiz Fernando dos Santos da Silva. **Carroceiros, boleiros e chauffeurs**: os trabalhadores do setor dos transportes urbanos em Santa Maria durante a Primeira República. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2021.

ROSA, Marcus Freitas da. **Além da Invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre no pós-abolição. Porto Alegre: EST Edições, 2019.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Quando Vargas caiu no samba**: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SALAMONI, G. F. **O crescimento urbano por extensão e suas repercussões em estruturas urbanas: estudo de caso**: Santa Maria-RS. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SANTANA, Bianca; GAIA, Gabriela. Apresentação. In: CARNEIRO, Natalia, SANTANA, Bianca, GAIA, Gabriela (Orgs.). **Insumos para ancoragem de memórias negras**. São Paulo: Oralituras, Fundação Rosa Luxemburgo, Casa Sueli Carneiro, 1. ed., 2022.

SANTOS, Bruna Letícia de Oliveira dos Santos. **“Os brancos não falam a verdade contra mim porque ele é homem e não havia de passar o trabalho que as fêmeas passam”**: Maria Rita e a Interseccionalidade de mulheres escravizadas (Comarca de Rio Pardo XIX). Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo/RS, 2020.

SANTOS, Gabriela Rotilli dos. **Desabusadas e levadas do diabo**: mulheres pobres no ambiente urbano de Santa Maria no início do século XX (1903-1918). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2021.

SANTOS, Gabriela Rotilli dos. **Na saúde e na doença**: perfil social das mulheres pobres na Santa Maria/RS do início do século XX (1903-1913). Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da História. Trajetórias intelectuais na Imprensa Negra Meridional**. Tese (Doutorado em História). Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2011.

SANTOS, Jucimar Cerqueira dos; SANTOS, Mayara Priscilla de Jesus dos. Da educação primária ao ensino superior: o desafio das mulheres de cor e trabalhadoras para alcançar a educação escolar no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas**, v. 11, n. 2, out./dez. 2019.

SANTOS, Lucimar Felisberto dos Santos. A “retórica” dos números: revisões do cotidiano de trabalho e da estrutura ocupacional pós-abolição. In: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe Orgs.). **Histórias do pós-abolição no mundo atlântico**: identidades e projetos políticos – Volume 2. Editora da UFF, Niterói/RJ, 2014.

SCHNEIDER, Regina Portella. **A Instrução Pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)**. Ed. Universidade UFRGS EST Edições, Porto Alegre, 1993.

SCHUELER, Alessandra Frota M. de; RIZZINI, Irma. Entre becos, morros e trilhos: expansão da escola primária na cidade do Rio de Janeiro (1870-1906). **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 1, jan./abr., 2019.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Revista Tempo**, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, jul/dez, 1985.

SILVA, Alexandra Lima da. O saber que se anuncia: o poder da palavra em tempos de escravidão (Rio de Janeiro, 1830 a 1888). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, 2018.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição (1870-1960)**. 279 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

SILVA, Luara dos Santos. **‘Etimologias Preto’**: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920). 165 f. Dissertação (Mestrado em Relações Etnicorraciais). Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Luara dos Santos. **Histórias de professoras negras no Rio de Janeiro: experiências e tensões de classe, raça e gênero (1870-1920)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2022.

SILVA, Noemi Santos da. Entre letras e lutas: educação e associativismo no Paraná da Abolição e do pós-Abolição. *In*: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; TEIXEIRA, Luana; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti (Orgs.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras**. Salvador, Editora Sagga, 2020.

SILVA, Noemi Santos da. **O “batismo na Instrução”**: projetos e práticas de instrução formal de escravos libertos e ingênuos no Paraná Provincial. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

SILVA, Tiago Rosa da. **Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós-abolição**: imprensa, carnaval e Clubes Sociais Negros na fronteira sul do Brasil - 1913-1980. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

SILVEIRA, Chirley Beatriz Vieira da. **Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo e Escola São Vicente de Paulo**: institucionalização e educação de meninas e moças (Florianópolis, 1900-1930). Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SÔNEGO, Aline. **“Correspondemos a uma aspiração de nossa classe”**: o pós-Abolição a partir do jornal O Astro (Cachoeira e Rio Pardo, RS). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Maria, 2022.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. **Revista Educar**, Curitiba, n.18, p. 75-101. 2001.

THOMPSON, E. P. “History from below”, *The Times Literary Supplement*, 7/4/1966, pp. 278-80. Traduzido para o português, *In*: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. *In*: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 267-304, 1998.

TREVISAN, Albino. **Respinga Marista**: Educação e ação social no Rio Grande do Sul. EDIPUCRS, 2009.

VENDRAME, Maíra Ines. Os imigrantes italianos e o município de Santa Maria (1878-1905). *In*: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (Orgs.). **Nova História de Santa Maria**: outras contribuições recentes. Câmara Municipal de Vereadores. Santa Maria, 2012.

VIEIRA, Daniele Machado. **TERRITÓRIOS NEGROS EM PORTO ALEGRE/RS (1800 – 1970)**: Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

WALKER, Alice. À procura dos jardins de nossas mães. *In*: PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André. (Org). **História das Mulheres, Histórias Feministas**. São Paulo: MASP, 2019.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. A família dos ‘Inácios’: práticas de nomeação e memória da escravidão (litoral do Rio Grande do Sul, séculos XIX e XX). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 45, p. 819-841, set./dez. 2020.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade**: Experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Professoras e alunos negros no litoral norte do Rio Grande do Sul (meados do século XX): o aprendizado da cor. **Revista Brasileira de História Educação**, Maringá-PR, v. 17, n. 2 (45), Abril/Junho, 2017.

WEIMER, Rodrigo. **A gente da Felisberta. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2013.

ZUBARÁN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da Abolição em Porto Alegre. **Fênix** (UFU. Online), v. 6, p. 1-15, 2009.

ZUBARÁN, Maria Angélica. O acervo do jornal *O Exemplo* (1892-1930): patrimônio cultural afro-brasileiro. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.5, n.12, Jan./Jun, 2015.

ANEXOS

ANEXO A - Abaixo-assinado de trabalhadores do comércio solicitando à Intendência Municipal meios de frequentar curso de instrução (Santa Maria/RS, 1904).

Supplicas

... assignados, todos empregados do commercio da cidade de Santa Maria da Bocca do Monte, neste meio, respeitosa e sollicita a adopção da medida que, sem ferir interesse de ordem proporcionar-nos a meio de frequentarmos cursos de instrução.

... ao fechamento, das casas commerciaes, ás nove horas, em ponto, e, nesse sentido, eu e os esperava a acquiescencia dos senhores commerciantes, em geral, o comercio fechar ás nove horas, como é intuitivo, prejuizo haverá.

... de que fallamos por uma causa justa, e, antecipadamente, a consideração em que o appello que tem, por objecto, o presente.

Assignados:

- João Joaquim
- André Rotta
- Elygino Machado
- J. Baptista d'Oliveira Albelo
- Waldomiro Rios
- Paulo Meilho
- Antonio Strall
- Luiz José de Aguiar
- Antonio Costa
- Antonio de Bul
- Osvaldo de Nascimento
- João de Aguiar
- João Paulo
- Adelfonso F. Badde
- Alvino Flores

G. A. Street  
~~Estuete de Guerra~~  
Gabriel J. da Roza  
Avelino Ribeiro Senhor  
Julio Schmidt  
Ortiz vintofrogem  
Mario Silva  
Alfredo Roth  
Casemiro Arruda  
Jose C. Pereira Lopes  
Domingos Taffoli Kulanz  
Maurio Appel.  
Oscar de Sá  
Leopoldo Cassus  
Cacildo Haane  
Antonio Augusto Bojoso  
Yoaquim Yunqueira Rocha  
Antonio Appelso

Fraeb. Nieckele & Co., Agencia.  
 J. Abir  
 Amubal de Piumo & F. S.  
 Corrolan Cambium  
 P. G. S. T. Scholly  
 Campoli Carwash  
 J. P. & P. Barcellos & Cia  
 Jernym Jernym  
 W. Villin & Cia  
 Attilio Martini & Cia  
 Achyllo Cequinbra  
 Por Perfecto Leiras, Joaquim Puro,  
 Joaquim L. Postinho  
 Nicolau Caioffo Tunes  
 Fedefonso Bremer & Cia  
 Creste P. Louren  
 Henrique Ribeiro  
 Joao Estevao  
 Germano Espinosa  
 Manoel Carrerino da Silva  
 Antonio Affonso de Cruz  
 Emilio Partelatti

**Fonte:** Fundo Intendência Municipal. Caixa nº 7. Tomos nº 38. Data 1904. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

**ANEXO B** – Registro da entrevista com Jayme Maia Pereira, em Santa Maria/RS (maio de 2022)



**Fonte:** Acervo da autora.

**ANEXO C – Registro da entrevista com Maria Janete Moraes Lappann e Rosana Moraes Lappann, Cruz Alta/RS (fevereiro de 2023)**



**Fonte:** Acervo da autora.